

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

WAGNER ADRIANO FERNANDES

**DA PARTICIPAÇÃO À VOZ: UM ESTUDO POLIFÔNICO DAS ATAS DO  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL (CONSEC) À LUZ DO  
MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO**

Varginha/MG

2016

WAGNER ADRIANO FERNANDES

**DA PARTICIPAÇÃO À VOZ: UM ESTUDO POLIFÔNICO DAS ATAS DO  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL (CONSEC) À LUZ DO  
MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha - MG. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha.

Varginha/MG

2016

Fernandes, Wagner Adriano.

Da participação à voz : um estudo polifônico das atas do Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC) à luz do Modelo de Análise Modular do Discurso / Wagner Adriano Fernandes. - 2016. 188 f. -

Orientador: Gustavo Ximenes Cunha.

Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2016. Bibliografia.

1. Política cultural - Minas Gerais. 2. Administração pública - Participação social. 3. Participação - Igualdade. I. Cunha, Gustavo Ximenes. II. Título.

CDD: 306.098151

WAGNER ADRIANO FERNANDES

DA PARTICIPAÇÃO À VOZ: UM ESTUDO POLIFÔNICO DAS ATAS DO CONSELHO  
ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL (CONSEC) À LUZ DO MODELO DE ANÁLISE  
MODULAR DO DISCURSO

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 29/07/2016

Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha (orientador)  
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura:



Profa. Dra. Janaína de Assis Rufino  
Instituição: Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais

Assinatura:



Prof. Dr. Adílio Renê Almeida Miranda  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me dado saúde para cumprir mais essa jornada.

Agradeço também aos meus familiares, pelo apoio que me deram durante a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Gustavo Ximenes, por toda orientação na elaboração deste trabalho, a toda equipe de professores e técnicos do programa de mestrado da Unifal – MG, *campus* Varginha.

Enfim, agradeço a CAPES pela bolsa que proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

Este estudo parte da hipótese de que, mesmo em setores de gestão pública, é possível haver privilégios de alguns segmentos em detrimento de outros, comprometendo o direito igualitário e democrático da participação. Com base nessa hipótese, nosso objetivo é compreender como se dá a dinâmica da participação dos conselheiros que representam diferentes segmentos sociais dentro do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC) e o processo de efetivação de suas vozes por meio de registros oficiais. Para alcançar esse objetivo, será apresentada, de forma sistemática, a análise de seis atas de reuniões do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC), com base em contribuições teóricas e metodológicas de um modelo de análise discursiva, o Modelo de Análise Modular do Discurso. Nesta pesquisa, esse modelo permitiu uma análise sob o ponto de vista dos módulos interacional, sintático, referencial e hierárquico, bem como da forma de organização elementar enunciativa e da forma de organização complexa polifônica. Como resultados, verificamos que, de acordo com os registros nas atas, não há igualdade participativa entre os segmentos do CONSEC, fato que compromete a função democrática desse conselho.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Análise Modular do Discurso. Práticas Participativas. Conselhos estaduais.

## ABSTRACT

This study starts from the assumption that, even in public administration sectors, there may be some segments privileges over others, jeopardizing the egalitarian and democratic right of participation. Based on this assumption, our goal is to understand how is the dynamic participation of the directors representing such segments within the cultural policy of the board of Minas Gerais (CONSEC) and the process of realization of their voices through official records. To achieve this goal, will be presented in a systematic way, the analysis of six minutes of meetings of cultural policy council Minas Gerais (COSEC), based on theoretical and methodological contributions of a discourse analysis model, the Modular Analysis Model Discourse. In this research, this model allowed na analysis from the perspective of interactional modules, syntactic, and hierarchical framework, as well as the form of enunciation elementar organization and from of polyphonic complex organization. As a result, we find that, according to the records in the minutes, there is no participatory equality between segments CONSEC, a fact that undermines the democratic function of this council.

Key words: Cultural Policy. Analysis Model Discourse. Participatory Practices. Estadual Councils.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de análise modular .....	42
Figura 2 - Modelo de Enquadre Interacional .....	57
Figura 3 - Enquadre da Ata da 1ª Reunião do CONSEC .....	58
Figura 4 - Enquadre interacional da Ata 2.....	66
Figura 5 - Enquadre Interacional da Ata 3.....	71
Figura 6 - Enquadre interacional da Ata 4.....	75
Figura 7 - Enquadre interacional da Ata 5.....	79
Figura 8 - Enquadre interacional da Ata 6.....	83
Figura 9 - Estrutura Hierárquica da Ata 1, fragmento 1 .....	92
Figura 10 - Estrutura Hierárquica da Ata 1, fragmento 2 .....	94
Figura 11 - Estrutura Hierárquica da Ata 2, fragmento 1 .....	105
Figura 12 - Estrutura Hierárquica da Ata 3, fragmento 1 .....	111
Figura 13 - Estrutura Hierárquica da Ata 3, fragmento 2.....	112
Gráfico 1 - Nível discursivo nas atas .....	119
Quadro 1 - Lista de Segmentos Culturais e representantes no CONSEC .....	30
Quadro 2 - Número de ocorrências de verbos dicendi por conselheiro.....	98
Quadro 3 - Número de ocorrências de verbos dicendi por conselheiro.....	107
Quadro 4 - Número de ocorrências de verbos dicendi por conselheiro.....	113

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Quantidade de discursos autofônicos.....	63
Tabela 2	- Quantidade dos discursos formulados na ata.....	65
Tabela 3	- Quantidade de discursos designados na fala de cada conselheiro.....	65
Tabela 4	- Discursos ocorridos em outras situações.....	67
Tabela 5	- Quantidade e a porcentagem equivalente de discursos autofônicos realizados por cada conselheiro.....	68
Tabela 6	- Representatividade na ata.....	69
Tabela 7	- Discursos designados em nome dos conselheiros.....	70
Tabela 8	- Quantitativo dos discursos representados como polifônicos na ata da 3ª reunião do CONSEC.....	71
Tabela 9	- Quantidade de discursos representados como diafônicos.....	72
Tabela 10	- Número de discursos autofônicos.....	73
Tabela 11	- Quantidade geral dos discursos formulados na ata.....	74
Tabela 12	- Informações gerais dos designados.....	74
Tabela 13	- Quantitativo dos discursos diafônicos.....	76
Tabela 14	- Quantidade de discursos autofônicos na ata da quarta reunião.....	77
Tabela 15	- Número de discursos formulados na ata da quarta reunião...	78
Tabela 16	- Número de discursos designados na ata da quarta reunião...	78
Tabela 17	- Quantitativo dos discursos representados encontrados na 5ª ata da reunião do CONSEC.....	80
Tabela 18	- Número de discursos autofônicos na ata.....	80
Tabela 19	- Número de discursos designados na ata.....	81
Tabela 20	- Total de discursos formulados.....	82
Tabela 21	- Quantitativo dos discursos representados encontrados na 6ª ata da reunião do CONSEC.....	84
Tabela 22	- Quantidade de discursos polifônicos na ata da sexta reunião do CONSEC.....	85
Tabela 23	- Número de discursos autofônicos na ata da sexta reunião....	85
Tabela 24	- Quantidade de discursos designados na sexta reunião.....	87
Tabela 25	- Discursos formulados.....	87

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A POLÍTICA PARTICIPATIVA E O CONSEEC</b> .....	<b>17</b>
2.1	A POLÍTICA PARTICIPATIVA E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	18
2.2	A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E OS CONSELHOS GESTORES .....	24
2.3	AS POLÍTICAS CULTURAIS E O CONSEEC .....	29
2.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	32
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	<b>34</b>
3.1	NOÇÃO DE DISCURSO .....	34
3.2	MODELO DE ANÁLISE MODULAR (MAM) .....	39
3.3	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	47
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>49</b>
4.1	SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	49
4.2	PERCURSO DE ANÁLISE .....	52
<b>5</b>	<b>FORMA DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DAS ATAS DO CONSEEC</b> ...	<b>55</b>
5.1	MÓDULO INTERACIONAL – A MATERIALIDADE DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSEEC.....	55
5.2	ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DAS ATAS DO CONSEEC .....	60
5.2.1	Resultados da análise da Ata da 1º Reunião do CONSEEC .....	60
5.2.2	Resultados da análise da Ata da 2º Reunião do CONSEEC .....	66
5.2.3	Resultados da análise da Ata da 3º Reunião do CONSEEC .....	70
5.2.4	Resultados da análise da Ata da 4º Reunião do CONSEEC .....	75
5.2.5	Resultados da análise da Ata da 5º Reunião do CONSEEC .....	79
5.2.6	Resultado da análise da Ata da 6º Reunião do CONSEEC.....	83
5.3	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	88
<b>6</b>	<b>FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DAS ATAS DO CONSEEC</b> .	<b>89</b>
6.1	ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 01 ....	90
6.1.1	Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo hierárquico... 90	
6.1.2	Combinação da análise enunciativa e da análise do módulo sintático .....	94
6.1.3	Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo referencial... 100	

6.2	ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 02...	103
6.2.1	Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo hierárquico..	104
6.2.2	Combinação entre análise enunciativa com do módulo sintático .....	106
6.2.3	Combinação da forma enunciativa com o módulo referencial .....	107
6.3	ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 03...	110
6.3.1	Combinação da análise enunciativa com o módulo hierárquico .....	110
6.3.2	Combinação da análise enunciativa com o módulo sintático .....	112
6.3.3	Combinação da análise enunciativa com o módulo referencial.....	114
6.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	116
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de democratização do sistema político do Brasil caminha a passos lentos, uma vez que a corrupção, a centralização de recursos em uma elite minoritária e a desigualdade social ainda são presenças fortes na realidade brasileira. Embora a luta por conquistas sociais no país tenha começado desde a época colonial<sup>1</sup>, somente no século XX, a luta dos setores sociais desfavorecidos pela conquista de seus direitos e de sua cidadania ganhou força política. Isso aconteceu, principalmente, devido à industrialização e aos movimentos trabalhistas que se formaram nos grandes centros urbanos. São exemplos dessa nova fase a Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), a Revolução dos Tenentes (1922), os Movimentos cangaceiros (NORDESTE, 1925-1938), o Movimento dos Pioneiros da Educação (1931) e o surgimento do sindicalismo industrial (GOHN, 2000; SILVA FILHO, 2010; PRIORI, 2012).

Merece destaque o período que ficou historicamente conhecido como Regime Político Populista (1945-1964) considerado fértil no surgimento de movimentos tais como: as Ligas Camponesas do Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), o Movimento pela Educação de Base (MEB), os Círculos Populares de Cultura (CPC) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Entretanto, o regime militar bloqueou várias iniciativas desses movimentos sociais, como se vê a seguir (GOHN, 2000).

Após a participação do Brasil na II Guerra Mundial, os militares brasileiros foram fortemente influenciados pelos oficiais norte-americanos. O General Golbery Couto e Silva e o Marechal Humberto Castelo Branco são figuras relevantes nesse processo, pois são os fundadores da Escola Superior de Guerra (ESG), onde se formaram a Doutrina de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informação (SNI), grandes instrumentos repressores utilizados durante o Regime Militar. O golpe de estado de 1964, que depôs o então presidente da República, João Goulart, foi apresentado à população como uma medida corretiva em defesa da democracia, porém, nada houve de democrático nem na forma como aconteceu nem nos seus frutos. Em 1º de abril de 1964, os militares instituíram o primeiro Ato Institucional (AI-

---

<sup>1</sup> O Zumbi dos Palmares (1630-1695), a Inconfidência Mineira (1798), a Revolução Pernambucana (1817) e a Guerra de Canudos (1874-1897) são exemplos desse histórico de lutas sociais.

1), pelo qual reservaram a si próprios os direitos de eleição para a presidência da República, bem como autonomia ao presidente eleito (Marechal Castelo Branco) para reformular a Constituição Federal. Ao todo o Regime Militar instituiu dezesseis Atos Institucionais, cujos frutos foram a cassação dos direitos políticos, o afastamento da sociedade civil da política, a censura à mídia e até a prisão e tortura daqueles que se opunham à Ditadura Militar.

Mesmo assim, os movimentos sociais e políticos continuaram lutando pela democracia. A *Frente Ampla*, iniciada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, consistia em uma rede de oposição que, com o apoio de representantes da Igreja Católica (como Dom Hélder Câmara e Frei Beto), de estudantes universitários e outras pessoas da elite, descontentes com o regime ditatorial, elaborou um programa político exigindo uma anistia geral, o retorno das eleições diretas e a promulgação de uma constituição que favorecesse a democracia. Essa luta tornou-se mais evidente após a morte de um estudante em 1968. A guerra entre a sociedade civil e o Estado Militar ficou acirrada, causando a morte e o desaparecimento de muitos representantes da resistência (SILVA FILHO, 2010).

Um paradoxo desse período é a aceitação do governo militar por parte da grande massa populacional. Devido ao crescimento econômico alcançado entre 1968 e 1973, à censura nos meios de comunicação e a um marketing poderoso a favor da defesa dos bons costumes, o governo do Presidente General Emílio Médici (1969-1974) criou uma verdadeira ufania nacional nas classes mais pobres. Essa alienação popular contrastava com as manifestações dos opositores ao Regime Militar, considerados por muitos civis como subversores. Entretanto, nem mesmo isso impediu a luta das categorias inconformadas com a Ditadura.

A partir de 1974, a crise mundial do petróleo afetou negativamente a economia brasileira, causando o aumento da inflação e o descontentamento popular. O Regime Militar começou a perder sua credibilidade e os grupos de resistência se articularam cada vez mais, sobretudo da classe operária. Surgiram a Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e a Central Única de Trabalhadores (CUT), fortalecendo a categoria. Além disso, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) incentivaram vários grupos sociais (tais como os favelados, as mulheres e os negros) a lutarem por moradia, educação e saúde. Em 1984, o fim da Ditadura Militar foi decretado com o movimento das *Diretas Já*, que

lutava pelo retorno das eleições diretas, fortalecendo o direito democrático da participação popular na política (GOHN, 2007).

O movimento pela redemocratização ocorrido na década de 80, cujo principal fruto foi a elaboração da Constituição Federal de 1988 na Assembleia Constituinte, configura-se como um importante marco dessa luta.

Um dos principais avanços alcançados na construção da democracia e da cidadania, resultante da Constituição de 1988, é a crescente participação da sociedade civil nas políticas públicas, ou seja, a chamada política participativa, conforme consta no Art. 204, inciso II: “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (CF/1988). Por meio dessa participação, a sociedade não apenas está representada pelos Poderes Legislativo e Executivo, como também está presente na construção e renovação do sistema político e na administração do patrimônio público. Assim, a começar pelas classes trabalhadoras, os setores sociais, tais como as mulheres, as crianças e adolescentes e os índios, passaram a se organizar para assumir uma participação mais ativa nas decisões governamentais quanto às políticas públicas, por meio de abaixo-assinados exigindo da Assembleia Constituinte que suas reivindicações fossem inscritas como direitos em novas leis. São exemplos dessas conquistas o Sistema Único de Saúde (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (ALBUQUERQUE, 2006).

A partir do ano 2000, o cenário político da luta pela democracia começou a mudar. Alguns movimentos, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e dos indígenas retomam o ânimo e voltam a reivindicar seus direitos. Entretanto, surgem novas formas de organização, tais como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações que constituem o Terceiro Setor. Além disso, a globalização e o avanço tecnológico possibilitaram uma atuação dessas organizações em rede e o surgimento de movimentos que ultrapassam a fronteira nacional (Movimento LGBTs, Movimento Feminista e movimentos ideológicos, entre outros). Portanto, a atual conjuntura sociopolítica possibilita uma maior participação da sociedade civil nas políticas participativas, por meio de novos mecanismos de participação social. Contudo, mesmo esses mecanismos têm apresentado problemas e limitações que exigem aprimoramento, a fim de se efetivarem como instrumentos democráticos no país (GOHN, 2011).

O nosso objeto de estudo consiste nos Conselhos Gestores, que surgem como novos mecanismos de expressão, participação e representação. Os Conselhos Gestores distinguem-se dos demais tipos de Conselho por serem canais de interação entre o poder Público e a sociedade civil, uma vez que são formados por políticos, funcionários públicos e representantes civis dos diversos segmentos dos setores sociais. Esses conselhos contribuem de forma efetiva com as práticas participativas, pois exigem uma atuação efetiva dos cidadãos no processo da gestão pública, uma vez que partem do princípio da paridade (igualdade participativa e decisória) entre os representantes da sociedade e os representantes do governo, em busca de atender às demandas dos segmentos ali presentes e desenvolver políticas públicas específicas para cada setor social (GOHN, 2000).

A Cultura é um dos setores sociais mais diversificados da sociedade brasileira. Nele encontram-se atores, músicos, pintores, artistas plásticos, dançarinos, circenses dentre outros. Além disso, é um setor bastante expressivo, pois está relacionado a quase todas as formas de conhecimento e lazer de toda a sociedade. Seja por meio da música, das telenovelas ou de qualquer outra forma de expressão, o setor cultural está presente na vida de todos os brasileiros.

Ainda assim, esse é um setor que só tem alcançado atenção política de forma eventual, como a Virada Cultural que ocorre anualmente na capital paulista. Os recursos são aplicados em eventos que possuem uma importância significativa e promovem a interação dos diversos segmentos culturais, porém são efêmeros em seus resultados. Dessa forma, os diversos segmentos culturais precisam reivindicar formas de aplicação dos recursos públicos destinados a esse setor em projetos de consistência permanente e progressiva que ampliem os benefícios da cultura na realidade social (AVELAR, 2014; CUNHA FILHO, 2007).

Diante do exposto, tomando o exemplo da cultura, este estudo parte da hipótese de que entre os diferentes segmentos sociais não há igualmente participativa no conselho gestor de política cultural de Minas Gerais (CONSEC), pois a representação das vozes de alguns segmentos ganha mais destaque nos registros documentais do que a de outros, manifestando assim um certo privilégio de alguns segmentos em detrimento dos demais.

Com base nessa hipótese, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dão a dinâmica da participação popular dentro do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC) e o processo de efetivação das vozes dos

diversos segmentos da sociedade nos registros documentais, as atas.

Neste trabalho, consideramos ser possível alcançar o objetivo geral por meio do estudo de atas das reuniões do CONSEC, porque o gênero ata consiste em um registro documental cuja finalidade é ampliar o acesso das pautas tratadas em uma reunião a todos que têm interesse nessas pautas. Afinal, é com base em vários documentos, dentre os quais as atas, que um gestor público (ou outra instância de poder) decide quais medidas vai tomar. Dessa forma, analisar as atas do CONSEC implica analisar a forma como a política participativa acontece dentro do conselho.

As atas foram analisadas por meio de uma abordagem da Análise do Discurso, que é o Modelo de Análise Modular (MAM). Essa abordagem permite coletar dados enunciativos e polifônicos que podem ser analisados de forma quantitativa e qualitativa, respectivamente. Portanto, este estudo se constitui de uma pesquisa descritiva e explicativa fundamentada por uma pesquisa bibliográfica e possui uma abordagem mista, isto é, quanti-qualitativa.

Sendo assim, para alcançar o objetivo geral da pesquisa, será necessário alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Pesquisa bibliográfica acerca dos Conselhos Gestores, para compreensão mais aprofundada de nosso objeto de estudo, e de trabalhos da Análise do Discurso, em especial do Modelo de Análise Modular do Discurso, que foi o referencial teórico-metodológico por nós escolhido para realizar as análises;
- b) Seleção de atas de reuniões do CONSEC;
- c) Identificação das vozes ou dos discursos representados que ocorrem nas atas;
- d) Comparação da paridade representativa dos segmentos sociais dentro do CONSEC.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata-se de uma breve introdução. O segundo capítulo aborda, de modo geral, os instrumentos de participação social, fazendo um breve histórico das lutas pelas políticas participativas e focando a participação dos segmentos culturais mineiros nas políticas públicas do Estado, por meio do CONSEC. O capítulo 3 faz uma apresentação teórica da análise do discurso e, de modo específico, do MAM. No capítulo 4, encontram-se as bases metodológicas desta pesquisa e as justificativas dos métodos científicos escolhidos. O quinto capítulo apresenta a análise da forma

de organização enunciativa das atas do CONSEC, por meio da qual os discursos representados são identificados. O sexto traz as análises da forma de organização polifônica, em que a perspectiva meramente descritiva do quarto capítulo é ultrapassada, a fim de se obter uma compreensão completa da maneira como as atas representam o desequilíbrio na participação dos diferentes segmentos sociais. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## 2 A POLÍTICA PARTICIPATIVA E O CONSEC

A democracia tem sido tema de diversos discursos políticos e sociais. Ela é considerada vigente na maioria dos países, inclusive no Brasil. A definição grega de democracia, “o poder do povo, pelo povo e para o povo”<sup>2</sup>, é sedutora, porém, muito contrastante com a realidade. Conforme essa concepção, a democracia acontece quando as decisões que se referem a todos são tomadas pela maioria. Entretanto, o italiano Norberto Bobbio (1986), grande filósofo e estudioso das ciências políticas, afirma que o princípio da maioria é apenas um pequeno passo rumo à verdadeira democracia. Para ele, a democracia real acontece quando é constituído factualmente um conjunto de regras fundamentais que definem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e quais procedimentos seguir para essa função.

Para Bobbio (1986), além do princípio da maioria, para que uma sociedade possa se declarar realmente democrática, ela deve cumprir com outros três princípios: o da representação (na qual o representante do povo deve compreender, buscar e realizar as demandas dos cidadãos), o da publicidade do poder (todo exercício do poder tem que ser executado publicamente, sem decisões obscuras) e o da educação para a cidadania (na qual todos, sem exceção, desde crianças são educados para a cidadania e, portanto, para a democracia). Segundo ele, ao faltar um desses elementos, a democracia não se concretiza de fato.

O Brasil está longe de alcançar a democracia apresentado por Bobbio (1996), mas tem vivenciado uma luta constante para a conquista dela. Um passo firme nesse sentido é a política participativa, cuja finalidade é aproximar o governo representativo da sociedade representada. Dessa forma, a política participativa acontece quando os segmentos sociais participam efetivamente da constituição das políticas públicas. Por exemplo, no que diz respeito ao surgimento dos conselhos de políticas públicas, de acordo com Behring e Boschetti (2006, p.178), “se vislumbrava uma perspectiva nítida de reforma, num país em que a democracia sempre foi mais exceção que regra”. Entretanto, a proliferação dos conselhos por todo o país não garantiu a redemocratização do Estado brasileiro. Para os autores, “este é um

---

<sup>2</sup> Lincoln, no seu discurso de Gettysburg, em 1863.

processo em curso e em disputa, com potencialidades democráticas, mas também repleto de práticas antidemocráticas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.184).

Este capítulo trata da participação do setor cultural de Minas Gerais nas políticas públicas do estado. Para tanto, será dividido em duas seções: a primeira faz uma abordagem histórica e conceitual acerca do processo de democratização da política no Brasil, abordando a política participativa de um modo geral; a segunda aborda especificamente a política cultural em Minas Gerais e o CONSESC.

## 2.1 A POLÍTICA PARTICIPATIVA E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

A história política do Brasil é marcada pela desigualdade social e pela centralização do poder e da maior parte da renda em uma minoria privilegiada da população. O caminho percorrido na construção da cidadania durou séculos. Isso porque não se pode falar de democracia sem associá-la à participação popular na política e, segundo Gohn (2007), a participação é a luta por melhores condições de vida e por benefícios da civilização. Como o povo brasileiro (em sua maioria) é visto por muitos como “pacífico”, essa luta foi sendo adiada por anos, até que, finalmente, surgiram movimentos (tais como o MST e a UNE), que foram rompendo lentamente com a passividade social e política (ALBUQUERQUE, 2006; ANHUCCI; SUGUIHIRO, 2009).

Essa tranquilidade passiva tem origem na própria história cultural dos brasileiros. Desde a época da colonização, por quase quatrocentos anos, a escravidão de negros foi uma característica que diferenciava o país dos seus vizinhos latino-americanos. As relações entre os escravos e seus senhores, sempre conturbada e conflituosa pelas constantes humilhações que o povo negro sofria, eram muitas vezes apaziguadas pelo convívio quase familiar. Escravas serviam como amas de leite para os filhos de seus senhores, enquanto geravam filhos mestiços e bastardos em seus ventres. Capitães do mato perseguiram seus semelhantes negros a fim de alcançar as graças do seu senhor e manter o poder sobre outros escravos (ALBUQUERQUE, 2006; FREYRE, 2003).

Nascia, assim, uma cultura de cordialidade e aversão ao conflito por meio da

submissão prestativa, as classes desfavorecidas (negros, mulheres, analfabetos etc.) alcançavam certa ascensão social.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo, expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante [...] Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo (HOLANDA, 1995, p. 146-147).

O grande problema dessa cultura, hoje conhecida internacionalmente como “jeitinho brasileiro”, está no fato de que a ascensão social é considerada como um favor e não como um direito. Quem está no poder concede certos “privilégios” a quem não está criando, assim, um senso de gratidão que os mantêm no poder, enquanto os outros permanecem conformados com os favores concedidos.

Neste ponto, vale a transcrição de publicação feita pelo Estadão em 16 de janeiro de 2013:

Um dos jornais que serve de referência para o mundo das finanças, o *Financial Times*, ironizou hoje em um artigo o ‘jeitinho brasileiro’ aplicado aos temas monetários e chegou a apontar que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Banco Central estariam se transformando em ‘profissionais’ nisso. [...] O *Financial Times* chega a explicar ao público estrangeiro o que significa o termo ‘jeitinho’. Trata-se, segundo a publicação, do hábito de desviar das regras ou convenções por táticas altamente criativas e beirando a ilegalidade (CHADE, 2013)

Outra publicação internacional criticando o ‘jeitinho brasileiro’ é a última edição da revista inglesa *Economist*, na qual “o termo é definido como uma forma de burlar regras e leis usando a esperteza, ou, por vezes, a ilegalidade” (CHADE, 2013).

Em contrapartida, do ponto de vista político, qualquer sinal de democracia pode ser considerado como mera formalidade ou nominalização. Os direitos políticos eram reservados a poucos latifundiários, e o poder da Coroa Portuguesa subjugava qualquer manifestação democrática concreta dos seus súditos (ALBUQUERQUE,

2006).

Mesmo após a proclamação da Independência, em 1822, o exercício da política continuou elitista e excludente. O Império, agora brasileiro, se fortaleceu permanecendo vitorioso sobre os embates e revoltas por 67 anos. Entretanto, com as influências culturais importadas da Europa liberal, após a Revolução Francesa, os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade geraram um dos maiores conflitos que resultou no desenvolvimento do movimento republicano, a Inconfidência Mineira (ALBUQUERQUE, 2006).

Infelizmente, longe de batalhar por direitos democráticos em favor do bem geral, os republicanos foram incentivados e financiados por uma elite que buscava permanecer com seus privilégios econômicos e sociais, uma vez que a derrocada da monarquia garantia o fim das dívidas e dos compromissos dessa elite com o Império. Portanto, mesmo com um pequeno avanço democrático a inclusão e a representatividade estavam fora de questão na Velha República. O direito ao voto pertencia apenas aos alfabetizados, ou seja, à elite. Além disso, um sistema de revezamento entre os senhores das oligarquias regionais – os coronéis no Nordeste e os claudilhos no Sul – mantinha o poder político e econômico nas mãos de algumas famílias em detrimento dos direitos das massas (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Albuquerque (2006), esse sistema corrupto começa a ser ameaçado com a chegada da Indústria e com a urbanização. Contudo, surgem daí outras mazelas sociais, entre elas a pobreza e as epidemias. Qualquer ação política voltada para os pobres e doentes partia de instituições religiosas, configurando-se apenas como um esboço das políticas públicas atuais. No século XX, começa a surgir a força sindical, exigindo a proteção do Estado para uma pequena parcela de trabalhadores.

Na década de 1930, a República passa por uma Revolução e inicia-se a era Vargas que dura até 1945. O país passa, então, por contradições políticas, pois, de um lado, Getúlio Vargas critica a corrupção eleitoral oligárquica e a exclusão, e, de outro, realiza várias manobras para permanecer no governo. Com o fim do governo de Vargas, começam a surgir alguns movimentos sociais nas cidades e nos campos que se mobilizam pelas chamadas *reformas de base*. Mas tais movimentos são barrados e reorientados pelo início do Regime Militar em 1964 (ALBUQUERQUE, 2006).

O governo submetido aos militares leva o Brasil a mais um contraste: os

princípios e bons costumes impostos pelos militares tornam o governo aceito pela maioria da população. A aceitação pública reforça ainda mais o domínio das forças armadas sobre os poderes Legislativo e Judiciário. Mas, como em toda ditadura, surgem os “rebeldes”, pessoas que lutam pela liberdade de expressão pela democracia participativa. Taxados como *comunistas perigosos*, esses democratas são presos, torturados e executados, sem que a grande massa populacional fique sabendo. Enquanto isso, a dívida externa e a exploração trabalhista instigam movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, cada vez mais ativos. A estes juntam-se artistas e intelectuais que semeiam, por meio da arte e de modo subliminar, o sonho da verdadeira democracia (ALBUQUERQUE, 2006).

De acordo com Santos *et al.* (2005), da segunda metade dos anos 70 a meados de 80, os movimentos sociais começam a se estruturar como espaços de reivindicações, rejeitando as relações subordinadas, de tutela ou de agregação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. O movimento conhecido como “Diretas Já” marca o fim do regime militar e o avanço democrático no país. No início da década de 1980, formam-se vários partidos políticos, que buscam corresponder às muitas demandas sociais.

Como essas demandas são de naturezas diferentes e diversas, uma preocupação que surge entre os movimentos sociais é a integração entre eles. Segundo Cunill Grau (1998), mesmo quando não se pode concluir que se busca implantar um único modelo para ampliar a participação cidadã nos processos de formulação de políticas, os elementos que se insinuam na década de 80 permitem concluir que os esforços se dirigem tanto ao fortalecimento dos mecanismos da democracia direta como para introduzir um pluralismo integrativo. Esse modelo integrativo,

permanece, a nosso ver, insinuado pelos seguintes elementos: sua ação pluralista estabelece um esforço explícito para ampliar as capacidades de representação social e, em termos mais gerais, a estrutura de oportunidades políticas; o aparelho estatal cede espaço de autoridade para dar lugar à inclusão de novos sujeitos nos processos de formação de políticas (GRAU, 1998, p. 70).

Sendo assim, as políticas públicas são fortalecidas e multiplicam-se para atender a diversos setores sociais. Entende-se por *política pública* o conjunto de orientações estabelecidas por um governo para satisfazer aos interesses de

determinado setor da sociedade. Para Avelar (2014), no entanto, a ausência dessas orientações também se configura como uma política pública, uma vez que, de acordo com os interesses e os princípios ideológicos do governo, alguns setores sociais são privilegiados em detrimento dos interesses de outros. Dessa forma, as políticas públicas, embora manifestem sinais democráticos nas relações de poder e de representatividade, não garantem uma democracia efetiva, já que continuam promulgando a exclusão de alguns grupos sociais.

Portanto, parafraseando Bobbio (1986), é certo afirmar que o alargamento democrático na sociedade contemporânea não depende apenas da integração da representatividade com a democracia direta, mas ocorre, sobretudo, por meio das práticas participativas de outros órgãos não considerados políticos propriamente. Em outras palavras, as políticas públicas só poderão ser consideradas democráticas de fato, quando todos os grupos sociais, inclusive e principalmente os marginalizados, estiverem participando efetivamente da construção e da prática dessas políticas.

Nesse sentido, a maior conquista democrática que se dá na década de 1980 é a Constituição Federal de 1988. Várias reivindicações são convertidas em propostas que são legalizadas pela Constituição, garantindo direitos universais jamais imaginados. Entre eles, segundo Rocha (2011), está o direito às práticas participativas, pois o artigo 204 assegura, dentre os seus princípios e diretrizes, “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988; ROCHA, 2011a, p.68).

É com base nesse artigo que, logo após a promulgação da Constituição, os diversos segmentos sociais já organizados começam a se articular com objetivo de que sejam estabelecidos mecanismos jurídicos legais necessários à gestão descentralizada das políticas públicas. Conforme Gohn (2007), a ideia básica nas políticas de participação nos anos 80 era a de que elas deveriam ser incorporadas ao planejamento administrativo, desde que se considerasse o planejamento de forma diversa da que predominou durante os anos 70, ou seja, que elas não se realizassem de cima para baixo nem de fora para dentro. Assim, a conjuntura política dos anos 80 formulou outras dimensões para a classe da participação. Para os engajados na busca de redemocratização do Estado, o processo inicial concentrou-se na ideia dos conselhos, mantendo como prioridade a dicotomia do caráter que deveriam ter: ou consultivo, para escutar a população, ou

normativo/representativo, com poder de decisão. A ocupação de espaços físicos nos quais outras vozes, que não a dos políticos, também pudessem ser ouvidas continuou sendo o eixo articulatório central da questão participativa na década de 1980.

Nos anos 90, o governo central esforça-se para transferir os serviços sociais, promovendo uma autogestão social, que cria colegiados administrativos e para administrar os recursos descentralizados. Paralelamente, uma série de reformas institucionais destaca a importância dos instrumentos da democracia direta, promovendo a participação cidadã na administração pública.

Cunill Grau (1998) destaca que a década de 90 se caracteriza por duas tendências. De um lado, promove-se uma série de reformas constitucionais, que enfatizam os instrumentos da democracia direta e dão oportunidade à participação cidadã na administração pública. De outro lado, evidencia-se um claro esforço na transferência dos serviços sociais por parte do governo central. A autogestão social, que combina gerenciamento descentralizado dos recursos e criação de colegiados para sua administração, firma-se como paradigma da nova ordem institucional, que faz da cooperação social a via para a provisão dos serviços públicos.

De acordo com Santos *et al.* (2005), a elaboração de uma nova constituição revelou, em certo sentido, uma oportunidade para a incorporação legal ou formalização de mecanismos concretos de participação e controle social sobre a gestão pública. Ao mesmo tempo, procurava-se atender à demanda pela reformulação do pacto federativo, promovendo a desconcentração e a transferência de poder de decisão, recursos e responsabilidades para a esfera municipal.

Cavalcante (2012) expõe que a Constituição Federal de 1988 trouxe grandes benefícios para sociedade, sendo que um desses foi a institucionalização do direito da sociedade em participar na tomada de decisões a respeito das políticas públicas e ações do Estado, visando de forma mais abrangente a democracia, não apenas a representativa, mas principalmente a participativa, criando instrumentos que asseguram que essa participação seja efetiva.

Para Gohn (2007), a participação comunitária e a participação popular cedem lugar a duas novas denominações: participação cidadã e participação social. Na *participação cidadã*, a categoria central deixa de ser a comunidade ou o povo e passa a ser a sociedade. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e

implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada às políticas públicas. A direção geral das ações caminha no sentido do empoderamento de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional, que leva ao resgate/crescimento da identidade, tornando mais fácil o acesso aos serviços públicos, devido à difusão de informações geradas e à construção da cidadania. Já no centro da *participação social*, encontra-se o conceito de mobilização com conteúdos resignificados, assim como se redefine o caráter da militância nas várias formas de participação existentes. Portanto, essa participação social corresponde a uma nova forma de lutar pela democracia, de acordo com os diversos segmentos sociais envolvidos nessa luta e suas demandas. Para a autora, as participações cidadã e social são interdependentes e indissociáveis.

A participação cidadã significa satisfazer a necessidade do cidadão como indivíduo ou como grupo, organização ou associação, de atuar administrativa, legislativa ou judicialmente na sustentação do interesse público, traduzindo-se em pretensões de todos os segmentos sociais (ROCHA, 2011b). Assim, a participação cidadã é vista como processo capaz de gerar nova dinâmica de organização social, impulsionando a manifestação popular nas políticas públicas. Relaciona-se diretamente com questões amplas, tais como democratização, equidade social, cidadania e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, requer a democratização do poder sobre o uso de recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, a democracia cria corpo e voz, embora ainda tenha que percorrer um longo caminho de amadurecimento. Nesse processo, uma das formas que oferece a voz participativa é a criação dos Conselhos Gestores, tema da próxima seção.

## 2.2 A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E OS CONSELHOS GESTORES

Como visto anteriormente, a Constituição de 1988 foi um marco na criação e na proliferação de instâncias participativas, cujo objetivo era a inserção de novos atores na definição de prioridades da gestão governamental. Ganham destaque,

dentre esses espaços, os conselhos de políticas públicas, que se espalharam rapidamente pelas esferas municipais, estaduais e federal.

Os conselhos de políticas públicas surgem como resposta à crítica feita, sobretudo, pelas CEBs e Movimentos Sociais de que os cidadãos não participaram da concepção e implementação das políticas públicas do Estado Social. Embora a aproximação entre a sociedade civil e o Estado seja a proposta da democracia participativa, restrições temporais e espaciais impedem que todos os cidadãos participem de todas as decisões tomadas pelo governo. Surge daí a necessidade de serem criados canais que tornem possível uma maior fiscalização e controle das ações do governo, bem como a vocalização das demandas sociais dos diversos setores. Portanto, os conselhos gestores consistem em uma institucionalização da democracia participativa.

Contudo, a origem dos conselhos também define o tipo de participação que eles proporcionam, segundo Teixeira (2005), que aponta três origens distintas:

A primeira é resultante de movimentos insurrecionais, como meio de organização revolucionária que é, ao mesmo tempo, aparato de poder e sistema alternativo de representação. Nesse grupo estão as experiências da Revolução Francesa, da Comuna de Paris e dos Soviets. A segunda vertente compreende os conselhos de locais de trabalho, que se organizam em assembleias operárias e representação por meio de delegados de seção de fábrica. Nesta vertente estão os “conselhos operários”, os “conselhos de fábrica” e os “conselhos populares”, experimentados na Itália, Espanha, Iugoslávia, Polônia e Alemanha. A terceira vertente engloba os conselhos gestores. Estes surgem nos países de capitalismo avançado como arranjos neocorporativistas com objetivo de negociar demandas de trabalhadores, usuários e outros grupos de interesse e reduzir conflitos distributivos. Os Conselhos emergem em circunstâncias de crise institucional e revolucionária, de insuficiência de legitimidade dos sindicatos e de crise do Estado (TEIXEIRA, 2005, p. 99 apud GURGEL; JUSTEN, 2013, p. 363).

No Brasil, as primeiras experiências de conselhos públicos se dão a partir de 1960, com a formação de conselhos comunitários (uma versão mais antiga das associações de moradores) e os “conselhos de notáveis”, que, no período ditatorial, atuavam nas instâncias governamentais. Nos anos 1980, surgem os conselhos populares, inaugurando uma nova forma de organização de movimentos sociais (GOHN, 2007).

Nesta pesquisa, especificamente, são objeto de estudo os conselhos gestores, que foram formados após a Constituição de 88. Esse modelo de conselho rompe com os paradigmas institucional e jurídico em vigor até a Constituição de 88,

desenvolvendo, assim, duas novas dimensões da participação cidadã nas questões públicas: a técnico-normativa e a democrática (BRONZO, 2007).

Em seu artigo 1º, parágrafo único, a Constituição Federal de 1988 especifica que “[...] todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]” (BRASIL, 1988). Portanto, os conselhos gestores são instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado com dimensão técnico-normativa, ou seja, de ordem legal. Estão inscritos na Constituição Federal de 88 e em outras leis, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população.

Para Gohn (2011), a dimensão democrática dos conselhos gestores corresponde à interferência direta dos segmentos sociais nas decisões governamentais, proporcionada pelo diálogo que ocorre dentro dos conselhos. Vale ressaltar que os conselhos são espaços públicos, ou seja, espaços de discussões de interesses coletivos e sociais, onde civis e membros do governo tomam decisões referentes às demandas dos diversos setores da sociedade. Os conselhos são importantes, porque são frutos de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas e tomadas de decisões.

Infelizmente, a legalidade dos conselhos não garante sua eficácia democrática. Na visão de Lopes (2012, p. 114), “a democracia participativa, vem acontecendo no Brasil através dos conselhos, os quais vêm assumindo uma importante função, no sentido da construção da cidadania e da reivindicação dos padrões de convivência democrática”. Contudo, na prática, percebem-se grandes dilemas enfrentados pelos conselhos (os interesses individuais x as demandas coletivas), seja pela forte influência da política neoliberal ou pela desarticulação existente entre os conselhos e suas entidades representativas ou ainda pela falta de mobilização dos movimentos sociais ali representados que deveriam ser mais atuantes, a fim de cumprir a verdadeira participação social (TATAGIBA, 2002; BEHRING; BOCHETTI, 2006; GOHN, 2007).

No início da década de 1970, o cenário mundial pós-guerra caracterizou-se pela imensa crise capitalista favorecendo a adoção das ideias neoliberais por grande parte dos governos de direita radical (ANDERSON, 1995). O Neoliberalismo consiste em uma ideologia nascida no livro de Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão* (1944). Para Hayek e seus seguidores, a origem da crise era o

[...] poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.10).

Segundo Anhucci e Suguihiro (2009), a ideologia neoliberal consentia amplos segmentos – o segmento dos que realizam a administração pública (Governo), o segmento dos que contribuem diretamente com essa administração (Empresários) e o segmento da sociedade civil (População despolitizada) – em contrapartida à radicalização das lutas de classes. Portanto, o Neoliberalismo possui duas características que interferem diretamente na participação dos segmentos nos conselhos gestores, que os desarticulam de suas entidades representativas: (i) a elevação do mercado à condição essencial para uma boa economia e o individualismo competitivo decorrente dessa elevação e (ii) a valorização dos especialistas em decorrência da participação popular. Assim, de um lado, a ideologia neoliberal promove uma cultura de liberdade individual e competitiva em busca do sucesso econômico, fragmentando a luta das classes sociais, e, do outro, favorece um senso comum o pensamento de que a grande massa populacional deve deixar as discussões políticas a cargo dos especialistas, geralmente engajados em cargos do Poder Público, diminuindo o poder do povo na participação das políticas públicas.

É nesse sentido que Duriguetto (2007, p. 88-89) equipara a sociedade civil ao mercado, taxando-a de neoconservadora:

A sociedade civil é reatualizada como expressão dos interesses particulares que têm no mercado sua racionalidade. E essa racionalidade do mercado clarifica também o campo de toda racionalidade política. Ou seja, condições de governabilidade só tendem a ser alcançadas com a reconstituição do mercado e dos valores que lhes são inerentes, como a competição e o individualismo. É com uma sociabilidade competitiva e individualista e suas implicações na desagregação de grupos organizados, desativando mecanismos de negociação de interesses coletivos e eliminando direitos adquiridos, que teremos uma sociedade civil que colabora para a governabilidade política (DURIGUETTO, 2007, p. 88-89).

Apesar de toda a luta pela democracia e de toda o marketing realizado nas campanhas eleitorais, o Neoliberalismo é antidemocrático e está impregnado na cultura popular e nos próprios segmentos sociais. Dessa forma, os conselhos gestores continuam mascarando o grande dilema entre os interesses individuais e

competitivos da ideologia mercantilista e as demandas das classes sociais cujos direitos são alienados (ANHUCCI; SUGUIHIRO; 2009).

Parteman (1992) observa que há três tipos de formas de participação: a pseudoparticipação, quando há somente consulta, a participação parcial, quando só uma parte do fórum participa, e a participação total. A depender do tipo de participação expressar-se-ão níveis distintos de prática democrática. Para o autor, tal distinção é importante, já que a experiência participativa pode resultar tanto em cidadãos ativos, entendidos como politizados, com visão crítica da realidade, conhecedores dos problemas que os circundam, com compreensão sobre as causas e as origens desses problemas, como em cidadãos ativos só na dimensão de tarefeiros, executores de "missões", com atuações individualizadas e personalistas, muito distantes de qualquer sentido público propriamente dito, respaldando-se em éticas e culturas que criam limites à governabilidade. E destaca que "os conselhos constituem o principal meio através do qual a participação pode se efetuar" (PARTEMAN, 1992, p. 106).

Portanto, para que os conselhos desenvolvam suas funções e suas potencialidades participativas e democráticas, é fundamental que sejam observadas e corrigidas as fragilidades e limitações enfrentadas pelos conselhos. Sem isso, é impossível o fortalecimento do controle social por meio dos conselhos gestores. Elencando as principais limitações dos conselhos gestores apresentadas por Gohn (2007) e por Tatagiba (2002), destacamos as seguintes:

- a) a desigualdade de condições para a participação em um conselho entre pessoas do governo e civis;
- b) a falta de capacitação necessária aos conselheiros, para que estes consigam representar seus segmentos de forma qualificada;
- c) a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais;
- d) a ausência de parâmetros de fortalecimento do diálogo entre representantes do governo e representantes da sociedade;
- e) o caráter deliberativo das decisões tomadas em um conselho não está legalmente sedimentado, portanto não há obrigação de que o Poder Executivo acate tais decisões.

Em virtude dessas limitações Gohn (2007) expõe a necessidade de uma definição mais precisa das competências e atribuições dos conselhos gestores, da elaboração de instrumentos jurídicos de apoio às suas deliberações, da definição mais precisa do que seja a participação de um representante nos conselhos gestores e da capacitação dos conselheiros. Assim, a participação precisa ser efetiva, qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas. É preciso dotá-las de informações e de conhecimento sobre o funcionamento das estruturas estatais.

É baseando-se nessas informações que o presente trabalho se propõe a refletir acerca da participação dos conselheiros do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais (CONSEC), que será apresentado na próxima seção.

### 2.3 AS POLÍTICAS CULTURAIS E O CONSEC

Diante do cenário de grandes desafios e ameaças à efetivação dos conselhos públicos, o Instituto de Governança Social<sup>3</sup> tem implantado ações que buscam fortalecer os conselhos estaduais - A Lei Delegada 112/2007, que trata da estrutura e organização da administração pública do Estado de Minas Gerais, prevê a existência dos 48 conselhos estaduais de políticas públicas atualmente presentes no estado mineiro, que estão vinculados a 16 Secretarias de Estado e à Governadoria. Dessa forma, pressupõe-se que grande parte das políticas públicas implementadas pelo Governo do Estado tramita por essas instâncias, tanto de forma consultiva quanto deliberativa.

Sendo que nas leis de criação de 43 dos 48 conselhos gestores de Minas Gerais está prevista a participação da sociedade civil, é correto afirmar que o estado mineiro tem avançado no processo democrático. Além disso, 65% desses conselhos podem produzir deliberações, normas ou resoluções, ou seja, possuem força deliberativa. Essa afirmação ganha mais força com os resultados dos estudos de Pinto (2007), os quais demonstram que 94% dos conselhos gestores de Minas

---

<sup>3</sup> Órgão governamental criado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com o Terceiro Setor, com o objetivo de fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas e a parceria com a sociedade civil no Estado.

Gerais informam, em sua legislação, que fazem parte de suas competências a proposição e o acompanhamento de políticas públicas em áreas específicas.

O presente trabalho optou por estudar o Conselho Estadual de Cultura (CONSEC), por ser o conselho estadual de políticas culturais em Minas Gerais. Sabe-se que a área cultural no Brasil é muito ampla e abrange diversos segmentos. Em Minas Gerais, a atividade cultural também é muito diversificada, sofrendo influência tanto do patrimônio artístico deixado pelo século XVIII quanto pelas referências contemporâneas próprias da Região Sudeste. Daí o interesse de se estudarem as relações de poder existentes entre os diversos segmentos culturais representados no CONSEC.

Segundo manual interno do Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC), o CONSEC foi criado pela Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, e passa a ser um órgão colegiado, paritário, de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior da Secretaria de Estado de Cultura (SEC). É formado por 11 representantes da sociedade civil organizada e 11 representantes do Poder Público, conforme a Tabela 1. O CONSEC tem como missão acompanhar a elaboração e implantação das políticas públicas do Estado para a Cultura e ser uma instância da sociedade civil junto à SEC.

Quadro 1 - Lista de Segmentos Culturais e seus respectivos representantes no CONSEC (continua)

<b>Segmento cultural</b>	<b>Representantes</b>
Arte Popular, Folclore e Artesanato	Geralda Maria Vieira Neves Grupo Folclórico Aruanda
Audiovisual e Novas Mídias	Sérgio Borges Martins André Carreira dos Reis
Dança e Circo	Adriana Perrella Matos Sula Kyriacos Mavrudis
Design e Moda	Elizabeth Leite de Faria Luis Gustavo Vieira de Almeida
Entidades de Trabalhadores e Empresariais	Tiago Maia (SESI) Maria Magdalena Rodrigues (SATED)
Literatura, Livro e Leitura	Aníbal Henrique de Oliveira Macedo José de Alencar Myrink
Museu e Artes Visuais	Túlio Mourão Pontes Rosalba Lopes
Música	Makely (Ka) Oliveira Soares Gomes Diomar Donizette da Silveira
Patrimônio Histórico e Artístico	Maria Ribeiro de Andrada e Oliveira Figueiredo Amílcar Viana Martins Filho

Quadro 1 - Lista de Segmentos Culturais e seus respectivos representantes no CONSEC (conclusão)

<b>Segmento cultural</b>	<b>Representantes</b>
Produção Cultural	Paulo de Moraes
Teatro	Aluizer Malab Barbosa do Nascimento José Geraldo D'Angelo Rubem Silveira dos Reis
Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Deputado Elismar Fernandes Prado
Sec. de Est. de Casa Civil e Relações Institucionais	Deputado Luiz Henrique Maia Santiago Caio Barros Cordeiro
Secretaria de Estado de Cultura	Mila Batista Leite Corrêa da Costa Secretária Estadual Eliane Denise Parreiras Oliveira (Presidente) Secretária Adjunta Estadual Maria Oliveira de Castro e Oliveira
Secretaria de Estado de Educação	Lourdes Raquel Peres Teixeira
Secretaria de Estado da Fazenda	Fabiano Henrique Fonseca Moreira Eduardo Silva da Silveira
Secretaria de Estado de Governo	Elizabete Fátima de Castro Lopes Érica Maria Machado Malta
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Carlos Alexandre Gonçalves da Silva Maria de Fátima Rodrigues
Secretaria de Estado de Turismo	Maria Angélica de Andrade Vasconcelos Daniela Carvalhais de Almeida
Universidade do Estado de Minas Gerais	Leonardo Bruno Nunes Menezes Benedickt Michael Justus Wiertz
Universidade Federal de Minas Gerais	Gislene Marino Costa Lucas José Bretas dos Santos
Associação Mineira de Municípios	Bernardo Jefferson de Oliveira Mara Cristina Silva Reis Rabelo Rogério de Souza Moreira

Fonte: Site do CONSEC (2011)

Para entender o CONSEC, é preciso entender o que é a política cultural pública. Uma definição bastante completa é a de Cunha Filho (2003, p. 511):

Por política cultural pode-se entender, inicialmente, o conjunto de intervenções dos poderes públicos sobre as atividades artístico-intelectuais ou genericamente simbólicas de uma sociedade, embora deste âmbito se encontre habitualmente excluída a política de educação ou de ensino formais. Ela abrange tanto o arcabouço jurídico de tributos incidentes, de incentivo, e proteção a bens e atividades, quanto, de maneira concreta, a ação cultural do Estado, frequentemente seletiva, e na qual se incluem: organismos ou estruturas administrativas; princípios, regras e métodos de atuação; gerenciamento ou formas de apoio a instituições, grupos, programas ou projetos; manutenção ou difusão de obras e de processos artístico-intelectuais; preservação e uso de bens patrimoniais.

Em outras palavras, política cultural pública é o conjunto de preceitos e

objetivos coerentemente ordenado para orientar as ações públicas mais imediatas na área da cultura, ainda que realizada por meio de intervenções do Estado ou de instituições civis. Entretanto, conforme Avelar (2014), as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro no campo cultural, geralmente são de caráter imediatista. Em grande parte, o planejamento aplicado a esse setor está fragmentado e limitado à dimensão do evento. Embora os eventos culturais sejam importantes e tenham seu valor na contribuição social, seus efeitos são naturalmente efêmeros, isto é, são finitos e sem perspectiva de continuidade. Devido a isso, muitas vezes, investimentos em ações de formação, de manutenção de entidades e grupos, de preservação do patrimônio e de estímulo ao desenvolvimento do espírito crítico são deixados em segundo plano ou mesmo excluídos das discussões governamentais.

Surge daí a necessidade de uma melhor organização do setor cultural, a fim de serem concebidas e efetivadas políticas públicas que desenvolvam a Cultura em âmbito municipal, estadual e federal. Nesse sentido, os conselhos gestores surgem como um instrumento democrático favorável à organização desse campo, não apenas no aspecto eventual, mas também no aspecto formativo e de continuidade.

Contudo, a própria diversidade de segmentos culturais, que enriquece substancialmente o setor, torna-se uma limitação quando da construção de uma política pública que beneficie a todos. Conforme Avelar (2014, p. 108):

Os artistas, produtores e gestores culturais são muitos, são ruidosos, são combativos e têm a mídia quase sempre a seu favor, quando se trata de defender os interesses do segmento. Entretanto, embora demonstrem força em determinados momentos, as iniciativas de mobilização ainda se dão de forma pontual. Profissionais do teatro dialogam entre si e defendem seus interesses específicos. Pessoas da área de cinema lutam pelas questões do cinema. Músicos, numa intensidade bem menor, conversam com músicos. Artistas plásticos, então, quase não se articulam. Raramente a classe cultural deixa de lado suas fronteiras estéticas e ideológicas para atuar em uníssono em prol de causas comuns.

Dessa forma, o CONSECO, desde que cumpra sua função de proporcionar a paridade participativa entre todos os segmentos culturais nele representados, pode tornar-se um exemplo de desenvolvimento do setor cultural na luta pela democracia no que concerne à Cultura como bem público, direito de todos os cidadãos.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quanto mais a sociedade civil compreender os processos de sua presença e participação nas políticas públicas, maior será o entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, pois é por meio da política participativa que os diversos setores sociais conseguem lutar pelo acesso aos seus direitos sociais e de cidadania.

Para tratar do tema da participação, é necessário fazer referência a um marco importante da história recente do Brasil: o movimento pela redemocratização na década de 80 que resultou na Assembleia Constituinte e na elaboração da Constituição de 1988. Como exposto neste capítulo, uma das conquistas resultantes dessa constituição é o surgimento dos conselhos de políticas públicas, também conhecidos como conselhos gestores.

Se os conselhos gestores oferecerem igualdade de participação e valorização das vozes de todos os segmentos nele representados, então estará cumprindo sua função de instrumento de democratização. Entretanto, a realidade tem sido bem diferente do ideal. Os conselhos, geralmente, estão submetidos a uma série de limitações que acabam por minar a participação social na efetivação de leis que correspondam às demandas sociais.

Os próximos capítulos apresentarão uma análise discursiva acerca dessa participação no CONSEC, a fim de verificar se todos os segmentos culturais estão sendo contemplados em sua participação nas atas das reuniões do CONSEC, que são um dos documentos por meio dos quais se torna visível a política pública cultural em Minas Gerais.

A análise do discurso é uma abordagem científica bastante eficaz quando se pretende observar os fenômenos linguísticos envolvidos na comunicação, tais como as intenções do enunciador, as possíveis inferências do interlocutor, os elementos de composição do enunciado, entre outros fenômenos. No caso desta pesquisa, a comunicação observada é do tipo interativa (os conselheiros interagem dentro da reunião), tornando a análise discursiva ainda mais rica. Sendo que o referencial de análise escolhido o Modelo de Análise Modular (MAM), que oferece uma riqueza de detalhes que podem sustentar ou negar a hipótese deste trabalho, o próximo capítulo será dedicado exclusivamente ao tema da análise do discurso.

### 3 ANÁLISE DO DISCURSO

Ao longo do século XX, sob diferentes perspectivas, diversas teorias surgiram e desenvolveram-se visando compreender a complexidade das produções discursivas: a Teoria da Análise Distribucional (Harris), a Etnografia da Comunicação (Hymes; Gumperz), a Etnometodologia (Garfinkel), a Análise Conversacional (Sacks), entre outras. Desse modo, a Análise do Discurso tem se revelado como uma forte tendência entre os estudiosos que tentam articular a estrutura textual e as situações comunicacionais (Goffman, Austin, Pecheux, Foucault, Lacan, Dubois, Bakhtin, Benveniste) (MAINGUENEAU, 2015).

Segundo Marinho (2004), a análise do discurso é um campo bastante abrangente, que aborda diferentes pontos de vista teóricos e metodológicos, tais como o da filosofia, o da sociologia, o da antropologia, o da história e o da linguística. É um campo que abre espaços para várias hipóteses, como bem aponta Charaudeau (1996, p. 4), “sem que qualquer uma delas possa pretender ser superior às demais”. Essa multiplicidade de correntes teóricas não provoca tensões acerca do assunto, como se poderia imaginar, mas realça a importância da interatividade e da complementaridade existente entre elas, tal qual ocorre também com o discurso.

Todavia, não é sensato tentar abordar todas essas correntes teóricas, mas é preciso escolher aquela que melhor servirá à pesquisa pretendida. Sendo assim, o ponto de vista adotado nesta obra é o de um modelo da Análise do Discurso que fornece contribuições teórico-metodológicas mais adequadas ao alcance do objetivo desta pesquisa. Portanto, este capítulo tratará do discurso como objeto de análise e do modelo de análise do discurso conhecido como Modelo de Análise Modular do Discurso. Mas, antes de apresentarmos o modelo modular, consideramos importante definir a noção de discurso.

#### 3.1 NOÇÃO DE DISCURSO

O termo “discurso” é usualmente empregado para referir-se a pronunciamentos de caráter solene ou oficial, embora nem sempre atribuídos a

peças públicas ou de autoridade. Por exemplo, “o Papa fez um discurso a respeito da paz” ou “nesta família, todo aniversariante tem que fazer um discurso antes de partir o bolo”. Outro emprego comum para esta palavra é a ambiguidade que define “discurso”, ao mesmo tempo como um sistema de uso restrito da língua para determinado grupo ou ambiente, bem como para o conjunto de textos produzidos por esse sistema: “discurso político”, “discurso polêmico”, “discurso religioso” etc.

Segundo Maingueneau (2015), há duas maneiras distintas de emprego para “discurso”:

- a) como substantivo *contável*, referindo-se a acontecimentos de fala ou conjuntos textuais (“cada discurso é individual”, “os discursos estão inscritos em contextos”, “existem discursos que atravessam o tempo”, “os discursos publicitários são atraentes” etc.);
- b) como substantivo *não contável*, isto é, que não possui forma no plural (“o discurso expõe nossas ideias”, “essa compreensão só foi possível graças ao discurso” etc.).

Essa polissemia proporciona que o termo “discurso” se refira, simultaneamente, a objetos práticos e a algo capaz de extrapolar todo ato de comunicação particular, favorecendo, assim, “uma dupla apropriação da noção: por teorias de ordem filosófica e por pesquisas empíricas sobre o funcionamento dos textos” (MAINGUENEAU, 2015, p. 23).

Pela perspectiva da linguística, segundo Maingueneau (2015), uma definição possível para discurso é “o uso da língua de modo que a comunicação tenha êxito”. Em outras palavras, o discurso configura-se como um uso da língua que transcende a palavra, a expressão (grupo de palavras) e a frase, possibilitando que a comunicação atinja seu objetivo.

Dessa forma, é possível afirmar que o discurso, no sentido aqui empregado, é indissociável do fenômeno comunicacional, uma vez que este é a razão daquele, ou seja, o discurso só é discurso se realizado em função da comunicação.

Nesse sentido, Maingueneau (2015) afirma que “discurso” opõe-se aos conceitos de “frase”, “língua” e “texto”. Essa tríplice oposição permite uma compreensão mais ampla de discurso para os linguistas, conforme observa-se a seguir:

- a) “Frase” consiste em uma unidade elementar da comunicação verbal, constituída por uma palavra ou uma sequência de palavras, sintaticamente completa, dotada de sentido e empregada fora de qualquer contexto. Quando inserida em algum contexto, a frase passa a configurar-se como um enunciado. Uma mesma frase pode corresponder a diversos enunciados, de acordo com os diversos contextos nas quais ela pode ser utilizada. Por exemplo, “Silêncio!” é apenas uma frase fora de contexto; mas quando escrita em uma placa na sala de espera de um hospital, torna-se um enunciado; quando empregada, no meio de uma conversa noturna que ameaça acordar outras pessoas consiste em outro enunciado e assim por diante. Por sua vez, “discurso” corresponde a uma unidade linguística formada por um enunciado ou um encadeamento de enunciados;
- b) “Língua” é definida como um sistema de codificação da linguagem verbal, isto é, da linguagem que se utiliza de palavras no processo de comunicação. Já “discurso” é o uso da língua em determinado contexto, ou seja, discurso é o mesmo que enunciação (ato de produzir enunciados);
- c) A oposição entre discurso e texto é mais complexa que as outras, devido ao uso indiscriminado destes termos como sinônimos. Entende-se por “texto” uma produção verbal, oral ou escrita, estruturada de tal forma que lhe seja possível conservar-se, repetir-se e circular longe de seu contexto original. Duas características marcantes do texto são a sua constituição como uma totalidade coerente e a sua pertença a um gênero de discurso (poesia, notícia, piada, anúncio, romance etc.), características essas que assemelham ainda mais os conceitos de texto e de discurso. Entretanto, “discurso” pode ser definido como o conjunto de ideias e objetivos que dão origem e suporte ao texto, tornando-se dependente da interpretação dos ouvintes ou leitores para tornar-se, de fato, uma unidade comunicacional (MAINGUENEAU, 2015).

O autor ainda aponta várias características do discurso, de acordo com as ciências da linguagem, além da linguística:

- a) *O discurso é uma organização situada para além da frase* – embora possa ser constituído por uma ou mais frases, o discurso mobiliza estruturas diferentes das da frase. Isso ocorre porque ele está submetido às regras específicas de cada grupo social ao qual está servindo. Por exemplo, em um livro de gramática no qual sua aplicação tem a única finalidade de exemplificar uma norma da língua, “Caio não foi à escola ontem” é apenas uma frase. Empregada em uma situação cotidiana por um enunciador cuja intenção é passar uma informação, esta frase torna-se um discurso;
- b) *O discurso é orientado* – para cumprir o objetivo de quem o promove, o discurso é, ao mesmo tempo, concebido em função de um ponto de vista do locutor (aquele que fala ou escreve) e se desenvolve no tempo, de forma linear. Uma vez que é dirigido a algo ou a alguém, o discurso pode sofrer digressões, isto é, em decorrência das interferências entre os interactantes, o discurso pode sofrer desvios em seu curso original, principalmente na forma **dialogal** (aquela em que o discurso é construído por dois locutores), embora isso também seja possível na forma **monologal** (quando o locutor mantém o domínio do discurso). Um exemplo claro dessas digressões são as famosas falhas de comunicação tão frequentes nas empresas;
- c) *O discurso é uma forma de ação* – partindo do pressuposto que a atividade verbal se relaciona com atividades não verbais, é possível compreender que falar é um ato (pedir, prometer, indagar, sugerir etc.), uma ação capaz de modificar uma situação;
- d) *O discurso é interativo* – ao se observar uma conversa, fica claro que o discurso é uma atividade interativa. Contudo, é difícil reconhecer a interatividade em um discurso produzido por um locutor de rádio ou por um conferencista, quando não há intervenção de interlocutores. Essa dificuldade aumenta ainda mais quando o discurso é escrito. Porém, a interatividade do discurso consiste no seu carácter **coenunciativo**, isto é, no discurso há uma interatividade constitutiva (também chamada de dialogismo) na qual, mesmo sem uma intervenção imediata do **coenunciador**, este interfere no discurso assim que o reconhece, o compreende e o interpreta;

- e) *O discurso é assumido por um sujeito* – o sujeito do discurso é aquele que assume a responsabilidade pelo que é dito, tornando-se referência pessoal, temporal e espacial, concomitantemente, indicando qual a própria atitude em relação ao discurso;
- f) *O discurso é regido por normas* – todo ato de enunciação precisa justificar, de um jeito ou de outro, a razão pela qual se apresenta da maneira como se apresenta. Uma pergunta implica que o enunciador não conheça a resposta, que essa resposta seja útil ou interessante para ele, que ele creia na possibilidade do coenunciador responder-lhe etc. Essas são as chamadas “leis do discurso”;
- g) *O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso* – só é possível interpretar qualquer discurso, relacionando-o a muitos outros. Isso porque todo discurso é gerado no interior de um universo discursivo também chamado de gênero de discurso.

Em resumo, o discurso consiste em um ato de fala que constitui uma unidade linguística e comunicacional que depende da interatividade entre o enunciador e o(s) coenunciador(es). Portanto, existem diversas formas de se analisar o discurso, dentre as quais se destacam aquelas que, auxiliadas por múltiplos métodos, realizam um estudo prático e detalhado do *corpus*.

Duas linhas de análise do discurso bastante conhecidas são: a **inglesa**, intervencionista, conhecida como Análise Crítica do Discurso<sup>4</sup>, que busca aplicar o resultado das análises para criar mudanças práticas na sociedade; e a **francesa** que, opondo-se à inglesa, volta-se para o material linguístico visando à compreensão de como os discursos se constroem, como são incluídos na sociedade, como revelam informações acerca dos falantes da língua, da sua história e das suas condições de produção, sem necessariamente buscar intervir nessas condições (MAINGUENEAU, 2015).

O Modelo de Análise Modular (MAM), abordagem escolhida para este trabalho, é oriundo das pesquisas sobre análise do discurso realizadas na

---

<sup>4</sup> A Análise Crítica do Discurso não constitui uma única teoria, mas sim uma vertente dos estudos da linguagem que congrega diferentes pesquisadores, alguns dos quais são Wodak, Van Dijk, Fairclough, Van Leeuwen. Apesar das especificidades que caracterizam cada abordagem da ACD, os autores reunidos nessa vertente se aproximam pelo interesse em realizar um estudo do discurso que evidencie as relações profundas que a linguagem estabelece com conceitos como os de poder, ideologia e hegemonia (WODAK, 2004).

Universidade de Genebra, por uma equipe liderada por Eddy Roulet, e apresenta diferenças tanto em relação à linha francesa quanto à linha inglesa de Análise do Discurso, como será mostrado na sequência.

### 3.2 MODELO DE ANÁLISE MODULAR (MAM)

Conforme Marinho (2004), o MAM propõe um diálogo profícuo com várias correntes:

- a) O discurso como interação verbal junto aos conceitos de polifonia e dialogismo (Bakhtin);
- b) A estrutura hierárquica (Pike);
- c) A ideia acerca do implícito e do ilocutório (Austin, Searle, Grice);
- d) A teoria da enunciação que aborda o encadeamento dos atos de linguagem no discurso e os conectores que marcam tais encadeamentos (Ducrot e Anscombre);
- e) Os estudos da sociolinguística sobre os tipos de conversações autênticas (Sinclair e Coulthard, Stubbs, Rehbock, Henne e Labov);
- f) A descrição da articulação do discurso e da compreensão do papel do implícito na interação face a face (Goffman, Sacks e Schegloff).

O modelo consiste em um “modelo hierárquico”, isto é, um modelo que não preza nenhum elemento em detrimento dos outros, mas compreende a contribuição coletiva de tais elementos, de acordo com a necessidade específica de cada análise, sem que nenhum ocupe lugar de superioridade, como aconteceria em um modelo hierárquico. Entenda-se por elementos neste trabalho as informações discursivas elementares que podem ser sistematizadas de acordo com um domínio específico da organização do discurso.

Obviamente, a ideia de um modelo como esse pressupõe a existência de elementos ou sistemas discursivos complexos em si mesmos e na relação estabelecida entre eles. A iniciativa da elaboração de um modelo de análise do discurso que pudesse dar conta dessa complexidade teve início, como já

informando, na Universidade de Genebra, com Eddy Roulet e seu grupo de pesquisadores, ao proporem um quadro de análise do discurso que pudesse descrever e explicar os diferentes aspectos discursivos relacionados à interação.

O MAM constrói-se a partir da hipótese de que o discurso, sendo um objeto que possui uma organização complexa, pode ser decomposto em um determinado número de sistemas e subsistemas de informações simples e autônomos (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Esses sistemas e subsistemas, também denominados “módulos” (daí análise modular), são categorizados de acordo com três componentes, ou dimensões, do discurso: linguístico, textual e situacional, tendo por base a noção de interação verbal, isto é, a interação discursiva entre os coenunciadores (TOMAZI; NATALE, 2012).

Uma vez identificados os subsistemas que participam da organização do discurso, é possível combiná-los posteriormente, a fim de compreender de forma progressiva o objeto que deu origem a eles. Cunha (2014a) destaca que essa dinâmica própria do MAM ocorre sob uma mesma perspectiva: a cognitivo-interacionista. Em outras palavras, a subdivisão das dimensões discursivas em módulos permite uma melhor compreensão de como cada elemento funciona dentro do componente ao qual pertence, assim como possibilita o estudo das relações que esses módulos estabelecem entre si na produção do discurso.

Ainda de acordo com Cunha (2014b), em sua versão atual, o modelo compõe um quadro teórico e metodológico que visa reunir, numa mesma abordagem da complexidade da organização do discurso, contribuições de pesquisadores que se centraram em aspectos isolados dessa organização (FILLIETTAZ, 2004; FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO, 2004; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Sendo assim, tal modelo pretende ser, ao mesmo tempo, aberto a várias possibilidades de análise e eficaz.

Contudo, essa eficácia precisa ser assegurada por meio de critérios bem definidos. Segundo Roulet (1999, p. 139-140), um modelo de organização do discurso deve satisfazer às seguintes exigências:

- a) Engendrar as estruturas linguísticas, textuais e referenciais de todas as produções discursivas possíveis – monologais ou dialogais – o que diz respeito à existência de mecanismos recursivos;
- b) Definir, de forma precisa, os constituintes dessas estruturas e as inter-

- relações estabelecidas entre eles;
- c) Dar conta do encadeamento e da hierarquia das informações no discurso;
  - d) Dar conta da polifonia nas produções discursivas, bem como de seus diferentes níveis de encaixamento e da integração entre os mesmos;
  - e) Dar conta dos diferentes tipos de sequência que podem constituir o discurso em diferentes níveis de encaixamento e de suas combinações;
  - f) Dar conta da pontuação das produções discursivas, orais ou escritas;
  - g) Dar conta das situações de interação do discurso, bem como das interações que ele pode representar em diferentes níveis de encaixamento;
  - h) Dar conta do(s) universo(s) do discurso, ou seja, das representações dos mundos nos quais o discurso se inscreve e dos quais ele fala; e
  - i) Dar conta das inferências que comandam a organização do discurso.

De acordo com Pires (1997 p. 27, apud MARINHO, 2004, p. 81), o modelo de análise modular possibilita distinguir, e não dissociar, o que é distinto; é um modelo “capaz de conciliar as dimensões linguísticas, discursiva e situacional de uma forma dinâmica, sem, entretanto, modificar a lógica da organização de cada uma delas”.

Cunha (2014a) destaca que, conforme a metodologia proposta pelo modelo modular, identificam-se inicialmente os módulos que entram na composição do discurso. Essa seria a primeira das duas exigências do MAM concebido por Roulet, a saber, “decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos) reduzidos a informações simples”. A segunda exigência é “descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados” (ROULET, 1999, p. 42).

Em outras palavras, as informações elementares pertencentes a um mesmo domínio específico da organização discursiva são organizadas em sistemas, ou seja, em módulos, cuja função é descrever o domínio ao qual se referem. Esses módulos, por sua vez, constituem as três dimensões que compõem o discurso. São elas: a dimensão **linguística** formada pelos módulos *lexical* e *sintático*, a dimensão **textual** constituída pelo módulo *hierárquico* e a dimensão **situacional** composta pelos

módulos *interacional e referencial*.

As informações contidas nesses módulos combinam-se em **formas de organização** do discurso, que são distinguidas em duas categorias: as *elementares* e as *complexas*, conforme se observa na Figura 1. Como informado a descrição tão precisa quanto possível dessas combinações, a fim de dar conta das diversas formas de organização do discurso analisado, configura-se no segundo passo, ou melhor, na segunda exigência do MAM (ROULET, 1999, p. 42).

	Módulos <dimensões>	Formas de organização	
		<elementares>	<complexas >
LINGÜÍSTICO	lexical	Fono-prosódica	periódica
	sintática	semântica	tópica
TEXTUAL	hierárquica	relacional	polifônica
		informacional	composicional
SITUACIONAL	referencial	enunciativa	estratégica
	interacional	seqüencial	
		operacional	

Figura 1 - Modelo de análise modular.

Fonte: Cunha (2014, p. 33).

Desta forma, segundo Marinho (2004), cada dimensão pode ser descrita de forma independente e reduzida a seus elementos mais simples, numa primeira fase,

chamada de *découplage*<sup>5</sup>, que será completada por uma segunda fase, a de *couplage*<sup>6</sup> das informações obtidas com a descrição das dimensões, permitindo o tratamento da complexidade dos discursos. Para melhor compreensão dessas duas fases, é necessário definir cada componente do modelo, conforme se observa na Figura 1.

De acordo com Tomazi e Natale (2012), a hipótese modular é sustentada pela visão de que cada um dos componentes do discurso é constituído de subsistemas independentes, os módulos, que são distribuídos em subconjuntos nas três dimensões: a linguística (módulos sintático e lexical); a textual (módulo hierárquico); e a situacional (módulos referencial e interacional).

As três dimensões que compõem a organização do discurso e seus respectivos módulos são:

- a) A **dimensão linguística** está relacionada ao léxico (conjunto de palavras de uma língua ou variedades de uma língua) e à sintaxe (estrutura dos termos das sentenças) da variedade, ou das variedades, da língua utilizada no discurso. Esta dimensão é constituída pelos módulos:
  - Lexical – é o módulo composto pelo repertório total de palavras existentes em uma língua ou variedades da língua, assim como de sua pronúncia, ortografia, significados e propriedades gramaticais. Também são indicados neste módulo os sentidos conceituais dos lexemas com conteúdo referencial e os sentidos procedurais dos dêiticos e conectores;
  - Sintático – módulo equivalente ao conjunto de regras que estabelecem as categorias e estruturas de proposições em uso numa língua ou variedades de uma língua;
- b) A **dimensão textual** corresponde à estrutura hierárquica do texto. Neste ponto, vale salientar a diferença entre texto e discurso, do ponto de vista linguístico. Para o modelo modular, **discurso** é o produto da

---

<sup>5</sup> Decomposição: fase que consiste na descrição das dimensões do discurso que intervêm no fenômeno analisado, a partir de sistemas de informações simples reunidos em torno dos componentes.

<sup>6</sup> Composição: fase que consiste no exame da forma na qual os sistemas de informação combinam-se discursivamente

interseção das dimensões linguística, textual e situacional, cujo caráter é complexo e processual e pode ser decomposto. **Texto** é o resultado da organização hierárquica dos constituintes textuais, tais como trocas, intervenções e atos, formando um dos componentes do discurso. O único módulo que compõe esta dimensão é o:

- Hierárquico – este módulo baseia-se na hipótese de que toda atividade linguageira forma um processo de negociação entre os interactantes, que se consolida em pelo menos três etapas: uma proposição, que desencadeia uma reação, que por sua vez suscita uma ratificação. Dessa forma, nele se estruturam os constituintes discursivos hierárquicos comuns a todos os possíveis tipos de texto, bem como as suas regras e relações, em três níveis distintos de análise: trocas, intervenções e atos.

c) **dimensão situacional** corresponde ao universo de referência e à situação de interação do discurso. É constituída pelos módulos:

- Referencial – esse módulo aborda os elos mantidos pelo discurso com o mundo no qual ele é produzido, bem como sua ligação com o mundo, ou mundos, que ele representa. Portanto, o módulo referencial pretende abranger tanto as ações linguageiras e não linguageiras realizadas ou manifestadas pelo enunciador, quanto pelos conceitos implicados nessas ações;

- Interacional – com a função de delimitar os níveis de interação, especificando suas características, o módulo interacional define

as propriedades materiais da situação de interação do discurso e das situações de interação que ele representa: canal escrito ou oral, alternância de turnos de fala ou de escritura, número de interactantes, co-presença ou distância espaço-temporal entre estes, reciprocidade ou não da comunicação (ROULET, 1999, p.33).

Esses subsistemas independentes que constituem os módulos fornecem informações simples que são combinadas com as informações extraídas de sete formas de organização elementares, para, depois, serem descritas as cinco formas de organização complexas.

As formas de organização elementares (*fono-prosódica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, sequencial, operacional*) resultam da

combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos. Já as formas de organização complexas (*periódica, tópica, polifônica, composicional, estratégica*) resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e das formas de organização elementares e/ou complexas (CUNHA, 2014b).

Formas de organização elementares:

- a) Fono-prosódica ou gráfica – corresponde à combinação de informações dos módulos sintático e lexical (representações fonéticas ou gráficas dos lexemas), com o objetivo de analisar a estrutura prosódica básica do discurso;
- b) Semântica – é o resultado da acoplagem de informações dos módulos sintático e lexical (representações semânticas dos lexemas), a fim de descrever as representações semânticas das proposições do discurso, de modo a possibilitar os processos inferenciais;
- c) Relacional – deriva da combinação de informações do módulo hierárquico com informações dos módulos lexical, sintático e referencial e tem como finalidade tratar as relações ilocucionárias e interativas presentes entre os constituintes do texto e as informações presentes na memória discursiva<sup>7</sup>. Estuda ainda as marcas dessas relações, tais como os conectores;
- d) Informacional – combina informações dos módulos hierárquico, referencial, sintático e lexical para analisar a estrutura das informações do discurso, por meio da descrição das diferentes progressões informacionais<sup>8</sup> manifestadas na continuidade tópica<sup>9</sup>;
- e) Enunciativa – fundamenta-se na acoplagem de informações do módulo interacional com os módulos da dimensão linguística (caso os discursos representados sejam marcados por dêiticos, verbos de fala, aspas, dois pontos etc.) ou com o módulo referencial (caso não sejam). Objetiva definir e distinguir os fragmentos de discursos produzidos e

---

<sup>7</sup> Memória discursiva consiste no conjunto de saberes conscientemente partilhados entre os interactantes.

<sup>8</sup> Os encadeamentos das informações no discurso, também conhecidos como sucessão dos atos.

<sup>9</sup> Corresponde à unidade e manutenção temática, ou seja, o “fio do texto”. Pode ser explícita ou implícita.

representados pelo enunciador nos diferentes níveis da interação;

- f) Sequencial – resulta da combinação de informações dos módulos hierárquico e referencial, ocupando-se da definição e distinção dos tipos discursivos (narração, descrição, deliberação), enquanto extrai as sequências discursivas em que os tipos de discurso se manifestam;
- g) Operacional – constitui-se pela acoplagem dos módulos hierárquico e referencial, com o objetivo de integrar as descrições das dimensões verbal (palavras) e acional (ações) do discurso, adentrando, inclusive, o campo da interpretação que se estabelece pela estruturação das ações em relação aos processos praxeológicos.

Formas de organização complexas:

- a) Periódica – resulta da combinação de informações do módulo hierárquico, da organização fono-prosódica e dos módulos interacional e referencial. Ocupa-se da pontuação do discurso oral ou escrito, bem como da forma como os constituintes textuais são segmentados e agrupados.
- b) Tópica – constitui-se da acoplagem de informações dos módulos hierárquico e referencial, como também da forma de organização informacional, objetivando analisar a forma como os coenunciadores escolhem e encadeiam os objetos de discurso no desenvolvimento da interação.
- c) Polifônica – procede da combinação dos módulos hierárquico, linguísticos, interacional e referencial e das formas de organização enunciativa e relacional, e tem por finalidade tratar das funções dos segmentos de discurso produzidos e representados.
- d) Composicional – combina informações das formas de organização sequencial e relacional e dos módulos linguísticos e referencial, a fim de explicar as formas e funções das sequências típicas da organização discursiva, a saber, cotextuais e contextuais.
- e) Estratégica – acopla informações de todos os módulos e das organizações relacional e tópica, visando à descrição do modo como os interactantes coordenam as relações de faces e lugares no

discurso.

Segundo Marinho (2004), não existe uma ordem preferencial no tratamento dos diferentes aspectos do discurso. Em função do material analisado e dos objetivos do analista é que se pode escolher uma ordem a ser seguida, visando-se à integração dos componentes analisados para que se possa dar conta da complexidade discursiva.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O modelo de análise do discurso por nós escolhido, o MAM, parte da ideia de que os sistemas de informações de base são os módulos: o referencial e interacional, que tem origem no componente situacional; o hierárquico, que provém do componente textual; e os módulos sintático e lexical, que se originam no componente linguístico. Como tais componentes estão presentes em qualquer forma de discurso, a análise modular corresponde adequadamente aos objetivos deste trabalho.

Vale ressaltar que a preocupação desse modelo é a dinâmica do discurso com enfoque na argumentação, na interação e na enunciação. Portanto, o MAM não consiste em modelo inferencial ou da competência do discurso, uma vez que seu enfoque não está nas operações mentais relacionadas à produção ou à interpretação do discurso. Roulet, Filliettaz e Grobet (2001) valem-se das contribuições de Simon e Nølke, para os quais o estudo modular constitui uma abordagem metodológica, visando descrever a organização do discurso e não o funcionamento da mente.

Dessa forma, o presente trabalho não pretende analisar o discurso em busca de avaliação das personalidades envolvidas, mas apenas do movimento social manifestado pela alternância das vozes, ou supressão destas, conforme nossa hipótese. Afinal, por meio das análises enunciativa e polifônica, o MAM possibilitara compreender a dinâmica da participação dos segmentos sociais dentro do CONSEC. Além disso, esses dois tipos de análise possibilitam observar a forma como as atas representam essa participação popular, considerando-se que tal representação interfere na compreensão e efetivação das políticas públicas culturais

tratadas no conselho, quando as atas são lidas pelos órgãos do Executivo e do Legislativo a quem são destinadas.

No próximo capítulo, que se refere à metodologia, daremos informações mais precisas sobre o percurso de análise que escolhemos seguir com base no MAM para compreender como se dão a dinâmica da participação popular dentro do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC) e o processo de efetivação das vozes dos diversos segmentos da sociedade.

## 4 METODOLOGIA

Como foi apresentado anteriormente, o presente trabalho tem por objetivo investigar se a forma como os discursos são representados nas atas de reuniões do CONSEC contribui para destacar as vozes de determinados conselheiros em detrimento das vozes de outros conselheiros, demonstrando assim a possibilidade de privilégio discursivo de alguns setores culturais nas políticas públicas em relação a outros.

Conforme visto no capítulo 3, esta pesquisa se vale da metodologia de análise proposta pelo Modelo de Análise Modular do Discurso. Devido à sua capacidade de decompor e recompor os componentes textuais e discursivos, estabelecendo critérios de análise adequados à complexidade das relações desses componentes, o método proposto pelo MAM torna-se bastante adequado para alcançar os objetivos desta pesquisa.

Este capítulo tratará inicialmente do corpus de análise. Em seguida, explicará as etapas por meio das quais o *corpus* será analisado, com base no Modelo de Análise Modular do Discurso.

### 4.1 SELEÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

O *corpus* deste trabalho é composto por seis atas coletadas do site do CONSEC, a saber, seis atas de reuniões ordinárias, que reuniões que ocorreram segundo a programação preestabelecida e respeitando o calendário anual. Tais reuniões ocorreram no período entre 05 de setembro de 2012 e 09 de dezembro de 2013, na capital mineira.

Aqui, vale ressaltar o porquê de se escolher o gênero ata para a realização da análise discursiva nesta pesquisa.

Tratando especificamente da ata, podemos assinalar que é um tipo de documento de suma importância para as organizações, tanto na administração pública quanto na área privada. É usado como um meio de comunicação altamente formal, cuja finalidade é relatar os assuntos mais relevantes tratados em uma reunião, assembleia ou convenção. Daí as suas

várias espécies: ata de assembleia geral extraordinária, de assembleia geral ordinária etc. A ata é, portanto, um relatório “pormenorizado” de tudo o que se passou em uma reunião, assembleia ou convenção (NASCIMENTO, 2012, p. 118).

Segundo Bakhtin (2000), existe uma infinidade de gêneros discursivos, uma vez que dependem da intenção e dos eventos sociais nos quais são produzidos. Portanto, uma das características mais importantes dos gêneros é a sua heterogeneidade. Ele ainda classifica os gêneros em dois grandes grupos: os simples ou primários (comuns às situações do cotidiano) e os complexos ou secundários (que exigem maior elaboração para corresponder às situações mais complexas da vida social). Nesse sentido, a ata apresenta-se como um gênero complexo ou secundário.

Além disso, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são três critérios estabelecidos por Bakhtin (2000) como merecedores de atenção especial na definição dos gêneros. Pode-se perceber que o conteúdo temático da ata abrange uma grande variedade de assuntos comuns às reuniões: apresentações, dúvidas, esclarecimentos, discussões, tomadas de decisão, entre outros.

Quanto ao estilo, Bakhtin (2000) afirma que é possível identificar marcas de individualidade em muitos gêneros textuais, embora haja um grupo que não favoreça tal individualidade, como é o caso dos gêneros do tipo formulário, nos quais as informações são apresentadas de forma resumida e conforme um modelo de solicitação. Apesar de fazer parte desse grupo, a ata ainda permite a identificação da individualidade, pois demonstra por qual perspectiva o escritor da ata interpreta os assuntos surgidos durante as reuniões e proporciona uma visão mais aprofundada das relações de poder estabelecidas entre o escritor e os membros do conselho. Além disso, o estilo próprio da ata tem como características principais a polifonia, uma vez que a ata consiste em um registro de diversos discursos interligados pelas pautas da reunião.

No que se refere à estrutura da composição, a ata é construída por elementos bem definidos, a saber: título, data e local da reunião, convocação, prévia e finalidade da reunião, ordem do dia, fechamento de assinaturas. Evidentemente, essa estrutura pode sofrer alterações de acordo com a finalidade e importância da reunião. Outro fator importante da composição da ata são os papéis definidos,

principalmente pelo/a presidente e secretário/a, cuja participação é privilegiada nos discursos ali registrados.

Além de justificar a escolha do gênero ata, importa explicar por que escolhemos estudar atas do CONSEC e não de outro conselho. Existem três razões que justificam essa escolha para a realização deste estudo: a primeira é a própria configuração do Conselho como instrumento democrático de participação social nas políticas públicas pautando esta pesquisa em elementos concretos (os segmentos sociais membros do CONSEC, os conselheiros e os registros escritos da participação de cada um deles) do assunto referido, a saber, a política participativa.

A segunda razão para a escolha desse conselho é o fato de o CONSEC dizer respeito à questão cultural, pois tal segmento é bastante ramificado (música, teatro, artes plásticas, artesanato etc.), possibilitando uma visão mais clara das relações de poder entre esses ramos culturais.

Por último, a terceira razão para o estudo desse conselho é a proximidade contextual entre o CONSEC e o pesquisador, uma vez que ambos estão inseridos na realidade cultural de Minas Gerais, inclusive, facilitando o contato entre o órgão e o indivíduo, sendo que este teve a oportunidade de participar de uma das reuniões do conselho.

Portanto, as atas do CONSEC constituem-se como um *corpus* bastante completo e favorável aos objetivos deste estudo, tanto por se tratar de registros documentais quanto por consistirem em textos ricos em elementos discursivos.

Como já exposto, as reuniões cujas atas compõem o *corpus* de análise ocorreram no período entre 05 de setembro de 2012 e 09 de dezembro de 2013, na capital mineira. Decidimos analisar as atas dessas reuniões, porque são referência histórica das primeiras reuniões desse conselho, ou seja, elas registram o princípio do CONSEC e a forma como a participação acontece na fase inicial dele. Dessa forma, elas satisfazem o interesse do pesquisador de observar a questão democrática e as relações de poder existentes desde o início do CONSEC.

Além disso, consideramos que o estudo das seis atas é satisfatório para alcançarmos nossos objetivos, pois já fornecem elementos suficientes para a confirmação do argumento inicial de que a participação no CONSEC ainda não é realmente democrática por haver diferença de acesso participativo entre os segmentos. A princípio, seriam analisadas as atas das quinze primeiras reuniões desde o início do CONSEC, tanto das reuniões ordinárias quanto das

extraordinárias. Contudo, à medida que as análises foram sendo feitas e resultados parciais foram sendo alcançados, percebemos que não seria necessário analisar mais do que cinco atas. Posteriormente, acrescentamos a sexta ata por fornecer informações referentes aos fundos de incentivo à cultura, aos benefícios fiscais, às empresas que patrocinam a Cultura em Minas Gerais e ao papel da Rede Minas. Essas informações são relevantes para a pesquisa, pois a distribuição de recursos é um dos principais interesses dos segmentos nas políticas públicas.

## 4.2 PERCURSO DE ANÁLISE

Neste trabalho, seguimos a metodologia de análise proposta pelo Modelo de Análise Modular do Discurso. Seguindo essa metodologia, realizamos as análises em dois momentos.

Na primeira etapa, que será apresentada no capítulo 5, as seis atas do *corpus* foram analisadas do ponto de vista da forma de organização enunciativa. Como será exposto mais detalhadamente no próximo capítulo, essa forma de organização tem por objetivo distinguir os discursos produzidos e os representados em uma determinada produção discursiva, bem como descrever a forma dos discursos representados identificados. A realização do estudo da forma de organização enunciativa das atas compreendeu algumas subetapas:

- a) segmentação do *corpus* completo em atos. O ato é a unidade mínima de análise do modelo modular;
- b) elaboração do quadro interacional de cada ata. No modelo modular, o quadro interacional é o resultado da análise do módulo interacional e descreve os vários níveis interacionais de uma produção discursiva. Na forma de organização enunciativa, esse quadro auxilia na identificação dos discursos produzidos e dos representados;
- c) identificação e quantificação, nas seis atas, dos segmentos de discursos representados. O objetivo dessa subetapa foi verificar não só quantos segmentos de discurso representado há no *corpus* completo, mas também quantos segmentos foram representados nas atas como

tendo sido efetivamente produzidos por cada um dos conselheiros nas reuniões. Os dados obtidos foram tabelados, conforme consta no capítulo 6. Nessa etapa, foram observados os nomes dos conselheiros e os tipos de discursos produzidos por eles, segundo o registro em ata.

O segundo momento da análise do *corpus* será apresentado no capítulo 6. Com base nos resultados da primeira etapa, que estudou a forma de organização enunciativa, no segundo momento da análise estudamos a forma de organização polifônica de três atas. Nesta etapa, estudamos três das seis atas componentes do corpus, porque, como veremos em detalhes no capítulo 6, a forma de organização polifônica aprofunda o estudo da forma de organização enunciativa, acoplando seus resultados com os resultados de outros módulos e formas de organização, a fim de verificar as funções que os discursos representados exercem na interação mediada pelo discurso. Assim, estudamos três das seis atas, para que nosso estudo pudesse oferecer uma análise mais aprofundada das funções que as vozes dos conselheiros exercem nas atas. Dessa forma, a necessidade de maior aprofundamento dos dados e a abordagem qualitativa própria dessa forma de organização tornaram necessária a redução do número de atas estudadas na segunda etapa da pesquisa.

A forma de análise nesse segundo momento foi qualitativa, uma vez que essa análise busca confirmar a hipótese do privilégio de certos segmentos sociais participantes do conselho em relação a outros.

Especificamente, o estudo da forma de organização polifônica se fez em três subetapas, sendo cada uma o resultado da acoplagem da forma de organização enunciativa com um módulo determinado.

Num primeiro momento, a forma de organização enunciativa foi combinada com o módulo hierárquico. Com essa acoplagem, o objetivo foi identificar quais discursos são registrados nas atas como mais importantes do que os outros, uma vez que o módulo hierárquico distingue os atos e as intervenções como principais ou secundários.

Num segundo momento do estudo da forma de organização polifônica, a forma de organização enunciativa foi combinada com o módulo sintático. Essa acoplagem permitiu observar qual a força discursiva dada à participação de cada conselheiro, pois o módulo sintático evidencia os verbos *dicendi* empregados nas falas dos interactantes. Sendo que tais verbos são usados por quem escreveu as

atas para representar os discursos, pode-se analisar como tais discursos são considerados mais ou menos relevantes, segundo a visão do (a) locutor (a) /escritor (a).

Por fim, num terceiro momento, a forma de organização enunciativa foi combinada com o módulo referencial. Com essa acoplagem, foi possível analisar a participação dos segmentos sociais, conforme a representação escrita nas atas. Essa análise oferece uma visão mais ampla do universo em que os discursos registrados estão inseridos, a saber, o universo das relações políticas entre segmentos do governo e segmentos da sociedade civil. Por isso, subetapa consistiu, em linhas gerais, na acoplagem da análise enunciativa com informações extraídas do capítulo 2 dessa dissertação sobre o funcionamento e o papel dos conselhos gestores de modo geral e sobre o CONSEC de modo específico.

Vale informar que esse mesmo percurso da análise polifônica foi realizado no estudo das três atas.

Ainda em relação à metodologia, é importante acrescentar que a abordagem de coleta e análise dos dados pode ser definida como mista, ou quanti-qualitativa, já que há elementos objetivos e subjetivos fundamentais para o estudo em questão, pois “apesar da clara oposição existente entre as duas abordagens (quantitativa x qualitativa), muitos autores, especialmente os da área social, colocam que o ideal é a construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos de ambas as perspectivas” (GOMES, ARAÚJO, 2003, p.7).

## 5 FORMA DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DAS ATAS DO CONSEC

Por meio da análise das atas, nosso objetivo é compreender como se dão a dinâmica da participação popular dentro do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC) e o processo de efetivação das vozes dos diversos segmentos da sociedade, detectando quais vozes são privilegiadas e quais são suprimidas nos discursos representados nessas atas. Em relação ao percurso de análise a ser seguido, tal como exposto na metodologia, a pesquisa discorre sob o ponto de vista da forma de organização elementar enunciativa e da forma de organização complexa polifônica.

Este capítulo estuda a forma de organização enunciativa das seis atas do CONSEC componentes do *corpus*. Para essas análises, são indispensáveis as informações do módulo interacional, já que o quadro que resulta da análise desse módulo permite distinguir os discursos produzidos e os discursos representados. Por isso, antes de procedermos ao estudo da forma de organização enunciativa das atas do corpus, estudo que será feito no item 5.2, apresentamos uma descrição do módulo interacional no item 5.1, utilizando para isso apenas uma ata, já que a materialidade interacional, fenômeno de que trata o módulo interacional, se assemelha em todas as atas.

E vale esclarecer novamente que o estudo apresentado neste capítulo possui uma natureza basicamente descritiva, servindo como uma primeira e fundamental etapa para o estudo da forma de organização polifônica, que será feito no próximo capítulo.

### 5.1 MÓDULO INTERACIONAL – A MATERIALIDADE DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSEC

A reunião inaugural do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais aconteceu em 05 de setembro de 2012, na cidade de Belo Horizonte. Além de tratar das competências do conselho, a reunião aborda também as questões de regimento interno, as funções dos suplentes e as devidas apresentações e o

apossamento dos Conselheiros.

A ata dessa reunião servirá como demonstração teórica de como funcionou o processo de análise interacional das atas. Portanto, segue exposição teórica acompanhada dos resultados da análise, como exemplificação.

Segundo Rufino e Gomes (2014, p. 46):

O módulo interacional mostra a materialidade da interação do discurso através do canal escrito, oral, visual ou ainda pluricanal, da copresença espaço-temporal e da reciprocidade ou não do processo de comunicação. Unindo esses elementos, é possível compor o enquadre interacional. É importante observar que a posição na interação não é rígida, pois é possível, a partir do olhar do pesquisador, organizar os níveis de acordo com o interesse de sua pesquisa.

Para as autoras, por meio do enquadre interacional, é possível ao analista delimitar os níveis de interação e observar a relação existente entre os interactantes, como também quais os modos de comunicação (oral, escrito, visual) e de interação (co-presença ou ausência espacial e temporal) que se estabelecem entre eles.

O enquadre interacional resulta da combinação de três parâmetros de interação: o canal, o modo e o tipo de vínculo. Embora possa haver combinações preferenciais, tais parâmetros são independentes entre si, e cada discurso pode apresentar uma combinação específica. Por exemplo, no romance, há a combinação de canal escrito, distância espacial e temporal entre os interlocutores, bem como ausência de reciprocidade entre eles. Já num bate-papo virtual possibilitado pelas novas tecnologias, combinam-se canal escrito, co-presença temporal, distância espacial e existência de reciprocidade.

Roulet, Filliettaz e Grobet (2001, p. 41) definem assim os três parâmetros:

- a) o canal da interação: o suporte físico utilizado pelos interactantes: oral, escrito, visual;
- b) o modo da interação: o grau de co-presença espacial e temporal dos interactantes;
- c) o elo da interação: a retroação, reciprocidade ou não reciprocidade, entre os interactantes.

A análise do módulo interacional, análise feita mediante a combinação desses parâmetros, se representa por meio de um enquadre que expressa os níveis

interacionais que caracterizam uma dada situação de comunicação, bem como as combinações desses três parâmetros em cada nível. A Figura 2 representa esse enquadre.

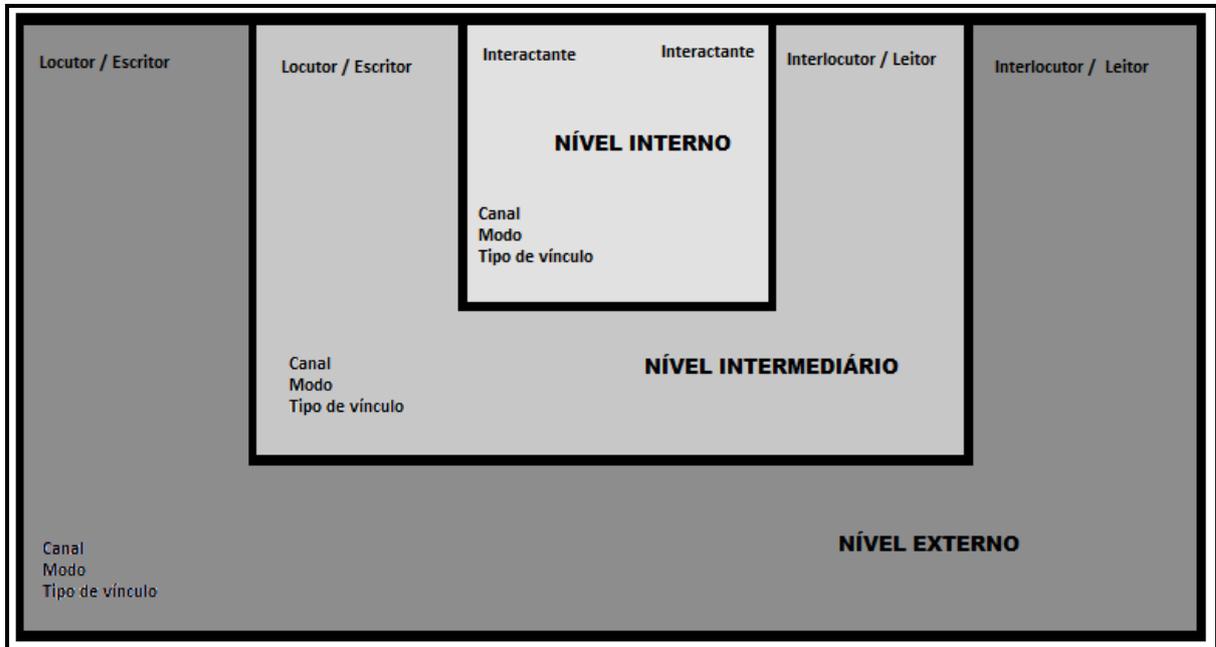


Figura 2 - Modelo de Enquadre Interacional  
Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Figura 2, pode-se observar que existem níveis diferentes de interação em qualquer discurso. Geralmente, são considerados os três níveis apresentados, mas podem ocorrer enquadres mais simples (com dois níveis apenas), ou mais complexos (com quatro níveis, por exemplo). Cada nível engloba os três parâmetros independentemente.

De modo geral, em todas as atas do CONSEC, o nível de interação mais elevado (ou mais externo) corresponde ao grupo de Conselheiros que aprovaram e assinaram as atas. Portanto, a ata inteira corresponde a um discurso produzido pelos Conselheiros durante a reunião. Contudo, o documento produzido pelos Conselheiros durante a reunião torna-se um discurso da secretária para os leitores, no qual ela representa os discursos dos Conselheiros presentes na reunião. O diálogo travado entre a secretária e os leitores da ata constitui o nível intermediário do enquadre. Já os discursos representados pela secretária na ata pertencem ao terceiro nível, mais interno. Os conselheiros tornam personagens na escrita da secretária. A Figura 3 representa o enquadre interacional da ata da primeira reunião

do CONSEC.

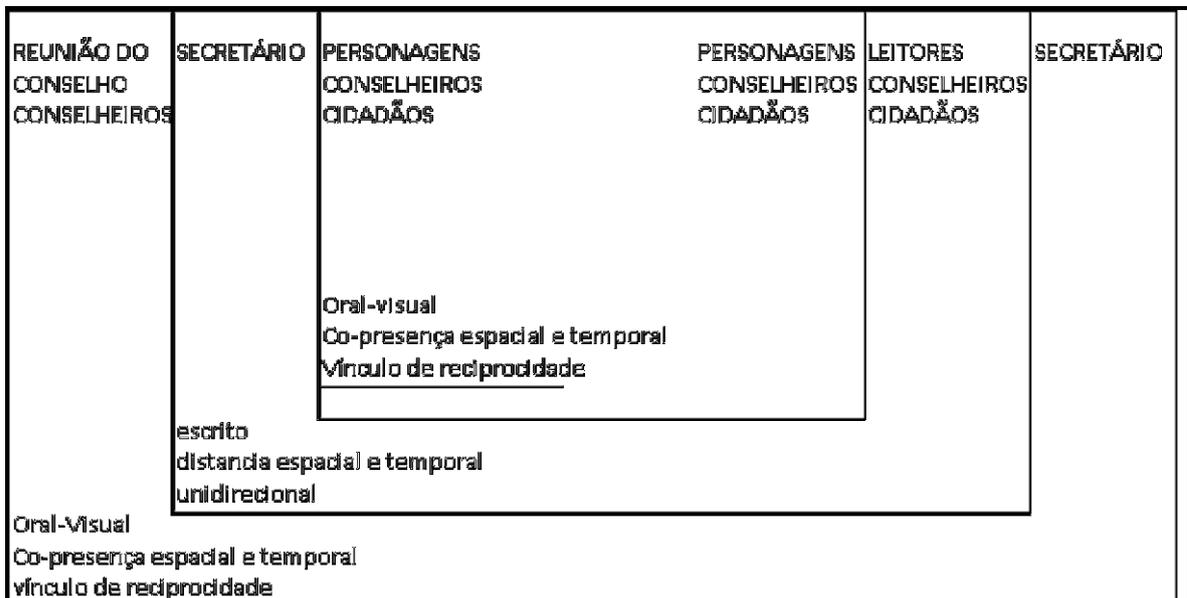


Figura 3 - Enquadre da Ata da 1ª Reunião do CONSEC  
Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que o enquadre interacional geral da ata da reunião do CONSEC apresenta as seguintes posições de interação:

- a) No nível mais externo – conselheiros /secretária;
- b) No nível intermediário – secretária/conselheiros;
- c) No nível interno – personagens/personagens.

O enquadre interacional da ata pode ser considerado um quadro complexo, pois apresenta seis posições de interação em três níveis de encaixamento.

No nível mais externo da Reunião do conselho (conselheiros /secretária), temos a figura dos conselheiros e da secretária numa relação de vínculo de reciprocidade, pois cada participante pode interagir um com outro e o modo de interação é a co-presença espacial e temporal, pois os interactantes compartilham do mesmo ambiente, e o canal é o oral e visual. Aqui é o momento em que a secretária registra as falas.

No nível intermediário, que representa a ata transcrita, temos a interação entre a secretária e seus leitores, que podem ser os próprios conselheiros que participaram da reunião, ou os cidadãos interessados na reunião, ou gestores

públicos que tomaram a ata como parâmetro para suas decisões etc. A materialidade deste nível se constitui do canal escrito, aliado à distância espacial e temporal, numa relação de não reciprocidade, já que a secretária e os leitores não podem dialogar no momento em que a leitura é feita.

No nível mais interno, representado na ata, temos a interação dos personagens participantes da reunião, que podem ser os conselheiros e/ou os cidadãos convidados para aquela reunião. Nesse nível, o canal é oral-visual e temos uma interação em presença espaço temporal e com reciprocidade.

É preciso ficar clara a diferença entre o primeiro nível, o mais externo, e este nível, o mais interno do enquadre. Enquanto o primeiro nível diz respeito à interação efetiva e, portanto, aos discursos efetivamente produzidos pelos participantes da reunião, o nível mais interno diz respeito à interação tal como esta foi representada pela secretária na ata. Ou seja, o nível mais interno não trata dos discursos efetivamente produzidos pelos participantes da reunião, mas dos discursos representados pela secretária. Neste nível, o acesso à fala dos participantes é indireto, já que temos acesso a uma representação feita pela secretária sobre o que foi dito e como foi dito pelos participantes da reunião. Essa precisão deixa claro que a ata não deve ser entendida como um reflexo ou um espelho do que de fato ocorreu na reunião do CONSEC, mas como uma representação por um funcionário específico, a secretária, do que foi discutido e debatido.

Daí o interesse no estudo desse gênero discursivo, a ata, a qual, embora seja uma representação de algo ocorrido em outro momento, é tomada por muitos (gestores públicos, grande mídia, cidadãos) como uma representação fiel da realidade, representação que tem o potencial de influir nas tomadas de decisões do poder público.

Nesse contexto, é importante esclarecer que nesta pesquisa haverá duas perspectivas pelas quais os discursos serão analisados: a primeira delas é a perspectiva da ata como documento representativo, ou seja, a análise propriamente dita da ata e da individualidade de quem a escreve, o escritor; a segunda é a perspectiva da reunião representada pela ata, isto é, pelos discursos representados na ata e que foram produzidos durante a reunião pelos conselheiros locutores.

## 5.2 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVA DAS ATAS DO CONSEC

Como exposto na introdução deste capítulo, este item apresenta o estudo da forma de organização enunciativa das atas do corpus. O objetivo deste item é apresentar uma descrição dos discursos representados em seis atas dos CONSEC, evidenciando como os discursos produzidos pelos conselheiros são representados nas atas, bem como a frequência com que cada conselheiro tem o seu discurso representado<sup>10</sup>.

### 5.2.1 Resultados da análise da Ata da 1º Reunião do CONSEC

Com base nos níveis e nos parâmetros no enquadre interacional, dá-se a classificação dos discursos.

De acordo com o nível ao qual pertence, o discurso pode ser:

- a) Produzido – é o discurso enunciado pelo locutor que ocupa o nível mais exterior, ou seja, mais elevado no enquadre;
- b) Representado – são os discursos dos locutores dos níveis inferiores. Vale ressaltar que o discurso do nível intermediário pode ser considerado como produzido em relação aos níveis mais internos, se for do interesse do analista.

Nas palavras de Rufino (2007, p. 95), entende-se por discurso produzido “aquilo que o locutor diz”, enquanto o discurso representado é “aquilo que o locutor diz que alguém disse”. Essa classificação é a preocupação específica da forma de organização enunciativa.

O discurso representado ainda pode ser classificado quanto ao tipo como:

---

<sup>10</sup> No anexo deste trabalho, encontram-se as análises enunciativas completas das seis atas.

- a) Diafônico – segmento de discurso em que o locutor representa o discurso de seu interlocutor direto, isto é, aquele pertence ao mesmo nível interacional. (*Você disse X.*);
- b) Polifônico – segmento no qual o discurso representa a fala de alguém de outro nível da interação. (*Ele disse X.*);
- c) Autofônico – segmento de discurso em que o locutor representa seu próprio discurso. (*Eu disse X.*);
- d) Efetivo - quando as vozes representadas em um dos tipos acima são de um discurso que, supostamente, aconteceu em outra ocasião, sendo necessário convencer os interlocutores de sua autenticidade;
- e) Potencial – quando as vozes representadas são fruto da imaginação ou antecipação mental do locutor.

No que compete às formas como o discurso pode aparecer, existem três classes distintas:

- a) Designado: discurso representado designado por um verbo (*perguntar, solicitar, responder*) ou por uma nominalização (*pergunta, solicitação, resposta*). Na análise, é necessário usar o sinal gráfico de dois colchetes vazios [ ] logo após a palavra que designa tal discurso. Nesta pesquisa, optou-se também por sublinhar o termo designador, a fim de ressaltar essa forma de discurso;
- b) Formulado: consiste no discurso representado que pode indicar claramente a fonte do discurso (discurso direto) ou não (discurso indireto). No presente trabalho, não se fazem necessárias essas distinções, embora possam ser demonstradas ocasionalmente, por interesse do pesquisador. Vale salientar que todos os segmentos (ou atos) na ata correspondem a discursos formulados, uma vez que o escritor das atas formula a representação dos discursos dos conselheiros em si. Portanto, mesmo os discursos designados estão inseridos em segmentos de discursos formulados, conforme o caso abaixo:

PM [(22) O conselheiro Paulo de Moraes, do segmento de produção cultural endossa a proposta [ ] do Diomar ...]

Este segmento corresponde a um discurso formulado indireto que representa o ato de fala do conselheiro Paulo Moraes. Entretanto, ele contém um discurso designado pelo termo “*proposta*” que consiste em parte integrante do formulado e que aparece como objeto direto do verbo *endossar*:

- a) Implicado: comum em situações dialógicas, corresponde à retomada implícita do discurso do locutor por parte do replicante, utilizando-se de conector em início da réplica. De modo geral, é certo afirmar que não há discursos implicados nas atas do CONSEC, por se tratarem de um registro escrito das reuniões. Possivelmente, durante as reuniões, essa forma de discurso deve ter ocorrido, já que consiste em um recurso comum nas réplicas dialógicas próprias em discussões de conselhos desse tipo.

Antes de analisar os discursos da ata da primeira reunião do CONSEC, vale observar que um dos participantes da reunião, cujo discurso está representado no ato (11), não teve o nome revelado, sendo identificado apenas como a Presidente da Fundação Clovis Salgado. O conteúdo do seu discurso é um convite para um evento chamado *Noite Branca*.

?? [(11) A Presidente da Fundação Clovis Salgado pede a palavra e convida a todos para participarem do evento Noite Branca.]

Neste ponto, cabe uma observação: do ponto de vista da ata, a maioria dos discursos será classificada como polifônica, pois quem escreve a ata representa os discursos produzidos em outro nível interacional (o registro escrito em ata é um nível diferente da reunião em si). Entretanto, se considerados os discursos pela perspectiva da reunião, a maior parte deles se encaixará na classe dos diafônicos, ou seja, aqueles produzidos pelos interactantes durante o processo de interação dentro da mesma instância, sendo considerados polifônicos apenas aqueles nos quais os conselheiros representam vozes de instâncias mais internas do que o terceiro nível. Foi por esta perspectiva que os segmentos foram analisados neste

capítulo. Assim, para melhor distinção na análise, o pesquisador deste trabalho propôs identificar os discursos polifônicos quanto à reunião colocando-os entre chaves { }.

O objetivo de se ter escolhido analisar os discursos pela perspectiva da reunião e não da ata é evidenciar os discursos polifônicos em relação a outras instâncias distintas da reunião registrada na ata. Por exemplo, quando um conselheiro cita uma conversa realizada em outra ocasião ou um ponto de alguma lei, o discurso produzido por ele é polifônico. Porém, se considerada apenas a perspectiva da ata, quase todos os discursos seriam polifônicos, ofuscando a polifonia ocorrida nesse discurso em particular.

Portanto, do ponto de vista da reunião, não há ocorrência de discursos polifônicos (aqueles que ocorreram em outros níveis de interação que não a própria reunião), mas apenas discursos diafônicos (aqueles produzidos pelos interactantes dentro do mesmo nível interacional) e autofônicos (que se referem a discursos do próprio enunciador).

Na 1ª ata, foram identificadas 9 (nove) ocorrências de discurso autofônico, sempre por parte da Secretária Fernanda Machado (FM). Essa autofonia está representada nos atos (9), (12), (13), (31), (34), (35), (36) e (37), conforme exemplo abaixo:

FM [(37) Fernanda Machado informa ainda o e-mail do CONSEC – [consec@cultura.mg.gov.br](mailto:consec@cultura.mg.gov.br).]

A Tabela 1 representa a quantidade de discursos autofônicos contidos na ata e deve ser lida da seguinte forma: “A Plenária não produziu nenhum discurso autofônico. Eliane Parreiras não produziu nenhum discurso autofônico. Fernanda Machado produziu 9 discursos autofônicos, ou seja, cem por cento do total.” e assim por diante.

Tabela 1 - Quantidade de discursos autofônicos (continua).

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos autofônicos	%
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEC)	0	0
FM – Fernanda Machado (Secretária Executiva)	9	100
DS – Diomar da Silveira (Conselheiro)	0	0

Tabela 1 - Quantidade de discursos autofônicos (conclusão).

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos autofônicos	%
AB – Adriana Banana (Conselheira)	0	0
MR – Maria Magdalena Rodrigues da Silva (Conselheira)	0	0
MK – Makely Ka (Conselheiro)	0	0
AV – Amilcar Viana (Conselheiro)	0	0
PM – Paulo de Moraes (Conselheiro)	0	0
AM – Aníbal Machado (Conselheiro)	0	0
GN – Geralda Maria Vieira Neves (Conselheira)	0	0
CA – Carlos Alexandre (Conselheiro)	0	0
RS – Rubem Silveira dos Reis (Conselheiro)	0	0
?? – Presidente da Fundação Clovis Salgado (nome não citado)	0	0
TOTAL	9	100

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à forma dos discursos representados, os discursos formulados são todos indiretos, ou seja, não há nenhum segmento de discurso representado de forma direta (com aspas ou qualquer outra indicação tipográfica). Não há nenhuma reprodução exata da fala dos conselheiros. A Secretária Fernanda Machado deixa claro, por meio do discurso indireto, que ela está representando a voz dos conselheiros.

O total de discursos formulados nesta ata corresponde a 42 discursos. A maior parte, 37, 71%, foi produzida por Eliane Pacheco, a presidente do CONSEC. Logo depois, vem Fernanda Machado, Secretária Executiva, autora da ata, com 30,95% dos discursos.

Há apenas duas ocorrências de discursos designados, representados pelas nominalizações *fala* e *proposta*:

FM [(10) Ao final da fala [ ],...] – refere-se ao discurso autofônico da Secretária Executiva.

PM [(22) O conselheiro Paulo de Moraes, do segmento de produção cultural endossa a proposta [ ] do Diomar ...]

A Tabela 2 representa a quantidade dos discursos formulados na ata. Deve ser lida da esquerda para a direita com o nome do conselheiro, a quantidade de discursos formulados atribuídos a ele na coluna do meio e a porcentagem correspondente em relação ao total na última coluna. Exemplo: “*Diomar Silveira tem*

dois discursos formulados, o que equivale a 4, 76% do total”.

Tabela 2 - Quantidade dos discursos formulados na ata

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	1	2,38
EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEC)	15	35,71
FM – Fernanda Machado (Secretária Executiva)	13	30,95
DS – Diomar da Silveira (Conselheiro)	2	4,76
AB – Adriana Banana (Conselheira)	2	4,76
MR – Maria Magdalena Rodrigues da Silva (Conselheira)	1	2,38
MK – Makely Ka (Conselheiro)	1	2,38
AV – Amilcar Viana (Conselheiro)	1	2,38
PM – Paulo de Moraes (Conselheiro)	1	2,38
AM – Aníbal Machado (Conselheiro)	1	2,38
GN – Geralda Maria Vieira Neves (Conselheira)	1	2,38
CA – Carlos Alexandre (Conselheiro)	1	2,38
RS – Rubem Silveira dos Reis (Conselheiro)	1	2,38
?? – Presidente da Fundação Clovis Salgado (nome não citado)	1	2,38
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 a seguir indica a quantidade de discursos designados na fala de cada conselheiro e a porcentagem equivalente a essa quantidade em relação ao total dos designados na ata.

Tabela 3 - Quantidade de discursos designados na fala de cada conselheiro.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEC)	0	0
FM – Fernanda Machado (Secretária Executiva)	1	50
DS – Diomar da Silveira (Conselheiro)	0	0
AB – Adriana Banana (Conselheira)	0	0
MR – Maria Magdalena Rodrigues da Silva (Conselheira)	0	0
MK – Makely Ka (Conselheiro)	0	0
AV – Amilcar Viana (Conselheiro)	0	0
PM – Paulo de Moraes (Conselheiro)	1	50
AM – Aníbal Machado (Conselheiro)	0	0
GN – Geralda Maria Vieira Neves (Conselheira)	0	0
CA – Carlos Alexandre (Conselheiro)	0	0
RS – Rubem Silveira dos Reis (Conselheiro)	0	0
?? – Presidente da Fundação Clovis Salgado (nome não citado)	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

### 5.2.2 Resultados da análise da Ata da 2ª Reunião do CONSEC

A segunda reunião ordinária do CONSEC ocorreu em 27/11/2012. Nessa reunião, Daniela Varela recebe posse como nova secretária executiva do CONSEC, substituindo Fernanda Machado na redação das atas. Além disso, são apresentados os escopos do regimento interno, discute-se acerca das câmaras temáticas e das relações do CONCEC com o MinC.

O enquadre interacional dessa ata está representado na Figura 4, demonstrando que existem quatro níveis interacionais. No nível mais elevado, o Conselho enuncia e a secretária capta o enunciado; no nível intermediário, a secretária registra o enunciado do Conselho, por meio da representação que ela faz (portanto, tornando-se a enunciativa) dos discursos produzidos durante a reunião; discursos estes, que, por sua vez, configuram outra instância intermediária; o nível mais interno do encaixamento corresponde à Lei Delegada, citada pela secretária, Daniela Varela (DV), e representada pela presidente Eliane Parreiras (EP).

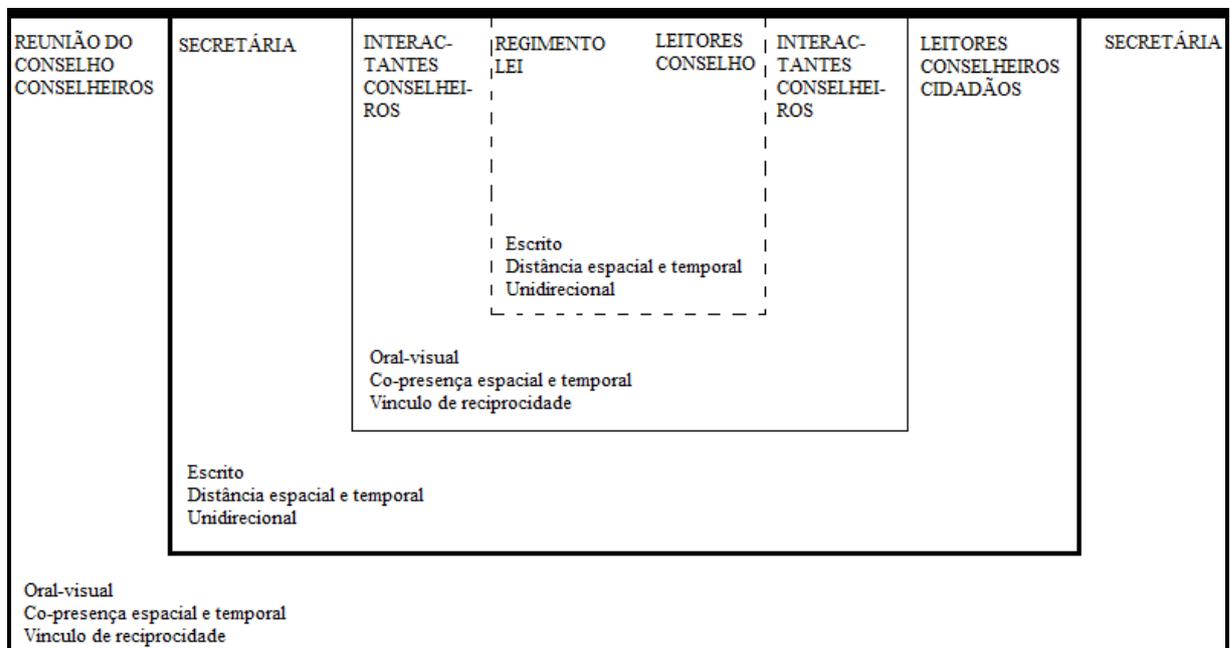


Figura 4 - Enquadre interacional da Ata 2.  
Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar que, embora toda representação das falas dos conselheiros seja discurso polifônico, olhando pela perspectiva da reunião, há dois discursos

polifônicos nesta ata, os segmentos (71) e (72). Apesar disso, são encontrados 3 efetivos, (71), (72) e (73), uma vez que Eliane Parreiras (EP) constrói sua argumentação apossando-se das vozes da Lei Delegada e do Decreto nos segmentos abaixo:

EP [(70) A presidente do CONSEC explica que {(71) a lei delegada fala em lista tríplice (72) e o decreto estabelece que a recondução seja feita por eleição ou conferência, por meio de edital,} (73) e que esta definição deverá constar do regimento. (74) Expõe também que a posição [ ] da Secretaria é de que a eleição seja realizada dentro das conferências (75) e explica que dentro do edital não precisa da lista tríplice do governador, além de poder constar a definição do voto presencial.]

A Tabela 4 representa a quantidade de discursos polifônicos ocorridos durante a reunião, ou seja, os discursos ocorridos em outras situações, mas que foram mencionados pelos conselheiros durante a reunião, por exemplo, a Lei Delegada citada por Eliane. Leia-se, da esquerda para a direita, o nome do conselheiro, a quantidade de polifônicos produzidos por ele e porcentagem correspondente a essa quantidade.

Tabela 4 - Discursos ocorridos em outras situações.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos polifônicos</b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	2	100
DV – Daniela Varela	0	0
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
LuG – Luiz Gustavo	0	0
CC – Caio Cordeiro	0	0
LH – Luiz Henrique	0	0
JM – José Mayrink	0	0
JD – José D'Ângelo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
TM – Túlio Mourão	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
MK – Makely Ka	0	0
PM – Paulo de Moraes	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
TgM – Tiago Maia	0	0
GV – Geralda Vieira	0	0
AC – André Carreira	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Embora na ata predominem os discursos diafônicos, verifica-se a presença de

21 segmentos correspondentes ao tipo autofônico, dos quais seguem os exemplos:

DV [(12) A secretária executiva informa que, para as próximas reuniões, as atas serão encaminhadas por e-mail, com um mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, para as observações dos conselheiros para que, na reunião presencial, as inserções estejam colocadas já para aprovação.]

Nesse ponto, vale salientar que todos os autofônicos correspondem 100% a Daniela Varela, que é a secretaria. Dentre esses, há segmentos que são atribuídos a ela, devido ao contexto, embora não seja explícita sua enunciação.

DV [(14) e foi-lhes avisado que, pelo fato do e-mail do CONSEC ser novo, este poderia estar direcionado como spam, (15) sugerindo assim, que os conselheiros verificassem suas caixas de spam no e-mail.]

A Tabela 5 demonstra a quantidade e a porcentagem equivalente de discursos autofônicos realizados por cada conselheiro. Deve-se ler de acordo com as anteriores.

Tabela 5 - Quantidade e a porcentagem equivalente de discursos autofônicos realizados por cada conselheiro.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos autofônicos</b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	0	0
DV – Daniela Varela	21	100
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
LuG – Luiz Gustavo	0	0
CC – Caio Cordeiro	0	0
LH – Luiz Henrique	0	0
JM – José Mayrink	0	0
JD – José D'Ángelo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
TM – Túlio Mourão	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
MK – Makely Ka	0	0
PM – Paulo de Moraes	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
TgM – Tiago Maia	0	0
GV – Geralda Vieira	0	0
AC – André Carreira	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Foram encontrados três discursos potenciais (1), (12) e (21).

DV [(1)... realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir três pontos estratégicos para a construção do regimento interno: escolha das câmaras temáticas, escolha da câmara regional consultiva e recondução do CONSEC para novo mandato; bem como definir o grupo de trabalho que irá finalizar o regimento interno.]

Dos 93 discursos formulados na ata, Eliane e Daniela mantêm a liderança, cada uma com 26 discursos, o que corresponde a 27,95% cada. As duas juntas correspondem a mais de 50%. Nenhum dos demais membros do CONSEC chega a ter 10% de representação na ata.

Tabela 6 - Representatividade na ata

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	5	5,37
EP – Eliane Parreiras	26	27,95
DV – Daniela Varela	26	27,95
?? – Locutor(es) não identificado(s)	1	1,07
LuG – Luiz Gustavo	2	2,15
CC – Caio Cordeiro	2	2,15
LH – Luiz Henrique	2	2,15
JM – José Mayrink	1	1,07
JD – José D'Ângelo	1	1,07
SM – Sula Mavrudis	1	1,07
TM – Túlio Mourão	1	1,07
DS – Diomar Silveira	1	1,07
MA – Maria Andrada	2	2,15
MK – Makely Ka	6	6,45
PM – Paulo de Moraes	3	3,22
MR – Magdalena Rodrigues	2	2,15
SB – Sérgio Borges	1	1,07
TgM – Tiago Maia	5	5,37
GV – Geralda Vieira	3	3,22
AC – André Carreira	2	2,15
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos designados, percebe-se um total de 12 ocorrências.

TgM [(37) Tiago Maia, do SESI, vota na proposta 1 [ ] e defende a escolha de temas amplos para que não haja grandes segmentações.]

MK [...(52) Na opinião [ ] dele, as discussões devem acontecer dentro de cada segmento para que a plenária seja mais abrangente....]

Segue a Tabela 7 dos discursos designados em nome dos conselheiros, sendo a coluna do meio referente à quantidade e a coluna da direita, à porcentagem.

Tabela 7 - Discursos designados em nome dos conselheiros.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	3	25
DV – Daniela Varela	5	41,66
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
LuG – Luiz Gustavo	0	0
CC – Caio Cordeiro	0	0
LH – Luiz Henrique	0	0
JM – José Mayrink	0	0
JD – José D'Ângelo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
TM – Túlio Mourão	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
MK – Makely Ka	1	8,33
PM – Paulo de Moraes	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
TgM – Tiago Maia	2	16,66
GV – Geralda Vieira	0	0
AC – André Carreira	1	8,33
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

### 5.2.3 Resultados da análise da Ata da 3º Reunião do CONSEC

Essa ata corresponde à reunião ocorrida em 15/03/2013 para tratar dos pontos estratégicos da confecção do regimento interno, da escolha das câmaras temáticas, da eleição do vice-presidente do CONSEC, entre outros assuntos.

Conforme a Figura 5, os três níveis mais externos permanecem como de costume. Porém, o nível mais inferior, ou seja, mais interno, corresponde aos discursos representados das leis e regimentos sobre os quais os conselheiros discutem na reunião.

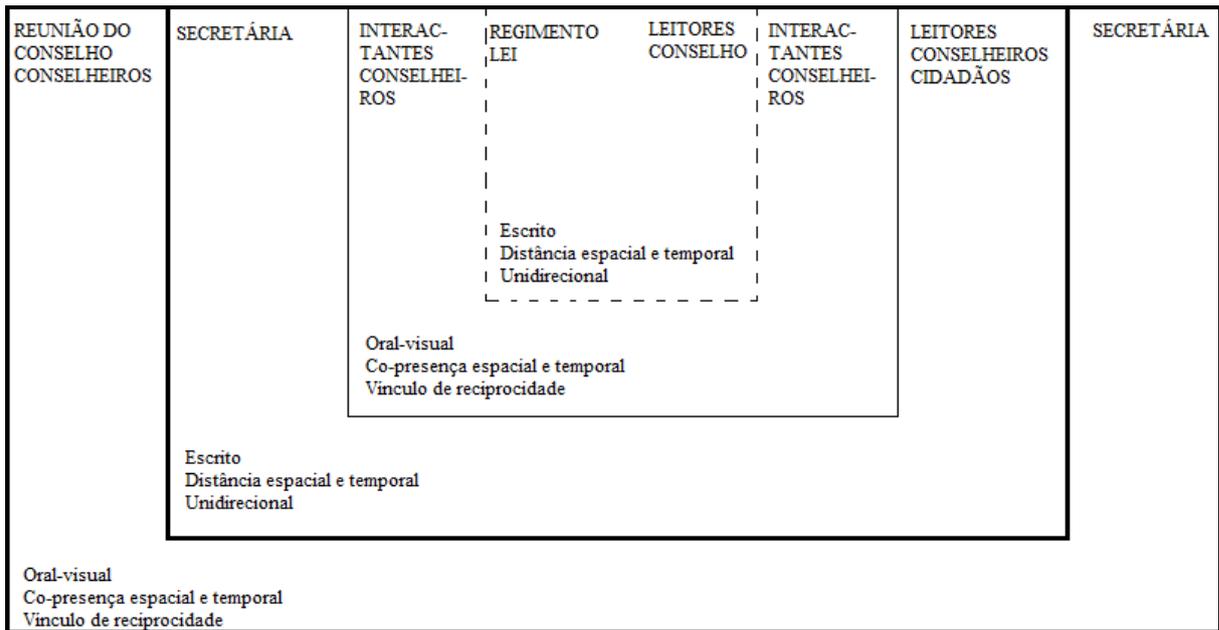


Figura 5 - Enquadre Interacional da Ata 3.  
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 8 apresenta o quantitativo dos discursos representados como polifônicos na ata da 3ª reunião do CONSEC. A coluna da esquerda mostra o nome, a do meio indica o número de discursos e a da direita, a porcentagem correspondente.

Tabela 8 - Quantitativo dos discursos representados como polifônicos na ata da 3ª reunião do CONSEC

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos polifônicos	%
P – Plenária	50	86,20
EP – Eliane Parreiras	3	5,17
DV – Daniela Varela	4	6,89
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
Spl	0	0
CsD&C	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
CtD&D	0	0
CtM	0	0
AmM – Amílkar Martins	0	0
Rel	1	1,72
Total	58	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 9 demonstra a quantidade de discursos representados como

diafônicos. Leia-se conforme as tabelas anteriores.

Tabela 9 - Quantidade de discursos representados como diafônicos.

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos diafônicos	%
P – Plenária	9	32,14
EP – Eliane Parreiras	8	28,57
DV – Daniela Varela	5	17,85
?? – Locutor(es) não identificado(s)	1	3,57
Spl	2	3,57
CsD&C	1	3,57
AM – Aníbal Macedo	1	3,57
CtD&D	1	3,57
CtM	1	3,57
AmM – Amílkar Martins	1	3,57
Rel	0	0
Total	28 <sup>11</sup>	100

Fonte: Elaboração própria.

Nessa ata, foram encontrados 58 discursos polifônicos. Tais segmentos são assim classificados devido à instância mais interna à qual pertencem. Lembre-se de que, neste trabalho, os polifônicos são indicados entre chaves { }, a fim de distingui-los da polifonia geral à qual pertence a maioria dos discursos representados na ata.

{ DV [(43) Iniciando com as finalidades do CONSEC, é informado que o texto é originário da Lei Delegada e que, portanto, não pode ser mudado pela plenária.] P [(44) Os Conselheiros sugerem a supressão do Capítulo II.] EP [(45) A Presidente Eliane Parreiras informa que legislação de 1994, (46) que dispõe sobre os objetivos e princípios da política cultural, (47) continuam valendo e é necessário manter o texto.]....

Sempre que um locutor representa um discurso de outra instância interacional, precisa convencer o interlocutor da veracidade da produção desse discurso, caracterizando-o como efetivo. Assim, embora quase sempre os discursos polifônicos das atas correspondam também a efetivos, na 3ª ata não é isso o que ocorre, pois não há necessidade de convencimento, já que todos os interactantes têm acesso aos textos discutidos, a saber, a legislação referente às Políticas Públicas Culturais e Regimento Interno do CONSEC.

Este é o primeiro caso, no que se refere aos discursos representados nas atas, em qual há mais discursos polifônicos (58) ocorrências ou 63%) do que diafônicos (28) ou 30%), conforme a perspectiva da reunião já explicada neste

<sup>11</sup> Somando-se os discursos nesta coluna o total fica equivalente a 30. Contudo, dois desses discursos são atribuídos a dois enunciadores ao mesmo tempo, reduzindo o total para 28.

capítulo.

Há cinco autofônicos: (6), (10), (38), (39) e (89), todos de Daniela Varela, compondo menos de 10%.

**DV** [... (38) e a Secretária Executiva apresentou a proposta de que cada Câmara tenha uma coordenação geral, um relator e um técnico da Secretaria de Cultura, (39) além de fazer uma explanação sobre as competências dos 3 membros,]

A Tabela 10 demonstra o número de discursos autofônicos. Leia-se da esquerda para direita: nome do conselheiro, quantidade de discursos autofônicos atribuídos a ele e a porcentagem equivalente.

Tabela 10 - Número de discursos autofônicos.

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos autofônicos	%
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	0	0
DV – Daniela Varela	5	100
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
Spl	0	0
CsD&C	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
CtD&D	0	0
CtM	0	0
AmM – Amílkar Martins	0	0
Rel	0	0
Total	5	100

Fonte: Elaboração própria.

Observam-se dois potenciais: (ato 1) referente às pautas a serem discutidas, (ato 70) antecipação de futuras comunicações.

**DV** [ (1) Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir pontos estratégicos para a construção do regimento interno, entre outros assuntos: escolha das câmaras temáticas, definição da câmara regional consultiva, eleição do Vice-Presidente do CONSEC, substituição do suplente do segmento do Audiovisual e apresentação do layout do site do CONSEC.]

**EP** [(70) e a Presidente Eliane Parreiras indica que em futuras comunicações que contenham esta informação, a ordem dos segmentos será feita em ordem alfabética.]

Dos 91 formulados, a maioria foi produzida pela Plenária (P), somando 59, o que equivale a 64,83% dos discursos. Essa é outra ocorrência rara no corpus desta pesquisa. Depois de P, as que mais possuem discursos formulados na ata são: Daniela Varela (DV), com 14 e Eliane Parreiras (EP), com 11. Os outros 7 discursos estão distribuídos entre os demais interactantes da reunião e representam menos de 8% do total.

A quantidade geral dos discursos formulados na ata está tabulada abaixo (Tabela 11). Seguir o mesmo critério de leitura das anteriores.

Tabela 11 - Quantidade geral dos discursos formulados na ata.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	59	64,83
EP – Eliane Parreiras	11	12,08
DV – Daniela Varela	14	15,38
?? – Locutor(es) não identificado(s)	1	1,09
Spl	2	2,19
CsD&C	1	1,09
AM – Aníbal Macedo	1	1,09
CtD&C	1	1,09
CtM	1	1,09
AmM – Amílkar Martins	1	1,09
Rel	1	1,09
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Já os designados são 10, sendo que 9 (90%) foram enunciados da Plenária; e apenas 1 (10%), do relator (Rel). A Tabela 12 com as informações gerais dos designados encontra-se abaixo, seguindo o mesmo padrão de leitura das anteriores.

Tabela 12 - Informações gerais dos designados.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	9	90
EP – Eliane Parreiras	0	0
DV – Daniela Varela	0	0
?? – Locutor(es) não identificado(s)	0	0
Spl	0	0
CsD&C	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
CtD&D	0	0
CtM	0	0
AmM – Amílkar Martins	0	0
Rel	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

#### 5.2.4 Resultados da análise da Ata da 4ª Reunião do CONSEC

No décimo dia de maio de 2013, houve a quarta reunião ordinária do CONSEC com a finalidade de discutir acerca dos critérios para a Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: eleição da câmara temática para elaboração de critérios da câmara regional consultiva, validação do descritivo das câmaras temáticas e eleição de seus coordenadores e relatores.

O enquadre interacional da ata (Figura 6) mostra que o encaixamento dos níveis é complexo, contando com um quarto nível do qual fazem parte os discursos de outras ocasiões discursivas citadas na reunião. Para tornar essa análise mais clara, quando houver menções a discursos de outras instâncias, serão desconsiderados os discursos de origem escrita (conforme ocorreu na Ata da Terceira Reunião Ordinária), que poderiam corresponder a um quinto nível.

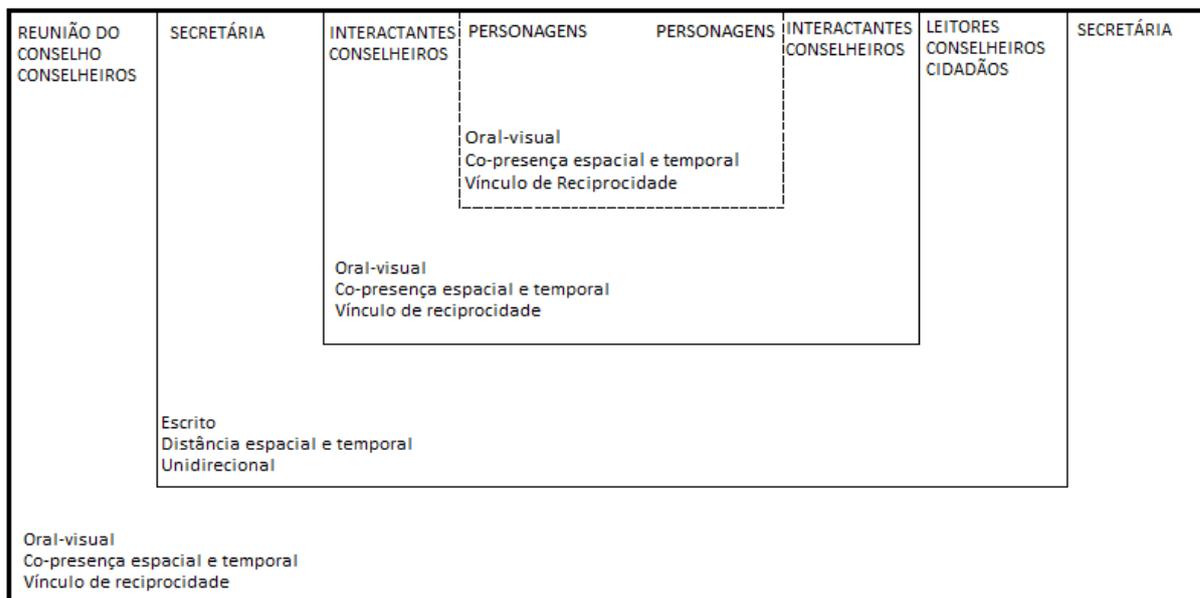


Figura 6 - Enquadre interacional da Ata 4.

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 13 apresenta o quantitativo dos discursos diafônicos encontrados na 4ª ata da reunião do CONSEC. Segue o mesmo padrão de leitura das anteriores.

Tabela 13 - Quantitativo dos discursos diafônicos

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos diafônicos	%
P – Plenária	10	10,63
EP – Eliane Parreiras	27	28,72
DV – Daniela Varela	3	3,19
?? – Sem enunciador definido	4	4,25
LP – Lívia Pacheco	2	2,12
JC – Janaína Cunha	3	3,19
AM – Aníbal Macedo	8	8,51
SM – Sula Mavrudis	7	7,44
MB – Mila Batista	2	2,12
MA – Maria Andrada	4	4,25
MinC	6	6,38
PM – Paulo de Moraes	5	5,31
MK – Makely Ka	9	3,19
MR – Magdalena Rodrigues	5	5,31
CN – Clodoália Nobre	1	1,06
CA – Carlos Alexandre	2	2,12
AMM – Amílcar Viana Martins	1	1,06
AP – Adriana Parrella	4	4,25
Total	94	100

Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista da reunião, existe apenas um discurso polifônico, que também é efetivo:

MK [(81) Makely fala sobre sua estada na Grécia, em Creta, onde o órgão de Cultura local manifestou interesse em acordos de intercâmbio com o Estado.]

Há 7 autofônicos, todos de Daniela Varela, que é a secretária. Os demais são todos diafônicos.

DV [(40) Em seguida, Daniela apresenta a proposta de composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura: 02 representantes (titular e suplente) da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério da Cultura – Regional de Minas Gerais, da Superintendência de Ação Cultural da SEC, da Superintendência de Interiorização da SEC e da estrutura do CONSEC.]

Seguindo o mesmo padrão de leitura das anteriores, a Tabela 14 demonstra a quantidade de discursos autofônicos na ata da quarta reunião.

Tabela 14 - Quantidade de discursos autofônicos na ata da quarta reunião

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos autofônicos	%
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	0	0
DV – Daniela Varela	7	100
?? – Sem enunciador definido	0	0
LP – Lívia Pacheco	0	0
JC – Janaína Cunha	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
MB – Mila Batista	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
MinC	0	0
PM – Paulo de Moraes	0	0
MK – Makely Ka	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
CN – Clodoália Nobre	0	0
CA – Carlos Alexandre	0	0
AMM	0	0
AP – Adriana Parrella	0	0
Total	7	100

Fonte: Elaboração própria.

Foram encontrados cinco potenciais: (1), (26), (28), (48) e (82). Apresentamos o ato (26) como exemplo.

MinC [(26) e o MinC diz que vai consultar Brasília e esclarecer.]

Quanto à forma, verificam-se 102 formulados e 9 designados. Dos formulados, a predominância é de Eliane Parreiras com 26,47% dos discursos. Já os designados estão bem equilibrados, sendo que três conselheiros designam duas vezes e outros três, uma vez cada. Há um discurso designado cujo enunciador não está identificado na ata.

?? [(86) Procedeu-se à leitura das definições de cada Câmara, propostas por Aníbal, (87) e ocorreram algumas sugestões [ ] de alterações, basicamente focadas na redação]

A Tabela 15, seguindo o mesmo padrão de leitura dos demais, apresenta o número de discursos formulados na ata da quarta reunião.

Tabela 15 - Número de discursos formulados na ata da quarta reunião.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	10	9,80
EP – Eliane Parreiras	27	26,47
DV – Daniela Varela	10	9,80
?? – Sem enunciador definido	4	3,92
LP – Lívia Pacheco	2	1,96
JC – Janaína Cunha	3	2,94
AM – Aníbal Macedo	8	7,84
SM – Sula Mavrudis	7	6,86
MB – Mila Batista	2	1,96
MA – Maria Andrada	4	3,92
MinC	6	5,88
PM – Paulo de Morais	5	4,90
MK – Makely Ka	10	9,80
MR – Magdalena Rodrigues	5	4,90
CN – Clodoália Nobre	1	0,98
CA – Carlos Alexandre	2	1,96
AMM	1	0,98
AP – Adriana Parrella	4	3,92
<b>Total</b>	<b>102<sup>12</sup></b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

O número de discursos designados na ata da quarta reunião está representado na Tabela 16, seguindo o mesmo padrão de leitura das anteriores.

Tabela 16 - Número de discursos designados na ata da quarta reunião.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	2	22,22
EP – Eliane Parreiras	0	0
DV – Daniela Varela	0	0
?? – Sem enunciador definido	1	11,11
LP – Lívia Pacheco	0	0
JC – Janaína Cunha	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
SM – Sula Mavrudis	1	11,11
MB – Mila Batista	0	0
MA – Maria Andrada	2	22,22
MinC	1	11,11
PM – Paulo de Morais	0	0
MK – Makely Ka	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	2	22,22
CN – Clodoália Nobre	0	0
CA – Carlos Alexandre	0	0
AMM – Amílcar Viana Martins	0	0
AP – Adriana Parrella	0	0
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

<sup>12</sup> Se somados os totais da coluna, a resposta seria 110. Entretanto, há dois discursos atribuídos a vários locutores, a saber, MA/MR/PM/SM (ato 70) e AM/MA/MR/AP/PM/MK/SM (ato 71). Retirando os repetidos, o total equivale a 102.

### 5.2.5 Resultados da análise da Ata da 5ª Reunião do CONSEC

Em 13/09/2013, realizou-se a presente reunião com o objetivo de apresentar a programação da Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: aprovação da ata da reunião anterior, aprovação final do Regimento Interno, definição de indicações de membros do CONSEC para participação nas coordenações durante a Conferência Estadual, discussão sobre os critérios para indicação de membros do CONSEC à Conferência Nacional, descrição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais da SEC, aprovação de calendário das próximas reuniões, apresentação de diretrizes para o início das discussões sobre o Plano Estadual de Cultura, discussões sobre as atividades das Câmaras Temáticas, descrição do site do CONSEC e sugestão de pauta para a próxima reunião. A Figura 7 demonstra o resultado do enquadre interacional.

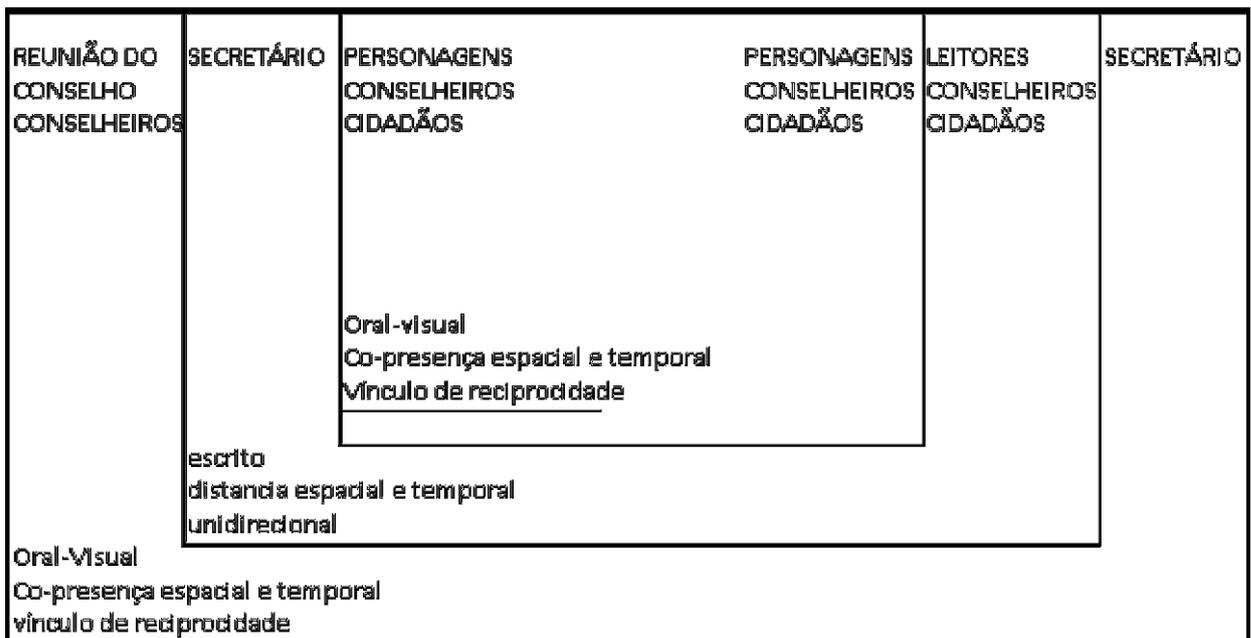


Figura 7 - Enquadre interacional da Ata 5.  
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 17 apresenta o quantitativo dos discursos representados encontrados na 5ª ata da reunião do CONSEC.

Foram encontrados 109 discursos diafônicos, do ponto de vista do nível mais externo da reunião. Tais discursos estão tabulados abaixo, seguindo o mesmo padrão de leitura das demais tabelas.

Tabela 17 - Quantitativo dos discursos representados encontrados na 5ª ata da reunião do CONSEC.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	22	20,18
EP – Eliane Parreiras	42	38,53
DL – Denise Liberato	10	9,17
MA – Maria Andrada	3	2,75
MB – Mila Batista	2	1,83
AM – Aníbal Macedo	14	12,84
JC – Janaína Cunha	4	3,66
RAJ – Raul Abu-Jamra	2	1,83
PM – Paulo de Moraes	2	1,83
SM – Sula Mavrudis	3	2,75
GV – Geralda Vieira	2	1,83
MK – Makely Ka	2	1,83
MR – Magdalena Rodrigues	2	1,83
?? – Discurso sem locutor definido	2	1,83
FM – Fabiano Moreira	1	0,91
EN – Enrique Natalino	1	0,91
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 18 demonstra o número de discursos autofônicos na ata, respeitando o mesmo padrão de leitura das demais.

Tabela 18 - Número de discursos autofônicos na ata.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos autofônicos</b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	0	0
DL – Denise Liberato	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
MB – Mila Batista	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
JC – Janaína Cunha	0	0
RAJ – Raul Abu-Jamra	1	100
PM – Paulo de Moraes	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
GV – Geralda Vieira	0	0
MK – Makely Ka	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
?? – Discurso sem locutor definido	0	0
FM – Fabiano Moreira	0	0
EN – Enrique Natalino	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos tipos de discurso, percebe-se a ocorrência de apenas um

autofônico (atos 107-108), realizado pelo escritor da ata, Raul Abu-Jamra (RAJ), que excepcionalmente escreve em lugar da secretária executiva Denise Liberato (DL), também presente na reunião.

RAJ [(107) Assim, terminou a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural (108) da qual eu, Raul Abu-Jamra Costa, lavrei a presente ata,]

Além disso, não foram identificados discursos polifônicos. Não há registro de discursos polifônicos nem efetivos, pela perspectiva da reunião. Contudo, há 11 potenciais, dos quais apresentamos um exemplo.

P [(38) A 2ª Reunião Extraordinária do CONSEC ficou marcada para 18/10/2013, onde já se poderá debater os resultados da Conferência Estadual. (39) Em Ipatinga, a Reunião Itinerante será realizada em 07/11/2013 e, finalmente a última Ordinária do ano, em 06/12/2013 em Belo Horizonte.]

Em relação à forma, observa-se a ocorrência de oito designados, sendo que 50% deles são feitos por Eliane Parreiras (EP) e os demais são produzidos por quatro conselheiros distintos, a saber: Denise Liberato (DL), Aníbal Macedo (AM), Janaína Cunha (JC) e Geralda Vieira (GV). Cada um realiza designação de outros discursos uma vez, correspondendo cada a 12,50%.

AM [... (64) Relata o aproveitamento das propostas [ ] das Conferências do município, da divisão em 4 eixos e grupos de trabalho e a criação de grupo de sistematização que saíram de ações para metas e objetivos.]

A Tabela 19 apresenta o número de discursos designados na ata, sendo lida conforme as anteriores, da esquerda para a direita, contendo o nome do conselheiro, a quantidade de discursos designados feitos por ele e a porcentagem correspondente.

Tabela 19 - Número de discursos designados na ata (continua)

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos designados	%
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	4	50
DL – Denise Liberato	1	12,50
MA – Maria Andrada	0	0
MB – Mila Batista	0	0

Tabela 19 - Número de discursos designados na ata (conclusão)

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
AM – Aníbal Macedo	1	12,50
JC – Janaína Cunha	1	12,50
RAJ – Raul Abu-Jamra	0	0
PM – Paulo de Moraes	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
GV – Geralda Vieira	1	12,50
MK – Makely Ka	0	0
MR – Magdalena Rodrigues	0	0
?? – Discurso sem locutor definido	0	0
FM – Fabiano Moreira	0	0
EN – Enrique Natalino	0	0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Dos 110 discursos formulados, Eliane Parreiras se destaca com 38,18%, isto é, 42 discursos ao todo. O 2º maior número de discursos pertence à Plenária, com 22 discursos (20%) do total. A tabulação geral dos formulados segue abaixo.

Tabela 20 - Total de discursos formulados.

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	22	20
EP – Eliane Parreiras	42	38,18
DL – Denise Liberato	10	9,09
MA – Maria Andrada	3	2,72
MB – Mila Batista	2	1,81
AM – Aníbal Macedo	14	12,72
JC – Janaína Cunha	4	3,63
RAJ – Raul Abu-Jamra	3	2,72
PM – Paulo de Moraes	2	1,81
SM – Sula Mavrudis	3	2,72
GV – Geralda Vieira	2	1,81
MK – Makely Ka	2	1,81
MR – Magdalena Rodrigues	2	1,81
?? – Discurso sem locutor definido	2	1,81
FM – Fabiano Moreira	1	0,90
EN – Enrique Natalino	1	0,90
<b>Total</b>	<b>110<sup>13</sup></b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

<sup>13</sup> Se somados todos os discursos dos enunciadores do quadro, o total será 115. Porém, como são descontadas cinco repetições, o total equivalente a 100% é 110.

### 5.2.6 Resultado da análise da Ata da 6º Reunião do CONSEC

A reunião ocorreu em 09/12/2013. Dentre os assuntos principais que entraram em pauta na reunião estão, estão a apresentação de Felipe Amado e Roberto Mazuchi acerca da Tecnologia da Informação no Sistema Estadual de Cultura; a discussão sobre as empresas patrocinadoras da Cultura no estado, os fundos de incentivo à cultura e benefícios fiscais; a dificuldade do segmento do Circo e de outros em captar recursos por meio desses fundos; o papel da Rede Minas; as negociações com o grupo ocupante do espaço Luiz Estrela e o papel do CONSEC nessa situação; e ainda, o Plano Estadual de Cultura e a reunião do Conecta.

O enquadre interacional da Figura 8 demonstra que o encaixamento dessa ata é complexo com quatro níveis.

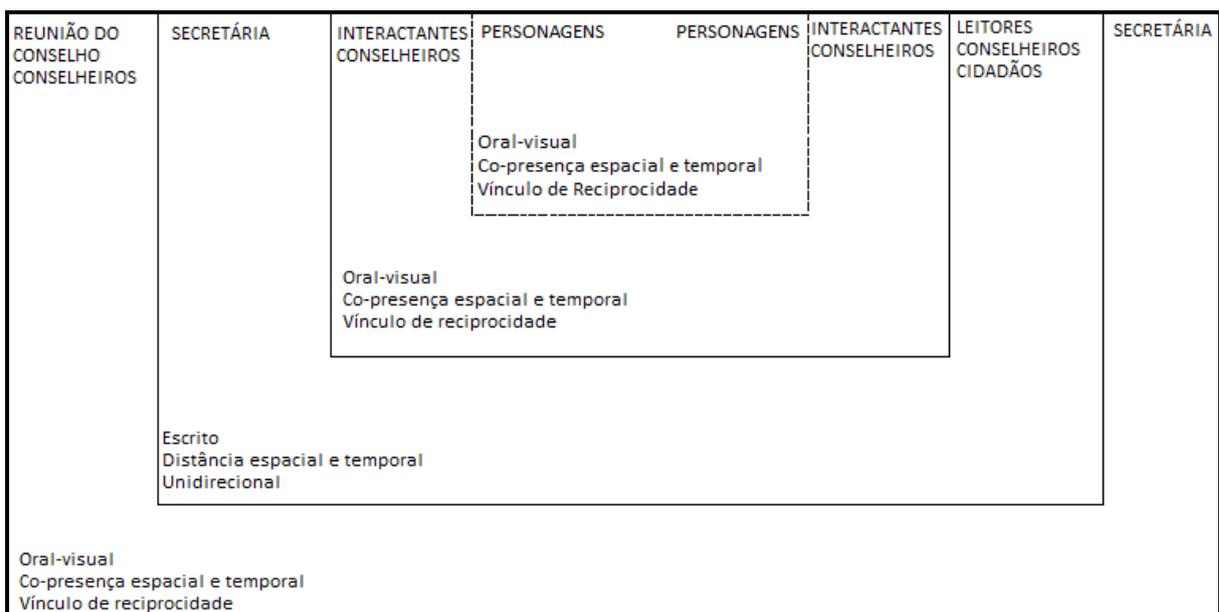


Figura 8 - Enquadre interacional da Ata 6.

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 21 apresenta o quantitativo dos discursos representados encontrados na 6ª ata da reunião do CONSEC e identificados como diafônicos. Mantenha-se o mesmo padrão de leitura.

Tabela 21 - Quantitativo dos discursos representados encontrados na 6ª ata da reunião do CONSEC.

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos diafônico	%
P – Plenária	8	4,25
EP – Eliane Parreiras	49	26,06
DL – Denise Liberato	1	0,53
FM – Fabiano Moreira	3	1,59
GV – Geralda Vieira	2	1,06
FA – Felipe Amado	8	4,25
JC – Janaína Cunha	9	4,78
BO – Bernardo de Oliveira	3	1,59
AM – Aníbal Macedo	34	18,08
JD – José D'Ângelo	7	3,72
SM – Sula Mavrudis	2	1,06
MK – Makely Ka	15	7,97
TM – Túlio Mourão	6	3,19
MA – Maria Andrada	4	2,12
AmM – Amílcar Martins	1	0,53
PM – Paulo de Moraes	15	7,97
??	1	0,53
CN – Clodoália Nobre	5	2,65
SB – Sérgio Borges	1	0,53
RR – Rubem dos Reis	5	2,65
DC – Damiana Campos	4	2,12
RM – Roberto Mazuchi	2	1,06
DS – Diomar Silveira	1	0,53
AK – Amaure Klausing	1	0,53
Total	188	100

Fonte: Elaboração própria.

Foram identificados sete discursos polifônicos efetivos. A maioria é de Aníbal Macedo (AM), que é o conselheiro representante do segmento social de Literatura, Livro e Leitura.

{(177) Faz um relato da reunião com membros do ConeCta, (178) onde foi esclarecido o motivo de Minas Gerais ter sido o último Estado a aderir ao SNC, (179) e que os membros do ConeCta se mostraram aborrecidos por não ter havido a possibilidade de esclarecimento na Conferência Nacional, (180) tendo em vista que a ministra citou enfaticamente esta situação durante sua fala na Conferência Nacional de Cultura.}

Mantendo o mesmo padrão de leitura, a Tabela 22 apresenta a quantidade de discursos polifônicos na ata da sexta reunião do CONSEC.

Tabela 22 - Quantidade de discursos polifônicos na ata da sexta reunião do CONSEC

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos <u>polifônicos</u></b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	1	14,28
DL – Denise Liberato	0	0
FM – Fabiano Moreira	0	0
GV – Geralda Vieira	0	0
FA – Felipe Amado	0	0
JC – Janaína Cunha	0	0
BO – Bernardo de Oliveira	0	0
AM – Aníbal Macedo	5	71,42
JD – José D'Ângelo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
MK – Makely Ka	0	0
TM – Túlio Mourão	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
AmM – Amílcar Martins	0	0
PM – Paulo de Moraes	1	14,28
??	0	0
CN – Clodoália Nobre	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
RR – Rubem dos Reis	0	0
DC – Damiana Campos	0	0
RM – Roberto Mazuchi	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
AK – Amaure Klausing	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Também foram identificados oito discursos autofônicos, sendo esses produzidos por Denise.

DL [(141) Denise Liberato apresenta a proposta de calendário de reuniões para 2014.]

A Tabela 23, observando o mesmo critério de leitura das demais, apresenta o número de discursos autofônicos na ata da sexta reunião.

Tabela 23 - Número de discursos autofônicos na ata da sexta reunião (continua)

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos <u>autofônicos</u></b>	<b>%</b>
P – Plenária	0	0
EP – Eliane Parreiras	0	0
DL – Denise Liberato	8	100
FM – Fabiano Moreira	0	0
GV – Geralda Vieira	0	0
FA – Felipe Amado	0	0

Tabela 23 - Número de discursos autofônicos na ata da sexta reunião (conclusão)

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos autofônicos	%
JC – Janaína Cunha	0	0
BO – Bernardo de Oliveira	0	0
AM – Aníbal Macedo	0	0
JD – José D'Ângelo	0	0
SM – Sula Mavrudis	0	0
MK – Makely Ka	0	0
TM – Túlio Mourão	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
AmM – Amílcar Martins	0	0
PM – Paulo de Moraes	0	0
??	0	0
CN – Clodoália Nobre	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
RR – Rubem dos Reis	0	0
DC – Damiana Campos	0	0
RM – Roberto Mazuchi	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
AK – Amaure Klausing	0	0
Total	8	100

Fonte: Elaboração própria.

Dos potenciais, encontram-se seis ocorrências. Como exemplo, apresentamos o ato (99).

(99) Propõe que no seminário a ser realizado em 2014 seja discutida a programação da Rádio Inconfidência pois na sua opinião, está defasada no tempo

Em forma de designados, houve 13 ocorrências, das quais a maioria pertence à Eliane e à Plenária, empatadas com 23,07%.

AM [(173) Aníbal Macedo diz que a proposta [ ] feita pelo Rubem Reis de apoio para um segmento particular das artes cênicas pode ser trabalhada dentro do Plano Estadual de Cultura. (174) Aníbal Macedo relembra proposta [ ] anterior de um Seminário Técnico para tratar de financiamento à cultura...]

A quantidade de discursos designados na sexta reunião, seguindo o mesmo padrão de leitura das anteriores, está tabulada abaixo.

Tabela 24 - Quantidade de discursos designados na sexta reunião

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos designados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	3	23,07
EP – Eliane Parreiras	3	23,07
DL – Denise Liberato	0	0
FM – Fabiano Moreira	2	15,38
GV – Geralda Vieira	0	0
FA – Felipe Amado	0	0
JC – Janaína Cunha	0	0
BO – Bernardo de Oliveira	0	0
AM – Aníbal Macedo	2	15,38
JD – José D'Ângelo	1	7,69
SM – Sula Mavrudis	0	0
MK – Makely Ka	1	7,69
TM – Túlio Mourão	0	0
MA – Maria Andrada	0	0
AmM – Amílcar Martins	1	7,69
PM – Paulo de Moraes	0	0
??	0	0
CN – Clodoália Nobre	0	0
SB – Sérgio Borges	0	0
RR – Rubem dos Reis	0	0
DC – Damiana Campos	0	0
RM – Roberto Mazuchi	0	0
DS – Diomar Silveira	0	0
AK – Amaure Klausing	0	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Dos 203 discursos formulados, Eliane também mantém a predominância com 51 (25,12%), seguida por Aníbal com 41 (20,19%). A tabulação geral desse tipo discursivo está representada abaixo, conforme o padrão de leitura das demais.

Tabela 25 - Discursos formulados (continua)

<b>Conselheiros</b>	<b>Número de ocorrências de discursos formulados</b>	<b>%</b>
P – Plenária	8	3,94
EP – Eliane Parreiras	51	25,12
DL – Denise Liberato	9	4,43
FM – Fabiano Moreira	3	1,47
GV – Geralda Vieira	2	0,98
FA – Felipe Amado	8	3,94
JC – Janaína Cunha	10	4,92
BO – Bernardo de Oliveira	3	1,47
AM – Aníbal Macedo	41	20,19
JD – José D'Ângelo	7	3,44
SM – Sula Mavrudis	2	0,98
MK – Makely Ka	15	7,38
TM – Túlio Mourão	6	2,95
MA – Maria Andrada	4	1,97
AmM – Amílcar Martins	1	0,49
PM – Paulo de Moraes	14	6,89

Tabela 25 - Discursos formulados (conclusão)

Conselheiros	Número de ocorrências de discursos formulados	%
??	1	0,49
CN – Clodoália Nobre	5	2,46
SB – Sérgio Borges	1	0,49
RR – Rubem dos Reis	5	2,46
DC – Damiana Campos	4	1,97
RM – Roberto Mazuchi	3	1,47
DS – Diomar Silveira	1	0,49
AK – Amaure Klausing	1	0,49
Total	20314	100

Fonte: Elaboração própria.

### 5.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A análise enunciativa é o resultado da combinação das informações interacionais com informações sintáticas, lexicais e referenciais. Essa combinação é muito importante para a compreensão do processo enunciativo realizado nas reuniões do CONSEC, processo este que define o papel e a valorização dos enunciadores, ressaltando elementos importantes para a conclusão deste trabalho, tais como: número de enunciadores, número de enunciados por enunciador, valorização ou desvalorização de certos enunciados por meio de designação, entre outros.

Embora a análise enunciativa em si já ofereça bastantes elementos para uma conclusão concreta em relação à questão desta pesquisa, ela ainda não é suficiente, tendo em vista sua natureza basicamente descritiva. Porém, ela colabora fundamentalmente com a análise da forma de organização polifônica, que será o objeto tratado no próximo capítulo.

Como exposto na metodologia, o estudo da forma de organização enunciativa constitui a primeira etapa da análise da forma de organização polifônica. No estudo desta forma de organização, o objetivo é exatamente ultrapassar a análise descritiva oferecida pelo estudo da forma de organização enunciativa, tal como realizada neste capítulo. Para isso, no próximo capítulo veremos os resultados da análise enunciativa devem ser combinados com as análises de módulos e de outras formas de organização.

<sup>14</sup> Sendo que três discursos foram produzidos por dois enunciadores, segundo o corpus, o total de discurso cai de 205 para 203, número real de discursos formulados.

## 6 FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DAS ATAS DO CONSEC

Com o estudo da forma de organização enunciativa, realizada no capítulo anterior, foi possível realizar um levantamento detalhado de como os discursos dos conselheiros são representados nas atas. Para nossa pesquisa, esse levantamento constitui uma etapa preliminar para alcançar o objetivo geral, que é compreender como se dão a dinâmica da participação popular dentro do conselho de política cultural de Minas Gerais (CONSEC) e o processo de efetivação das vozes dos diversos segmentos da sociedade nas atas. Essa compreensão apenas poderá ser alcançada mediante a combinação da análise enunciativa com a análise de outros planos de organização do discurso, já que essa combinação permitirá investigar as funções que exercem os discursos representados identificados na etapa anterior.

Assim, em função dos objetivos desta pesquisa, o estudo da forma de organização polifônica será feito em três momentos.

- a) A análise enunciativa será combinada, primeiro, com a análise do módulo hierárquico. Essa combinação permitirá identificar quais vozes são priorizadas pelo escritor da ata;
- b) Depois, a análise enunciativa será combinada com a análise do módulo sintático. Essa combinação permitirá verificar quais discursos são registrados com maior força de significado dentro da interação;
- c) Por fim, a análise enunciativa será combinada com a análise do módulo referencial. Essa combinação permitirá situar o leitor quanto ao mundo em que os conselheiros e seus respectivos segmentos estão inseridos.

Como exposto na metodologia, nesta etapa da análise, serão estudadas três das seis atas do *corpus*, a fim de obter uma maior profundidade na análise qualitativa que caracteriza este momento da pesquisa.

## 6.1 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 01

Neste item, será feita a análise da forma de organização polifônica da ata de número 01. Em 05 de setembro de 2012, na cidade de Belo Horizonte, aconteceu a primeira reunião inaugural do CONSEC, que, como exposto no capítulo anterior, abordou as competências do conselho, algumas questões de regimento interno e as funções dos suplentes. Também foram feitas as devidas apresentações dos conselheiros, que tomaram posse na ocasião. A ata tem por função representar os fatos ocorridos na reunião.

### 6.1.1 Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo hierárquico

Antes de apresentarmos a combinação da análise de forma de organização enunciativa com a análise do módulo hierárquico, vamos apresentar, ainda que de maneira sucinta, o módulo hierárquico. Esse módulo define as constituições básicas da organização textual, assim como as regras que possibilitam a geração das estruturas hierárquicas de todos os textos possíveis.

O módulo hierárquico define os constituintes discursivos. De acordo com esse módulo, há três constituintes (CUNHA, 2008):

*Troca:* é a unidade textual máxima, sendo formada por intervenções que refletem as diversas proposições, reações e ratificações de uma negociação.

*Intervenção:* é a unidade constitutiva da troca, podendo ser formada por um ato apenas, embora costume apresentar uma constituição complexa, da qual participam outras intervenções, atos e até mesmo trocas.

*Ato:* é a unidade mínima do texto, constituindo a menor unidade demarcada por uma e outra passagem da memória discursiva, ou seja, do conjunto de saberes partilhados pelos interactantes durante uma interação.

Operações próprias de outros módulos de caráter discursivo aplicam-se também a esses constituintes. Desse modo, as estruturas hierárquicas constituem-se como o meio pelo qual se realiza a representação do processo de negociação subjacente a toda interação, seja ela oral ou escrita.

A partir da organização hierárquica, podem-se descrever as hierarquias e as relações estabelecidas entre os constituintes do texto (trocas, intervenções e atos). Há três tipos dessas relações: dependência, interdependência e independência.

- a) Relação de dependência – acontece quando a presença de um constituinte depende da presença do outro, ou seja, um é o subordinado e o outro é o principal. Este exprime uma informação fundamental para o desenvolvimento do processo de negociação, enquanto aquele pode ser suprimido sem que provoque algum dano estrutural global ao texto;
- b) Relação de interdependência – ocorre quando um constituinte não pode existir sem o outro, como na troca constituída por uma pergunta e uma resposta, por exemplo;
- c) Relação de independência – é o caso das intervenções ou atos coordenados, que não dependem de outros constituintes, isto é, a presença de um não depende da presença do outro.

É importante esclarecer que a subordinação e a coordenação de constituintes do texto são fenômenos discursivos, ligados à interação. Portanto, a classificação de um constituinte textual como principal, subordinado ou coordenado depende da sua importância para o desenvolvimento do processo de negociação entre os interactantes e não do elo sintático entre ele e os demais constituintes (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; CUNHA, 2011; CUNHA; MARINHO, 2012).

Feita a apresentação do módulo hierárquico, passemos à análise da 1ª ata, combinando sua estrutura hierárquica com sua análise enunciativa. Como exposto no início deste capítulo, a combinação da estrutura hierárquica com a análise enunciativa é importante, porque permite verificar quais discursos representados (vozes) são mobilizados em constituintes (atos e intervenções) considerados principais e quais são mobilizados em constituintes (atos e intervenções) considerados subordinados. Entende-se por principal o constituinte cuja retirada do texto implica perda de coerência, enquanto que o constituinte secundário pode ser extraído sem causar dano ao significado do texto. Nesse sentido, assumem maior importância para o processo de negociação instaurado entre a Secretária e os leitores os discursos representados mobilizados em constituintes principais. Abaixo,

segue um fragmento da 1ª ata para ser analisado<sup>15</sup>.

[...] ?? [(11) A Presidente da Fundação Clovis Salgado *pede a palavra* e convida a todos para participarem do evento Noite Branca.] FM [(12) A Secretária Executiva *retoma a palavra* e fala que o regimento interno poderá ser feito da seguinte maneira: ou enviando uma minuta para todos já lerem e colocarem suas observações ou criando um grupo de trabalho para formulação do Regimento Interno. (13) Além disso, propõe que a próxima reunião seja feita no dia 13 de dezembro na cidade administrativa de Minas Gerais.] EP [(14) A presidente do CONSEC *retoma a palavra*, fala que já existe uma minuta do regimento e que esta será encaminhada a todos por e-mail, para que na próxima reunião sejam discutidas apenas as observações de cada contribuição.] MR [(15) Neste momento, a Conselheira Maria Magdalena Rodrigues da Silva pergunta como será a convocação do suplente, visto que a condição de representação do SATED é diversa ao do SET, uma vez que ambos representam o segmento de Entidades Trabalhadores.] EP [(16) A Presidente responde que o regimento irá definir todas essas questões.] MK [(17) Nesse momento o conselheiro Makely Ka levanta dúvida sobre como será a participação do suplente, questionando se os suplentes terão direito a voz e voto e sugere uma reunião mais informal para os conselheiros se conhecerem.] AV [(18) A palavra é dada ao conselheiro Amilkar Viana que sugere que os suplentes tenham direito a voz e o voto seja somente do titular.] AB [(19) A conselheira Adriana Banana *pede a fala* e diz que, no caso do CONSEC, sempre haverá a necessidade de voto do suplente uma vez que mais de um assunto foi inserido num mesmo segmento, como no caso da Dança e Circo. [...]

Para representar os constituintes principais e secundários, no módulo hierárquico, usa-se um esquema conhecido como estrutura hierárquica, conforme a Figura 9 abaixo.

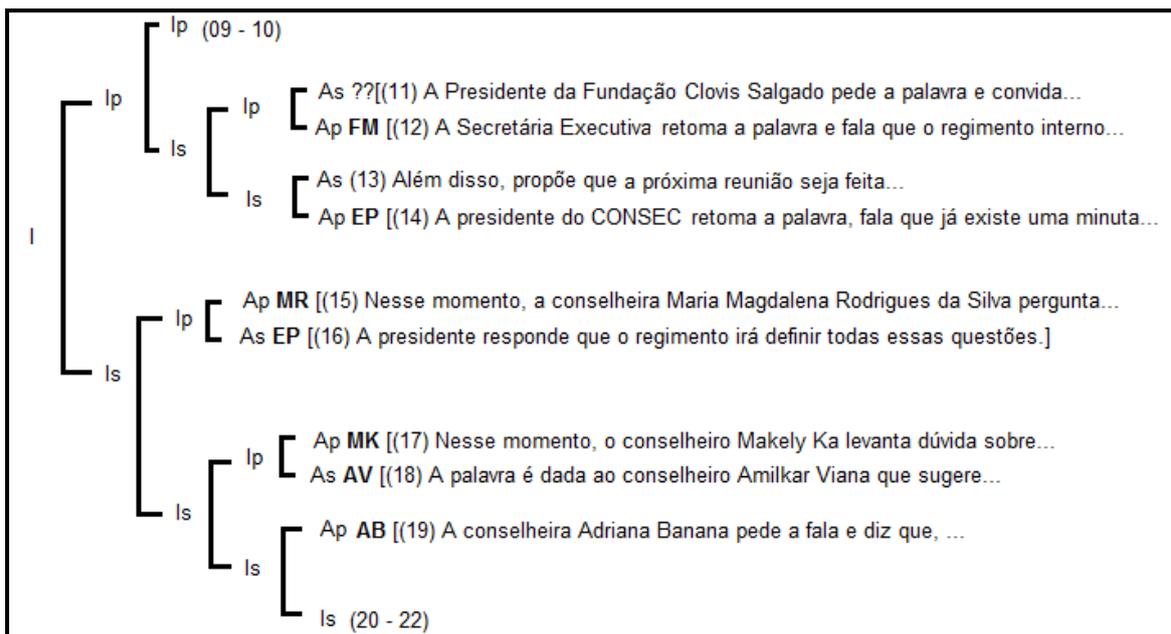


Figura 9 - Estrutura Hierárquica da Ata 1, fragmento 1.

Fonte: Elaboração própria

<sup>15</sup> A análise hierárquica completa dessa ata encontra-se no anexo deste trabalho.

De acordo com a interpretação do analista, a voz da Presidente da Fundação Clovis Salgado é praticamente subtraída, uma vez que seu discurso é caracterizado como um ato único (11) e secundário. O convite feito por ela não tem repercussão alguma, de acordo com a representação da Secretária Executiva, autora da ata, já que não são mencionadas dúvidas ou quaisquer comentários que normalmente são comuns após um convite. Além disso, muda-se de assunto bruscamente, como se o convite não merecesse maior atenção. Desde já, a hipótese de supressão de vozes vai sendo confirmada nesta pesquisa.

Em contrapartida, evidenciam-se as vozes principais, entre elas a de Maria Magdalena Rodrigues (Entidade de Trabalhadores e Empresariais), representante legal do SATED, e a de Makely Ka (Música). Magdalena pergunta como será a convocação do suplente, considerando-se a distinção entre o SATED e o SET, enquanto que Makely questiona acerca da participação dos suplentes e sugere uma reunião informal para que os conselheiros se conheçam melhor. Ambos são atos principais, que provocam a reação de seus interlocutores, Eliane Parreiras (Secretaria Estadual de Cultura), presidente do CONSEC, que responde a Magdalena dizendo que tais questões serão definidas pelo regimento interno e Amílcar Viana (Patrimônio Histórico e Artístico) que responde ao questionamento de Makely sugerindo que o voto seja restrito aos titulares embora os suplentes possam opinar. Os atos de Eliane e Amílcar são considerados secundários por se tratarem de simples reações. Entretanto, os quatro atos pertencem a intervenções principais.

A hierarquia se torna bastante oscilante, sobretudo nas vozes de Eliane Parreiras (Sec. Estadual de Cultura) e Fernanda Machado (Sec. Executiva), que aparecem tanto em atos principais quanto em secundários. Por exemplo, no trecho representado pela Figura 10, Fernanda aparece em ato principal (Ap 26) apenas por introduzir a voz de Aníbal Macedo (Literatura, Livro e Leitura), enquanto que Elaine aparece em ato secundário (As 27), uma vez que sua fala é apenas uma reação à proposição feita por ele. Os atos principais na intervenção (26-29) são atribuídos, portanto, a Aníbal (Ap 26) e a Geralda Neves (Ap 28). Esta endossa a proposta de conhecer o suplente e pergunta acerca da comunicação entre ela e o suplente de seu segmento.

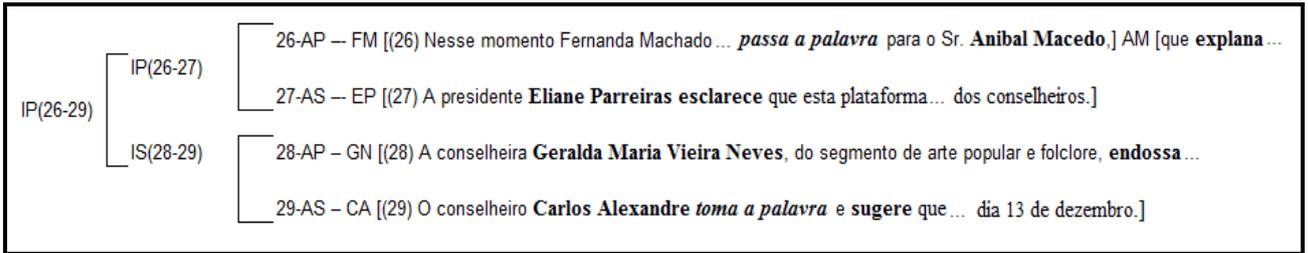


Figura 10 - Estrutura Hierárquica da Ata 1, fragmento 2.

Fonte: Elaboração própria.

Ao final desta etapa da análise, podemos constatar que, na ata, os discursos de alguns conselheiros recebem mais destaque do que outros. Enquanto as falas da Presidente da Fundação Clóvis Salgado, Amílcar Viana (Patrimônio Histórico e Artístico) e Carlos Alexandre (Secretaria Estadual de Governo) aparecem predominantemente em constituintes subordinados, os de Fernanda Machado (Sec. Executiva), Eliane Parreiras (Sec. Estadual de Cultura), Makely Ka (Música), Magdalena Rodrigues (Trabalhadores e Empresariais), Adriana Banana (Dança e Circo), Geralda Neves (Arte Popular, Folclore e Artesanato) Rubem da Silveira (Teatro) e Diomar da Silveira (Música) aparecem em constituintes principais. Essa diferença é importante, porque, como veremos mais adiante no estudo do módulo referencial, mostra que a ata representa um mundo em que os conselheiros representantes de alguns segmentos têm mais voz e, portanto, mais poder do que outros.

### 6.1.2 Combinação da análise enunciativa e da análise do módulo sintático

Esta análise tem o objetivo de evidenciar a importância dos verbos de fala (*dicendi*) para a construção de sentidos do texto. Em um *corpus* onde há muitos segmentos de discurso indireto, há conseqüentemente muitos verbos de fala, como neste trecho: “Aníbal diz que o CONSEC deve se posicionar diante destas questões”. O verbo destacado é um verbo de fala.

Esses verbos são importantes porque já indicam para o leitor do texto (da ata) como a informação atribuída a um personagem (um Conselheiro) deve ser interpretada. Assim, nossa interpretação é influenciada pelos verbos de fala. Se digo que alguém *assevera X*, atribuo a esse alguém certeza e confiança naquilo que ele

diz. Mas, se digo que alguém *sugere X*, atribuo a esse alguém pouca certeza naquilo que diz. No caso da ata, essa diferença no sentido dos verbos de fala pode ser determinante no momento de decidir se a proposta de um Conselheiro é relevante ou irrelevante. Assim, se digo que o *Conselheiro afirma X*, indico, enquanto autor da ata, que a fala dele merece atenção e credibilidade. Mas, se digo que o *Conselheiro reclama X*, indico que a fala deve ser vista como uma reclamação ou como uma reivindicação. E, se digo que o *Conselheiro reprova X*, indico que a fala dele é uma polêmica ou uma disputa em relação, por exemplo, a fala de outro Conselheiro.

Asseverar, sugerir, afirmar, reclamar e reprovar são exemplos de verbos *dicendi*. Esses verbos, também conhecidos como verbos de fala por se tratarem de verbos de elocução, representam a forma como alguém se expressa, assim como a sua intenção. Referem-se ao ato de fala, ou seja, à pragmática da fala, que significa a fala como uma ação.

Existe um ramo da Linguística conhecido como Pragmática que estuda o aspecto prático do ato de fala, ou seja, quando a fala é também uma ação. Uma mãe encosta as costas da mão na testa do filho e diz “*Você está queimando!*”. Isso é apenas uma asserção que demonstra uma constatação (o filho está com febre) por meio de uma metáfora. No entanto, se alguém passa próximo a uma fogueira e parte de sua roupa começa a incendiar, quando outra pessoa lhe diz “*Você está queimando!*”, está mais do que afirmando algo, está exercendo a ação de avisar, alertar.

O segundo caso é um bom exemplo de pragmática. Portanto, o uso prático da língua, buscando alcançar resultados concretos por meio da fala, consiste em aspecto pragmático. Em outras palavras, a característica principal dos verbos *dicendi* é a pragmática, apesar de o próprio verbo *falar* e seu sinônimo *dizer* serem menos expressivos quanto ao significado prático da linguagem (nem sempre que alguém fala, realiza uma ação concreta que exija reação ou demonstre a intenção de quem fala).

Embora a combinação do módulo sintático com a forma enunciativa seja feita pela observação dos verbos *dicendi*, há certas expressões que revelam substancialmente a perspectiva ou intencionalidade com a qual a escritora da ata representa os discursos dos conselheiros. Para uma questão didática, neste trabalho, tais expressões são nomeadas de *expressões dicendi*. Não são verbos *dicendi*, porque o verbo que compõe a expressão não é *dicendi*. Mas a expressão

toda tem o valor de um verbo *dicendi*. Um exemplo é a expressão *pede a palavra*, que será analisada mais adiante. Nela o verbo pedir não é *dicendi*, mas a expressão toda tem o valor pragmático e semântico de um verbo *dicendi*, como *dizer*, *perguntar*, *reclamar* e semelhantes.

Inicialmente serão analisadas essas expressões *dicendi*, uma vez que elas representam uma característica pragmática dos discursos. Para isso, as expressões serão divididas em dois grupos: o grupo das *dependentes* (aquelas que precisam de um verbo *dicendi* que as complemente) e o grupo das *independentes* (possuem carga semântica própria). Esses dois conceitos serão desenvolvidos a seguir.

O primeiro grupo, o das expressões *dicendi* dependentes, é identificado pela junção de um verbo transitivo direto que indique uma mudança de enunciador seguido pelo objeto direto *a palavra*. Assim, há quatro ocorrências da expressão *pede a palavra*, que pode indicar tanto uma atitude educada quanto submissa em relação aos demais. No ato (11), a Presidente da Fundação Clóvis Salgado pede a palavra para realizar um convite; mais à frente, Adriana Banana (Dança e Circo) pede a palavra para dizer algo; Fernanda solicita a palavra para encaminhar a reunião; e no segmento (36) Diomar (Música) pede a palavra para dizer alguma coisa.

?? [(11) A Presidente da Fundação Clovis Salgado *pede a palavra* e convida a todos para participarem do evento Noite Branca.]

AB [(19) A conselheira Adriana Banana *pede a fala* e diz que, no caso do CONSEC, sempre haverá a necessidade de voto do suplente uma vez que mais de um assunto foi inserido num mesmo segmento, como no caso da Dança e Circo. [...]]

FM [(34) Neste momento a Secretária executiva *pede a palavra* para dar os encaminhamentos de ordem do dia...]

DS [(36) O conselheiro Diomar *pede a palavra* e diz que até a próxima reunião o suplente e o titular devem conversar para chegar num acordo do seu segmento.]

Perceba-se que nos casos citados os verbos complementares *convida*, *diz*, *dar os encaminhamentos* e *diz* (todos correspondem a verbos *dicendi*) indicam uma finalidade de quem pede para falar. O mesmo ocorre com Fernanda (Sec. Executiva), Eliane (Secretária Estadual de Cultura) e Carlos Alexandre (Secretaria Estadual de Governo), cujos objetivos são identificados pelos verbos *fala*, *fala* e *sugere*, consecutivamente, nos segmentos (12), (14) e (29).

FM [(12) A Secretária Executiva *retoma a palavra* e fala que o regimento interno poderá ser feito da seguinte maneira: ou enviando uma minuta para todos já lerem e colocarem suas observações ou criando um grupo de trabalho para formulação do Regimento Interno.

EP [(14) A presidente do CONSEC *retoma a palavra*, fala que já existe uma minuta do regimento e que esta será encaminhada a todos por e-mail, para que na próxima reunião sejam discutidas apenas as observações de cada contribuição.]

CA [(29) O conselheiro Carlos Alexandre *toma a palavra* e sugere que as propostas sejam encaminhadas previamente por e-mail e discutidas no dia 13 de dezembro.]

A diferença desses três em relação aos anteriores é que as expressões se iniciam pelos verbos *retomar* e *tomar*, que possuem uma conotação de força e autoridade. No caso de Fernanda (Sec. Executiva) e Eliane (Secretária Estadual de Cultura), o verbo *retomar* sugere um certo domínio discursivo contínuo, já que o direito de fala vai e volta para elas constantemente. Ainda nesse grupo, três vezes aparece a expressão *passa a palavra*, sendo complementadas por verbos que representam o discurso de outros interactantes como consequência. Por exemplo, no segmento (26), Fernanda *passa a palavra* para Aníbal (Literatura, Livro e Leitura) que explana alguma coisa.

FM [(26) Nesse momento Fernanda Machado, secretária executiva, *passa a palavra* para o Sr. Anibal Macedo,] AM [que explana sobre a construção do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte e diz que precisou de mais de 12 (doze) reuniões para fechar o regimento interno.]

As expressões *tomar posse* e *dar posse* representam uma atitude de investidura de cargo que acontece de modo oficial pela força da palavra, ou seja, de certa forma possuem uma carga semântica que indica uma ação produzida pela fala. Essas expressões fazem parte do grupo das expressões *dicendi independentes*, pois encerram em si mesmas o significado da ação de fala, podendo até serem substituídas por verbos *dicendi* e complementando as expressões dependentes, como no ato (10).

EP [...(8) Na oportunidade, *toma posse* como presidente do conselho e *dá a posse* a Secretária Executiva Sra. Fernanda Machado.]

EP [(10) Ao final de sua fala, *passa a palavra* para a presidente Sra. Eliane Parreiras, que *ministra palestra* sobre Cultura e desenvolvimento, onde expôs sobre as competências do CONSEC: acompanhar a elaboração e a execução do Plano Estadual de Cultura; contribuir para o aprimoramento das políticas de cultura do Estado; manter instâncias de discussão com as

associações representativas de artistas e produtores culturais; contribuir para a integração entre os órgãos públicos e entidades do setor cultural; manifestar-se sobre planos estaduais e programas de incentivo; gestão de acervos culturais; campanhas de divulgação conscientização e defesa do patrimônio cultural, entre outras funções e Elaborar seu regimento interno.]

Também podem ser consideradas exemplos desse grupo das expressões *dicendi independentes* as expressões *quer saber* (perguntar), *levanta dúvida* (questionar).

Passamos a analisar agora os verbos de fala (*dicendi*). Tomando os verbos de fala empregados na representação dos discursos dos conselheiros na ata 01, observa-se o que consta na Quadro 1.

Quadro 2 - Número de ocorrências de verbos *dicendi* por conselheiro

<b>Conselheiro (a)</b>	<b>Verbos <i>dicendi</i></b>
Eliane Parreiras	<i>cumprimenta</i> (1 ocorrência), <i>fala</i> (4 ocorrências), <i>expondo/expôs</i> (2 ocorrências), <i>responde</i> (1 ocorrência), <i>informa</i> (1 ocorrência), <i>diz</i> (1 ocorrência), <i>esclarece</i> (1 ocorrência), <i>salienta</i> (ocorrência) e <i>declara</i> (1 ocorrência)
Fernanda Machado	<i>fala</i> (2 ocorrências), <i>expõe</i> (2 ocorrências), <i>propõe</i> (1 ocorrência), <i>informa</i> (2 ocorrências)
Makely Ka	<i>levanta dúvida</i> (1 ocorrência), <i>questionando</i> (1 ocorrência), <i>sugere</i> (1 ocorrência)
Adriana Perrella (Banana)	<i>diz</i> (1 ocorrência), <i>solicita</i> (1 ocorrência)
Amílcar Viana	<i>sugere</i> (1 ocorrência)
Paulo de Moraes	<i>pede</i> (1 ocorrência), <i>endossa</i> (1 ocorrência)
Aníbal Macedo	<i>diz</i> (1 ocorrência), <i>explana</i> (1 ocorrência)
Rubem Reis	<i>informa</i> (1 ocorrência), <i>quer saber</i> (1 ocorrência)
Magdalena Rodrigues	<i>pergunta</i> (1 ocorrência)
??	<i>convida</i> (1 ocorrência)
Diomar da Silveira	<i>sugere</i> (1 ocorrência), <i>diz</i> (1 ocorrência)
Geralda Vieira Neves	<i>endossa</i> (1 ocorrência), <i>pergunta</i> (1 ocorrência)
Carlos Alexandre	<i>sugere</i> (1 ocorrência)

Fonte: Elaboração própria.

As relações entre os verbos indicam as relações entre os interactantes e o papel que eles assumem na representação que a secretária Fernanda (Sec. Executiva) faz da reunião. Nesse sentido, a força de alguns verbos em relação a seus sinônimos pode demonstrar que Fernanda dá mais destaque ao discurso de alguns conselheiros do que a outros. Por exemplo, o verbo *sugere* – que aparece nas falas de Amílcar Viana (Patrimônio Histórico e Artístico) Makely Ka (Música), Diomar da Silveira (Música) e Carlos Alexandre (Secretaria Estadual de Governo) – pode demonstrar delicadeza ou polidez desses conselheiros ao apresentarem suas propostas.

DS [sugere que a minuta seja circulada via e-mail dos conselheiros e que seja marcada próxima reunião somente para votação do regimento.]

CA [(29) O conselheiro Carlos Alexandre *toma a palavra* e sugere que as propostas sejam encaminhadas previamente por e-mail e discutidas no dia 13 de dezembro.]

Por outro lado, o verbo semelhante *propõe* possui carga semântica mais forte e intimidadora, pois quem aceita uma sugestão não assume o mesmo compromisso de quem concorda com uma proposta. Logo, o discurso de Fernanda (Sec. Executiva) aparece na ata como mais importante do que as sugestões dos demais.

FM [... (13) Além disso, *propõe* que a próxima reunião seja feita no dia 13 de dezembro na cidade administrativa de Minas Gerais.]

Da mesma forma, a expressão *levanta dúvida* completada pelo verbo *questionando* revela um discurso que gera polêmica e que exige um esclarecimento. Portanto, Makely (Música) é apresentado como uma pessoa forte cuja atitude comunicativa mexe com os demais conselheiros, alguém que possui criticidade e conhecimento.

MK [(17) Nesse momento o conselheiro Makely Ka levanta dúvida sobre como será a participação do suplente, questionando se os suplentes terão direito a voz e voto e sugere uma reunião mais informal para os conselheiros se conhecerem.]

Em contrapartida, Magdalena Rodrigues (Trabalhadores e Empresariais) e Geralda Neves (Arte Popular, Folclore e Artesanato) aparecem como personagens que necessitam de informação.

MR [(15) Neste momento, a Conselheira Maria Magdalena Rodrigues da Silva pergunta como será a convocação do suplente, visto que a condição de representação do SATED é diversa ao do SET, uma vez que ambos representam o segmento de Entidades Trabalhadores.]

GN [(28) A conselheira Geralda Maria Vieira Neves, do segmento de arte popular e folclore, endossa a importância de conhecer o suplente e pergunta sobre a estrutura que vai ter para conversar e se encontrar com seus segmentos.]

Observa-se que, tanto em um caso quanto no outro, é Eliane Parreiras (Sec. Estadual de Cultura) quem *esclarece* e *responde* aos demais. Ao lado de Fernanda (Sec. Executiva) também *expõe* e *informa*. Dessa forma, a presidente e a secretária

do CONSEC são caracterizadas como as que detêm a maior parte das informações e conhecimentos, inclusive no que concerne à legislação, apresentados na reunião.

EP [(23) A presidente responde que os conselheiros são responsáveis pela área que representam no Estado e fala que os suplentes podem participar, desde que conste no regimento. (24) Esclarece ainda que o conselheiro deverá se reunir com o seu segmento e levar suas aspirações para a plenária do CONSEC.

FM [(9) Neste momento, a Secretária Executiva inicia os trabalhos, confere o quórum presente expõe a pauta do dia: apresentação da lei delegada, o decreto de composição do CONSEC, fala sobre um breve histórico do processo eleitoral, expõe a LEI DELEGADA nº 180 de 20/01/2011 Seção V – Do Conselho Estadual de Política Cultural, o Art. 123 – Fica criado o Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC – ,órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior da SEC, com a finalidade de acompanhar a elaboração da política cultural do Estado e sua implantação.]

Vale ressaltar que, apesar de Rubem Silveira dos Reis (Teatro) também ter o verbo *informar* em seu discurso, sua força discursiva diminui quando, em seguida, é representada pela expressão de dúvida *quer saber*, que conota ao mesmo tempo falta de saber e, de certa forma, informalidade.

RS [(30) O conselheiro Rubem Silveira dos Reis, do segmento do teatro, informa que precisa de ajuda para se deslocar do interior e *quer saber* se haverá ajuda de custo para o deslocamento.]

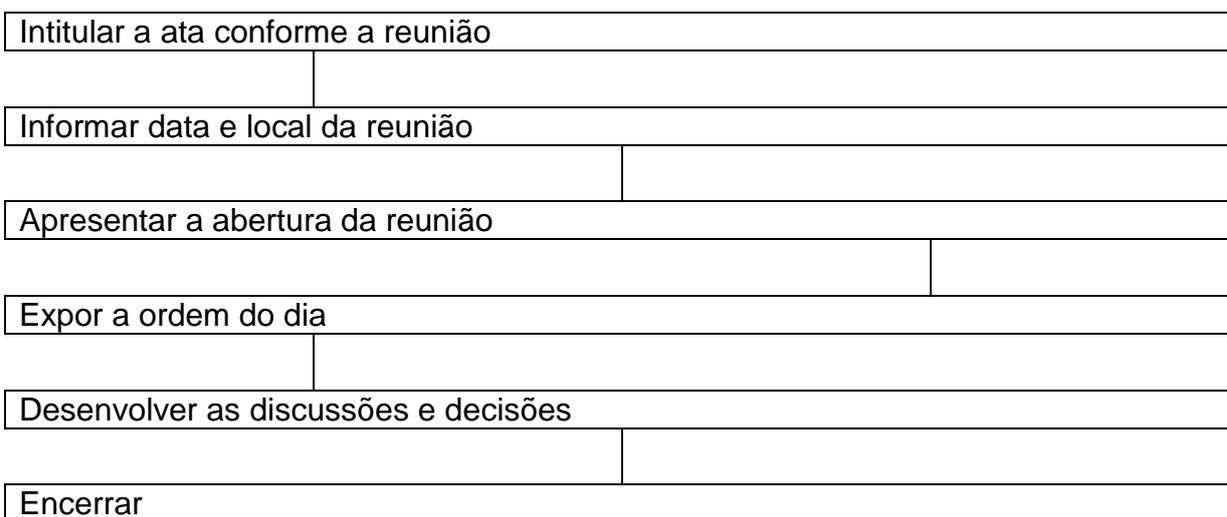
### 6.1.3 Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo referencial

Antes de apresentarmos a combinação da análise de forma de organização enunciativa com a análise do módulo referencial, apresentaremos de modo sucinto o módulo referencial. Esse módulo busca analisar tanto as ações languageiras e não languageiras produzidas ou representadas pelos locutores, quanto os conceitos implicados em tais ações, abrangendo assim os aspectos praxeológico e conceitual do discurso. (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, MARINHO, 2002). Por **praxeológica** entende-se a representação mental correspondente a esquemas de ações e trajetos operacionais possíveis em uma situação comunicacional particular. Já a representação **conceitual** equivale à exploração das diversas propriedades dos objetos discursivos e na descrição dessas propriedades. Em outras palavras, o

módulo referencial define, ao mesmo tempo, o mundo no qual se inscreve o discurso e o mundo que se revela por meio do discurso.

A ação (linguageira ou não languageira) pode ser definida como uma unidade operacional mínima produzida de acordo com a intenção do locutor. A operação consiste em um conjunto de ações e/ou outras operações. Essas unidades simples e complexas organizam-se em esquemas praxeológicos subjacentes que são aplicados dentro e fora de situações comunicacionais particulares, de acordo com a intencionalidade dos interactantes.

Como o presente trabalho analisa um *corpus* formado por atas do CONSEC, é importante compreender como se apresenta a representação praxeológica própria desse gênero discursivo. Geralmente, a estrutura composicional de uma ata começa pelas informações de título, data e local da reunião. Em seguida apresentam-se a convocação prévia e a finalidade da reunião. Depois, destacam-se as pautas principais, ou ordem do dia, continuando com a descrição das discussões e decisões tomadas na reunião. Por fim, encerra-se com o fechamento das assinaturas. Essa estrutura pode sofrer alterações de acordo com o órgão representado na ata e seu regimento interno. Contudo, as atas analisadas nesta pesquisa mantêm semelhante organização praxeológica, respeitando as seguintes ações:



Sendo assim, nesta etapa da forma de organização polifônica, o objetivo é articular a análise da forma de organização enunciativa com o mundo em que a ata se insere. Esse mundo é o do CONSEC, bem como o do Conselho enquanto instrumento de participação social. Essa combinação é importante para esta

pesquisa, na medida em que relaciona as informações referenciais nos discursos representados na ata com a noção de democracia abordada no capítulo 1. Por meio dessa combinação, a hipótese de que há desigualdade de direitos no CONSEC pode ser confirmada ou negada, já que ela proporciona a comparação da paridade representativa entre os segmentos sociais dentro do CONSEC.

De modo particular, a 1<sup>o</sup> ata registra o nascimento do CONSEC, uma vez que oficialmente ele só pode acontecer por meio da reunião registrada neste documento. As relações entre os segmentos sociais ainda são apresentadas de forma superficial, mas já revelam a autoridade discursiva assumida pela presidente, Eliane Parreiras, e pela secretária executiva, Fernanda Machado. Nesse ponto é importante lembrar que o Conselho Estadual de Políticas Culturais de Minas Gerais é um dos 48 conselhos gestores do estado, tendo o direito da participação civil garantido em sua legislação interna. Isso implica respeito à paridade entre os membros representantes do governo e os membros representantes da sociedade civil, conforme o exposto no capítulo 1 deste trabalho. Sendo que a presidente do CONSEC é também a Secretária Estadual de Cultura, verifica-se que tal paridade pode ser questionada, pois a relação governo-sociedade ainda beneficia o Estado antes que os cidadãos civis.

Essa disparidade está refletida no registro dos discursos, conforme foi demonstrado anteriormente. Conforme as análises hierárquica e sintática, as vozes de Eliane Parreiras e Fernanda Machado estão sempre em posição de destaque. Além disso, conforme a análise enunciativa, elas são os membros que apresentam maior ocorrência de discursos representados, como, por exemplo, na segunda ata, em que as duas juntas somam mais do que 50% dos discursos registrados por escrito.

Uma observação importante é que nessa primeira ata nem todos os conselheiros, bem como seus respectivos segmentos, são apresentados de forma adequada. Um bom exemplo disso é a presidente da Fundação Clovis Salgado, que é citada, mas não identificada pelo nome. Posteriormente, descobriu-se que se tratava de Solanda Steckelberg<sup>16</sup>, que não aparece na relação de conselheiros da época fornecida pelo CONSEC por ter sido convidada ocasionalmente a participar da reunião. É possível que este seja o motivo de tal descuido com sua participação

---

<sup>16</sup> Essa informação foi adquirida por meio de contato pessoal com Paulo de Moraes, conselheiro representante do segmento de Produção Cultural.

nesta ata.

No que diz respeito aos discursos realizados por segmentos sociais, retomando os dados da análise enunciativa, verifica-se que a Secretaria de Estado de Cultura tem a maior representação discursiva, com 35,71% de enunciados. Com exceção da Secretária Interina, Fernanda Machado, os demais segmentos têm uma representatividade participativa muito baixa, segundo o registro na ata. A música chega a somar 7,14% das falas, o segmento de Dança e Circo conta com 4,76% da participação, enquanto que os demais ficam na margem de 2,38%. Estes números, resultantes da análise enunciativa, foram calculados somando-se os discursos dos conselheiros de cada segmento cultural cuja voz está registrada na ata.

Além disso, há segmentos que nem são representados na ata, seja por não terem participado da reunião, seja por não terem se manifestado ou por não terem suas manifestações registradas. São eles: Design e Moda, Assembleia Legislativa, Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, a Universidade Estadual e a Universidade Federal de Minas Gerais, e as secretarias estaduais de Educação, Fazenda, Planejamento e Gestão e Turismo.

A análise hierárquica evidencia quais vozes são apresentadas como atos principais e quais são secundários. A análise sintática descreve quais enunciadores são representados pela ata com maior força participativa, de acordo com os verbos *dicendi* aplicados em seus discursos. Por fim, a análise referencial demonstra a relação entre os segmentos culturais, de acordo com a participação de seus representantes na reunião. Os resultados da combinação de todas essas informações constituem indícios de que, apesar de ser um espaço de política participativa funcional, o CONSEC ainda não alcançou sua maturidade como instrumento democrático. Portanto, todas estas informações levam a questionar se há democracia real ou apenas ideológica nas políticas públicas culturais de Minas Gerais.

## 6.2 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 02

Assim como na análise da ata 01, o estudo da ata 02 será feito em três etapas. Num primeiro momento, combinaremos a análise da forma de organização enunciativa da ata com a análise de sua estrutura hierárquica. Em seguida, a análise

enunciativa será combinada com o estudo do módulo sintático (verbos de fala). Por fim, a análise enunciativa será combinada com a análise do módulo referencial.

Ocorrida em 27 de novembro de 2012, a segunda reunião trata dos escopos do regimento interno, das câmeras temáticas e das relações entre o CONCEC e o MinC. Além disso, vale ressaltar que nessa reunião Daniela Varela toma posse como a nova secretária executiva, substituindo assim Fernanda Machado.

### 6.2.1 Combinação da análise enunciativa com a análise do módulo hierárquico

Nesta seção, a combinação da análise da forma de organização enunciativa com o módulo hierárquico nos permitirá identificar a hierarquia entre as vozes dos conselheiros representadas na ata. A análise irá se centrar no trecho que vai do ato 35 ao ato 46, porque é um dos trechos que mais evidenciam como a ata pode revelar a diferença de hierarquia entre as vozes dos conselheiros representantes dos segmentos sociais componentes do conselho<sup>17</sup>.

[...] (35) Nesse momento, abre-se a palavra aos conselheiros para sugestões.] MR [(36) Magdalena Rodrigues, do SATED, propõe seguirmos o modelo do Rio Grande do Sul com a seguinte proposta: Câmara Temática de Artes e Letras; Câmara Temática de Patrimônio Histórico e Artístico; Câmara Temática de Legislação e Normas; Câmara Temática de Ciências Humanas; Câmara Temática de Relações Institucionais.] TgM [(37) Tiago Maia, do SESI, vota na proposta 1 [ ] e defende a escolha de temas amplos para que não haja grandes segmentações.] SB [(38) Sérgio Borges pede para dividir Artes Visuais e Moda.] SM [(39) A conselheira Sula Mavrudis, representante do Circo defende o diálogo maior com o governo e a segmentação para melhor tratar cada assunto.] MA [(40) A conselheira Maria Andrada vota na proposta 1 [ ].] AC [(41) André Carreira, sugere o acréscimo da Câmara Temática de produção na proposta 1 [ ] (42) e pede para inserção do áudio-visual.] DS [(43) Diomar Silveira propõe a criação de uma nova câmara: I-Criação, produção e manutenção; II- Financiamento; III – Democratização e acesso à cultura.] LuG [(44) Luiz Gustavo sugere que seja feita uma renomeação dos macro-temas (45) e pede para incluir arquitetura e design.] JM [(46) José Mayrink pede para que as sugestões sejam enviadas por e-mail para poder repensar.]

---

<sup>17</sup>

A análise hierárquica completa dessa ata encontra-se no anexo deste trabalho.

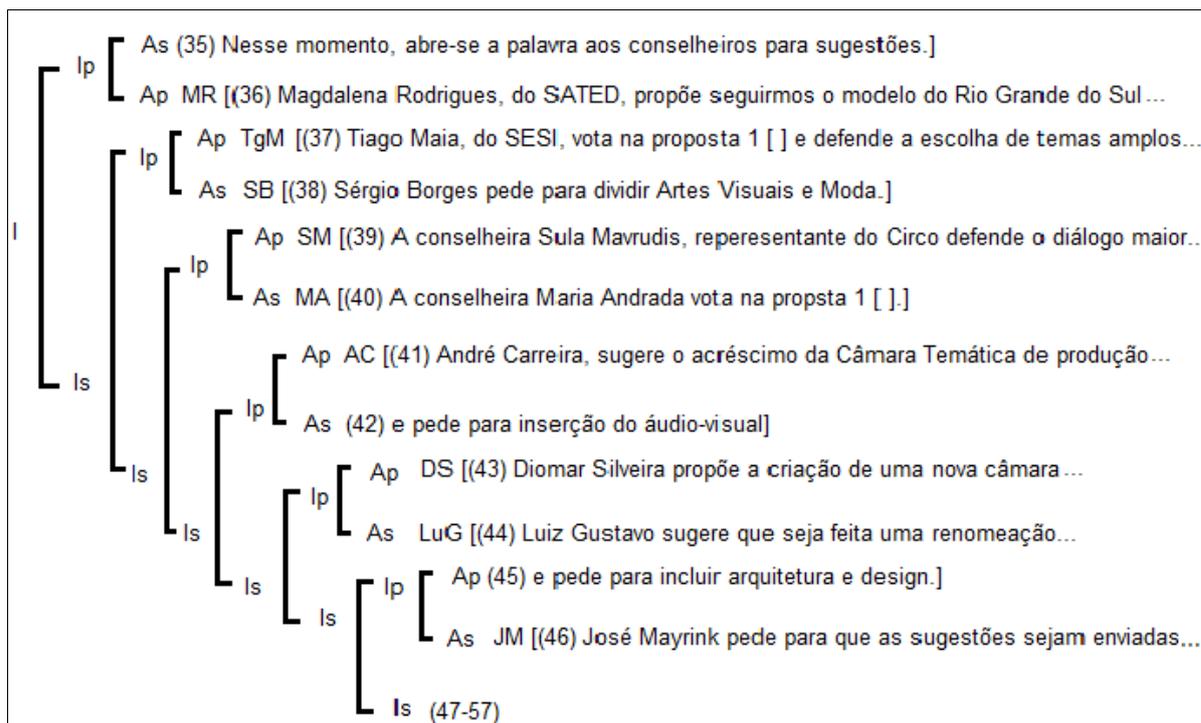


Figura 11 - Estrutura Hierárquica da Ata 2, fragmento 1.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 11 os atos principais são representados a proposta realizada por Magdalena Rodrigues (Trabalhadores e Empresariais), o voto de Tiago Maia (Trabalhadores e Empresariais), a defesa feita por Sula Mavrudis (Dança e Circo), a sugestão de André Carreira (Audiovisual e Novas Mídias), a proposta de Diomar da Silveira (Música) e o pedido de Luis Gustavo (Design e Moda). Esses discursos têm o estatuto de principais por serem indispensáveis para a compreensão do texto da ata. Os demais aparecem como secundários e estabelecem uma relação de submissão com os principais.

Por sua vez, os discursos de Sérgio Borges (Audiovisuais e Novas Mídias), Maria Andrada (Patrimônio Histórico e Artístico) e José Mayrink (Literatura, Livro e Leitura) são representados em constituintes hierarquicamente subordinados .

Dessa forma, comparando esta análise hierárquica com a da ata anterior, verifica-se que os segmentos de Trabalhadores e Empresariais, de Música e de Dança e Circo possuem grande destaque em relação aos outros, pois constantemente estão sendo representados em constituintes principais, o que lhes configura maior credibilidade e desempenho discursivo Essa observação é bastante esclarecedora por demonstrar que tais segmentos aparecem nas atas com maior

força participativa, podendo ser mais favorecidos que os demais quando da elaboração das políticas públicas.

### 6.2.2 Combinação entre análise enunciativa com do módulo sintático

Assim como na ata anterior, existe uma considerável quantidade de expressões *dicendi* que demonstram relações de poder nos discursos representados pela secretária Daniela Varela (Sec. Executiva): *toma a palavra* (segmentos 12 e 87 – ambos de DV), *passa a palavra* (7 e 25 – ambos de Eliane) e *dá posse* (3 e 5 – também de Eliane). Essas expressões revelam que, da mesma forma como para Fernanda Machado (Ex-secretária executiva), Daniela Varela também representa a si própria e a presidente Eliane Parreiras (Secretária Estadual de Cultura) como as figuras que detêm autoridade sobre os discursos na reunião. Isso justifica por que o autor deste trabalho atribuiu a elas certas falas de condução que não têm locutor definido na ata, mas pode ser inferido devido ao contexto, segundo os exemplos abaixo:

(18) Foi explicado também que uma minuta será enviada por e-mail, assim que o grupo de trabalho finalize sua análise [ ] da redação do regimento interno.

Como a forma verbal está na voz passiva, não está clara a origem da explicação na escrita da ata. Contudo, devido ao segmento anterior, no qual Daniela toma a palavra para dar uma informação, pressupõe-se que ela continua seu discurso com a explicação do segmento (18). O mesmo ocorre no exemplo que segue.

(29) Não havendo nenhuma consideração sobre este ponto, passou-se para o tema escolha das câmaras temáticas (30) e apresentaram-se duas sugestões [ ]:

Quanto aos verbos *dicendi*, verifica-se o que segue no Quadro 2.

Quadro 3 - Número de ocorrências de verbos dicendi por conselheiro.

Conselheiro (a)	Verbos dicendi
Eliane Parreiras	<i>cumprimenta</i> (1 ocorrência), <i>agradece</i> (1 ocorrência), <i>explica</i> (5 ocorrências), <i>expõe</i> (2 ocorrências), <i>ênfatiza</i> (1 ocorrência), <i>declara</i> (1 ocorrência), <i>diz</i> (1 ocorrência) e <i>fala</i> (2 ocorrências)
Daniela Varela	<i>informa</i> (3 ocorrências), <i>apresenta</i> (2 ocorrências), <i>encerra</i> (1 ocorrência), <i>passa</i> (1 ocorrência) e <i>ênfatiza</i> (1 ocorrência)
Geralda Vieira	<i>informa</i> (1 ocorrência), <i>concorda</i> (1 ocorrência) e <i>pede</i> (1 ocorrência)
Magdalena Rodrigues	<i>pede</i> (1 ocorrência), <i>propõe</i> (1 ocorrência)
Tiago Maia	<i>vota</i> (1 ocorrência), <i>defende/ continua defendendo</i> (2 ocorrências), <i>diz</i> (1 ocorrência), <i>pondera</i> (1 ocorrência), <i>sugere</i> (1 ocorrência)
Sula Mavrudis	<i>defende</i> (1 ocorrência)
André Carreira	<i>sugere</i> (1 ocorrência), <i>pede</i> (1 ocorrência)
Luis Gustavo	<i>sugere</i> (1 ocorrência), <i>pede</i> (1 ocorrência)
Diomar da Silveira	<i>propõe</i> (1 ocorrência)
José Mayrinck	<i>pede</i> (1 ocorrência)
Caio Cordeiro	<i>fala</i> (1 ocorrência), <i>expõe</i> (1 ocorrência)
Deputado Luiz Henrique	<i>explica</i> (1 ocorrência), <i>acrescenta</i> (1 ocorrência)
Paulo de Moraes	<i>fala</i> (1 ocorrência)
José D'Ângelo	<i>explica</i> (1 ocorrência)
Túlio Mourão	<i>fala</i> (1 ocorrência)
Makely Ka	<i>sugere/sugerindo</i> (1 ocorrência), <i>pergunta</i> (2 ocorrências), <i>na opinião dele</i> (1 ocorrência) e <i>acha</i> (1 ocorrência)
Maria Andrada	<i>observa</i> (1 ocorrência)
Legislação	<i>fala</i> (1 ocorrência da Lei Delegada), <i>estabelece</i> (1 ocorrência do Decreto)
?? – sem identificação	<i>informaram</i> (1 ocorrência)

Fonte: Elaboração própria.

Uma observação interessante nesse ponto é que nos atos (71) e (72), Eliane (Secretária Estadual e Presidente do CONSEC) representa as vozes da Lei Delegada (que *fala*) e do Decreto (que *estabelece*), apossando-se da legislação para confirmar seu próprio discurso. Esse tipo de recurso, em que o locutor representa a voz de uma lei ou de um decreto, trazendo um argumento de autoridade, é muito comum e recorrente nas atas, devido à *memória discursiva* que permeia toda a comunicação.

{(71) a lei delegada fala em lista tríplice (72) e o decreto estabelece que a recondução seja feita por eleição ou conferência, por meio de edital,}

Os verbos fortes, isto é, com força semântica que confere autoridade e segurança à fala (*informar, apresentar, ênfatizar, expor, explicar, votar, defender e propor*) são atribuídos aos seguintes conselheiros: Eliane Parreiras (Sec. Est. de Cultura), Daniela Varela (Sec. Executiva), Geralda Vieira (Arte Popular, Folclore e Artesanato), Tiago Maia (Trabalhadores e Empresariais), Sula Mavrudis (Dança e Circo), Diomar da Silveira (Música), Caio Cordeiro (Sec. Estadual de Casa Civil),

Deputado Luiz Henrique (Assembleia Legislativa de MG), José D'Ângelo (Teatro) e Maria Andrada (Patrimônio Histórico e Artístico). Os verbos que indicam fraqueza (*pedir, sugerir, falar, dizer, observar, ponderar e concordar*) discursiva são atribuídos a: Geralda Vieira, Magdalena Rodrigues (Trabalhadores e Empresariais), Tiago Maia, André Carreira (Audiovisual e Novas Mídias), Luis Gustavo (Design e Moda), José Mayrinck (Lit., Livro e Leitura), Caio Cordeiro, Deputado Luiz Henrique, Paulo de Moraes (Produção Cultural), José D'Ângelo, Túlio Mourão (Museu e Artes Visuais), Makely Ka (Música) e Maria Andrada.

Observando que alguns conselheiros estão representados tanto por verbos com carga semântica mais forte quanto por mais fracos, percebemos um certo equilíbrio de vozes. Porém, há alguns que se destacam por serem indicados com mais força (**Eliane, Geralda, Sula e Diomar**) ou menos força (**Maria, André, Luis Gustavo, José Mayrinck, Paulo, Túlio e Makely**). Nesse sentido, destaca-se ainda mais **Makely Ka** (Música), cujo discurso está marcado por verbos e locuções verbais ainda mais fracas e informais:

[...] (52) Na opinião [ ] dele, as discussões devem acontecer dentro de cada segmento para que a plenária seja mais abrangente. (53) Sobre as câmaras temáticas, ele **acha** que falta discussão sobre: câmara temática de fomento, câmara temática de circulação, câmara temática de interiorização, câmara temática de programas e leis.]

### 6.2.3 Combinação da forma enunciativa com o módulo referencial

A ata da segunda reunião mantém as mesmas características da primeira. A maioria dos segmentos sociais é representada com menos de 5% de discursos representados. Estão nesse grupo: os segmentos de Dança e Circo, Literatura, Livro e Leitura, Museu e Artes Visuais, e Teatro, com 1,07% cada; os segmentos de Audiovisual e Novas Mídias, Design e Moda, Entidades de Trabalho e Empresariais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e Secretaria Estadual de Casa Civil e Relações Institucionais, com 2,15%; e Arte Popular, Folclore e Artes, e Produção Cultural, com 3,22%. Depois, aparece o segmento da Música com 7,52%, sobrepondo-se aos demais.

Entretanto, nenhum consegue manter a mesma representatividade da Secretaria de Cultura do estado, com 27,95% de discursos representados.

Evidentemente, como a Secretária Estadual é a presidente do CONSEC, terá maior número de falas na maioria das reuniões. Contudo, há de se questionar o porquê de não ter sido escolhido um representante de outro segmento para presidir o Conselho. Se o motivo for de base legal, gera outro questionamento: por que a lei privilegia a Secretaria Estadual em relação a outros segmentos? Até que ponto a participação dos segmentos é igualitária? São reflexões que demonstram a imaturidade da política participativa e reforçam a hipótese da supressão de vozes, conforme já apresentado por Gohn (2007) no capítulo 1.

Relacionado à paridade, Gohn (2007) aponta que ela não é questão apenas numérica, mas de condições de certa igualdade no acesso à informação, disponibilidade de tempo, entre outros. A autora ainda destaca que faltam cursos ou capacitação aos conselheiros, de forma que a participação seja qualificada em termos, por exemplo, da elaboração e gestão das políticas públicas. Além disso, não há parâmetros que fortaleçam a interlocução entre os representantes da sociedade civil com os representantes do governo.

Essa ausência de parâmetros se revela na desproporção entre a quantidade de discursos cujos responsáveis são instâncias do governo e a quantidade de discursos cujos responsáveis são representantes de segmentos sociais: somando os discursos de Eliane Parreiras, Daniela Varela e do Deputado Luiz Henrique, todos representantes de segmentos do Poder Público obtêm-se 56 discursos (60,20%); os demais discursos dos diversos segmentos sociais somam 37 enunciações (39,80%), de acordo com os dados da análise enunciativa da segunda ata. Além disso, vale ressaltar que as vozes dos conselheiros representantes do Governo constantemente aparecem em constituintes principais, fortalecendo ainda mais a participação do Poder Público em detrimento da participação da sociedade civil. Tais análises são muito relevantes para a constatação de que há disparidade entre os segmentos governamentais e sociais, configurando assim uma característica antidemocrática desse conselho.

Sendo assim, a análise polifônica da ata revela que é grande a disparidade de condições para a participação em um conselho de membros advindos do governo daqueles advindos da sociedade civil. Além disso, outro sinal dessa disparidade é que a secretária interina prevalentemente atribui à Secretaria Estadual, verbos de fala (ou *dicendi*, ou seja, os que significam uma ação realizada por meio da enunciação) com carga semântica, conferindo-lhe grande atenção.

### 6.3 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POLIFÔNICA DA ATA 03

Na análise da ata 03, seguiremos o mesmo método seguido na análise das atas 01 e 02. Primeiro, a análise da forma de organização enunciativa da ata 03 será combinada com a análise da estrutura hierárquica dessa ata. Depois, a análise enunciativa será combinada com o estudo do módulo sintático (verbos de fala). Finalmente, a análise enunciativa será combinada com a análise do módulo referencial.

A ata 03 representa a reunião ocorrida em 15 de março de 2013. Os pontos estratégicos da confecção do regimento interno, a escolha das câmaras temáticas e a eleição do vice-presidente do CONCEC foram os assuntos principais na pauta da reunião.

#### 6.3.1 Combinação da análise enunciativa com o módulo hierárquico

Combinando a análise da forma de organização enunciativa com o módulo hierárquico, será possível identificar a hierarquia entre as vozes dos conselheiros representadas na ata. Esta ata, em particular, apresenta o maior número de atos atribuídos à Plenária, motivo pelo qual são poucos os trechos em que se pode fazer uma comparação da hierarquia entre os atos. Dentre esses trechos, encontra-se o que segue<sup>18</sup>:

DV [(30) A seguir, a ordem do dia previa a eleição do Vice Presidente de CONSEC,] AM/AmM [(31) e apresentaram-se como candidatos os conselheiros Aníbal Macedo e Amílcar Viana Martins Filho.] P [(32) Procedida a votação, (33) o conselheiro Amílcar foi eleito com 16 votos [ ], (34) sendo 6 votos [ ] destinados ao conselheiro Aníbal.] Spl [(35) A seguir a Superintendente de Interiorização *fez uma apresentação* do programa Minas Território da Cultura, que agradou bastante aos conselheiros (36) pois as perguntas sobre o programa foram em grande número.] DV [(37) O assunto seguinte foi dedicado à composição das Câmaras Temáticas, (38) e a Secretária Executiva apresentou a proposta de que cada Câmara tenha uma coordenação geral, um relator e um técnico da Secretaria de Cultura, (39) além de *fazer uma explanação* sobre as competências dos 3 membros,] P [(40) o que foi aprovado.

<sup>18</sup>

A análise hierárquica completa dessa ata encontra-se no anexo deste trabalho.

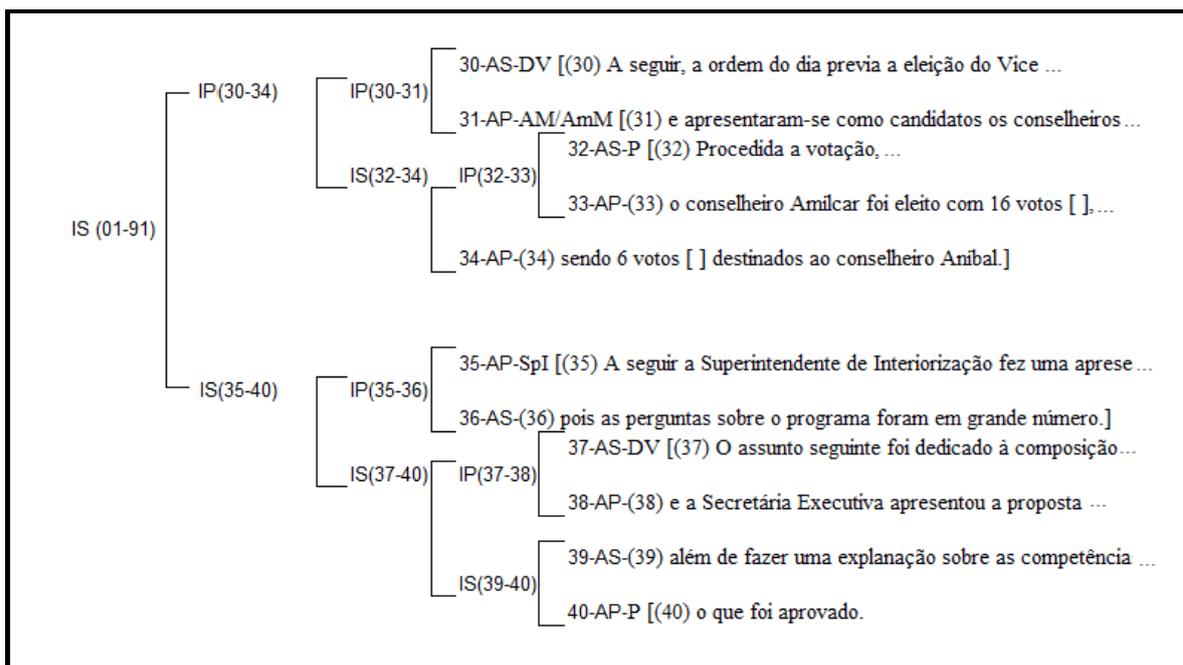


Figura 12 - Estrutura Hierárquica da Ata 3, fragmento 1.  
Fonte: Elaboração própria.

Neste trecho, que trata da eleição do Vice-Presidente do CONSEC, segundo a Figura 12, percebe-se que os atos principais são (31, 33, 34, 35, 38 e 40) atribuídos a Amílcar Martins (Patrimônio Histórico e Artístico), Daniela Varela (Sec. Executiva), Superintendente de Interiorização e à Plenária. Por outro lado, os atos considerados subordinados estão atribuídos a Daniela e à Plenária, sendo eles (30, 32, 36, 37 e 39). Neste trecho, pode-se perceber que a Secretária Executiva não está tão em destaque, como na maioria das ocorrências reveladas nas atas 01 e 02.

Outro trecho interessante de se analisar nesta ata é o que segue:

DV [(69) Nesse momento é feita uma observação a respeito da ordem dos segmentos culturais como foi definida na Lei Delegada]; EP [(70) e a Presidente Eliane Parreiras indica que em futuras comunicações que contenham esta informação, a ordem dos segmentos será feita em ordem alfabética.] CtD&C/CsD&C [(71) Os conselheiros titular e suplente do segmento de Dança e Circo solicitam que haja uma apreciação futura para separação dos mesmos em dois.] CtM [(72) Conselheiro da música faz a mesma solicitação para seu segmento, dividindo-o em Música Popular e Erudita.]

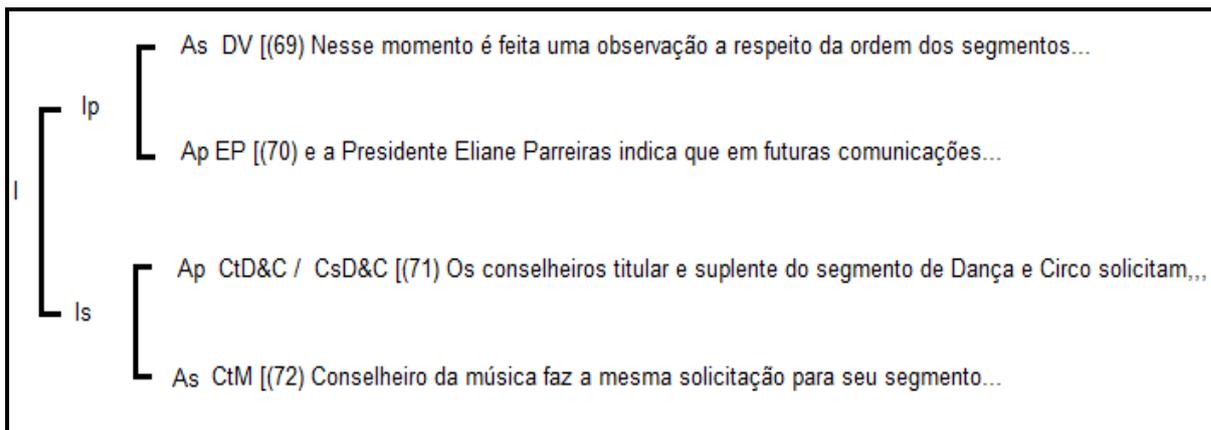


Figura 13 - Estrutura Hierárquica da Ata 3, fragmento 2.  
Fonte: Elaboração própria.

Embora seja muito curto, esse trecho apresenta uma evidência clara da relação de poder entre as vozes na terceira ata. Eliane Parreiras (Sec. Estadual de Cultura) e as conselheiras representantes do segmento de Dança e Circo são apresentadas como as vozes principais, enquanto Daniela Varela (Sec. Executiva) e CtM (Makely Ka, conselheiro efetivo da Música) aparecem como secundários.

No entanto, algo chama a atenção nessa relação. Apesar de terem seus discursos em posição privilegiada, por serem representados em atos principais, essas conselheiras CtD&C (Adriana Perrella, efetiva do segmento de Dança e Circo) e CsD&C (Sula Mavrudis, suplente de Dança e Circo) não são identificadas, inclusive sendo representadas por substantivo masculino (conselheiro). O destaque dessa observação está no fato de que a autora da ata evidenciou mais o segmento cultural do que as pessoas que o representam, talvez demonstrando um avanço, mesmo que sutil, rumo a uma representação mais coletiva do que individual. Essa observação evidencia que as relações de poder entre os segmentos sociais podem ser fluidas e mutáveis, à medida que cada conselheiro vai assumindo ou não seu papel como representante democrático do seu segmento cultural.

### 6.3.2 Combinação da análise enunciativa com o módulo sintático

A ata 03 apresenta um número mais reduzido de interactantes, embora nem sempre os discursos representados estejam de acordo com os participantes da

reunião. Isso decorre de duas possibilidades: ou nem todos os participantes se manifestaram na reunião, ou nem todas as manifestações foram representadas na ata. Como há trechos muito grandes de decisões atribuídas à Plenária, pode ser que a maioria dos discursos tenha sido representada num discurso generalizado. Entretanto, é importante destacar que essa generalização dos discursos contribui para uma supressão das vozes de certos segmentos, tanto quanto a exclusão delas da ata.

Nesse sentido, de modo particular, todos os conselheiros cujas vozes são identificadas nessa ata, pelo simples fato de serem citados, ganham certo destaque representativo em relação aos demais, que não foram mencionados. Estes são os representados: Elaine (Sec. Estadual de Cultura), Daniela (Sec. Executiva), Aníbal (Lit. Livro e Leitura), Amílcar (Patrim. Histórico e Artístico), Spl (Superintendente de Interiorização), CtD&C (Conselheiro titular de Dança & Circo), CsD&C (Conselheiro suplente de Dança & Circo) e CtM (Conselheiro titular de Música).

Ainda assim, os verbos e expressões revelam muito das relações de poder existentes entre os discursos, conforme o Quadro 3.

Quadro 4 - Número de ocorrências de verbos dicendi por conselheiro.

Conselheiro (a)	Verbos dicendi
Eliane Parreiras	<i>cumprimenta</i> (1 ocorrência), <i>agradece</i> (1 ocorrência), <i>passa a palavra</i> (1 ocorrência), <i>informa</i> (1 ocorrência), <i>dispõe</i> (1 ocorrência), <i>indica</i> (1 formação), <i>faz exposição = expõe</i> (1 ocorrência) e <i>declara</i> (1 ocorrência)
Daniela Varela	<i>indica</i> (1 ocorrência), <i>apresentou</i> (1 ocorrência), <i>fazer explanação = explicar</i> (1 ocorrência)
Aníbal Macedo	<i>apresentou-se</i> (1 ocorrência)
Amílcar Martins	<i>apresentou-se</i> (1 ocorrência)
Superintendente de Interiorização	<i>fez apresentação</i> (1 ocorrência)
Adriana Perrella	<i>solicita</i> (1 ocorrência)
Sula Mavrudis	<i>solicita</i> (1 ocorrência)
Makely Ka	<i>faz solicitação</i> (1 ocorrência)
Plenária	<i>deliberaram/deliberou-se</i> (2 ocorrências), <i>decidiu-se</i> (4 ocorrências), <i>discutiu-se</i> (1 ocorrência), <i>definiu-se</i> (1 ocorrência), <i>resolveram</i> (1 ocorrência), <i>optou-se</i> (1 ocorrência), <i>apresentaram</i> (1 ocorrência), <i>sugerem</i> (1 ocorrência)

Fonte: Elaboração própria.

Como de praxe, os discursos de Eliane (Secretária Estadual de Cultura e Presidente do CONSEC) e Daniela (Secretária Interina), são representados, quase totalmente, por verbos fortes, isto é, verbos que evidenciam autoridade e segurança

no ato da fala (*informar, dispor, indicar, expor, declarar, indicar, apresentar, explicar*). Os verbos atribuídos à Plenária também são quase todos fortes, pois indicam poder de decisão (*deliberar, decidir, discutir, definir, resolver, optar, apresentar*). Por outro lado, os demais conselheiros são representados por verbos com carga semântica mais suave ou enfraquecida (apresentar-se como candidato ou disponível e solicitar).

Em alguns discursos de Daniela, há locuções verbais que também poderiam ser atribuídos à Plenária, mas optou-se por deixar com a secretária, devido ao contexto e ao próprio andamento da análise.

[(43) Iniciando com as finalidades do CONSECO, *é informado* que o texto é originário da Lei Delegada e que, portanto, não pode ser mudado pela plenária.]

[(49) Ao se *discutir* as Competências, *foi informado* que também neste caso, o texto vem da Lei Delegada. (50) O aprimoramento de algum texto *pode ser detalhado* nas Atribuições.]

[(69) Nesse momento *é feita uma observação* a respeito da ordem dos segmentos culturais como foi definida na Lei Delegada]

### 6.3.3 Combinação da análise enunciativa com o módulo referencial

Se as duas atas anteriores mantêm uma semelhança em relação à participação dos segmentos, é interessante perceber que a terceira ata demonstra de forma ainda mais contundente a participação de poucos segmentos, enquanto outros simplesmente não se manifestam.

Retomando a análise enunciativa, pela perspectiva dos segmentos e não dos conselheiros, percebe-se que os únicos segmentos aos quais são atribuídos discursos são Dança e Circo (2,18%), Literatura, Livro e Leitura, Música, e Patrimônio Histórico e Artístico (cada um com 1,09%). Além desses, a Secretaria Estadual de Cultura mantém a liderança discursiva com 12,08% dos discursos representados na ata.

Uma característica dessa ata que chama a atenção é que a maioria dos discursos aparece em nome da Plenária, ou seja, quando todos ou boa parte dos conselheiros se manifestam com poder de decisão. Portanto, é certo afirmar que muitos dos segmentos sociais que se manifestaram na reunião foram ofuscados por

serem representados como Plenária. Mesmo os que tiveram representação particular na ata foram enfraquecidos pela ausência da identidade de seus representantes. O segmento de Dança e Circo aparece representado pelo titular e pelo suplente, mas ambos têm seus nomes omitidos, embora se saiba que se trata de Ana Perrella e Sula Mavrudis. O mesmo ocorre com o segmento da Música, representado por Makely Ka, cujo nome não é citado. Outro nome que não aparece, mas que é apontado apenas pelo título do cargo que exerce é o da Superintendente de Interiorização.

Como exceção, a ata apresenta Aníbal Macedo, representante do segmento Literatura, Livro e Leitura e Amílcar Martins, de Patrimônio Histórico e Artístico. Portanto, na 3ª ata, esses dois segmentos são os que possuem maior força discursiva em relação aos demais. A análise hierárquica também confirma essa informação, uma vez em que estes conselheiros têm seus discursos representados em constituintes principais, conforme a Figura 12 mostrada anteriormente.

Esta ata é particular em relação às outras, devido ao aspecto coletivo que ela assume. Se isso pode ser considerado uma forma de supressão, como afirmado acima, também poderia ser considerado uma vantagem, visto que, segundo Avelar (2014), a diversidade de segmentos culturais atrapalha a luta por uma política pública cultural substancial. Geralmente, cada segmento defende seus próprios interesses, enquanto que há passos importantes a serem dados quanto ao desenvolvimento cultural de um modo geral. Enquanto os segmentos não se unirem de fato, os recursos públicos continuarão a ser usados em investimentos culturais de dimensão efetiva, como já foi alertado no capítulo 1. Portanto, a coletividade consiste em um avanço democrático, desde que construída a partir da participação de todos os membros do CONSEC, desde que não haja supressão de nenhum dos segmentos sociais, como a que ocorre nesta ata. Percebe-se, assim a forte influência do Neoliberalismo conforme visto no primeiro capítulo.

Vale ressaltar também que os verbos de fala usados para representar os discursos da Secretária Estadual e da Secretária Interina configuram a elas autoridade e segurança, de acordo com a combinação enunciativa-sintática, ao passo em que os demais conselheiros são representados com verbos *dicendi* sem força semântica. A Plenária, como já visto, é representada com verbos fortes, mas não identifica nenhum segmento, reduzindo-se a decisões que podem ter sido tomadas com a participação de poucos e, provavelmente, a omissão de muitos dos

segmentos culturais.

#### 6.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Com base nas análises realizadas neste capítulo, verifica-se que os representantes de alguns segmentos sociais são privilegiados no registro feito nas atas em detrimento de outros. Os segmentos de Música, Dança e Circo, Produção Cultural e Arte Popular, Folclore e Artes são apresentados como segmentos de forte participação. Todos os demais segmentos sociais parecem ser suprimidos, silenciados ou, pelo menos, enfraquecidos em suas representações. É o que evidenciou, por exemplo, a combinação da análise enunciativa com a análise hierárquica. A elaboração das estruturas hierárquicas mostrou que os constituintes textuais em que são representados os discursos desses segmentos sociais poderiam ser suprimidos ou eliminados, sem comprometer o sentido global do texto. Da mesma forma, os verbos e expressões de fala que introduzem os discursos dos representantes desses segmentos mostram esses representantes como tendo menor força, autoridade ou poder do que representantes de outros segmentos.

Dessa forma, a análise polifônica das atas foi fundamental para a compreensão de como se dão a dinâmica da participação popular dentro do CONSEC e o processo de efetivação das vozes dos diversos segmentos nas atas. De acordo com essa análise, pode-se concluir que as políticas participativas ainda têm um longo caminho a percorrer, antes de chegar à maturidade do que realmente significa democracia.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando a história do Brasil, é possível compreender que a presença e a participação da sociedade civil nas políticas públicas são fatores indispensáveis para o desenvolvimento da democracia no país. Sem a política participativa, os diversos segmentos sociais não poderiam lutar pelos seus direitos e pela cidadania. A Constituição de 1988 consiste em um marco na história dessa política participativa brasileira, cujos frutos possibilitaram uma maior participação social nas políticas públicas. Dentre esses frutos encontram-se os conselhos de políticas públicas, ou conselhos gestores.

Uma das principais funções dos conselhos gestores é oferecer igualdade participativa entre os membros representantes da sociedade civil e os membros representantes do Governo, cuidando para que todas as vozes sejam valorizadas da mesma maneira, sem que haja privilégio de alguns setores em relação a outros. O presente trabalho, no entanto, questionou e confirmou a ineficácia dos conselhos no cumprimento dessa função.

Tal questionamento surgiu da consciência de que os conselhos gestores, consistem em mecanismos democráticos com grande potencial, possibilitando uma maior participação social na elaboração e na efetivação das políticas públicas, desde que oferecessem igualdade de participação e valorização das vozes de todos os segmentos nele representados. Entretanto, a realidade não tem correspondido ao ideal desses instrumentos democráticos. A forte influência do Neoliberalismo sobre os conselhos faz com que eles sejam submetidos a uma série de limitações que prejudicam a participação social na constituição de leis correspondentes às demandas sociais, comprometendo assim a verdadeira democracia. Daí a importância de se estudar mais profundamente acerca dos conselhos, a fim de identificar essas limitações.

Como esse aprofundamento exigia um estudo mais concreto, escolhemos estudar mais de perto o processo democrático dentro de um conselho gestor específico, a saber, o Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC), em Minas Gerais. Com o objetivo de compreender melhor a dinâmica participativa dos segmentos culturais e as relações de poder existentes entre os membros do Poder Público e os membros da Sociedade Civil, dentro do CONSEC, esta pesquisa partiu

de uma pesquisa bibliográfica acerca da construção democrática no país. Depois, realizou uma análise dos discursos representados em seis atas (análise enunciativa) e em três atas (análise polifônica), conforme o Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM). A originalidade deste estudo está, exatamente, na aplicação do MAM como método científico para comprovação da hipótese de disparidade entre a participação dos segmentos sociais em um conselho de políticas públicas.

Por meio do método MAM, que possibilita uma observação mais clara e detalhada dos fenômenos linguísticos envolvidos na comunicação, dentre os quais se destacam as intenções do enunciador, os elementos de composição do enunciado e as possíveis inferências do interlocutor, esta pesquisa descreveu a interação entre os conselheiros e, dessa forma, entre os segmentos sociais por eles representados, de acordo com os registros feitos nas atas analisadas. O modelo de análise do discurso aplicado neste trabalho fundamenta-se na ideia de que os sistemas de informações de base são os módulos: o referencial e interacional, cuja origem está no componente situacional; o hierárquico, proveniente do componente textual; e os módulos sintático e lexical, nascidos no componente linguístico. Como tais componentes estão presentes em qualquer tipo de discurso, o MAM correspondeu adequadamente aos objetivos deste trabalho.

A análise do módulo interacional revelou a complexidade da interação estabelecida entre os interactantes. O módulo hierárquico, quando utilizado como instrumento de análise, nos mostrou a organização da ata em atos e intervenções principais e secundárias, conforme o destaque atribuído aos discursos dos conselheiros. O módulo sintático revelou quais discursos receberam maior ou menor autoridade, de acordo com os verbos de fala aplicados em sua representação. Por fim, o módulo referencial esclareceu as relações de poder existentes entre os segmentos culturais dentro do universo político em que estão inseridos, a saber, o próprio CONSEC. Sendo assim, a combinação dos módulos possibilitou duas formas de análises, a enunciativa e a polifônica, que confirmaram a hipótese de que os conselhos gestores não cumprem efetivamente a função de igualizar as vozes de todos os segmentos deles participantes.

O resultado da combinação entre as informações interacionais com informações enunciativas do corpus é a análise enunciativa, instrumento importante para a compreensão do processo enunciativo que ocorre nas reuniões do CONSEC, definindo o papel e a valorização dos enunciadores, a quantidade de enunciados

produzidos por cada interagente e o grau de importância atribuída a esses enunciados e, portanto, a quem os realizou. Somando as porcentagens dos discursos demonstradas nas tabelas do capítulo 4, estabelecemos um nível de participação para o grupo de representantes do governo e para o grupo de representantes da sociedade civil, conforme o Gráfico 1.

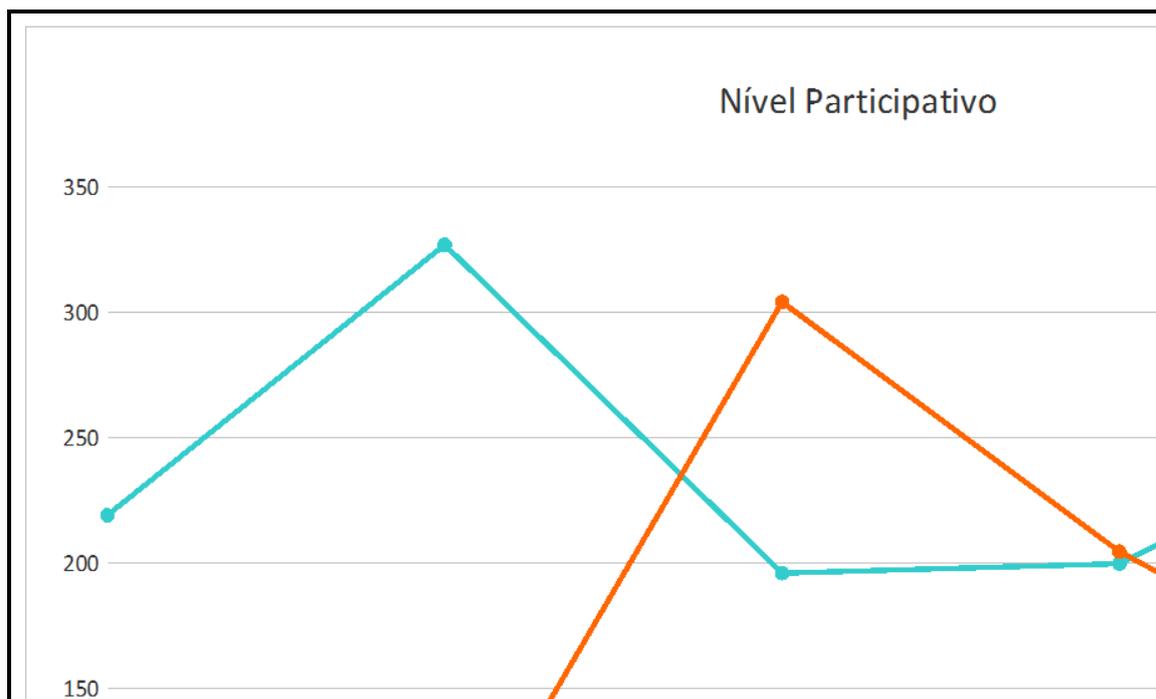


Gráfico 1 - Nível discursivo nas atas  
Fonte: Elaboração própria.

Observando o Gráfico 1, percebemos que existe um movimento (ascendente-descendente) semelhante dos discursos de ambos os grupos. Contudo, somente na Ata 4 a participação é equivalente, demonstrando a paridade discursiva. Nas demais atas, um grupo se sobrepõe ao outro em nível discursivo. Portanto, a análise enunciativa revela uma certa disparidade entre a participação governamental e social dentro do CONSEC.

Além disso, se considerarmos que, em todas as atas, o número de representantes do poder público é bem inferior ao número de representantes da sociedade civil, e ainda assim, há um alto nível representativo do governo (nunca fica abaixo de 150) em relação ao nível representativo dos segmentos sociais (três vezes abaixo de 150). Nesse sentido, percebemos que a força discursiva do Estado

ainda se sobrepõe à da sociedade civil. Isso configura outra limitação democrática do CONSEC, pois demonstra o privilégio do Estado em detrimento da sociedade.

Já a análise polifônica, pela combinação das análises enunciativa e hierárquica, revela que alguns segmentos sociais são privilegiados em relação a outros na representação das atas. São eles: Dança e Circo, Produção Cultural e Arte Popular, Folclore e Artes, e por último o de Música. Além desses segmentos, os representantes governamentais também apresentam-se com força semântica na análise sintática dos verbos dicendi utilizados em seus discursos. Dessa forma, verificamos que a dinâmica da participação popular dentro do CONSEC e o processo de efetivação das vozes dos diversos segmentos não ocorre igualmente. Nas atas, as vozes de alguns segmentos são destacadas em relação às de outros. Esses segmentos são privilegiados quando da efetivação de leis, pois as atas são relevantes na confecção das políticas públicas.

Portanto, as informações obtidas da análise enunciativa e da análise polifônica revelam que alguns segmentos culturais recebem destaque na representação feita nas atas, sobretudo a Secretaria de Estado de Cultura, que é um órgão governamental. Segundo essas análises, a participação atribuída aos conselheiros representantes desses segmentos não é igual, o que confirma a hipótese de que há supervalorização de algumas vozes em detrimento de outras. Sendo assim, analisando a forma como essas vozes são representadas, verificamos como ocorre a participação efetiva dos segmentos na política pública cultural do estado mineiro, uma vez que as atas são documentos importantes na efetivação de tais políticas.

Dessa forma, concluímos que o presente trabalho constitui-se como uma iniciativa importante, pois essa análise da voz à participação permite uma compreensão que favorece uma conscientização da democracia real, a fim de caminharmos rumo à democracia ideal almejada pelos movimentos sociais. Entretanto, a presente pesquisa não pretende encerrar o assunto, pois há muito mais a ser discutido e analisado, mas favorece uma nova perspectiva para futuros estudos. Uma das possibilidades seria retomar a dinâmica participativa dentro do CONSEC por meio de entrevistas e questionários, comparando os dados colhidos nestes recursos com os deste trabalho. Poderia ser avaliado o progresso ou a estagnação do conselho na participação democrática dos segmentos. Outra forma de pesquisa seria analisar as leis culturais no Estado de Minas Gerais que surgiram

após a constituição do CONSEC e compará-las às demandas apresentadas nas atas, afim de observar qual a influência dos segmentos culturais do conselho na elaboração dessas leis. Enfim, ainda há muito a ser pesquisado acerca dos conselhos gestores e, de modo particular, do CONSEC.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE, M. C. (Org.). **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

ANHUCCI, V.; SUGUIHIRO, V. L. T. O neoliberalismo e a fragilidade dos conselhos de direitos enquanto espaço público. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 4., 2009, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2009. Disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br>>. Acesso em: 18 maio 2016.

AZEVEDO, E. M. **Os conselhos gestores no controle popular das políticas públicas**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7691/os-conselhos-gestores-no-controle-popular-das-politicas-publicas>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

BAKHTIN. M **Estética da criação verbal**. Trad. de M. E. G. Gomes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado, 1988.

O JEITINHO do impeachment brasileiro. **Revista Opinião e Notícia**. 28 de maio de 2016. Disponível em: <[opinioenoticia.com.br](http://opinioenoticia.com.br)>. Acesso em: 14 jun. 2016.

CAVALCANTE, M. M. **Conselho Municipal de Saúde de Guaramiranga: um estudo sobre a participação, o controle social e a transparência pública como forma de aproximar o cidadão da gestão pública municipal**. 2012. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/direito/conselho-municipal-saude-guaramiranga.htm>>. Acesso em: 25 maio 2015.

CHADE, J. Financial Times critica jeitinho brasileiro de Mantega e BC. **Jornal Estadão**, São Paulo, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.economia.estadao.com.br>>. Acesso em: 27 maio 2016.

CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In.: CARNEIRO, A. D. (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 1-10.

CORTES, M. M. M.; PORTO, R. T. C. **A inclusão do outro pelo exercício da democracia participativa no espaço local sob a perspectiva do cenário global**. [1998]. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/marli\\_marlene\\_moraes\\_da\\_costa.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/marli_marlene_moraes_da_costa.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2015.

CUNHA FILHO, F. H. Direitos culturais do reconhecimento da fundamentalidade à necessidade de simplificação. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 1., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006.

CUNHA, G. X. A atuação de sequências do tipo narrativo em um texto jornalístico impresso. **Revista do GEL**, v. 7, n. 1, p. 202-219, 2010.

CUNHA, G. X. **Para entender o funcionamento do discurso**: uma abordagem modular da complexidade discursiva. Curitiba: Appris, 2014a.

CUNHA, G. X. Análise polifônica do discursos jornalístico. **Revista Gláuks**, v. 14, n. 1, p. 1-20, 2014b.

CUNHA, G. X. O tratamento do tópico em uma perspectiva modular da organização do discurso. **Estudos Linguísticos**, v. 38, n. 1, p. 125-135, 2009.

CUNILL GRAU, N. **Repensando o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

DALLARI, P. B. A. Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros. **Instituto Brasileiro de Administração Pública**, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 82-93, 2013.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FILLIETTAZ, L. Une sémiologie de l'agir au service de l'analyse des textes procéduraux. **Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation**, v. 103, n. 1, p. 147-184, 2004.

FLEURY, S. Concertação e efetividade da ação política: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Paraná, 2003.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed., rev. São Paulo: Global, 2003.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun., 2000.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo, 2007.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 357-378, 2013.

HABERMAS, J. **Era das transições**. Tradução e introdução Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, M. E. **Conselhos gestores**: potencialidades para a efetivação do controle social nas políticas públicas. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/conselhos-gestores-potencialidades-para-a-efetivacao-do-controle-social->

nas-politicas-publicas/85623/>. Acesso em: 2 jun. 2015.

LYRA, R. P. A democracia participativa na gestão pública brasileira. In: NASSIF, G. (Org.). **Tópicos especiais de Direito Público e Privado**. São Paulo: Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 393-415.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Paris: Parabole, 2015.

MARINHO, J. H. C. A análise do discurso numa abordagem modular. **Asa-Palavra**, v. 1, n. 8, p. 77-88, 2008.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. **Revista da Anpoll**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 75-100, jan./jun. 2004.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.). **Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

NASCIMENTO, E. P. A Polifonia de locutores no gênero Ata: estratégia semântica. **Revista Pós Graduação da Universidade Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 112-130, jul/dez. 2012.

PATERMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/klivan03/carole-pateman-participao-e-teoria-democrtica>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

PIRES, M. S. **Estratégias discursivas na adolescência**. São Paulo: Arte e Ciências, 1999.

PRIORI, A. et. al. A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: **HISTÓRIA do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: <<https://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 maio 2016.

ROCHA, F. C. P. A construção de identidades nos discursos amazônicos. **Signótica**, v. 16, n. 2, p. 191-212, 2004.

ROCHA, J. C. A participação popular na gestão pública no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 1, n. 11, p. 1-30, 2011a.

ROULET, E. **La description de l'organisation du discours**. Paris: Didier, 1999.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

RUFINO, J. A. **As Mulheres de Chico Buarque**: Análise da Complexidade Discursiva de canções produzidas no período da ditadura militar. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006. Disponível em: <<http://goo.me/A23NGEK>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

SANTOS, A. D. et al. **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SILVA FILHO, N. G. O embate entre os movimentos sociais e o estado: a história de Pernambuco durante o Regime Militar (1964-1966). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <<http://www.encontro2010.historiaoral.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 1-10.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. Análise do discurso: o modelo de análise modular. **Revista (CON)TEXTOS Linguísticos**, v. 6, n. 7, p. 242-256, 2012.

VILELA, A. M. N. A organização periódica de uma troca epistolar. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). **Gêneros**: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 315-326.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (dis)curso**, v. 4, n. 1, p. 223-243, 2004.

## APÊNDICE A - Análise enunciativa da ata número um da primeira reunião do CONSEC

## Corpus:

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, em Belo Horizonte/MG, na sede da Cidade Administrativa de Minas Gerais, com a presença dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Elaine Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de empossar os membros conselheiros do Conselho de Política Cultural de Minas Gerais. Dando início à abertura da primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes e fala da importância em colaborar com a Política Cultural do Estado. Aproveita e saúda os representantes do Sistema Estadual de Cultura, da sociedade civil e parlamentares, além da sociedade em geral, expondo sobre a visão do governo de Minas Gerais. Fala ainda que para o Governo, a Cultura é sinônimo de desenvolvimento em todas as suas acepções: humana, social e econômica. Por isso, investe nessa ideia por meio das ações da Secretaria de Estado de Cultura e demais instituições públicas vinculadas ao Sistema Estadual de Cultura. Na oportunidade, toma posse como presidente do conselho e dá a posse a Secretária Executiva Sra. Fernanda Machado. Neste momento, a Secretária Executiva inicia os trabalhos, confere o quórum presente expõe a pauta do dia: apresentação da lei delegada, o decreto de composição do CONSEC, fala sobre um breve histórico do processo eleitoral, expõe a LEI DELEGADA nº 180 de 20/01/2011 Seção V – Do Conselho Estadual de Política Cultural, o Art. 123 – Fica criado o Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC – órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior da SEC, com a finalidade de acompanhar a elaboração da política cultural do Estado e sua implantação. Ao final de sua fala, passa a palavra para a presidente Sra. Eliane Parreiras, que ministra palestra sobre Cultura e desenvolvimento, onde expôs sobre as competências do CONSEC: acompanhar a elaboração e a execução do Plano Estadual de Cultura; contribuir para o aprimoramento das políticas de cultura do Estado; manter instâncias de discussão com as associações representativas de artistas e produtores culturais; contribuir para a integração entre os órgãos públicos e entidades do setor cultural; manifestar-se sobre planos estaduais e programas de incentivo; gestão de acervos culturais; campanhas de divulgação conscientização e defesa do patrimônio cultural, entre outras funções e Elaborar seu regimento interno. A Presidente da Fundação Clovis Salgado pede a palavra e convida a todos para participarem do evento Noite Branca. A Secretária Executiva retoma a palavra e fala que o regimento interno poderá ser feito da seguinte maneira: ou enviando uma minuta para todos já lerem e colocarem suas observações ou criando um grupo de trabalho para formulação do Regimento Interno. Além disso, propõe que a próxima reunião seja feita no dia 13 de dezembro na cidade administrativa de Minas Gerais. A presidente do CONSEC retoma a palavra, fala que já existe uma minuta do regimento e que esta será encaminhada a todos por e-mail, para que na próxima reunião sejam discutidas apenas as observações de cada contribuição. Neste momento, a Conselheira Maria Magdalena Rodrigues da Silva pergunta como será a convocação do suplente, visto que a condição de representação do SATED é diversa ao do SET, uma vez que ambos representam o segmento de Entidades Trabalhadores. A Presidente responde que o regimento irá definir todas essas questões. Nesse momento o conselheiro Makely Ka levanta dúvida sobre como será a participação do suplente, questionando se os suplentes terão direito a voz e voto e sugere uma reunião mais informal para os conselheiros se conhecerem. A palavra é dada ao conselheiro Amilkar Viana que sugere que os suplentes tenham direito a voz e o voto seja somente do tutelar. A conselheira Adriana Banana pede a fala e diz que, no caso do CONSEC, sempre haverá a necessidade de voto do suplente uma vez que mais de um assunto foi inserido num mesmo segmento, como no caso da Dança e Circo. Além disso, solicita informações sobre outras pastas do governo para maior informação da área. A seguir, a Secretária Executiva passa a fala para o Sr. Diomar da Silveira sugere que a minuta seja circulada via e-mail dos conselheiros e que seja marcada próxima reunião somente para votação do regimento. O conselheiro Paulo de Moraes, do segmento de produção cultural, endossa a proposta do Diomar e pede uma plataforma na internet para que ocorra um diálogo mais frequente entre os conselheiros. A presidente responde que os conselheiros são responsáveis pela área que representam no Estado e fala que os suplentes podem participar, desde que conste no regimento. Esclarece ainda que o conselheiro deverá se reunir com o seu segmento e levar suas aspirações para a plenária do CONSEC. Salienta que poderá haver reuniões intermediárias ou extraordinárias com uma pauta mais liberada para as discussões e debates dos conselheiros. Nesse momento Fernanda Machado, secretária executiva, passa a palavra para o Sr. Anibal Macedo, que explica sobre a construção do

Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte e diz que precisou de mais de 12 (doze) reuniões para fechar o regimento interno. A presidente Eliane Parreiras esclarece que esta plataforma está sendo criada e que existirá uma área demarcada no site, restrita a discussão e debates dos conselheiros. A conselheira Geralda Maria Vieira Neves, do segmento de arte popular e folclore, endossa a importância de conhecer o suplente e pergunta sobre a estrutura que vai ter para conversar e se encontrar com seus segmentos. O conselheiro Carlos Alexandre toma a palavra e sugere que as propostas sejam encaminhadas previamente por e-mail e discutidas no dia 13 de dezembro. O conselheiro Rubem Silveira dos Reis, do segmento do teatro, informa que precisa de ajuda para se deslocar do interior e quer saber se haverá ajuda de custo para o deslocamento. Tanto a Secretária executiva como a Presidente informam que isso já foi previsto em decreto estadual e que, para as próximas reuniões, já terão isso mais bem definido e organizado. Mas que primeiramente era necessária a posse dos membros. Neste momento a Presidente diz que dará o apoio necessário para as Câmaras do interior funcionarem e assim facilitar o acesso dos conselheiros aos grupos do interior do Estado e que isso já foi previsto para o orçamento de 2013. Neste momento a Secretária executiva pede a palavra para dar os encaminhamentos de ordem do dia e faz a votação para próxima reunião do CONSEC, que deverá ser dia 19 de outubro, devendo as demais reuniões do CONSEC serem realizadas às sextas-feiras no período da manhã, para facilitar o acesso dos conselheiros do interior do Estado. Informa que a Secretaria enviará o regimento Interno por e-mail para apreciação dos conselheiros até a reunião do dia 13 de dezembro. O conselheiro Diomar pede a palavra e diz que até a próxima reunião o suplente e o titular devem conversar para chegar num acordo do seu segmento. Fernanda Machado informa ainda o e-mail do CONSEC – [consec@cultura.mg.gov.br](mailto:consec@cultura.mg.gov.br). E nada mais havendo a tratar, a presidente do CONSEC, Eliane Parreiras, declara por encerrada a reunião, do qual eu, Fernanda Machado, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

#### 1. Enquadre interacional

REUNIÃO DO CONSELHO CONSELHEIROS	SECRETÁRIO	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	LEITORES CONSELHEIROS CIDADÃOS	SECRETÁRIO
		<p>Oral-visual Co-presença espacial e temporal <u>Vínculo de reciprocidade</u></p>			
	<p>escrito distância espacial e temporal unidirecional</p>				
<p>Oral-Visual Co-presença espacial e temporal vínculo de reciprocidade</p>					

#### 2. Ata segmentada:

C [ FM [(1) Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, em Belo Horizonte/MG, na sede da Cidade Administrativa de Minas Gerais, (2) com a presença dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença (3) e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Elaine Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de

empossar os membros conselheiros do Conselho de Política Cultural de Minas Gerais. EP [(4) Dando início à abertura da primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes e fala da importância em colaborar com a Política Cultural do Estado. (5) Aproveita e saúda os representantes do Sistema Estadual de Cultura, da sociedade civil e parlamentares, além da sociedade em geral, expondo sobre a visão do governo de Minas Gerais. (6) Fala ainda que para o Governo, a Cultura é sinônimo de desenvolvimento em todas as suas acepções: humana, social e econômica. (7) Por isso, investe nessa ideia por meio das ações da Secretaria de Estado de Cultura e demais instituições públicas vinculadas ao Sistema Estadual de Cultura. (8) Na oportunidade, toma posse como presidente do conselho e dá a posse a Secretária Executiva Sra. Fernanda Machado.] FM [(9) Neste momento, a Secretária Executiva inicia os trabalhos, confere o quórum presente expõe a pauta do dia: apresentação da lei delegada, o decreto de composição do CONSEC, fala sobre um breve histórico do processo eleitoral, expõe a LEI DELEGADA nº 180 de 20/01/2011 Seção V – Do Conselho Estadual de Política Cultural, o Art. 123 – Fica criado o Conselho Estadual de Política Cultural – CONSEC – órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e de assessoramento superior da SEC, com a finalidade de acompanhar a elaboração da política cultural do Estado e sua implantação.] EP [(10) Ao final de sua fala, passa a palavra para a presidente Sra. Eliane Parreiras, que ministra palestra sobre Cultura e desenvolvimento, onde expôs sobre as competências do CONSEC: acompanhar a elaboração e a execução do Plano Estadual de Cultura; contribuir para o aprimoramento das políticas de cultura do Estado; manter instâncias de discussão com as associações representativas de artistas e produtores culturais; contribuir para a integração entre os órgãos públicos e entidades do setor cultural; manifestar-se sobre planos estaduais e programas de incentivo; gestão de acervos culturais; campanhas de divulgação conscientização e defesa do patrimônio cultural, entre outras funções e Elaborar seu regimento interno.] ?? [(11) A Presidente da Fundação Clovis Salgado pede a palavra e convida a todos para participarem do evento Noite Branca.] FM [(12) A Secretária Executiva retoma a palavra e fala que o regimento interno poderá ser feito da seguinte maneira: ou enviando uma minuta para todos já lerem e colocarem suas observações ou criando um grupo de trabalho para formulação do Regimento Interno. (13) Além disso, propõe que a próxima reunião seja feita no dia 13 de dezembro na cidade administrativa de Minas Gerais.] EP [(14) A presidente do CONSEC retoma a palavra, fala que já existe uma minuta do regimento e que esta será encaminhada a todos por e-mail, para que na próxima reunião sejam discutidas apenas as observações de cada contribuição.] MM [(15) Neste momento, a Conselheira Maria Magdalena Rodrigues da Silva pergunta como será a convocação do suplente, visto que a condição de representação do SATED é diversa ao do SET, uma vez que ambos representam o segmento de Entidades Trabalhadores.] EP [(16) A Presidente responde que o regimento irá definir todas essas questões.] MK [(17) Nesse momento o conselheiro Makely Ka levanta dúvida sobre como será a participação do suplente, questionando se os suplentes terão direito a voz e voto e sugere uma reunião mais informal para os conselheiros se conhecerem.] AV [(18) A palavra é dada ao conselheiro Amilkar Viana que sugere que os suplentes tenham direito a voz e o voto seja somente do titular.] AB [(19) A conselheira Adriana Banana pede a fala e diz que, no caso do CONSEC, sempre haverá a necessidade de voto do suplente uma vez que mais de um assunto foi inserido num mesmo segmento, como no caso da Dança e Circo. (20) Além disso, solicita informações sobre outras pastas do governo para maior informação da área.] FM [(21) A seguir, a Secretária Executiva passa a fala para o Sr. Diomar da Silveira] DS [sugere que a minuta seja circulada via e-mail dos conselheiros e que seja marcada próxima reunião somente para votação do regimento.] PM [(22) O conselheiro Paulo de Moraes, do segmento de produção cultural, endossa a proposta [ ] do Diomar e pede uma plataforma na internet para que ocorra um diálogo mais frequente entre os conselheiros.] EP [(23) A presidente responde que os conselheiros são responsáveis pela área que representam no Estado e fala que os suplentes podem participar, desde que conste no regimento. (24) Esclarece ainda que o conselheiro deverá se reunir com o seu segmento e levar suas aspirações para a plenária do CONSEC. (25) Salieta que poderá haver reuniões intermediárias ou extraordinárias com uma pauta mais liberada para as discussões e debates dos conselheiros.] FM [(26) Nesse momento Fernanda Machado, secretária executiva, passa a palavra para o Sr. Anibal Macedo.] AM [que explana sobre a construção do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Belo Horizonte e diz que precisou de mais de 12 (doze) reuniões para fechar o regimento interno.] EP [(27) A presidente Eliane Parreiras esclarece que esta plataforma está sendo criada e que existirá uma área demarcada no site, restrita a discussão e debates dos conselheiros.] GN [(28) A conselheira Geralda Maria Vieira Neves, do segmento de arte popular e folclore, endossa a importância de conhecer o suplente e pergunta sobre a estrutura que vai ter para conversar e se encontrar com seus segmentos.] CA [(29) O conselheiro Carlos Alexandre toma a palavra e sugere que as propostas sejam encaminhadas previamente por e-mail e discutidas no dia 13 de dezembro.]

RS [(30) O conselheiro Rubem Silveira dos Reis, do segmento do teatro, informa que precisa de ajuda para se deslocar do interior e quer saber se haverá ajuda de custo para o deslocamento.] FM/EP [(31) Tanto a Secretária executiva como a Presidente informam que isso já foi previsto em decreto estadual e que, para as próximas reuniões, já terão isso mais bem definido e organizado. (32) Mas que primeiramente era necessária a posse dos membros.] EP [(33) Neste momento a Presidente diz que dará o apoio necessário para as Câmaras do interior funcionarem e assim facilitar o acesso dos conselheiros aos grupos do interior do Estado e que isso já foi previsto para o orçamento de 2013.] FM [(34) Neste momento a Secretária executiva pede a palavra para dar os encaminhamentos de ordem do dia e faz a votação para próxima reunião do CONSEEC, que deverá ser dia 19 de outubro, devendo as demais reuniões do CONSEEC serem realizadas às sextas-feiras no período da manhã, para facilitar o acesso dos conselheiros do interior do Estado. (35) Informa que a Secretaria enviará o regimento Interno por e-mail para apreciação dos conselheiros até a reunião do dia 13 de dezembro.] DS [(36) O conselheiro Diomar pede a palavra e diz que até a próxima reunião o suplente e o titular devem conversar para chegar num acordo do seu segmento.] FM [Fernanda Machado informa ainda o e-mail do CONSEEC – [consec@cultura.mg.gov.br](mailto:consec@cultura.mg.gov.br).] EP [(37) E nada mais havendo a tratar, a presidente do CONSEEC, Eliane Parreiras, declara por encerrada a reunião,][do qual eu, Fernanda Machado, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido [lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras] [e aprovada em plenária pelos demais membros presentes,] [conforme lista de presença do dia.]]

Legenda:

C – Conselho

P – Plenária

EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEEC)

FM – Fernanda Machado (Secretária Executiva)

DS – Diomar da Silveira (Conselheiro)

AB – Adriana Banana (Conselheira)

MM – Maria Magdalena Rodrigues da Silva (Conselheira)

MK – Makely Ka (Conselheiro)

AV – Amílcar Viana (Conselheiro)

PM – Paulo de Moraes (Conselheiro)

AM – Aníbal Machado (Conselheiro)

GN – Geralda Maria Vieira Neves (Conselheira)

CA – Carlos Alexandre (Conselheiro)

RS – Rubem Silveira dos Reis (Conselheiro)

?? – Presidente da Fundação Clovis Salgado (nome não citado)

FM/EP – Fala conjunta da Presidente Eliane e da Secretária Fernanda

## APÊNDICE B - Análise da ata número dois da segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, em Belo Horizonte/MG, na sede do BDMG, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir três pontos estratégicos para a construção do regimento interno: escolha das câmaras temáticas, escolha da câmara regional consultiva e recondução do CONSEC para novo mandato; bem como definir o grupo de trabalho que irá finalizar o regimento interno. Dando início à abertura da primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, dá posse à nova secretária executiva Sra. Daniela Varela e agradece ao belíssimo trabalho da Sra. Fernanda Machado. Na oportunidade, dá posse aos membros que não tomaram posse na primeira reunião, sendo eles: José Geraldo D'Ángelo, Érica Maria Machado, Caio Barros Cordeiro e Maria Angélica de Andrade Vasconcelos, e lê a ordem do dia. Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Daniela Varela, que inicia os trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior, para apreciação, comentários e aprovação da plenária. A palavra é aberta aos conselheiros e, nesse momento, Geralda Vieira informa que as reuniões deveriam ser realizadas às sextas-feiras, pela manhã, o que foi imediatamente alterado na ata anterior. A conselheira Magdalena Rodrigues pede alteração da linha 50 com inserção da seguinte frase: "visto que a condição do trabalhador do SATED é complementarmente diversa do titular, o SESI". A secretária executiva informa que, para as próximas reuniões, as atas serão encaminhadas por e-mail, com um mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, para as observações dos conselheiros para que, na reunião presencial, as inserções estejam colocadas já para aprovação. Nesse momento alguns conselheiros informaram que não receberam a convocação e foi-lhes avisado que, pelo fato do e-mail do CONSEC ser novo, este poderia estar direcionado como spam, sugerindo assim, que os conselheiros verificassem suas caixas de spam no e-mail. Dessa forma, a ata foi aprovada com as inserções e correções. Daniela Varela toma a palavra e informa que o regimento não foi enviado em função da necessidade de ouvir a todos em 3(três) pontos chaves, citados no início desta ata. Foi explicado também que uma minuta será enviada por e-mail, assim que o grupo de trabalho finalize sua análise da redação do regimento interno. Daniela Varela informa ainda que o site com área restrita de acesso está sendo construído e que, até ser implementado, será criado um e-group para que todos participem. O acesso estará disponível até o dia 10/12 e será enviado convite a todos os conselheiros. Nesse momento, a presidente Sra. Eliane Parreiras explica que a equipe de TI está verificando as limitações do servidor, mas que o site da SEC já tem uma página do CONSEC com as informações gerais. Expõe também que, dentro desta área um acesso restrito, haverá para uma espécie de chat dos conselheiros. A presidente passa a palavra para a secretária executiva e apresenta a proposta de escopo do regimento interno: Capítulo

I: Da definição Institucional e Finalidade; Capítulo II: Das Competências; Capítulo III – Da Composição, E Atribuições; Capítulo IV – Da Organização; Capítulo V – Do Funcionamento Do Conselho; Capítulo VI - Das Disposições Finais. Durante esta apresentação, foi informado que as definições seguiram a Lei Delegada de criação do CONSEC e que as reuniões itinerantes serão trabalhadas pensando nas câmaras temáticas e na câmara regional consultiva. Não havendo nenhuma consideração sobre este ponto, passou-se para o tema escolha das câmaras temáticas e apresentaram-se duas sugestões: a primeira sugestão seria formada por: I – Câmara Temática de Criação; II – Câmara Temática de Fruição; III – Câmara Temática de Patrimônio e Memória; IV – Câmara Temática de Transversalidade. A segunda sugestão seria formada por: I – Câmara

Temática de Artes Visuais e Moda; II – Câmara Temática de Circo e Teatro; III – Câmara Temática de Cultura dos Povos Indígenas e Culturas Populares; IV – Câmara Temática de Dança e da Música; V – Câmara Temática do Livro, da Leitura e Literatura. Nesse momento, a presidente do CONSEC, Sra.

Eliane Parreiras fala da atuação das câmaras com a câmara regional consultiva, o que irá proporcionar maior interação com o interior e mais encontros com os seguimentos da área cultural. Fala ainda que, para o bom andamento do CONSEC, haverá reuniões extraordinárias, visando ampliar as discussões de cada área. Nesse momento, abre-se a palavra aos conselheiros para sugestões. Magdalena Rodrigues, do SATED, propõe seguirmos o modelo do Rio Grande do Sul com a seguinte proposta: Câmara Temática de Artes e Letras; Câmara Temática de Patrimônio Histórico e Artístico; Câmara Temática de Legislação e Normas; Câmara Temática de Ciências Humanas; Câmara Temática de Relações Institucionais. Tiago Maia, do SESI, vota na proposta 1 e defende a escolha de temas amplos para que não haja grandes segmentações. Sérgio Borges pede para dividir Artes Visuais e Moda. A conselheira Sula Mavrudis, representante do Circo defende o diálogo maior com o governo e a segmentação para melhor tratar cada assunto. A conselheira Maria Andrada vota na proposta 1. André Carreira, sugere o acréscimo da Câmara Temática de produção na proposta 1 e pede para inserção do áudio-visual. Diomar Silveira propõe a criação de uma nova câmara: I-Criação, produção e manutenção; II- Financiamento; III – Democratização e acesso à cultura. Luiz Gustavo sugere que seja feita uma renomeação dos macro-temas e pede para incluir arquitetura e design. José Mayrink pede para que as sugestões sejam enviadas por e-mail para poder repensar. Caio Cordeiro, da Casa Civil, fala da experiência em outros conselhos e seus respectivos funcionamentos e expõe sobre a importância das câmaras temáticas para auxiliar o trabalho da plenária. Nesse momento, o conselheiro José D'Ángelo explica sobre o papel do Estado como estimulador da cultura, difusor do produto cultural e democratizador do acesso à cultura. Túlio Mourão fala do desafio de sobrepor recursos e espaços de difusão. Makely Ka sugere que a SEC incentive a criação de fóruns de cada segmento e que estas instâncias consultivas possam ser validadas como espaços de discussão, uma vez que muitos segmentos não estão organizados. Na opinião dele, as discussões devem acontecer dentro de cada segmento para que a plenária seja mais abrangente. Sobre as câmaras temáticas, ele acha que falta discussão sobre: câmara temática de fomento, câmara temática de circulação, câmara temática de interiorização, câmara temática de programas e leis. Nesse momento a palavra é dada ao Deputado Luiz Henrique que expõe sobre a importância do controle social e acrescenta que trabalha para o reconhecimento de alguns temas como a gastronomia. A Secretária encerra a fala deste item elogiando todas as proposições e diz que já está analisando e estudando a forma de pôr em prática muitas dessas idéias levantadas. A palavra é dada à secretária executiva que encaminha a sugestão de fazer um compilado com todas as idéias propostas e que as mesmas serão enviadas aos conselheiros para aperfeiçoamento e com prazo para retorno, pois irá subsidiar o grupo de trabalho. A seguir continua a apresentação do segundo tema sobre a formação da câmara regional consultiva, que deverá ser criada a partir de edital de convocação, com a composição de representantes ligados ao setor cultural de cada macrorregião de planejamento, assim distribuídos: um representante da sociedade civil organizada; diretores dos núcleos regionais de cultura da SEC; um representante da comissão estadual dos pontos de cultura. A seleção desta câmara regional consultiva poderá ser feita via chamamento público a cada 2(dois) anos, totalizando uma composição de 16 pessoas. Caberá ao CONSEC fazer a triagem das candidaturas às câmaras. O conselheiro Makely Ka pergunta se as reuniões das câmaras temáticas aconteceriam em paralelo e, posteriormente, em uma reunião geral? Nesse momento, a presidente explica que o plenário convoca as câmaras e o funcionamento será definido no regimento. Maria Andrada observa que atualmente são 5 macrorregiões e que há uma dificuldade de deslocamento das cidades até os núcleos, no entanto, Daniela enfatiza que os cinco núcleos atendem às outras cinco macrorregiões. Paulo de Moraes fala sobre os 100 pontos de cultura, explicando que existem mais 70 pontos vinculados ao MinC e, entre estes, 15 pontos são municipais e muito bem representados pela comissão que é formada pelos colegiados, por macrorregião, além de terem uma demanda oriunda dos marcos legais dos pontos de cultura. Nesse momento, a Secretária executiva encerra esse tema e passa para o terceiro tema do dia: a recondução e o novo mandato do CONSEC. A presidente do CONSEC explica que a lei delegada fala em lista triplíce e o decreto estabelece que a recondução seja feita por eleição ou conferência, por meio de edital, e que esta definição deverá constar do regimento. Expõe também que a posição da Secretaria é de que a eleição seja realizada dentro das conferências e explica que dentro do edital não precisa da lista

tríplice do governador, além de poder constar a definição do voto presencial. O conselheiro Makely pergunta se é possível fazer uma mescla dos dois processos para a próxima eleição dos colegiados setoriais, sugerindo que as regiões com capacidade de mobilidade fariam via conferência e as regiões que não têm capacidade de mobilização fariam por edital. Geralda concorda com Makely para fazerem sem conferência, pois em Capelinha, não conseguiria fazer a mobilização regional. Geralda ainda pede à Eliane para explicar a questão da verificação do currículo por edital. A presidente Eliane Parreiras explica que a análise de currículo seria da pessoa designada para votar que, necessariamente, seria do setor cultural. Nesse momento, o conselheiro Tiago Maia diz que esta última colocação é vital para perpetuar o Conselho. Sugere ainda a adoção das conferências municipais, depois as regionais nas dez macrorregiões e, finalmente, a conferência estadual que escolheria o conselho. Pondera também que, para este mandato cumprir todas as atividades, vai encontrar dificuldades para compatibilizar as atribuições com calendários de megaeventos que estão por vir e continua defendendo a modalidade por conferência, pela representatividade e pelo alinhamento com a política nacional de cultura. A presidente Eliane enfatiza que a recondução de parte do conselho é prevista em lei e que o regimento definirá que número de conselheiros será reconduzido para o próximo mandato. A secretária executiva toma a palavra e apresenta a proposta de reuniões do grupo de trabalho do regimento interno e das reuniões trimestrais do ano de 2013. Nesse momento, a secretária executiva conduz a escolha de formação do grupo de trabalho para construção da proposta do regimento interno do CONSEC, que fica assim definido: 3(três) representantes da sociedade civil: Maria Andrada - Segmento Patrimônio Histórico e Artístico; Luiz Gustavo Vieira De Almeida - Segmento Design e Moda; Magdalena Rodrigues – SATED. 3(três) representantes do poder público: Caio Cordeiro – Casa Civil; Maria Angélica – Seplag; Daniela Varela – Secretaria Executiva CONSEC. O Assessoramento Jurídico do grupo de trabalho ficará a cargo da Dra. Juliana Schmidt Fagundes. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião, da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

#### 1. Quadro interacional:

REUNIÃO DO CONSELHO CONSELHEIROS	SECRETÁRIO	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	LEITORES CONSELHEIROS CIDADÃOS	SECRETÁRIO
		Oral-visual Co-presença espacial e temporal <u>Vínculo de reciprocidade</u>			
	escrito distância espacial e temporal unidirecional				
Oral-visual Co-presença espacial e temporal vínculo de reciprocidade					

## 2. Ata segmentada:

**C [ DV [(1) Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, em Belo Horizonte/MG, na sede do BDMG, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir três pontos estratégicos para a construção do regimento interno: escolha das câmaras temáticas, escolha da câmara regional consultiva e recondução do CONSEC para novo mandato; bem como definir o grupo de trabalho que irá finalizar o regimento interno. EP [(2) Dando início à abertura da primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, (3) dá posse à nova secretária executiva Sra. Daniela Varela (4) e agradece ao belíssimo trabalho da Sra. Fernanda Machado. (5) Na oportunidade, dá posse aos membros que não tomaram posse na primeira reunião, sendo eles: José Geraldo D'Ángelo, Érica Maria Machado, Caio Barros Cordeiro e Maria Angélica de Andrade Vasconcelos, (6) e lê a ordem do dia. (7) Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Daniela Varela.] DV [(8) que inicia os trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior, para apreciação, comentários e aprovação da plenária.] P [(9) A palavra é aberta aos conselheiros e, nesse momento,] GV [(10) Geralda Vieira informa que as reuniões deveriam ser realizadas às sextas-feiras, pela manhã, o que foi imediatamente alterado na ata anterior.] MR [(11) A conselheira Magdalena Rodrigues pede alteração da linha 50 com inserção da seguinte frase: "visto que a condição do trabalhador do SATED é complementarmente diversa do titular, o SESI".] DV [(12) A secretária executiva informa que, para as próximas reuniões, as atas serão encaminhadas por e-mail, com um mínimo de 07 (sete) dias de antecedência, para as observações dos conselheiros para que, na reunião presencial, as inserções estejam colocadas já para aprovação.] ?? [(13) Nesse momento alguns conselheiros informaram que não receberam a convocação] DV [(14) e foi-lhes avisado que, pelo fato do e-mail do CONSEC ser novo, este poderia estar direcionado como spam, (15) sugerindo assim, que os conselheiros verificassem suas caixas de spam no e-mail.] P [(16) Dessa forma, a ata foi aprovada com as inserções e correções.] DV [(17) Daniela Varela toma a palavra e informa que o regimento não foi enviado em função da necessidade de ouvir a todos em 3(três) pontos chaves, citados [ ] no início desta ata. (18) Foi explicado também que uma minuta será enviada por e-mail, assim que o grupo de trabalho finalize sua análise [ ] da redação do regimento interno. (19) Daniela Varela informa ainda que o site com área restrita de acesso está sendo construído (20) e que, até ser implementado, será criado um e-group para que todos participem. (21) O acesso estará disponível até o dia 10/12 e será enviado convite [ ] a todos os conselheiros.] EP [(22) Nesse momento, a presidente Sra. Eliane Parreiras explica que a equipe de TI está verificando as limitações do servidor, (23) mas que o site da SEC já tem uma página do CONSEC com as informações gerais. (24) Expõe também que, dentro desta área um acesso restrito, haverá para uma espécie de chat dos conselheiros. (25) A presidente passa a palavra para a secretária executiva] DV [(26) e apresenta a proposta de escopo do regimento interno: Capítulo I: Da definição Institucional e Finalidade; Capítulo II: Das Competências; Capítulo III – Da Composição, E Atribuições; Capítulo IV – Da Organização; Capítulo V – Do Funcionamento Do Conselho; Capítulo VI - Das Disposições Finais. (27) Durante esta apresentação [ ], foi informado que as definições seguiram a Lei Delegada de criação do CONSEC (28) e que as reuniões itinerantes serão trabalhadas pensando nas câmaras temáticas e na câmara regional consultiva. (29) Não havendo nenhuma consideração sobre este ponto, passou-se para o tema escolha das câmaras temáticas (30) e apresentaram-se duas sugestões [ ]: (31) a primeira sugestão seria formada por: I – Câmara Temática de Criação; II – Câmara Temática de Fruição; III – Câmara Temática de Patrimônio e Memória; IV – Câmara Temática de Transversalidade. (32) A segunda sugestão seria formada por: I – Câmara Temática de Artes Visuais e Moda; II – Câmara Temática de Circo e Teatro; III – Câmara Temática de Cultura dos Povos Indígenas e Culturas Populares; IV – Câmara Temática de Dança e da Música; V – Câmara Temática do Livro, da Leitura e Literatura.] EP [(33) Nesse momento, a presidente do CONSEC, Sra. Eliane Parreiras fala da atuação das câmaras com a câmara regional consultiva, o que irá proporcionar maior interação com o interior e mais encontros com os**

seguimentos da área cultural. (34) Fala ainda que, para o bom andamento do CONSEC, haverá reuniões extraordinárias, visando ampliar as discussões de cada área. (35) Nesse momento, abre-se a palavra aos conselheiros para sugestões.] **MR** [(36) Magdalena Rodrigues, do SATED, propõe seguirmos o modelo do Rio Grande do Sul com a seguinte proposta: Câmara Temática de Artes e Letras; Câmara Temática de Patrimônio Histórico e Artístico; Câmara Temática de Legislação e Normas; Câmara Temática de Ciências Humanas; Câmara Temática de Relações Institucionais.] **TgM** [(37) Tiago Maia, do SESI, vota na proposta 1 [ ] e defende a escolha de temas amplos para que não haja grandes segmentações.] **SB** [(38) Sérgio Borges pede para dividir Artes Visuais e Moda.] **SM** [(39) A conselheira Sula Mavrudis, representante do Circo defende o diálogo maior com o governo e a segmentação para melhor tratar cada assunto.] **MA** [(40) A conselheira Maria Andrada vota na proposta 1 [ ].] **AC** [(41) André Carreira, sugere o acréscimo da Câmara Temática de produção na proposta 1 [ ] (42) e pede para inserção do áudio-visual.] **DS** [(43) Diomar Silveira propõe a criação de uma nova câmara: I-Criação, produção e manutenção; II- Financiamento; III – Democratização e acesso à cultura.] **LuG** [(44) Luiz Gustavo sugere que seja feita uma renomeação dos macro-temas (45) e pede para incluir arquitetura e design.] **JM** [(46) José Mayrink pede para que as sugestões sejam enviadas por e-mail para poder repensar.] **CC** [(47) Caio Cordeiro, da Casa Civil, fala da experiência em outros conselhos e seus respectivos funcionamentos (48) e expõe sobre a importância das câmaras temáticas para auxiliar o trabalho da plenária.] **JD** [(49) Nesse momento, o conselheiro José D'Ángelo explica sobre o papel do Estado como estimulador da cultura, difusor do produto cultural e democratizador do acesso à cultura.] **TM** [(50) Túlio Mourão fala do desafio de sobrepor recursos e espaços de difusão.] **MK** [(51) Makely Ka sugere que a SEC incentive a criação de fóruns de cada segmento e que estas instâncias consultivas possam ser validadas como espaços de discussão, uma vez que muitos segmentos não estão organizados. (52) Na opinião [ ] dele, as discussões devem acontecer dentro de cada segmento para que a plenária seja mais abrangente. (53) Sobre as câmaras temáticas, ele acha que falta discussão sobre: câmara temática de fomento, câmara temática de circulação, câmara temática de interiorização, câmara temática de programas e leis.] **LH** [(54) Nesse momento a palavra é dada ao Deputado Luiz Henrique que expõe sobre a importância do controle social (55) e acrescenta que trabalha para o reconhecimento de alguns temas como a gastronomia.] **EP** [(56) A Secretária encerra a fala [ ] deste item elogiando todas as proposições (57) e diz que já está analisando e estudando a forma de pôr em prática muitas dessas ideias [ ] levantadas.] **DV** [(58) A palavra é dada à secretária executiva (59) que encaminha a sugestão de fazer um compilado com todas as ideias propostas e que as mesmas serão enviadas aos conselheiros para aperfeiçoamento e com prazo para retorno, pois irá subsidiar o grupo de trabalho. (60) A seguir continua a apresentação do segundo tema sobre a formação da câmara regional consultiva, que deverá ser criada a partir de edital de convocação, com a composição de representantes ligados ao setor cultural de cada macrorregião de planejamento, assim distribuídos: um representante da sociedade civil organizada; diretores dos núcleos regionais de cultura da SEC; um representante da comissão estadual dos pontos de cultura. (61) A seleção desta câmara regional consultiva poderá ser feita via chamamento público a cada 2(dois) anos, totalizando uma composição de 16 pessoas. (62) Caberá ao CONSEC fazer a triagem das candidaturas às câmaras.] **MK** [(63) O conselheiro Makely Ka pergunta se as reuniões das câmaras temáticas aconteceriam em paralelo e, posteriormente, em uma reunião geral?] **EP** [(64) Nesse momento, a presidente explica que o plenário convoca as câmaras e o funcionamento será definido no regimento.] **MA** [(65) Maria Andrada observa que atualmente são 5 macrorregiões e que há uma dificuldade de deslocamento das cidades até os núcleos.] **DV** [(66) no entanto, Daniela enfatiza que os cinco núcleos atendem às outras cinco macrorregiões.] **PM** [(67) Paulo de Moraes fala sobre os 100 pontos de cultura, explicando que existem mais 70 pontos vinculados ao MinC e, entre estes, 15 pontos são municipais e muito bem representados pela comissão que é formada pelos colegiados, por macrorregião, além de terem uma demanda oriunda dos marcos legais dos pontos de cultura.] **DV** [(68) Nesse momento, a Secretária executiva encerra esse tema (69) e passa para o terceiro tema do dia: a recondução e o novo mandato do CONSEC.] **EP** [(70) A presidente do CONSEC explica que (71) a lei delegada fala em lista triplíce (72) e o decreto estabelece que a recondução seja feita por eleição ou conferência, por meio de edital, (73) e que esta definição deverá constar do regimento. (74) Expõe também que a

posição [ ] da Secretaria é de que a eleição seja realizada dentro das conferências (75) e explica que dentro do edital não precisa da lista tríplice do governador, além de poder constar a definição do voto presencial.] **MK** [(76) O conselheiro Makely pergunta se é possível fazer uma mescla dos dois processos para a próxima eleição dos colegiados setoriais, (77) sugerindo que as regiões com capacidade de mobilidade fariam via conferência e as regiões que não têm capacidade de mobilização fariam por edital.] **GV** [(78) Geralda concorda com Makely para fazerem sem conferência, pois em Capelinha, não conseguiria fazer a mobilização regional. (79) Geralda ainda pede à Eliane para explicar a questão da verificação do currículo por edital.] **EP** [(80) A presidente Eliane Parreiras explica que a análise de currículo seria da pessoa designada para votar que, necessariamente, seria do setor cultural.] **TgM** [(81) Nesse momento, o conselheiro Tiago Maia diz que esta última colocação [ ] é vital para perpetuar o Conselho. (82) Sugere ainda a adoção das conferências municipais, depois as regionais nas dez macrorregiões e, finalmente, a conferência estadual que escolheria o conselho. (83) Pondera também que, para este mandato cumprir todas as atividades, vai encontrar dificuldades para compatibilizar as atribuições com calendários de megaeventos que estão por vir (84) e continua defendendo a modalidade por conferência, pela representatividade e pelo alinhamento com a política nacional de cultura.] **EP** [(85) A presidente Eliane enfatiza que a recondução de parte do conselho é prevista em lei (86) e que o regimento definirá que número de conselheiros será reconduzido para o próximo mandato.] **DV** [(87) A secretária executiva toma a palavra e apresenta a proposta de reuniões do grupo de trabalho do regimento interno e das reuniões trimestrais do ano de 2013. (88) Nesse momento, a secretária executiva conduz a escolha de formação do grupo de trabalho para construção da proposta do regimento interno do CONSEC.] **P** [(89) que fica assim definido: 3(três) representantes da sociedade civil: Maria Andrada - Segmento Patrimônio Histórico e Artístico; Luiz Gustavo Vieira De Almeida - Segmento Design e Moda; Magdalena Rodrigues – SATED. 3(três) representantes do poder público: Caio Cordeiro – Casa Civil; Maria Angélica – Seplag; Daniela Varela – Secretaria Executiva CONSEC. (90) O Assessoramento Jurídico do grupo de trabalho ficará a cargo da Dra. Juliana Schmidt Fagundes.] **EP** [(91) Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião.] **DV** [(92) da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras,] **P** [(93) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.]]

Legenda:

C – Conselheiros

P – Plenária

EP – Elaine Parreiras (Presidente do CONSEC)

DV – Daniela Varela (Secretária Executiva Interina)

?? – Locutor(es) não identificado(s)

LuG – Luiz Gustavo

CC – Caio Cordeiro (Casa Civil)

LH – Luiz Henrique

JM – José Mayrink

JD – José D'Ângelo

SM – Sula Mavrudis

TM – Túlio Mourão

DS – Diomar Silveira

MA – Maria Andrada

MK – Makely Ka

PM – Paulo de Moraes

MR – Magdalena Rodrigues

SB – Sérgio Borges

TgM – Tiago Maia

GV – Geralda Vieira

AC – André Carreira

## APÊNDICE C - Análise da ata da terceira reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir pontos estratégicos para a construção do regimento interno, entre outros assuntos: escolha das câmaras temáticas, definição da câmara regional consultiva, eleição do Vice-Presidente do CONSEC, substituição do suplente do segmento do Audiovisual e apresentação do layout do site do CONSEC. Dando início à abertura da quarta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, agradece o esforço de todos em ter uma agenda de dia inteiro e lê a ordem do dia. Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Daniela Varela, que inicia os trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, uma vez que todos os conselheiros já haviam recebido a mesma por meio eletrônico e não houve nenhuma alteração. Dando continuidade à pauta da reunião anterior, a palavra é aberta para que os conselheiros possam sugerir e discutir as alterações do texto do Regimento Interno. A Secretária Executiva deixa o tema das composições das Câmaras Temáticas para depois das outras considerações. Entre as considerações enviadas por Aníbal/Adriana, no art. 22º, inciso IV, os conselheiros deliberaram por retirar o texto. No parágrafo único do mesmo artigo, decidiu-se acrescentar a expressão “e/ou de 1/3 de seus membros”. No artigo 23º, parágrafo 3º definiu-se pelo acréscimo da expressão “e não terá direito a voto nas decisões da Câmara”, e decidiu-se também pela supressão do parágrafo IV do mesmo artigo. Já no art. 24º, os conselheiros resolveram acrescentar no caput do mesmo, a expressão “prorrogáveis por até 30 dias, segundo solicitação feita por escrito pelo relator ao Presidente do CONSEC e retirar o texto do inciso 6º deste artigo. No art. 28º, o inciso 1º permanece com o texto original, o inciso 2º terá o acréscimo de “serão públicas”, o inciso 6º teve retirada a frase “obedecendo aí a um quorum mínimo de 1/3 dos representantes do poder público e da sociedade civil” e o inciso 7º teve o texto mantido. O art. 29º, inciso 1º foi rediscutido e optou-se pela retirada da expressão “titulares”. O art. 32º foi objeto de alguns questionamentos, mas a plenária decidiu-se pela manutenção do texto original. No art. 33º, parágrafo único, será retirada a expressão “e no Diário Oficial”. O art.34º, teve o seu caput acrescido de “e/ou do plenário do CONSEC, a partir de 1/3 de seus membros” e o inciso 4º manteve o texto original. Voltando à definição da Câmaras Temáticas, conforme combinado no início da reunião, discutiu-se bastante sobre as denominações das mesmas e chegou-se a duas propostas, que foram a votação e a proposta vencedora define a seguinte composição das Câmaras Temáticas:

1. – Câmara Temática de Fomento e mecanismos de financiamento;
2. – Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso;
3. – Câmara Temática de Difusão e Intercâmbio;
4. – Câmara Temática de Patrimônio e Memória.

A seguir, a ordem do dia previa a eleição do Vice Presidente de CONSEC, e apresentaram-se como candidatos os conselheiros Aníbal Macedo e Amílcar Viana Martins Filho. Procedida à votação, o conselheiro Amílcar foi eleito com 16 votos, sendo 6 votos destinados ao conselheiro Aníbal. A seguir a Superintendente de Interiorização fez uma apresentação do programa Minas Território da Cultura, que agradou bastante aos conselheiros pois as perguntas sobre o programa foram em grande número. O assunto seguinte foi dedicado à composição das Câmaras Temáticas, e a Secretária Executiva apresentou a proposta de que cada Câmara tenha uma coordenação geral, um relator e um técnico da Secretaria de Cultura, além de fazer uma explanação sobre as competências dos 3 membros, o que foi aprovado. Em seguida, os conselheiros se apresentaram como voluntários disponíveis para participar das Câmaras e a distribuição dos mesmos ficou como a seguir indicado: Câmara Temática 1 – Amílcar Viana Martins Filho, Adriana Perrella, Aníbal Macedo, Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Rubem dos Reis, Makely Soares Gomes, Sec. da Fazenda, Seplag, Casa Civil, Segov. Câmara Temática 2 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Geralda Vieira Neves, Aníbal Macedo, Sula Mavrudis, Rubem dos Reis, Uemg, Sec. de Educação, Casa Civil e Segov. Câmara Temática 3 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Makely Soares Gomes, Paulo Morais,

Túlio Mourão, Rubem dos Reis, Sérgio Borges Martins, Uemg e Sec. de Educação. Câmara Temática 4 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Sula Mavrudis Adriana Perrella Aníbal Macedo, Makely Soares Gomes, iniciando com as finalidades do CONSEC, é informado que o texto é originário da Lei Delegada e que, portanto, não pode ser mudado pela plenária. Os Conselheiros sugerem a supressão do Capítulo II. A Presidente Eliane Parreiras informa que legislação de 1994, que dispõe sobre os objetivos e princípios da política cultural, continuam valendo e é necessário manter o texto. Por maioria de votos presentes, é mantido o texto do capítulo II. Ao se discutir as Competências, foi informado que também neste caso, o texto vem da Lei Delegada. O aprimoramento de algum texto pode ser detalhado nas Atribuições. O item I das considerações enviadas por Aníbal/Adriana será mantido nas atribuições do CONSEC com a inclusão do termo “deliberar” e revisão do texto ajustado à técnica legislativa. No item VI das sugestões ficou definido que o texto será revisto com a inclusão dos termos “acompanhar” e/ou “colaborar” e com a sugestão de que o CONSEC apoie a mobilização das conferências municipais e regionais. Nos itens VII e VIII das sugestões, decidiu-se pela supressão de ambos do Regimento Interno. Das sugestões propostas pelo conselheiro Makely Ka, o que se referia às competências do CONSEC, deliberou-se por detalhar o que for aprovado em Atribuições. No item I, deliberou-se pela revisão do texto em conformidade com a redação à técnica legislativa incluindo o termo “deliberar”. O item II das sugestões foi mantido, mas com revisão de texto. Os itens III, IV e V das sugestões de competências, foram excluídos do Regimento Interno. Nas sugestões do mesmo conselheiro sobre atribuições, decidiu-se suprimir os itens I e II. Para o item III foi indicada uma revisão da redação com assessoramento do jurídico da Secretaria de Estado de Cultura e a inclusão da observação feita pelo conselheiro Diomar Donizete “discutir as questões relativas à regulamentação das profissões”. Os itens IV e V serão retirados do Regimento Interno. O item VI das sugestões foi aprovado e será mantida esta nova redação no Regimento Interno. O item VII terá texto revisto e melhorado, mesclando com as definições das Câmaras Temáticas. O item VIII será retirado do Regimento Interno. O item IX das sugestões é aprovado e mantido a redação no Regimento Interno. Nesse momento é feita uma observação a respeito da ordem dos segmentos culturais como foi definida na Lei Delegada e a Presidente Eliane Parreiras indica que em futuras comunicações que contenham esta informação, a ordem dos segmentos será feita em ordem alfabética. Os conselheiros titular e suplente do segmento de Dança e Circo solicitam que haja uma apreciação futura para separação dos mesmos em dois. Conselheiro da música faz a mesma solicitação para seu segmento, dividindo-o em Música Popular e Erudita. Neste momento a Presidente Eliane Parreiras faz uma breve exposição sobre o Programa Minas Território da Cultura e também sobre as reuniões itinerantes do CONSEC. Com a proximidade da 1ª reunião itinerante, 06 conselheiros se apresentam como voluntários a participar da mesma na cidade de Viçosa/MG. Prosseguindo na análise das sugestões enviadas pelos conselheiros Aníbal e Adriana, no caput do Art. 9º será incluída a expressão complementar “por e-mail”. O §1º fica mantido com a redação original. No §2º substituir a expressão “por qualquer motivo” pela “sem justificativa” e acrescentar a expressão “e 25% das extraordinárias”. Os incisos 3º e 4º foram suprimidos. A sugestão sobre o Art. 10º deverá acrescentar os conselheiros do inciso II do art. 6º do Regimento e a expressão “necessariamente”. O art. 14º terá o acréscimo da expressão “a qualquer momento ou quando”. A sugestão sobre o Cap. V, art.16º, o caput do mesmo permanece e a sugestão sobre o §2º é acatada. A sugestão sobre o art. 17º, incisos I e V, os mesmos permanecem com a redação original. No art. 19º, § IV, retirar a expressão “quando julgar necessário”. No art. 20º, §2º, fica mantido o texto original. Nesse momento, como muitos conselheiros precisam se ausentar foi solicitada e acatada à proposta de que a próxima reunião ordinária seja realizada em período integral, para dessa forma encerrar as discussões acerca do regimento Interno que fica aprovado até a página 13, na seção do Vice-Presidente obedecendo às sugestões de alterações acima elencadas. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEC, Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião, da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2013.



foi objeto de alguns questionamentos, (24) mas a plenária decidiu-se pela manutenção do texto original. (25) No art. 33º, parágrafo único, será retirada a expressão “e no Diário Oficial”. (26) O art.34º, teve o seu caput acrescido de “e/ou do plenário do CONSECO, a partir de 1/3 de seus membros” (27) e o inciso 4º manteve o texto original. (28) Voltando à definição das Câmaras Temáticas, conforme combinado no início da reunião, discutiu-se bastante sobre as denominações das mesmas (28) e chegou-se a duas propostas [ ], que foram à votação (29) e a proposta vencedora define a seguinte composição das Câmaras Temáticas:

1. – Câmara Temática de Fomento e mecanismos de financiamento;
2. – Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso;
3. – Câmara Temática de Difusão e Intercâmbio;
4. – Câmara Temática de Patrimônio e Memória.}]

**DV** [(30) A seguir, a ordem do dia previa a eleição do Vice Presidente de CONSECO,] **AM/AmM** [(31) e apresentaram-se como candidatos os conselheiros Aníbal Macedo e Amílcar Viana Martins Filho.] **P** [(32) Procedida a votação, (33) o conselheiro Amílcar foi eleito com 16 votos [ ], (34) sendo 6 votos [ ] destinados ao conselheiro Aníbal.] **Spl** [(35) A seguir a Superintendente de Interiorização fez uma apresentação do programa Minas Território da Cultura, que agradou bastante aos conselheiros (36) pois as perguntas sobre o programa foram em grande número.] **DV** [(37) O assunto seguinte foi dedicado à composição das Câmaras Temáticas, (38) e a Secretária Executiva apresentou a proposta de que cada Câmara tenha uma coordenação geral, um relator e um técnico da Secretaria de Cultura, (39) além de fazer uma explanação sobre as competências dos 3 membros.] **P** [(40) o que foi aprovado. (41) Em seguida, os conselheiros se apresentaram como voluntários disponíveis para participar das Câmaras (42) e a distribuição dos mesmos ficou como a seguir indicado: Câmara Temática 1 – Amílcar Viana Martins Filho, Adriana Perrella, Aníbal Macedo, Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Rubem dos Reis, Makely Soares Gomes, Sec. da Fazenda, Seplag, Casa Civil, Segov. Câmara Temática 2 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Geralda Vieira Neves, Aníbal Macedo, Sula Mavrudis, Rubem dos Reis, Uemg, Sec. de Educação, Casa Civil e Segov. Câmara Temática 3 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Makely Soares Gomes, Paulo Morais, Túlio Mourão, Rubem dos Reis, Sérgio Borges Martins, Uemg e Sec. de Educação. Câmara Temática 4 – Magdalena Rodrigues, Maria Andrada, Sula Mavrudis Adriana Perrella Aníbal Macedo, Makely Soares Gomes.] { **DV** [(43) Iniciando com as finalidades do CONSECO, é informado que o texto é originário da Lei Delegada e que, portanto, não pode ser mudado pela plenária.] **P** [(44) Os Conselheiros sugerem a supressão do Capítulo II.] **EP** [(45) A Presidente Eliane Parreiras informa que legislação de 1994, (46) que dispõe sobre os objetivos e princípios da política cultural, (47) continuam valendo e é necessário manter o texto.] **P** [(48) Por maioria de votos presentes, é mantido o texto do capítulo II.] **DV** [(49) Ao se discutir as Competências, foi informado que também neste caso, o texto vem da Lei Delegada. (50) O aprimoramento de algum texto pode ser detalhado nas Atribuições.] **P** [(51) O item I das considerações [ ] enviadas por Aníbal/Adriana será mantido nas atribuições do CONSECO com a inclusão do termo “deliberar” e revisão do texto ajustado à técnica legislativa. (52) No item VI das sugestões ficou definido que o texto será revisto com a inclusão dos termos “acompanhar” e/ou “colaborar” (53) e com a sugestão de que o CONSECO apoie a mobilização das conferências municipais e regionais. (54) Nos itens VII e VIII das sugestões, decidiu-se pela supressão de ambos do Regimento Interno. (55) Das sugestões [ ] propostas pelo conselheiro Makely Ka, o que se referia às competências do CONSECO, deliberou-se por detalhar o que for aprovado em Atribuições. (56) No item I, deliberou-se pela revisão do texto em conformidade com a redação à técnica legislativa incluindo o termo “deliberar”. (57) O item II das sugestões foi mantido, (58) mas com revisão de texto. (59) Os itens III, IV e V das sugestões de competências, foram excluídos do Regimento Interno. (60) Nas sugestões [ ] do mesmo conselheiro sobre atribuições, decidiu-se suprimir os itens I e II. (61) Para o item III foi indicada uma revisão da redação com assessoramento do jurídico da Secretaria de Estado de Cultura (62) e a inclusão da observação feita pelo conselheiro Diomar Donizete “discutir as questões relativas à regulamentação das profissões”. (63) Os itens IV e V serão retirados do Regimento Interno. (64) O item VI das sugestões foi aprovado (65) e será mantida esta nova redação no Regimento Interno. (66) O item VII terá texto revisto e melhorado, mesclando com as definições das Câmaras Temáticas. (67) O item VIII será retirado do Regimento Interno. (68) O item IX das sugestões é aprovado e mantido a redação no Regimento Interno.] **DV** [(69) Nesse momento é feita uma observação a respeito da ordem dos segmentos culturais como foi definida na Lei Delegada)] **EP** [(70) e a Presidente Eliane Parreiras indica que em futuras comunicações que contenham esta informação, a ordem dos segmentos será feita em ordem alfabética.] **CtD&C/CsD&C** [(71) Os conselheiros titular e suplente do segmento de Dança e Circo

solicitam que haja uma apreciação futura para separação dos mesmos em dois.] CtM [(72) Conselheiro da música faz a mesma solicitação para seu segmento, dividindo-o em Música Popular e Erudita.] EP [(73) Neste momento a Presidente Eliane Parreiras faz uma breve exposição sobre o Programa Minas Território da Cultura e também sobre as reuniões itinerantes do CONSEEC.] ?? [(74) Com a proximidade da 1ª reunião itinerante, 06 conselheiros se apresentam como voluntários a participar da mesma na cidade de Viçosa/MG.] P [(75) Prosseguindo na análise das sugestões [ ] enviadas pelos conselheiros Aníbal e Adriana, no caput do Art. 9º será incluída a expressão complementar “por e-mail”. (76) O §1º fica mantido com a redação original. (77) No §2º substituir a expressão “por qualquer motivo” pela “sem justificativa” (78) e acrescentar a expressão “e 25% das extraordinárias”. (79) Os incisos 3º e 4º foram suprimidos. (80) A sugestão [ ] sobre o Art. 10º deverá acrescentar os conselheiros do inciso II do art. 6º do Regimento e a expressão “necessariamente”. (81) O art. 14º terá o acréscimo da expressão “a qualquer momento ou quando”. (82) A sugestão sobre o Cap. V, art.16º, o caput do mesmo permanece (83) e a sugestão sobre o §2º é acatada. (84) A sugestão sobre o art. 17º, incisos I e V, os mesmos permanecem com a redação original. (85) No art. 19º, § IV, retirar a expressão “quando julgar necessário”. (86) No art. 20º, §2º, fica mantido o texto original.} [(87) Nesse momento, como muitos conselheiros precisam se ausentar foi solicitada e acatada à proposta de que a próxima reunião ordinária seja realizada em período integral, para dessa forma encerrar as discussões acerca do regimento Interno (87) que fica aprovado até a página 13, na seção do Vice-Presidente obedecendo às sugestões de alterações acima elencadas.] EP [(88) Não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEEC, Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião.] DV [(89) da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino.] EP [(90) após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras.] P [(91) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.] ] ]

Legenda:

C – Conselheiros

P – Plenária

EP – Elaine Parreiras (Presidente do CONSEEC)

DV – Daniela Varela (Secretária Executiva Interina)

?? – Locutor(es) não identificado(s)

Spl – Superintendente de Interiorização (nome não revelado)

CsD&C – Conselheiro Suplente de Dança e Circo (nome não revelado)

AM – Aníbal Macedo

CtD&C – Conselheiro Titular de Dança e Circo (nome não revelado)

CtM – Conselheiro da Música (nome não revelado)

AmM – Amílkar Viana Martins

Rel – Relator (nome não revelado)

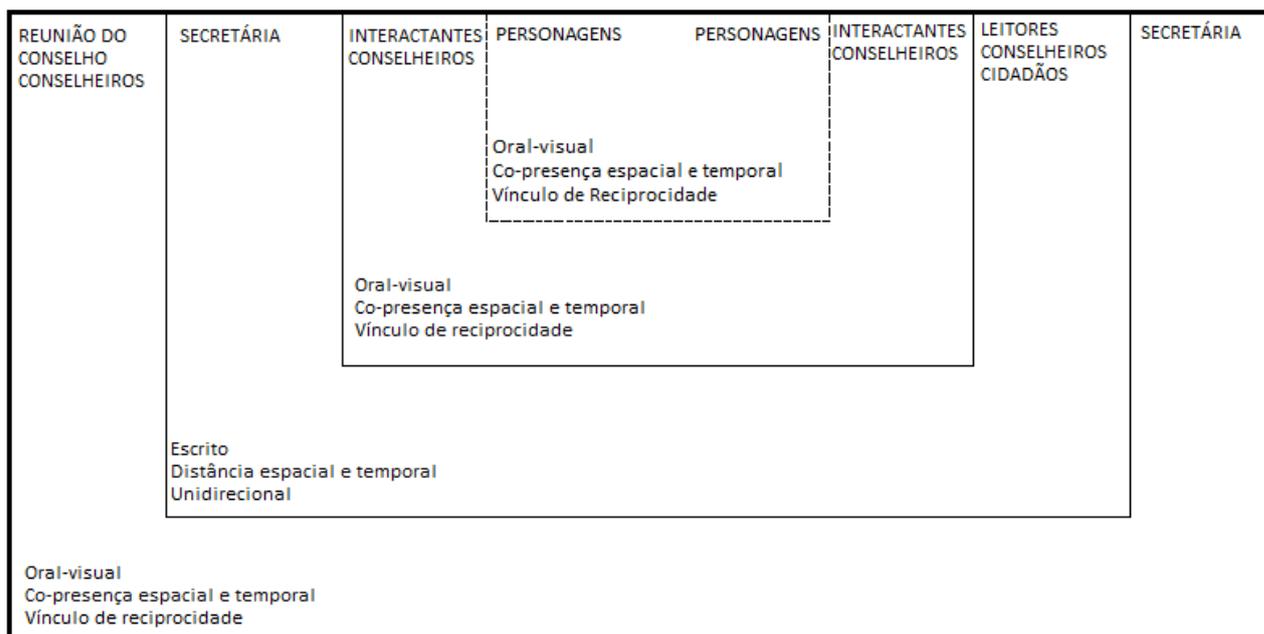
## APÊNDICE D - Análise da ata da quarta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir e apresentar os critérios para a Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: eleição da câmara temática para elaboração de critérios da câmara regional consultiva, validação do descritivo das câmaras temáticas e eleição de seus coordenadores e relatores. Dando início à abertura da quarta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, agradece o esforço de todos em ter uma agenda de dia inteiro e lê a ordem do dia. Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Daniela Varela, que inicia os trabalhos com a aprovação das atas da reunião anterior e da 1ª reunião extraordinária. É passada a palavra à Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha, que faz exposição sobre a convocação da 3ª Conferência Nacional de Cultura pelo Ministério da Cultura e homologa o seu Regimento Interno. Tal documento estipula prazos para a realização de Conferências Estaduais e suas diretrizes. Solicita um posicionamento do CONSEC para constituição da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Estadual de Cultura. A Secretária Eliane Parreiras abre a palavra ao MinC para que o CONSEC se situe no contexto da organização da Conferência Estadual e da participação na Conferência Nacional. A exposição do MinC descreve a composição dos participantes da Conferência Nacional. A Secretária Eliane Parreiras registra a preocupação com o atraso no envio do modelo de encaminhamento dos dados, e também solicita ao plenário a definição do formato da Comissão Organizadora, a eleição de seus membros e pondera que os delegados natos podem ser definidos na reunião de agosto. Em seguida é aberta a fala aos conselheiros e Maria Andrada relata experiências anteriores na organização de conferências no interior. Magdalena Rodrigues solicita que se faça um chamamento através da Rede Minas para mobilizar os municípios, com o que concorda a Secretária. Paulo Morais reforça a preocupação com a falta de informações nas cidades do interior. A AMM disponibiliza seu mailing e estúdio de TV para a divulgação e a Secretária agradece. Carlos Alexandre, da Segov, reforça a preocupação com os prazos e a falta de capacitação dos municípios. Makely fala sobre as conferências livres que podem eleger delegados setoriais. Sula questiona sobre os delegados setoriais e o MinC diz que vai consultar Brasília e esclarecer. Sula sugere também que se leve nas reuniões itinerantes o passo a passo das conferências para orientação do público local. A Secretária Eliane Parreiras sugere uma correspondência do CONSEC ao MinC, registrando a preocupação com a urgência das definições pendentes e com sua divulgação e a solução de dúvidas do CONSEC. Mila registra a urgência na definição da Comissão Organizadora. Clodoália enfatiza a necessidade da linguagem simples no passo a passo para os pequenos municípios. Aníbal relata o processo para a Conferência Municipal, reclama do atraso do MinC e ressalta a importância da representatividade do interior. O MinC reconhece o atraso e registra que conferências intermunicipais seriam uma forma de atender melhor os pequenos municípios. Carlos fala em pensar num apoio financeiro às cidades menores e a Secretária informa não haver dotação. Paulo disponibiliza a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura para divulgação e mobilização. MinC informa que a Assembléia Legislativa irá promover audiências públicas pelo estado que poderão ser aproveitadas para divulgação, esclarecimentos e capacitação. Em seguida, Daniela apresenta a proposta de composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura: 02 representantes (titular e suplente) da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério da Cultura – Regional de Minas Gerais, da Superintendência de Ação Cultural da SEC, da Superintendência de Interiorização da SEC e da estrutura do CONSEC. A Secretária Eliane Parreiras lembrou o apoio constante da Secretaria da Casa Civil à SEC e propôs a inclusão de representante da mesma na Comissão. A proposição foi aceita por unanimidade do plenário. Em seguida os conselheiros que se apresentaram como candidatos à Comissão na condição de titulares foram os seguintes: Paulo Morais, Sula Mavrudis, Marco Aurélio, Magdalena Rodrigues, Aníbal Macedo e Makely Gomes. Consultado o plenário, foram eleitos por aclamação. Para suplentes se apresentaram Carlos Alexandre, Maria Andrada e Thiago Maia, sendo igualmente eleitos por aclamação. A Secretária Eliane Parreiras irá encaminhar ofício à Assembléia, ao MinC e à Casa Civil, solicitando a indicação de nomes (titular e suplente) para compor a Comissão. Adriana Perrella registra a solicitação do segmento da Dança de necessidade de ter 02 representantes, quando da próxima eleição do CONSEC. Paulo coloca a possibilidade de coincidência nas reuniões do CONSEC e da Comissão Organizadora. Alguns conselheiros informam da impossibilidade de permanecerem na parte da tarde na reunião. As representantes do MinC se despedem e a Secretária agradece. Em seguida registra-se a posse dos

conselheiros Livia Pacheco, suplente da Setur, Carlos Alexandre, titular da Segov, Enrique Natalino, suplente da Segov e Bernardo Jeferson de Oliveira, suplente da UFMG. Livia disponibiliza os contatos com os 46 circuitos, que representam aproximadamente 400 municípios, como forma de divulgação da Conferência Estadual. CONSEC irá enviar o mailing dos conselheiros para Livia. A Secretária coloca em discussão o formato das reuniões itinerantes já realizadas e enfatiza a importância da colaboração dos conselheiros da sociedade civil na mobilização de público da área cultural nas regiões onde se realizarão. Maria Andrada sugere que a fala da Secretária e apresentações se realizem ao final da reunião, oferecendo mais tempo para ouvir as demandas locais. Magdalena diz que a mobilização poderia utilizar os meios de comunicação locais e que as perguntas locais à Secretária pudessem vir antes e a fala da Secretária abordaria as respectivas respostas. É informado que os meios de comunicação locais tem sido utilizados. Makely questiona a opção por Teófilo Otoni como representante do Jequitinhonha, sugerindo Araçuaí ou Itaobim. Indica, ainda, Ouro Preto na região Central e Chapada Gaúcha na noroeste. Sula solicita mais tempo para a fala dos conselheiros e para demandas locais, enfatizando que a presença da Secretária dá muito mais respaldo aos segmentos dos conselheiros presentes, além de indicar que a SEC deva disponibilizar os contatos dos conselheiros aos participantes. Daniela abre espaço para conselheiros com disponibilidade de comparecimento nas reuniões de Lavras e de Itabira. Para Lavras se apresentam Magdalena, Maria Andrada, Paulo Morais e Sula. Para Itabira, se apresentam Adriana, Aníbal, Maria, Sula, Magdalena, Paulo e Makely. Secretária Eliane Parreiras propõe a adoção do novo formato já na reunião de Lavras e levar um folder sobre o Sistema Estadual de Cultura e a informação do contato dos conselheiros. Aníbal pondera que na questão da platéia local é mais importante a qualificação das pessoas do que a sua quantidade e sugere que se pense em distinguir pessoa/entidades locais que tenham relevância cultural, com um diploma (exemplifica com Patrícia em Viçosa e a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura). Diz, ainda, que a repercussão das reuniões é importante como divulgação do CONSEC, e criação de um fato político, tendo em vista a presença de uma Secretária de Estado e de um órgão de assessoramento do Estado. Defende uma reunião itinerante em Pirapora, historiando fatos culturais locais como motivadores. Secretária indica a possibilidade de se encaminhar as demandas locais através das Câmaras Temáticas, apresentando-as ao início dos trabalhos. Sobre as homenagens diz que esta é uma atribuição do CONSEC, e que cabe ao plenário decidir sobre o tema. Makely fala sobre sua estada na Grécia, em Creta, onde o órgão de Cultura local manifestou interesse em acordos de intercâmbio com o Estado. Secretária solicita que seja enviado documento oficial manifestando o interesse, para o encaminhamento interno no Estado. Daniela abre a discussão para formação de grupo de trabalho para definir os critérios e funcionamento das Câmaras Regionais Consultivas. Mila indica, então, que tal tarefa poderia ficar a cargo da Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso, sugestão aceita por todos. Procedeu-se à leitura das definições de cada Câmara, propostas por Aníbal, e ocorreram algumas sugestões de alterações, basicamente focadas na redação e, finalmente, aprovadas. Foram, ainda, definidas as competências do coordenador, do técnico da SEC e do relator. Adriana fala sobre a criação do Fórum da Dança de Minas Gerais e protocola o documento de sua criação. Daniela informa que o site do CONSEC está no ar, solicita uma foto de cada um e informa que haverá um fórum para os conselheiros. Makely diz que foi informado que o interlocutor do Estado junto ao Programa Música Minas disse a interlocutores do Fórum da Música que a Cooperativa de Música não tem a confiança da SEC, no momento em que seria sua vez de assinar o convênio com o Programa. Pergunta se procede a informação e se compromete a enviar a denúncia diretamente à Secretária Eliane Parreiras. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEC, Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião, da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

Belo Horizonte, 10 de maio de 2013.

## 1. Enquadre interacional:



## 2. Ata Segmentada:

**C [ DV [(1) Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de discutir e apresentar os critérios para a Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: eleição da câmara temática para elaboração de critérios da câmara regional consultiva, validação do descritivo das câmaras temáticas e eleição de seus coordenadores e relatores. EP [(2) Dando início à abertura da quarta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, (3) agradece o esforço de todos em ter uma agenda de dia inteiro e (4) lê a ordem do dia. (5) Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Daniela Varela.] DV [(6) que inicia os trabalhos com a aprovação das atas da reunião anterior e da 1ª reunião extraordinária. (7) É passada a palavra à Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha,] JC [(8) que faz exposição sobre a convocação da 3ª Conferência Nacional de Cultura pelo Ministério da Cultura e homologa o seu Regimento Interno. (9) Tal documento estipula prazos para a realização de Conferências Estaduais e suas diretrizes. (10) Solicita um posicionamento do CONSEC para constituição da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Estadual de Cultura.] EP [(11) A Secretária Eliane Parreiras abre a palavra ao MinC para que o CONSEC se situe no contexto da organização da Conferência Estadual e da participação na Conferência Nacional.] MinC [(12) A exposição [ ] do MinC descreve a composição dos participantes da Conferência Nacional.] EP [(13) A Secretária Eliane Parreiras registra a preocupação com o atraso no envio do modelo de encaminhamento dos dados, (14) e também solicita ao plenário a definição do formato da Comissão Organizadora, a eleição de seus membros (15) e pondera que os delegados natos podem ser definidos na reunião de agosto.] P [(16) Em seguida é aberta a fala aos conselheiros] MA [(17) e Maria Andrada relata experiências anteriores na organização de conferências no interior.] MR [(18) Magdalena Rodrigues solicita que se faça um chamamento através da Rede Minas para mobilizar os municípios,] EP [(19) com o que concorda a Secretária.] PM [(20) Paulo Morais reforça a preocupação com a falta de informações nas cidades do interior.] AMM [(21) A AMM disponibiliza seu mailing e estúdio de TV para a divulgação] EP [(22) e a Secretária agradece.] CA [(23) Carlos Alexandre, da Segov, reforça a preocupação com os prazos e a falta de capacitação dos municípios.] MK [(24) Makely fala sobre as conferências livres que podem eleger delegados setoriais.] SM [(25) Sula questiona sobre os delegados setoriais] MinC [(26) e o MinC diz que vai consultar Brasília e esclarecer.] SM [(27) Sula sugere também que se leve nas reuniões itinerantes o passo a passo das conferências para orientação do público local.] EP [(28) A Secretária Eliane**

Parreiras sugere uma correspondência do CONSEC ao MinC, registrando a preocupação com a urgência das definições pendentes e com sua divulgação e a solução de dúvidas do CONSEC. **MB** [(29) Mila registra a urgência na definição da Comissão Organizadora.] **CN** [(30) Clodoália enfatiza a necessidade da linguagem simples no passo a passo para os pequenos municípios.] **AM** [(31) Aníbal relata o processo para a Conferência Municipal, (32) reclama do atraso do MinC (33) e ressalta a importância da representatividade do interior.] **MinC** [(34) O MinC reconhece o atraso (35) e registra que conferências intermunicipais seriam uma forma de atender melhor os pequenos municípios.] **CA** [(36) Carlos fala em pensar num apoio financeiro às cidades menores] **EP** [(37) e a Secretária informa não haver dotação.] **PM** [(38) Paulo disponibiliza a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura para divulgação e mobilização.] **MinC** [(39) MinC informa que a Assembléia Legislativa irá promover audiências públicas pelo estado que poderão ser aproveitadas para divulgação, esclarecimentos e capacitação.] **DV** [(40) Em seguida, Daniela apresenta a proposta de composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura: 02 representantes (titular e suplente) da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério da Cultura – Regional de Minas Gerais, da Superintendência de Ação Cultural da SEC, da Superintendência de Interiorização da SEC e da estrutura do CONSEC.] **EP** [(41) A Secretária Eliane Parreiras lembrou o apoio constante da Secretária da Casa Civil à SEC (42) e propôs a inclusão de representante da mesma na Comissão.] **P** [(43) A proposição [ ] foi aceita por unanimidade do plenário. (44) Em seguida os conselheiros que se apresentaram como candidatos à Comissão na condição de titulares foram os seguintes: Paulo Morais, Sula Mavrudis, Marco Aurélio, Magdalena Rodrigues, Aníbal Macedo e Makely Gomes. (45) Consultado o plenário, foram eleitos por aclamação. (46) Para suplentes se apresentaram Carlos Alexandre, Maria Andrada e Thiago Maia, (47) sendo igualmente eleitos por aclamação.] **EP** [(48) A Secretária Eliane Parreiras irá encaminhar ofício à Assembleia, ao MinC e à Casa Civil, solicitando a indicação de nomes (titular e suplente) para compor a Comissão.] **AP** [(49) Adriana Perrella registra a solicitação do segmento da Dança de necessidade de ter 02 representantes, quando da próxima eleição do CONSEC.] **PM** [(50) Paulo coloca a possibilidade de coincidência nas reuniões do CONSEC e da Comissão Organizadora.] **??** [(51) Alguns conselheiros informam da impossibilidade de permanecerem na parte da tarde na reunião.] **MinC** [(52) As representantes do MinC se despedem] **EP** [(53) e a Secretária agradece. (54) Em seguida registra-se a posse dos conselheiros Lívia Pacheco, suplente da Setur, Carlos Alexandre, titular da Segov, Enrique Natalino, suplente da Segov e Bernardo Jeferson de Oliveira, suplente da UFMG.] **LP** [(55) Lívia disponibiliza os contatos com os 46 circuitos, que representam aproximadamente 400 municípios, como forma de divulgação da Conferência Estadual. (56) CONSEC irá enviar o mailing dos conselheiros para Lívia.] **EP** [(57) A Secretária coloca em discussão o formato das reuniões itinerantes já realizadas (58) e enfatiza a importância da colaboração dos conselheiros da sociedade civil na mobilização de público da área cultural nas regiões onde se realizarão.] **MA** [(59) Maria Andrada sugere que a fala [ ] da Secretária e apresentações [ ] se realizem ao final da reunião, oferecendo mais tempo para ouvir as demandas locais.] **MR** [(60) Magdalena diz que a mobilização poderia utilizar os meios de comunicação locais (61) e que as perguntas [ ] locais à Secretária pudessem vir antes e a fala [ ] da Secretária abordaria as respectivas respostas.] **??** [(62) É informado que os meios de comunicação locais tem sido utilizados.] **MK** [(63) Makely questiona a opção por Teófilo Otoni como representante do Jequitinhonha, (64) sugerindo Araçuaí ou Itaobim. (65) Indica, ainda, Ouro Preto na região Central e Chapada Gaúcha na noroeste.] **SM** [(66) Sula solicita mais tempo para a fala [ ] dos conselheiros e para demandas locais, (67) enfatizando que a presença da Secretária dá muito mais respaldo aos segmentos dos conselheiros presentes, (68) além de indicar que a SEC deva disponibilizar os contatos dos conselheiros aos participantes.] **DV** [(69) Daniela abre espaço para conselheiros com disponibilidade de comparecimento nas reuniões de Lavras e de Itabira.] **MR/MA/PM/SM** [(70) Para Lavras se apresentam Magdalena, Maria Andrada, Paulo Morais e Sula.] **AP/AM/MA/SM/MR/PM/MK** [(71) Para Itabira, se apresentam Adriana, Aníbal, Maria, Sula, Magdalena, Paulo e Makely.] **EP** [(72) Secretária Eliane Parreiras propõe a adoção do novo formato já na reunião de Lavras (73) e levar um folder sobre o Sistema Estadual de Cultura e a informação do contato dos conselheiros.] **AM** [(74) Aníbal pondera que na questão da plateia local é mais importante a qualificação das pessoas do que a sua quantidade (75) e sugere que se pense em distinguir pessoa/entidades locais que tenham relevância cultural, com um diploma (exemplifica com Patrícia em Viçosa e a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura). (76) Diz, ainda, que a repercussão das reuniões é importante como divulgação do CONSEC, e criação de um fato político, tendo em vista a presença de uma Secretária de Estado e de um órgão de assessoramento do Estado. (77) Defende uma reunião itinerante em Pirapora, historiando fatos culturais locais como motivadores.] **EP** [(78) Secretária indica a possibilidade de se encaminhar as demandas locais através das Câmaras Temáticas, apresentando-as ao início dos trabalhos. (79) Sobre as homenagens diz que esta é uma atribuição do CONSEC, (80) e que cabe ao

plenário decidir sobre o tema.] **MK** [(81) Makely fala sobre sua estada na Grécia, em Creta, onde o órgão de Cultura local manifestou interesse em acordos de intercâmbio com o Estado.}] **EP** [(82) Secretária solicita que seja enviado documento oficial manifestando o interesse, para o encaminhamento interno no Estado.] **DV** [(83) Daniela abre a discussão para formação de grupo de trabalho para definir os critérios e funcionamento das Câmaras Regionais Consultivas.] **MB** [(84) Mila indica, então, que tal tarefa poderia ficar a cargo da Câmara Temática de Formação, Democratização, Regionalização e Acesso,] **P** [(85) sugestão [ ] aceita por todos.] **??** [(86) Procedeu-se à leitura das definições de cada Câmara, propostas por Aníbal, (87) e ocorreram algumas sugestões [ ] de alterações, basicamente focadas na redação] **P** [(88) e, finalmente, aprovadas. (89) Foram, ainda, definidas as competências do coordenador, do técnico da SEC e do relator.] **AP** [(90) Adriana fala sobre a criação do Fórum da Dança de Minas Gerais (91) e protocola o documento de sua criação.] **DV** [(92) Daniela informa que o site do CONSEC está no ar, (93) solicita uma foto de cada um (94) e informa que haverá um fórum para os conselheiros.] **MK** [(95) Makely diz que foi informado que o interlocutor do Estado junto ao Programa Música Minas disse a interlocutores do Fórum da Música {(96) que a Cooperativa de Música não tem a confiança da SEC, no momento em que seria sua vez de assinar o convênio com o Programa.} (97) Pergunta se procede a informação (98) e se compromete a enviar a denúncia diretamente à Secretária Eliane Parreiras.] **EP** [(99) Não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEC, Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada a reunião.] **DV** [(100) da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino,] **EP** [(101) após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras,] **P** [(102) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.] **]]**

Legenda:

C – Conselheiros

P – Plenária

EP – Elaine Parreiras (Presidente do CONSEC)

DV– Daniela Varela (Secretária Executiva Interina)

?? – Discurso sem enunciador definido

LP – Lívia Pacheco (Suplente da Setur)

JC – Janaína Cunha (Cons. Superintendente de Ação Cultural)

AM – Aníbal Macedo

SM – Sula Mavrudis

MB - Mila Batista

MA – Maria Andrada

MinC – (sigla sem identificação)

PM – Paulo de Moraes

MK – Makely Ka

MR – Magdalena Rodrigues

CN – Clodoália Nobre

CA – Carlos Alexandre

AMM – (sigla sem identificação)

AP – Adriana Parrella

Discurso com mais de dois locutores

{ } – Discursos efetivos pertencentes ao nível mais interior

## APÊNDICE E - Análise da ata da quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na Cidade Administrativa, situada à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/Nº no bairro Serra Verde, Belo Horizonte com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de apresentar a programação da Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: aprovação da ata da reunião anterior, aprovação final do Regimento Interno, definição de indicações de membros do CONSEC para participação nas coordenações durante a Conferência Estadual, discussão sobre os critérios para indicação de membros do CONSEC à Conferência Nacional, descrição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais da SEC, aprovação de calendário das próximas reuniões, apresentação de diretrizes para o início das discussões sobre o Plano Estadual de Cultura, discussões sobre as atividades das Câmaras Temáticas, descrição do site do CONSEC e sugestão de pauta para a próxima reunião. Dando início à abertura da quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, agradece o esforço de todos em terem uma agenda de dia inteiro e lê a ordem do dia. Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Interina Denise Liberato que inicia os trabalhos com a apresentação do Regimento Interno com as modificações sugeridas pela Casa Civil. Foi mostrado que ocorreram modificações apenas na forma e incluiu a fusão de artigos. Submetido ao plenário, o Regimento Interno foi aprovado de maneira unânime. Em seguida, a Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha apresentou uma descrição da programação da Conferência Estadual de Cultura e a dinâmica de funcionamento da mesma. Agradeceu o empenho da Comissão Organizadora e do Comitê de sistematização e fez um breve relato dos trabalhos preliminares dos dois grupos. A seguir, Denise Liberato coloca em pauta as indicações do CONSEC para as atividades na Conferência Estadual.

As indicações foram as seguintes, todas por aclamação: para compor a mesa na cerimônia de abertura, foi indicado o conselheiro Jota D'Ángelo, para auxiliar na validação do regulamento da Conferência Estadual, foi indicado o conselheiro Aníbal Macedo, para composição da mesa do 2º dia da Conferência foram indicados os conselheiros Rubem dos Reis e Aníbal Macedo, para participar da coordenação dos trabalhos no eixo nº 1, os conselheiros Maria Andrada e Aníbal Macedo, no eixo nº 2, os conselheiros Paulo Morais e Sula Mavrudis, no eixo nº 3, os conselheiros Geralda Vieira e Túlio Mourão, no eixo nº 4, os conselheiros Magdalena Rodrigues e Rubem dos Reis e finalmente, para compor a mesa final da Conferência, o conselheiro Aníbal Macedo. Em seguida, foram levantadas dúvidas sobre o processo de escolha dos delegados do CONSEC para Conferência Nacional. Mila sugere que a indicação seja feita pela presidente do CONSEC. A Secretária indica que os escolhidos deverão participar em todo o processo da Conferência Estadual e que a plenária do Conselho os eleja. Aníbal e Maria Andrada se candidatam pela sociedade civil

e Mila pelo setor público. Aníbal e Mila são escolhidos. Desta forma, Aníbal pode participar da mesa final. É solicitado que a SAC faça um levantamento, por região, dos municípios que realizaram conferências municipais. Entra em discussão a composição dos delegados à Conferência Nacional. Caso seja obtido o número máximo, que é de 50 membros, teremos 34 (2/3) membros da sociedade civil, sendo 3 de cada região e um eleito por voto universal, e 16 (1/3) membros do poder público, sendo 1 de cada região, 1 da ALMG, 1 do Ministério Público e 3 da SEC. Caso não seja atingida o número de 50 delegados, o número atingido será definidor da nova composição, com a devida proporcionalidade e podendo até se reduzir o nº de indicados da SEC, se necessário. Se alguma região não possuir 3 indicações, a vaga em aberto irá a voto universal. O próximo assunto da pauta é uma descrição conceitual do Sistema de Informações e Indicadores Culturais da SEC, feita por Janaína Cunha. A seguir, Denise Liberato apresenta o calendário das próximas reuniões, sendo que em 19/09/2013 a Reunião Itinerante será em Montes Claros, para a qual se dispõem a estar presentes os conselheiros Sula Mavrudis e Enrique Natalino. A próxima Itinerante será em 09/10/2013 em Teófilo Otoni e se apresentam para participar os conselheiros Maria Andrada, Geralda Vieira, Sula Mavrudis e talvez, Magdalena Rodrigues. Por solicitação da conselheira Geralda Vieira, a Secretária Eliane Parreiras ficou de estudar a possibilidade de fazer uma Reunião Itinerante em Capelinha. A 2ª Reunião Extraordinária do CONSEC ficou marcada para 18/10/2013, onde já se poderá debater os resultados da Conferência Estadual. Em Ipatinga, a Reunião Itinerante será realizada em 07/11/2013 e, finalmente a última Ordinária do ano, em 06/12/2013 em Belo Horizonte.

A Secretária toma a palavra para prestar esclarecimentos e estabelecer algumas diretrizes para o início dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Informa que está sendo feita uma

avaliação interna sobre a legislação pertinente e a adequação à técnica legislativa por grupo composto pela SEC, AGEI e Casa Civil. O estado tem legislação específica de 1994, que foi alterada por Decreto de 2006 e de 2013. Esta avaliação irá considerar também a legislação federal. Foi informado que em um prazo aproximado de um mês e meio deveremos ter um parecer jurídico e então poderemos compor, dentro do CONSEC, um Grupo Coordenador para iniciar os trabalhos. Participarão dos trabalhos, membros do CONSEC, da SEC, da AGEI, da assessoria jurídica e um consultor cedido pelo MINC (UFSC). A consultoria se dá através de oficinas presenciais e à distância e assessoria por meio do Observatório da Realidade Nacional. O consultor faz parte do grupo gestor do processo, que irá definir metodologia, plano de ação e cronograma para implantação do Plano Estadual. Serão procedidas consultas públicas e serão consideradas sugestões das Conferências Estadual e Nacional e também das reuniões itinerantes. A seguir, procede-se à elaboração do Plano que passa por um processo de adequação à técnica legislativa e, finalmente, tramita na ALMG para virar lei. A Secretária solicita a colaboração do CONSEC através de sugestões, calendário mínimo e indicação de grupo coordenador. O Plano poderá englobar a legislação já existente e definir objetivos concretos. A UFSC estima o prazo de um ano para os trabalhos. Aníbal pondera sobre dificuldades relacionadas aos prazos em função de mandato dos conselheiros e de ano eleitoral, como inibidores da tramitação. A Secretária diz que o CONSEC deverá definir os parâmetros do processo da próxima eleição, a metodologia para a elaboração do Plano e indicação de canais de diálogo com a sociedade civil, as audiências públicas, etc. Aníbal fala da necessidade de haver os Fóruns Regionais, como facilitadores do processo de diálogo e conclama os conselheiros a participarem mais dos grupos de trabalho. A Secretária propõe apresentar a questão da legislação na próxima reunião do CONSEC e compor o Grupo Coordenador. Por solicitação da Secretária, Aníbal descreve o processo de elaboração do Plano Municipal. Relata o aproveitamento das propostas das Conferências do município, da divisão em 4 eixos e grupos de trabalho e a criação de grupo de sistematização que saíram de ações para metas e objetivos. Elaborado o modelo inicial do Plano, que foi aprovado pelo Conselho. A Secretária indica que uma vantagem para o estado é a existência de uma legislação e em função disto, Minas não irá começar do zero. Magdalena reclama da descontinuidade das reuniões das Câmaras temáticas, pois as mesmas poderiam auxiliar muito na construção do Plano. A Secretária Eliane Parreiras afirma que o trabalho inicial é técnico e feito pelo estado e que o Grupo Coordenador é estratégico.

Entrando no tema das Câmaras Temáticas, a Secretária esclarece que as despesas de deslocamento dos participantes do interior serão pagas pela SEC, que a atribuição de convocação das Câmaras é dos conselheiros e que as reuniões devem ocorrer quando houver pauta específica. Maria Andrada pergunta sobre a possibilidade de haver reunião das Câmaras no interior e a Secretária fala da inconveniência de uma mobilização de maior número de participantes de BH, e que quando houver reunião aberta ao público, a SEC banca os deslocamentos. Aníbal sugere um encontro com delegados do interior à Conferência Estadual para uma troca de idéias sobre o formato das Câmaras e a Secretária diz que poderia ser mais fácil este encontro durante a Conferência Nacional. Aníbal indica que os delegados do interior poderiam ser considerados representantes na Câmara Regional Consultiva e que os que não foram eleitos delegados poderiam ser suplentes, compondo a Câmara. Com isto, as 11 regionais poderiam contribuir com 5 ou 6 membros cada. Denise fala sobre ações acordadas pelos conselheiros para as Câmaras, sugere que a Câmara de Formação, Regionalização e Acesso deve marcar uma data para reunião, lembra também a sugestão feita no CONSEC de que as reuniões das Câmaras ocorressem no mesmo dia das reuniões do CONSEC e resume a reunião da Câmara de Patrimônio e Memória. A SEC vai enviar novamente as composições das Câmaras, informação que também estará disponível no site do CONSEC em 15 dias. Aníbal lembra sobre o seminário a ser feito em parceria com a ALMG, o que deve postergar a reunião de sua Câmara. O representante da Secretaria de Educação, Fabiano Moreira, informa que a conselheira titular se desligou do estado. A SEC, quando do envio da composição das Câmaras, consultará os conselheiros se desejam continuar como membros das mesmas. Paulo Morais sugere que as 4 Câmaras se reúnam em 18/10/2013 na parte da tarde, posição também defendida pela Secretária e aceita pelo plenário. Denise faz uma descrição do site do CONSEC, e, em seguida é procedida a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada. Makely solicita pauta para discutir a questão do Fórum da Música, e o plenário chega ao consenso de que o caso já está nas instâncias adequadas. Makely também solicita que haja uma apresentação de todos os programas do Sistema Estadual de Cultura, a começar do Música Minas. Aníbal diz que o conhecimento dos programas ajudará muito na elaboração do Plano. Vários outros conselheiros também se manifestam neste sentido. Aníbal solicita que a SEC informe aos conselheiros sobre audiências públicas da área cultural promovidas pela ALMG e sugere pauta para 18/10/2013 a questão dos representantes do interior serem membros das Câmaras Regionais. Paulo pede pauta para o Cultura Viva para debater novo edital para os pontos

de cultura. A Secretária Eliane Parreiras sugere chamar o MinC para participar. Com isto, fica decidido que a apresentação do Filme Minas acontecerá em dezembro. A Secretária Eliane Parreiras informa que o CCBB está disponível para visita oficial guiada e que a SEC vai propor data para visita oficial do Consec. Sula faz um relato sobre a não colaboração dos bombeiros no que respeita à instalação dos circos.

Assim, terminou a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da qual eu, Raul Abu-Jamra Costa, lavrei a presente ata, após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, a Sra. Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2013.

1. Enquadre interacional:

REUNIÃO DO CONSELHO CONSELHEIROS	SECRETÁRIO	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	PERSONAGENS CONSELHEIROS CIDADÃOS	LEITORES CONSELHEIROS CIDADÃOS	SECRETÁRIO
		<p>Oral-visual Co-presença espacial e temporal <u>Vínculo de reciprocidade</u></p>			
	<p>escrito distância espacial e temporal unidirecional</p>				
<p>Oral-Visual Co-presença espacial e temporal vínculo de reciprocidade</p>					

2. Ata Segmentada:

**C [ RAJ ]** [(1) Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na Cidade Administrativa, situada à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/Nº no bairro Serra Verde, Belo Horizonte com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a presente reunião com o objetivo de apresentar a programação da Conferência Estadual de Cultura, entre outros assuntos: aprovação da ata da reunião anterior, aprovação final do Regimento Interno, definição de indicações de membros do CONSEC para participação nas coordenações durante a Conferência Estadual, discussão sobre os critérios para indicação de membros do CONSEC à Conferência Nacional, descrição do Sistema de Informações e Indicadores Culturais da SEC, aprovação de calendário das próximas reuniões, apresentação de diretrizes para o início das discussões sobre o Plano Estadual de Cultura, discussões sobre as atividades das Câmaras Temáticas, descrição do site do CONSEC e sugestão de pauta para a próxima reunião. **EP** [(2) Dando início à abertura da quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural, a Presidente Eliane Parreiras cumprimenta a todos os presentes, (3) agradece o esforço de todos em terem uma agenda de dia inteiro (4) e lê a ordem do dia. (5) Nesse momento, passa a palavra para a Secretária Executiva Interina Denise Liberato] **DL** [(6) que inicia os trabalhos com a apresentação do Regimento Interno com as modificações sugeridas pela Casa Civil. (7) Foi mostrado que ocorreram modificações apenas na forma e incluiu a fusão de artigos.] **P** [(8) Submetido ao plenário, o Regimento Interno foi aprovado de maneira unânime.] **JC** [(9) Em seguida,

a Superintendente de Ação Cultural, Janaína Cunha apresentou uma descrição da programação da Conferência Estadual de Cultura e a dinâmica de funcionamento da mesma. (10) Agradeceu o empenho da Comissão Organizadora e do Comitê de sistematização (11) e fez um breve relato dos trabalhos preliminares dos dois grupos.] **DL** [(12) A seguir, Denise Liberato coloca em pauta as indicações do CONSEC para as atividades na Conferência Estadual.] **P** [(13) As indicações foram as seguintes, todas por aclamação: (14) para compor a mesa na cerimônia de abertura, foi indicado o conselheiro Jota D'Ângelo, (15) para auxiliar na validação do regulamento da Conferência Estadual, foi indicado o conselheiro Aníbal Macedo, (16) para composição da mesa do 2º dia da Conferência foram indicados os conselheiros Rubem dos Reis e Aníbal Macedo, (17) para participar da coordenação dos trabalhos no eixo nº 1, os conselheiros Maria Andrada e Aníbal Macedo, no eixo nº 2, os conselheiros Paulo Morais e Sula Mavrudis, no eixo nº 3, os conselheiros Geralda Vieira e Túlio Mourão, no eixo nº 4, os conselheiros Magdalena Rodrigues e Rubem dos Reis (18) e finalmente, para compor a mesa final da Conferência, o conselheiro Aníbal Macedo. (19) Em seguida, foram levantadas dúvidas sobre o processo de escolha dos delegados do CONSEC para Conferência Nacional.] **MB** [(20) Mila sugere que a indicação seja feita pela presidente do CONSEC.] **EP** [(21) A Secretária indica que os escolhidos deverão participar em todo o processo da Conferência Estadual (22) e que a plenária do Conselho os eleja.] **AM/MA** [(23) Aníbal e Maria Andrada se candidatam pela sociedade civil] **MB** [(24) e Mila pelo setor público.] **P** [(25) Aníbal e Mila são escolhidos. (26) Desta forma, Aníbal pode participar da mesa final.] **??** [(27) É solicitado que a SAC faça um levantamento, por região, dos municípios que realizaram conferências municipais.] **P** [(28) Entra em discussão a composição dos delegados à Conferência Nacional. (29) Caso seja obtido o número máximo, que é de 50 membros, teremos 34 (2/3) membros da sociedade civil, sendo 3 de cada região e um eleito por voto universal, e 16 (1/3) membros do poder público, sendo 1 de cada região, 1 da ALMG, 1 do Ministério Público e 3 da SEC. (30) Caso não seja atingida o número de 50 delegados, o número atingido será definidor da nova composição, com a devida proporcionalidade e podendo até se reduzir o nº de indicados da SEC, se necessário. (31) Se alguma região não possuir 3 indicações, a vaga em aberto irá a voto universal.] **JC** [(32) O próximo assunto da pauta é uma descrição [ ] conceitual do Sistema de Informações e Indicadores Culturais da SEC, feita por Janaína Cunha.] **DL** [(33) A seguir, Denise Liberato apresenta o calendário das próximas reuniões.] **SM/EN** [(34) sendo que em 19/09/2013 a Reunião Itinerante será em Montes Claros, para a qual se dispõem a estar presentes os conselheiros Sula Mavrudis e Enrique Natalino.] **MA/GV/SM/MR** [(35) A próxima Itinerante será em 09/10/2013 em Teófilo Otoni e se apresentam para participar os conselheiros Maria Andrada, Geralda Vieira, Sula Mavrudis e talvez, Magdalena Rodrigues.] **GV** [(36) Por solicitação [ ] da conselheira Geralda Vieira,] **EP** [(37) a Secretária Eliane Parreiras ficou de estudar a possibilidade de fazer uma Reunião Itinerante em Capelinha.] **P** [(38) A 2ª Reunião Extraordinária do CONSEC ficou marcada para 18/10/2013, onde já se poderá debater os resultados da Conferência Estadual. (39) Em Ipatinga, a Reunião Itinerante será realizada em 07/11/2013 e, finalmente a última Ordinária do ano, em 06/12/2013 em Belo Horizonte.] **EP** [(40) A Secretária toma a palavra para prestar esclarecimentos (41) e estabelecer algumas diretrizes para o início dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual de Cultura. (42) Informa que está sendo feita uma avaliação [ ] interna sobre a legislação pertinente e a adequação à técnica legislativa por grupo composto pela SEC, AGEI e Casa Civil. (43) O estado tem legislação específica de 1994, que foi alterada por Decreto de 2006 e de 2013. (44) Esta avaliação irá considerar também a legislação federal. (44) Foi informado que em um prazo aproximado de um mês e meio deveremos ter um parecer jurídico (45) e então poderemos compor, dentro do CONSEC, um Grupo Coordenador para iniciar os trabalhos. (46) Participarão dos trabalhos, membros do CONSEC, da SEC, da AGEI, da assessoria jurídica e um consultor cedido pelo MINC (UFSC). (47) A consultoria se dá através de oficinas presenciais e à distância e assessoria por meio do Observatório da Realidade Nacional. (48) O consultor faz parte do grupo gestor do processo, que irá definir metodologia, plano de ação e cronograma para implantação do Plano Estadual. (49) Serão procedidas consultas públicas (50) e serão consideradas sugestões das Conferências Estadual e Nacional e também das reuniões itinerantes. (51) A seguir, procede-se à elaboração do Plano que passa por um processo de adequação à técnica legislativa e, finalmente, tramita na ALMG para virar lei. (52) A Secretária solicita a colaboração do CONSEC através de sugestões, calendário mínimo e indicação de grupo coordenador. (53) O Plano poderá englobar a legislação já existente (54) e definir objetivos concretos. (55) A UFSC estima o prazo de um ano para os trabalhos.] **AM** [(56) Aníbal pondera sobre dificuldades relacionadas aos prazos em função de mandato dos conselheiros e de ano eleitoral, como inibidores da tramitação.] **EP** [(57) A Secretária diz que o CONSEC deverá definir os parâmetros do processo da próxima eleição, a metodologia para a elaboração do Plano e indicação de canais de diálogo com a sociedade civil, as audiências públicas, etc.] **AM** [(58) Aníbal fala da necessidade de haver os Fóruns Regionais, como facilitadores

do processo de diálogo (59) e conclama os conselheiros a participarem mais dos grupos de trabalho.] EP [(60) A Secretária propõe apresentar a questão da legislação na próxima reunião do CONSEC (61) e compor o Grupo Coordenador. (62) Por solicitação [ ] da Secretária.] AM [(63) Aníbal descreve o processo de elaboração do Plano Municipal. (64) Relata o aproveitamento das propostas [ ] das Conferências do município, da divisão em 4 eixos e grupos de trabalho e a criação de grupo de sistematização que saíram de ações para metas e objetivos.] P [(65) Elaborado o modelo inicial do Plano, que foi aprovado pelo Conselho.] EP [(66) A Secretária indica que uma vantagem para o estado é a existência de uma legislação e em função disto, Minas não irá começar do zero.] MR [(67) Magdalena reclama da descontinuidade das reuniões das Câmaras temáticas, pois as mesmas poderiam auxiliar muito na construção do Plano.] EP [(68) A Secretária Eliane Parreiras afirma que o trabalho inicial é técnico e feito pelo estado e que o Grupo Coordenador é estratégico. (69) Entrando no tema das Câmaras Temáticas, a Secretária esclarece que as despesas de deslocamento dos participantes do interior serão pagas pela SEC, (70) que a atribuição de convocação das Câmaras é dos conselheiros (71) e que as reuniões devem ocorrer quando houver pauta específica.] MA [(72) Maria Andrada pergunta sobre a possibilidade de haver reunião das Câmaras no interior.] EP [(73) e a Secretária fala da inconveniência de uma mobilização de maior número de participantes de BH, (74) e que quando houver reunião aberta ao público, a SEC banca os deslocamentos.] AM [(75) Aníbal sugere um encontro com delegados do interior à Conferência Estadual para uma troca de ideias sobre o formato das Câmaras.] EP [(76) e a Secretária diz que poderia ser mais fácil este encontro durante a Conferência Nacional.] AM [(77) Aníbal indica que os delegados do interior poderiam ser considerados representantes na Câmara Regional Consultiva (78) e que os que não foram eleitos delegados poderiam ser suplentes, compondo a Câmara. (79) Com isto, as 11 regionais poderiam contribuir com 5 ou 6 membros cada.] DL [(80) Denise fala sobre ações acordadas pelos conselheiros para as Câmaras, (81) sugere que a Câmara de Formação, Regionalização e Acesso deve marcar uma data para reunião, (82) lembra também a sugestão [ ] feita no CONSEC de que as reuniões das Câmaras ocorressem no mesmo dia das reuniões do CONSEC (83) e resume a reunião da Câmara de Patrimônio e Memória.] EP [(84) A SEC vai enviar novamente as composições das Câmaras, informação [ ] que também estará disponível no site do CONSEC em 15 dias.] AM [(85) Aníbal lembra sobre o seminário a ser feito em parceria com a ALMG, o que deve postergar a reunião de sua Câmara.] FM [(86) O representante da Secretaria de Educação, Fabiano Moreira, informa que a conselheira titular se desligou do estado.] EP [(87) A SEC, quando do envio da composição das Câmaras, consultará os conselheiros se desejam continuar como membros das mesmas.] PM [(88) Paulo Morais sugere que as 4 Câmaras se reúnam em 18/10/2013 na parte da tarde.] EP [(89) posição [ ] também defendida pela Secretária.] P [(90) e aceita pelo plenário.] DL [(91) Denise faz uma descrição do site do CONSEC, (92) e, em seguida é procedida a leitura da ata da reunião anterior.] P [(93) que foi aprovada.] MK [(94) Makely solicita pauta para discutir a questão do Fórum da Música.] P [(95) e o plenário chega ao consenso de que o caso já está nas instâncias adequadas.] MK [(96) Makely também solicita que haja uma apresentação de todos os programas do Sistema Estadual de Cultura, a começar do Música Minas.] AM [(97) Aníbal diz que o conhecimento dos programas ajudará muito na elaboração do Plano.] ?? [(98) Vários outros conselheiros também se manifestam neste sentido.] AM [(99) Aníbal solicita que a SEC informe aos conselheiros sobre audiências públicas da área cultural promovidas pela ALMG (100) e sugere pauta para 18/10/2013 a questão dos representantes do interior serem membros das Câmaras Regionais.] PM [(101) Paulo pede pauta para o Cultura Viva para debater novo edital para os pontos de cultura.] EP [(102) A Secretária Eliane Parreiras sugere chamar o MinC para participar.] P [(103) Com isto, fica decidido que a apresentação do Filme Minas acontecerá em dezembro.] EP [(104) A Secretária Eliane Parreiras informa que o CCBB está disponível para visita oficial guiada (105) e que a SEC vai propor data para visita oficial do Consec.] SM [(106) Sula faz um relato sobre a não colaboração dos bombeiros no que respeita à instalação dos circos.] RAJ [(107) Assim, terminou a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural (108) da qual eu, Raul Abu-Jamra Costa, lavrei a presente ata.] EP [(109) após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, a Sra. Eliane Parreiras.] P [(110) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.]] ]

Legenda:

C – Conselheiros

P – Plenária

EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEC)

DL – Denise Liberato (Secretária Executiva)

MA – Maria Andrada (Conselheira)

MB – Mila Batista (Conselheira)
AM – Aníbal Macedo (Conselheiro)
JC – Janáina Cunha (Conselheira Superintendente de Ação Cultural)
RAJ – Raul Abu-Jamra Costa (Escritor da Ata)
PM – Paulo de Moraes (Conselheiro representante do segmento de produção cultural)
SM – Sula Mavrudis (Conselheira)
GV – Geralda Maria Vieira Neves (Conselheira do segmento de arte popular e folclore)
MK – Makely Ka (Conselheiro)
MR – Magdalena Rodrigues (Conselheira)
?? – Discurso sem locutor definido
FM – Fabiano Moreira (Representante da Secretaria de Educação)
EN – Enrique Natalino (Conselheiro)
Discurso com mais de dois enunciadores

## APÊNDICE F - Análise da ata da sexta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, sem a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) Denise Liberato, dá início aos trabalhos, fazendo a leitura da pauta e esclarecendo que em função do baixo quórum, os temas que necessitarem ser votados serão discutidos quando o mesmo tiver aumentado. Informa também que as duas últimas atas estão prontas e serão enviadas a todos via e-mail. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, sugere a inversão de ordem dos assuntos propostos por Aníbal Macedo, que concorda. O conselheiro Paulo Moraes faz sugestão de incluir na pauta o assunto “Estabelecimento de tempo para as intervenções dos conselheiros” e sua sugestão é aceita. O Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado, faz apresentação com a colaboração do servidor do Setor de Desenvolvimento e Tecnologia da Informação (SDTI) da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Roberto Mazuchi, discorrendo sobre a Tecnologia da Informação no Sistema Estadual de Cultura. A Secretária de Cultura Eliane Parreiras elogia a equipe de TI da SEC e apresenta os benefícios que o sistema e seu cadastro oferecem e oferecerão aos agentes e empreendedores da cultura. O conselheiro Amílcar Martins endossa os elogios ao novo sistema e à equipe que o criou. Eliane Parreiras informa que estas mudanças se baseiam em ouvir sugestões dos usuários e solicita aos conselheiros que também o façam. Paulo Moraes indaga se o sistema estará integrado ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), se a prestação de contas estará disponível no mesmo e se o sistema poderá ser disponibilizado com código aberto. Felipe Amado informa que não estará integrado, mas que a sugestão é ótima e que a prestação de contas estará disponível em um prazo ainda não estabelecido. Roberto Mazuchi diz que o sistema pertence à SEC e não estará disponível. Paulo Moraes faz a sugestão de ser estudada a possibilidade de cessão. O conselheiro Túlio Mourão volta ao tema da substituição tributária e sugere que possa ser criado um fundo específico. Foi informado por Eliane Parreiras que a SEC e a SEF estão estudando o assunto. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, afirma que vai solicitar à SEF um cronograma mais concreto. Felipe Amado fala sobre a interação com as grandes empresas patrocinadoras de projetos culturais e da possibilidade de disponibilizar o cadastro dos proponentes à Lei Estadual. Aníbal Macedo sugere que se faça uma audiência pública com as grandes empresas patrocinadoras e que os projetos sejam escolhidos por meio de regras claras. O conselheiro Makely Ka diz que as patrocinadoras escolhem projetos de acordo com o seu marketing, que um pequeno grupo de captadores domina o mercado representando uma verdadeira “máfia”, tornando impossível o acesso direto aos patrocinadores e que os critérios de escolha não são qualitativos. Em seguida, apresenta sua convidada Damiana Campos, do município de Chapada Gaúcha. A conselheira Sula Mavrudis registra que os grupos de circo não conseguem se enquadrar na Lei de Incentivo à Cultura e nem no Fundo Estadual de Cultura, endossando a fala do Makely Ka. O conselheiro Diomar Silveira explica que o processo de captação para a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais padece das mesmas dificuldades dos outros projetos. O conselheiro José D’Ángelo também concorda com as críticas ao pequeno grupo de captadores. Eliane Parreiras volta a explicar que, cumpridos os requisitos legais, os projetos têm o direito de buscar o benefício fiscal e que o critério usado é técnico, em função da Lei Estadual de Cultura e conclama o CONSEC a trabalhar propostas de mudanças através de decreto, via Câmara de Fomento. A conselheira Clodoália Barbosa cita exemplos de fundos que não exigem contrapartida. O conselheiro Sérgio Borges diz que em sua opinião, o fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura é o caminho para diminuir as distorções das captadoras. O conselheiro Rubem dos Reis também defende o crescimento do Fundo Estadual de Cultura e sugere a criação de uma categoria de projetos de interesse social, com menor custo. Túlio Mourão também manifesta que concorda na questão das captadoras e diz que é preciso pensar soluções para o acesso dos pequenos projetos. Amílcar Martins concorda com as críticas, mas ressalva que o modelo é adequado e que é preciso cautela ao propor mudanças. Felipe Amado põe-se à disposição para ouvir informações sobre estas dificuldades e ajudar a buscar soluções, já propondo uma reunião da Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras reforça a fala do Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado e sugere que o CONSEC, via Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento, faça encaminhamentos sobre os assuntos. A SEC irá encaminhar aos conselheiros os resultados do edital de 2013. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras pondera que não se deve generalizar as opiniões sobre captadoras e patrocinadoras. José D’Ángelo defende os projetos guarda chuvas, dizendo que dependendo de quem o faz pode ser fundamental porque muitos projetos menores não têm

condições de captar recursos e é através de projetos guarda chuvas que são agraciados. Por isto, às vezes são muito importantes e isto acontece particularmente no interior, onde a realidade é mais complicada e captar é mais difícil. Aníbal Macedo fala sobre a audiência pública a respeito do segmento do circo e sugere que o CONSEC apóie oficialmente o encaminhamento do tema na ALMG. Na audiência pública houve discussão sobre a possibilidade de se obter isenção fiscal para renovação das frotas dos circos e sobre tarifas de água e energia. Em seguida, sugere a confecção de uma carta de apoio às propostas, a ser enviada à Comissão de Cultura da ALMG e esta sugestão é aprovada. Ficou decidido então que a minuta da carta seria feita por Aníbal Macedo e Sula Mavrudis. Em seguida, a Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças Amaure Klausling, faz explanação sobre o orçamento do Estado. A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, promete enviar aos conselheiros o detalhamento da aplicação dos recursos derivados da operação de crédito dividido pelas obras do Estado na área da Cultura. Túlio Mourão indaga se há possibilidade de maior destinação de recursos para a Rede Minas. Eliane Parreiras esclarece que a mudança é determinação do Ministério Público e descreve como será o funcionamento e a estrutura orçamentária. Túlio Mourão defende mais atenção para a Rede Minas neste momento de transição. Eliane Parreiras argumenta que nunca houve em outros governos tanta atenção à Rede Minas e cita a construção da sede própria, o alto investimento, diz que o modelo não pode mudar e que a questão dos funcionários é determinação judicial e sem retorno. Explica como funcionará a nova sede da Rede Minas, que funcionará no mesmo espaço onde serão instaladas as sedes da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e da Rádio Inconfidência e que será denominada Estação da Cultura. Maria Andrada indaga sobre as condições exigidas para as retransmissoras do interior, pois percebe que em sua região, a programação é eminentemente cultural. Eliane Parreiras informa que o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL) faz outorgas e explana sobre as regras estipuladas pela União e pelo Estado. Além disto, informa que o controle passará a ser realizado pela própria Rede Minas. Aníbal Macedo reforça que um papel fundamental da Rede Minas é ser a indutora da interiorização da cultura, que o CONSEC deve ter uma pauta sobre a Rede Minas nas próximas reuniões, convidando pessoas da mesma para debates. Fala também sobre divulgação da política de interiorização e informa que um grupo de pessoas de Juiz de Fora que se encontra insatisfeito com a SEC irá solicitar uma audiência pública para que a mesma explicita essa política. José D'Ángelo também exalta a importância das retransmissoras na divulgação e valorização da cultura de Minas Gerais, mas diz que é necessário aumentar a produção de conteúdo com artistas mineiros. Amílcar Martins lembra que a Imprensa Oficial, via Diário Oficial e Suplemento Literário, pode ser instrumento de divulgação da cultura uma vez que circulam por todos os municípios do Estado. A Secretária Eliane Parreiras informa que nas comemorações dos 30 anos da Rede Minas em 2014, está programado um grande seminário com outras redes de televisões estaduais, visando discutir o papel das televisões públicas e que a Rede Minas vai abrir espaço para produções independentes em 2014. Informa que a ampliação da divulgação de informações da SEC passa pelo aprimoramento do site e que haverá uma entrevista coletiva em dezembro para apresentação do balanço detalhado das ações de 2013. Paulo Morais fala sobre o Canal da Cidadania do Ministério das Comunicações, que outorga canais digitais para o interior do país e que podem ser solicitados pelas prefeituras através do executivo ou do legislativo. Tais canais têm 4 faixas de programação, podendo ser 1 para o executivo, 1 para o legislativo e 2 para a sociedade civil, o que pode alavancar bastante as produções regionais. Em seguida, sugere que o CONSEC atue de maneira mais presente no incentivo à implantação dos Planos Municipais de Cultura. Makely Ka endossa a fala de Túlio Mourão, reforçando que a Rede Minas e a Rádio Inconfidência são os únicos instrumentos a abrirem espaço para produções independentes e que não têm oportunidades nas televisões e rádios comerciais. Propõe que no seminário a ser realizado em 2014 seja discutida a programação da Rádio Inconfidência pois na sua opinião, está defasada no tempo e para exemplificar, cita o não pagamento de direitos autorais. Sugere também, que se discutam as questões relativas às rádios comunitárias, às livres, às educativas, etc. Paulo Morais se compromete a fazer a minuta da carta que será assinada pelo CONSEC e enviada aos municípios que ainda não realizaram suas conferências municipais, cobrando que as realizem. A convidada Damiana Campos se apresenta, faz um histórico sobre a região da Chapada Gaúcha, que está situada na mesorregião Norte de Minas Gerais, fala sobre as necessidades de diálogo sobre a cultura local, solicita a continuidade do programa Minas Território da Cultura na região e convida o CONSEC a realizar uma reunião itinerante em Chapada Gaúcha em 2014. Eliane Parreiras solicita que os conselheiros indiquem as localidades das 3 (três) reuniões itinerantes de 2014, que definam os critérios da Câmaras Consultivas com a representatividade regional e também o modelo de votação para a renovação do Consec. Informa as datas de lançamento do edital da Petrobrás e da adesão de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Cultura. A Superintendente de Ação Cultural Janaína Cunha, faz um relato das negociações

estabelecidas com integrantes da ocupação do espaço Luiz Estrela. Makely Ka faz um histórico das ocupações e manifestações ocorridas em Belo Horizonte e reafirma a importância desta última, em função de pretender implantar um centro cultural no local ocupado. Aníbal Macedo e Maria Andrada consideram que o CONSEC deve aguardar os desdobramentos legais do caso e, se os ocupantes permanecerem no local o Conselho pode se oferecer para auxiliá-los na gestão. Eliane Parreiras destaca a importância destes movimentos, o interesse da SEC em dialogar com eles e diz que em próximas reuniões, caso seja do interesse do Conselho, podem ser convidados membros do movimento e da Feluma para apresentarem e discutirem com o Consec a questão. Janaína Cunha detalha a participação da SEC nas negociações, explana as ações da Feluma desde a cessão do imóvel, elogia o nível de reflexão do movimento e informa sobre o interesse da SEC em manter o diálogo. Clodoália Nobre pondera que a transformação do espaço em um centro cultural contribuirá muito para a valorização cultural da região e sugere que seja apresentada uma proposta do Estado à FHEMIG de permuta do imóvel. O Estado cederia um imóvel não tombado para uso do espaço com os objetivos propostos e em troca, ficaria com este imóvel que é tombado. Paulo Moraes descreve o descaso da FHEMIG com as suas colônias no interior e sugere um convite à Secretaria de Patrimônio da União para falar ao CONSEC sobre o patrimônio ferroviário no estado, pois os imóveis estão em sua maioria abandonados e poderiam ser ocupados para ações culturais. Aníbal Macedo indaga se o Estado teria um espaço para ser cedido ao movimento e sugere a criação de uma comissão do CONSEC para ir até o local da ocupação dialogar com o grupo. Janaína Cunha informa que os dois lados negociam o uso compartilhado. Eliane Parreiras diz que seria interessante para o Consec se uma comissão fosse até o Espaço Luiz Estrela para entender de perto a dinâmica da ocupação e sugere que no próximo ano, em uma das reuniões ordinárias, o tema ocupações entre como pauta. Janaína Cunha destaca a preocupação do Estado com a integridade dos ocupantes tendo em vista a vulnerabilidade física do casarão. Makely Ka destaca que o caráter permanente da ocupação se deve ao fato de haver pedido de reintegração de posse. Janaína Cunha reitera a intenção do Estado em continuar negociando sem fazer valer a reintegração de posse. O Plenário concorda com os dois encaminhamentos: formar uma comissão para ir ao local e colocar as ocupações em geral em pauta para 2014. O conselheiro Aníbal Macedo fica encarregado de marcar data de visita e comunicar tal data aos demais conselheiros. Janaína Cunha comunicará ao movimento o relato feito ao Consec e sobre a visita de membros do Conselho no Espaço. Denise Liberato apresenta a proposta de calendário de reuniões para 2014. Maria Andrada sugere a região de Formiga, ao invés de Itaúna. Makely Ka defende a realização de uma Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha, enumera os motivos e sugere que as Reuniões Itinerantes sejam realizadas em 2 dias seguidos na região que estiver sendo trabalhada pelo Programa Minas Território da Cultura para que se possa conhecer melhor a realidade local. Geralda Vieira sugere Araçuaí e solicita que as Reuniões Ordinárias se realizem de 2 em 2 meses em 2014 em função do final de mandato dos conselheiros e por haver muita demanda ainda a ser trabalhada. Aníbal Macedo concorda com Maria Andrada sobre a realização de uma Reunião Itinerante em Formiga, com Makely Ka sobre Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha e em seguida Paracatu e também com a opção de realizar uma Reunião Itinerante em Patrocínio após a reunião de Araxá. Rubem Reis sugere que a Reunião Itinerante se realize em Araxá e Patrocínio em 16 e 17 de abril. Por votação foi escolhida a cidade de Paracatu e em seguida, Chapada Gaúcha nos dias 22 e 23 de maio. Também escolhem Formiga no dia 05 de junho. A primeira Reunião Ordinária será em 14 de fevereiro, a segunda em 09 de maio e a última deste mandato em 01 de agosto. A secretária informa sobre a reunião com membros da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que aconteceu na SEC para tratar da parceria com a mesma através da realização de 02 seminários de capacitação com oficinas e apoio técnico para o trabalho de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Para o início dos trabalhos sobre o Plano Estadual de Cultura será encaminhado amplo material aos membros da comissão e sugere a 1ª semana de fevereiro para a 1ª Oficina de Metodologia que será realizada em dois dias de atividades com um professor designado para acompanhar cada estado e 1 bolsista doutorando. A 2ª oficina acontecerá no final de fevereiro em Florianópolis com a participação de um servidor da SEC e do consultor contratado na parceria entre a SEC e a UFSC, juntamente com outros estados que também estão construindo seus Planos Estaduais de Cultura. Um dos conselheiros fala sobre uma notícia de que uma produtora de eventos do município de Viçosa aprovou um projeto na Lei Estadual de Incentivo à Cultura para promover shows de Michel Telò no Estado. A secretária Eliane Parreiras se compromete a avaliar a veracidade da notícia e posicionar o Conselho a respeito. Denise Liberato registra os segmentos sem representantes na reunião: design e moda, SETUR, SEF, ALMG e AMM. Fabiano Moreira da Secretaria de Estado de Educação informa que é o novo titular e que o novo suplente será ainda indicado. Rubem Reis sugere que no Plano Estadual de Cultura possa haver fomento para grupos que realizam trabalho de relevância artística e que não tenham recebido dinheiro público.

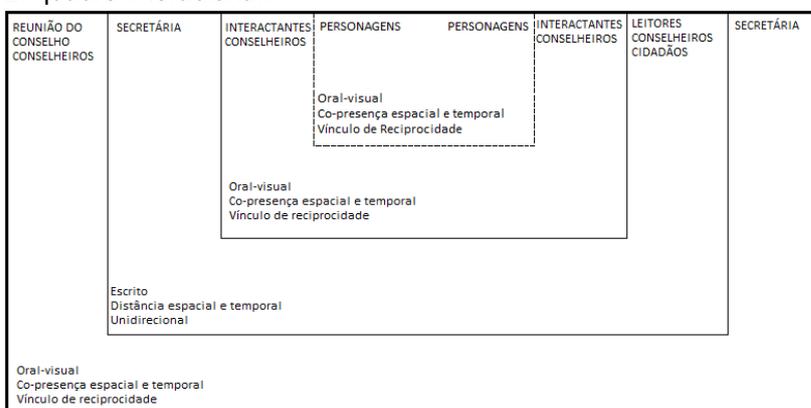
José

D'Ângelo pondera que a proposta abre um precedente para grupos específicos e sugere para isto, o Fundo Estadual de Cultura. Eliane Parreiras diz que para estes trabalhos mais específicos o mais apropriado seria um prêmio de reconhecimento. Em seguida, relata reunião realizada com o Movimento Teatro de Grupo. Paulo Moraes informa que o Minc respondeu sobre a continuidade do Programa Cultura Viva, propondo um convênio no valor de R\$18 milhões, sendo R\$12 milhões do Governo Federal e R\$ 6 milhões do Governo Estadual, em 2 anos de execução. Eliane Parreiras diz que a SEC vai analisar a correspondência e se posicionar. Os informes foram feitos e devido ao baixo quórum, serão enviados aos conselheiros posteriormente, solicitando um posicionamento. Aníbal Macedo diz que a proposta feita pelo Rubem Reis de apoio para um segmento particular das artes cênicas pode ser trabalhada dentro do Plano Estadual de Cultura. Aníbal Macedo relembra proposta anterior de um Seminário Técnico para tratar de financiamento à cultura e relata que um evento similar já acontecido foi promovido e pago pela ALMG e que está verificando se esta possibilidade pode se repetir. Faz um relato da reunião com membros do ConeCta, onde foi esclarecido o motivo de Minas Gerais ter sido o último Estado a aderir ao SNC, e que os membros do ConeCta se mostraram aborrecidos por não ter havido a possibilidade de esclarecimento na Conferência Nacional, tendo em vista que a ministra citou enfaticamente esta situação durante sua fala na Conferência Nacional de Cultura. Sugere uma carta do CONSEC ao Minc sobre o assunto. Tal correspondência seria enviada pela SEC. Informa que os membros do ConeCta desejam a participação de Minas Gerais e que as ações sugeridas na Carta de Princípios não têm a obrigatoriedade de serem cumpridas da forma exata como estão explicitadas, para participar do Fórum. Aníbal Macedo informa ainda que surgiu durante a reunião em Brasília a possibilidade de haver uma reunião do ConeCta em Belo Horizonte em março ou abril de 2014. Eliane Parreiras diz que o Estado está à disposição para receber a reunião, pois considera muito importante a participação de Minas Gerais no ConeCta. Aníbal Macedo fala da constituição das Câmaras Consultivas e volta a defender a inclusão dos delegados mineiros eleitos na Conferência Estadual como membros das Câmaras Regionais e para isto, o CONSEC alteraria o previsto no Regimento Interno. Esta é uma proposta que deve ser encaminhada a todos os conselheiros para avaliação. Aníbal Macedo também cita o problema recorrente do quórum, lembrando que o Regimento Interno define alguns procedimentos relacionados a este tema. Bernardo de Oliveira sugere uma correspondência/balanco, enfatizando as ausências e conclamando que não se repitam em 2014. Rubem Reis volta ao tema da limitação de tempo para as falas. Fabiano Moreira acredita que nos Grupos de Trabalho, este problema seja minimizado e solicita que as reuniões ocorram rapidamente. Denise Liberato lê a minuta da carta a ser enviada à Assembléia Legislativa.

Assim, terminou a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da qual eu, Denise Liberato, lavrei a presente ata após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, a Sra. Eliane Parreiras, e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.

Belo Horizonte, 09 de Dezembro de 2013.

#### 1. Enquadre interacional:



## 2. Ata Segmentada:

**C [ DL [ (1) Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, sem a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. DL [(2) A Secretária Executiva do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC) Denise Liberato, dá início aos trabalhos, fazendo a leitura da pauta (3) e esclarecendo que em função do baixo quórum, os temas que necessitarem ser votados serão discutidos quando o mesmo tiver aumentado. (4) Informa também que as duas últimas atas estão prontas e serão enviadas a todos via e-mail.] EP [(5) A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, sugere a inversão de ordem dos assuntos propostos [ ] por Aníbal Macedo.] AM [(6) que concorda.] PM [(7) O conselheiro Paulo Morais faz sugestão de incluir na pauta o assunto “Estabelecimento de tempo para as intervenções dos conselheiros”] P [(8) e sua sugestão [ ] é aceita.] FA/RM [(9) O Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado, faz apresentação com a colaboração do servidor do Setor de Desenvolvimento e Tecnologia da Informação (SDTI) da Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Roberto Mazuchi, discorrendo sobre a Tecnologia da Informação no Sistema Estadual de Cultura.] EP [ (10) A Secretária de Cultura Eliane Parreiras elogia a equipe de TI da SEC (11) e apresenta os benefícios que o sistema e seu cadastro oferecem e oferecerão aos agentes e empreendedores da cultura.] AmM [(12) O conselheiro Amílcar Martins endossa os elogios [ ] ao novo sistema e à equipe que o criou.] EP [(13) Eliane Parreiras informa que estas mudanças se baseiam em ouvir sugestões [ ] dos usuários (14) e solicita aos conselheiros que também o façam.] PM [(15) Paulo Morais indaga se o sistema estará integrado ao Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC), (16) se a prestação de contas estará disponível no mesmo (17) e se o sistema poderá ser disponibilizado com código aberto.] FA [(18) Felipe Amado informa que não estará integrado, (19) mas que a sugestão [ ] é ótima (20) e que a prestação de contas estará disponível em um prazo ainda não estabelecido.] RM [(21) Roberto Mazuchi diz que o sistema pertence à SEC (22) e não estará disponível.] PM [(23) Paulo Morais faz a sugestão de ser estudada a possibilidade de cessão.] TM [(24) O conselheiro Túlio Mourão volta ao tema da substituição tributária (25) e sugere que possa ser criado um fundo específico.] EP [(26) Foi informado por Eliane Parreiras que a SEC e a SEF estão estudando o assunto. (27) A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, afirma que vai solicitar à SEF um cronograma mais concreto.] FA [(28) Felipe Amado fala sobre a interação com as grandes empresas patrocinadoras de projetos culturais (29) e da possibilidade de disponibilizar o cadastro dos proponentes à Lei Estadual.] AM [(30) Aníbal Macedo sugere que se faça uma audiência pública com as grandes empresas patrocinadoras (31) e que os projetos sejam escolhidos por meio de regras claras.] MK [(32) O conselheiro Makely Ka diz que as patrocinadoras escolhem projetos de acordo com o seu marketing, (33) que um pequeno grupo de captadores domina o mercado representando uma verdadeira “máfia”, tornando impossível o acesso direto aos patrocinadores (34) e que os critérios de escolha não são qualitativos. (35) Em seguida, apresenta sua convidada Damiana Campos, do município de Chapada Gaúcha.] SM [(36) A conselheira Sula Mavrudis registra que os grupos de circo não conseguem se enquadrar na Lei de Incentivo à Cultura e nem no Fundo Estadual de Cultura, (37) endossando a fala do Makely Ka.] DS [(38) O conselheiro Diomar Silveira explica que o processo de captação para a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais padece das mesmas dificuldades dos outros projetos.] JD [(39) O conselheiro José D’Ângelo também concorda com as críticas [ ] ao pequeno grupo de captadores.] EP [(40) Eliane Parreiras volta a explicar que, cumpridos os requisitos legais, os projetos têm o direito de buscar o benefício fiscal (41) e que o critério usado é técnico, em função da Lei Estadual de Cultura (42) e conclama o CONSEC a trabalhar propostas de mudanças através de decreto, via Câmara de Fomento.] CN [(43) A conselheira Clodoália Barbosa cita exemplos de fundos que não exigem contrapartida.] SB [(44) O conselheiro Sérgio Borges diz que em sua opinião, o fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura é o caminho para diminuir as distorções das captadoras.] RR [(45) O conselheiro Rubem dos Reis também defende o crescimento do Fundo Estadual de Cultura (46) e sugere a criação de uma categoria de projetos de interesse social, com menor custo.] TM [(47) Túlio Mourão também manifesta que concorda na questão das captadoras (48) e diz que é preciso pensar soluções para o acesso dos pequenos projetos.] AM [(49) Amílcar Martins concorda com as críticas [ ], (50) mas ressalva que o modelo é adequado (51) e que é preciso cautela ao propor mudanças.] FA [(52) Felipe Amado põe-se à disposição para ouvir informações sobre estas dificuldades e ajudar a buscar soluções, (53) já propondo uma reunião da Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento.] EP [(54) A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras reforça a fala [ ] do Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura Felipe Amado (55) e sugere que o CONSEC, via Câmara de Fomento e Mecanismos de Financiamento, faça encaminhamentos sobre os assuntos. (56) A SEC irá**

encaminhar aos conselheiros os resultados do edital de 2013. (57) A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras pondera que não se deve generalizar as opiniões sobre captadoras e patrocinadoras.] **JD** [(58) José D'Ángelo defende os projetos guarda chuvas, dizendo que dependendo de quem o faz pode ser fundamental porque muitos projetos menores não têm condições de captar recursos e é através de projetos guarda chuvas que são agraciados. (59) Por isto, às vezes são muito importantes e isto acontece particularmente no interior, onde a realidade é mais complicada e captar é mais difícil.] **AM** [(60) Aníbal Macedo fala sobre a audiência pública a respeito do segmento do circo e sugere que o CONSEC apoie oficialmente o encaminhamento do tema na ALMG. (61) Na audiência pública houve discussão sobre a possibilidade de se obter isenção fiscal para renovação das frotas dos circos e sobre tarifas de água e energia. (62) Em seguida, sugere a confecção de uma carta de apoio às propostas, a ser enviada à Comissão de Cultura da ALMG] **P** [(63) e esta sugestão [ ] é aprovada. (64) Ficou decidido então que a minuta da carta seria feita por Aníbal Macedo e Sula Mavrudis.] **AK** [(65) Em seguida, a Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças Amaure Klausling, faz explanação sobre o orçamento do Estado.] **EP** [(66) A Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras, promete enviar aos conselheiros o detalhamento da aplicação dos recursos derivados da operação de crédito dividido pelas obras do Estado na área da Cultura.] **TM** [(67) Túlio Mourão indaga se há possibilidade de maior destinação de recursos para a Rede Minas.] **EP** [(68) Eliane Parreiras esclarece que a mudança é determinação do Ministério Público (69) e descreve como será o funcionamento e a estrutura orçamentária.] **TM** [(70) Túlio Mourão defende mais atenção para a Rede Minas neste momento de transição.] **EP** [(71) Eliane Parreiras argumenta que nunca houve em outros governos tanta atenção à Rede Minas (72) e cita a construção da sede própria, o alto investimento, (73) diz que o modelo não pode mudar (74) e que a questão dos funcionários é determinação judicial e sem retorno. (75) Explica como funcionará a nova sede da Rede Minas, que funcionará no mesmo espaço onde serão instaladas as sedes da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e da Rádio Inconfidência (76) e que será denominada Estação da Cultura.] **MA** [(77) Maria Andrada indaga sobre as condições exigidas para as retransmissoras do interior, pois percebe que em sua região, a programação é eminentemente cultural.] **EP** [(78) Eliane Parreiras informa que o Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL) faz outorgas (79) e explana sobre as regras estipuladas pela União e pelo Estado. (80) Além disto, informa que o controle passará a ser realizado pela própria Rede Minas.] **AM** [(81) Aníbal Macedo reforça que um papel fundamental da Rede Minas é ser a indutora da interiorização da cultura, (82) que o CONSEC deve ter uma pauta sobre a Rede Minas nas próximas reuniões, convidando pessoas da mesma para debates. (83) Fala também sobre divulgação da política de interiorização (84) e informa que um grupo de pessoas de Juiz de Fora que se encontra insatisfeito com a SEC irá solicitar uma audiência pública para que a mesma explicitasse essa política.] **JD** [(85) José D'Ángelo também exalta a importância das retransmissoras na divulgação e valorização da cultura de Minas Gerais, (86) mas diz que é necessário aumentar a produção de conteúdo com artistas mineiros.] **AM** [(87) Amílcar Martins lembra que a Imprensa Oficial, via Diário Oficial e Suplemento Literário, pode ser instrumento de divulgação da cultura uma vez que circulam por todos os municípios do Estado.] **EP** [(88) A Secretária Eliane Parreiras informa que nas comemorações dos 30 anos da Rede Minas em 2014, está programado um grande seminário com outras redes de televisões estaduais, visando discutir o papel das televisões públicas (89) e que a Rede Minas vai abrir espaço para produções independentes em 2014. (90) Informa que a ampliação da divulgação de informações da SEC passa pelo aprimoramento do site (91) e que haverá uma entrevista coletiva em dezembro para apresentação do balanço detalhado das ações de 2013.] **PM** [(92) Paulo Morais fala sobre o Canal da Cidadania do Ministério das Comunicações, que outorga canais digitais para o interior do país (93) e que podem ser solicitados pelas prefeituras através do executivo ou do legislativo. (94) Tais canais têm 4 faixas de programação, podendo ser 1 para o executivo, 1 para o legislativo e 2 para a sociedade civil, o que pode alavancar bastante as produções regionais. (95) Em seguida, sugere que o CONSEC atue de maneira mais presente no incentivo à implantação dos Planos Municipais de Cultura.] **MK** [(96) Makely Ka endossa a fala [ ] de Túlio Mourão, (97) reforçando que a Rede Minas e a Rádio Inconfidência são os únicos instrumentos a abrirem espaço para produções independentes (98) e que não têm oportunidades nas televisões e rádios comerciais. (99) Propõe que no seminário a ser realizado em 2014 seja discutida a programação da Rádio Inconfidência pois na sua opinião, está defasada no tempo (100) e para exemplificar, cita o não pagamento de direitos autorais. (101) Sugere também, que se discutam as questões relativas às rádios comunitárias, às livres, às educativas, etc.] **PM** [(102) Paulo Morais se compromete a fazer a minuta da carta que será assinada pelo CONSEC e enviada aos municípios que ainda não realizaram suas conferências municipais, cobrando que as realizem.] **DC** [(103) A convidada Damiana Campos se apresenta, faz um histórico sobre a região da Chapada Gaúcha, que está situada na mesorregião Norte de Minas Gerais, (104) fala sobre as

necessidades de diálogo sobre a cultura local, (105) solicita a continuidade do programa Minas Território da Cultura na região (106) e convida o CONSEC a realizar uma reunião itinerante em Chapada Gaúcha em 2014.] EP [(107) Eliane Parreiras solicita que os conselheiros indiquem as localidades das 3 (três) reuniões itinerantes de 2014, (108) que definam os critérios das Câmaras Consultivas com a representatividade regional (109) e também o modelo de votação para a renovação do Consec. (110) Informa as datas de lançamento do edital da Petrobrás e da adesão de Minas Gerais ao Sistema Nacional de Cultura.] JC [(111) A Superintendente de Ação Cultural Janaína Cunha, faz um relato das negociações estabelecidas com integrantes da ocupação do espaço Luiz Estrela.] MK [(112) Makely Ka faz um histórico das ocupações e manifestações ocorridas em Belo Horizonte e reafirma a importância desta última, em função de pretender implantar um centro cultural no local ocupado.] AM/MA [(113) Aníbal Macedo e Maria Andrada consideram que o CONSEC deve aguardar os desdobramentos legais do caso e, (114) se os ocupantes permanecerem no local o Conselho pode se oferecer para auxiliá-los na gestão.] EP [(115) Eliane Parreiras destaca a importância destes movimentos, (116) o interesse da SEC em dialogar com eles (117) e diz que em próximas reuniões, caso seja do interesse do Conselho, podem ser convidados membros do movimento e da Feluma para apresentarem e discutirem com o Consec a questão.] JC [(118) Janaína Cunha detalha a participação da SEC nas negociações, (119) explana as ações da Feluma desde a cessão do imóvel, (120) elogia o nível de reflexão do movimento (121) e informa sobre o interesse da SEC em manter o diálogo.] CN [(122) Clodoália Nobre pondera que a transformação do espaço em um centro cultural contribuirá muito para a valorização cultural da região (123) e sugere que seja apresentada uma proposta do Estado à FHEMIG de permuta do imóvel. (124) O Estado cederia um imóvel não tombado para uso do espaço com os objetivos propostos (125) e em troca, ficaria com este imóvel que é tombado.] PM [(126) Paulo Moraes descreve o descaso da FHEMIG com as suas colônias no interior (127) e sugere um convite à Secretaria de Patrimônio da União para falar ao CONSEC sobre o patrimônio ferroviário no estado, (128) pois os imóveis estão em sua maioria abandonados e poderiam ser ocupados para ações culturais.] AM [(129) Aníbal Macedo indaga se o Estado teria um espaço para ser cedido ao movimento (130) e sugere a criação de uma comissão do CONSEC para ir até o local da ocupação dialogar com o grupo.] JC [(131) Janaína Cunha informa que os dois lados negociam o uso compartilhado.] EP [(132) Eliane Parreiras diz que seria interessante para o Consec se uma comissão fosse até o Espaço Luiz Estrela para entender de perto a dinâmica da ocupação (133) e sugere que no próximo ano, em uma das reuniões ordinárias, o tema ocupações entre como pauta.] JC [(134) Janaína Cunha destaca a preocupação do Estado com a integridade dos ocupantes tendo em vista a vulnerabilidade física do casarão.] MK [(135) Makely Ka destaca que o caráter permanente da ocupação se deve ao fato de haver pedido de reintegração de posse.] JC [(136) Janaína Cunha reitera a intenção do Estado em continuar negociando sem fazer valer a reintegração de posse.] P [(137) O Plenário concorda com os dois encaminhamentos [ ]: formar uma comissão para ir ao local e colocar as ocupações em geral em pauta para 2014.] AM [(138) O conselheiro Aníbal Macedo fica encarregado de marcar data de visita e comunicar tal data aos demais conselheiros.] JC [(139) Janaína Cunha comunicará ao movimento o relato feito ao Consec (140) e sobre a visita de membros do Conselho no Espaço.] DL [(141) Denise Liberato apresenta a proposta de calendário de reuniões para 2014.] MA [(142) Maria Andrada sugere a região de Formiga, ao invés de Itaúna.] MK [(143) Makely Ka defende a realização de uma Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha, (144) enumera os motivos (145) e sugere que as Reuniões Itinerantes sejam realizadas em 2 dias seguidos na região que estiver sendo trabalhada pelo Programa Minas Território da Cultura para que se possa conhecer melhor a realidade local.] GV [(146) Geralda Vieira sugere Araçuaí (147) e solicita que as Reuniões Ordinárias se realizem de 2 em 2 meses em 2014 em função do final de mandato dos conselheiros e por haver muita demanda ainda a ser trabalhada.] AM [(148) Aníbal Macedo concorda com Maria Andrada sobre a realização de uma Reunião Itinerante em Formiga, (149) com Makely Ka sobre Reunião Itinerante em Chapada Gaúcha (150) e em seguida Paracatu (151) e também com a opção de realizar uma Reunião Itinerante em Patrocínio após a reunião de Araxá.] RR [(152) Rubem Reis sugere que a Reunião Itinerante se realize em Araxá e Patrocínio em 16 e 17 de abril.] P [(153) Por votação foi escolhida a cidade de Paracatu e em seguida, Chapada Gaúcha nos dias 22 e 23 de maio. (154) Também escolhem Formiga no dia 05 de junho. (155) A primeira Reunião Ordinária será em 14 de fevereiro, a segunda em 09 de maio e a última deste mandato em 01 de agosto.] EP [(156) A secretária informa sobre a reunião com membros da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que aconteceu na SEC para tratar da parceria com a mesma através da realização de 02 seminários de capacitação com oficinas e apoio técnico para o trabalho de elaboração do Plano Estadual de Cultura.} (157) Para o início dos trabalhos sobre o Plano Estadual de Cultura será encaminhado amplo material aos membros da comissão (158) e sugere a 1ª semana de fevereiro para a 1ª Oficina de Metodologia que

será realizada em dois dias de atividades com um professor designado para acompanhar cada estado e 1 bolsista doutorando. (159) A 2ª oficina acontecerá no final de fevereiro em Florianópolis com a participação de um servidor da SEC e do consultor contratado na parceria entre a SEC e a UFSC, juntamente com outros estados que também estão construindo seus Planos Estaduais de Cultura.]] ?? [(160) Um dos conselheiros fala sobre uma notícia de que uma produtora de eventos do município de Viçosa aprovou um projeto na Lei Estadual de Incentivo à Cultura para promover shows de Michel Telô no Estado.] EP [(161) A secretária Eliane Parreiras se compromete a avaliar a veracidade da notícia e posicionar o Conselho a respeito.] DL [(162) Denise Liberato registra os segmentos sem representantes na reunião: design e moda, SETUR, SEF, ALMG e AMM.] FM [(163) Fabiano Moreira da Secretaria de Estado de Educação informa que é o novo titular e que o novo suplente será ainda indicado.] RR [(164) Rubem Reis sugere que no Plano Estadual de Cultura possa haver fomento para grupos que realizam trabalho de relevância artística e que não tenham recebido dinheiro público.] JD [(165) José D'Ángelo pondera que a proposta abre um precedente para grupos específicos (166) e sugere para isto, o Fundo Estadual de Cultura.] EP [(167) Eliane Parreiras diz que para estes trabalhos mais específicos o mais apropriado seria um prêmio de reconhecimento. (168) Em seguida, relata reunião realizada com o Movimento Teatro de Grupo.] PM [(169) Paulo Morais informa que o Minc respondeu sobre a continuidade do Programa Cultura Viva, propondo um convênio no valor de R\$18 milhões, sendo R\$12 milhões do Governo Federal e R\$ 6 milhões do Governo Estadual, em 2 anos de execução.] EP [(170) Eliane Parreiras diz que a SEC vai analisar a correspondência e se posicionar. (171) Os informes [ ] foram feitos (172) e devido ao baixo quórum, serão enviados aos conselheiros posteriormente, solicitando um posicionamento.] AM [(173) Aníbal Macedo diz que a proposta [ ] feita pelo Rubem Reis de apoio para um segmento particular das artes cênicas pode ser trabalhada dentro do Plano Estadual de Cultura. (174) Aníbal Macedo relembra proposta [ ] anterior de um Seminário Técnico para tratar de financiamento à cultura (175) e relata que um evento similar já acontecido foi promovido e pago pela ALMG (176) e que está verificando se esta possibilidade pode se repetir. {(177) Faz um relato da reunião com membros do ConeCta, (178) onde foi esclarecido o motivo de Minas Gerais ter sido o último Estado a aderir ao SNC, (179) e que os membros do ConeCta se mostraram aborrecidos por não ter havido a possibilidade de esclarecimento na Conferência Nacional, (180) tendo em vista que a ministra citou enfaticamente esta situação durante sua fala na Conferência Nacional de Cultura.}(181) Sugere uma carta do CONSEC ao Minc sobre o assunto. (182) Tal correspondência seria enviada pela SEC. (183) Informa que os membros do ConeCta desejam a participação de Minas Gerais (184) e que as ações sugeridas na Carta de Princípios não têm a obrigatoriedade de serem cumpridas da forma exata como estão explicitadas, para participar do Fórum. {(185) Aníbal Macedo informa ainda que surgiu durante a reunião em Brasília a possibilidade de haver uma reunião do ConeCta em Belo Horizonte em março ou abril de 2014.}] EP [(186) Eliane Parreiras diz que o Estado está à disposição para receber a reunião, pois considera muito importante a participação de Minas Gerais no ConeCta.] AM [(187) Aníbal Macedo fala da constituição das Câmaras Consultivas (188) e volta a defender a inclusão dos delegados mineiros eleitos na Conferência Estadual como membros das Câmaras Regionais (189) e para isto, o CONSEC alteraria o previsto no Regimento Interno. (190) Esta é uma proposta [ ] que deve ser encaminhada a todos os conselheiros para avaliação. (191) Aníbal Macedo também cita o problema recorrente do quórum, (192) lembrando que o Regimento Interno define alguns procedimentos relacionados a este tema.] BO [(193) Bernardo de Oliveira sugere uma correspondência/balanco, (194) enfatizando as ausências (195) e conclamando que não se repitam em 2014.] RR [(196) Rubem Reis volta ao tema da limitação de tempo para as falas.] FM [(197) Fabiano Moreira acredita que nos Grupos de Trabalho, este problema seja minimizado (198) e solicita que as reuniões ocorram rapidamente.] DL [(199) Denise Liberato lê a minuta da carta a ser enviada à Assembléia Legislativa. (200) Assim, terminou a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural (201) da qual eu, Denise Liberato, lavrei a presente ata] EP [(202) após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, a Sra. Eliane Parreiras,] P [(203) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.]] ]

Legenda:

C – Conselheiros

P – Plenária

EP – Eliane Parreiras (Presidente do CONSEC)

DL – Denise Liberato (Secretária Executiva Interina)

FM – Fabiano Moreira

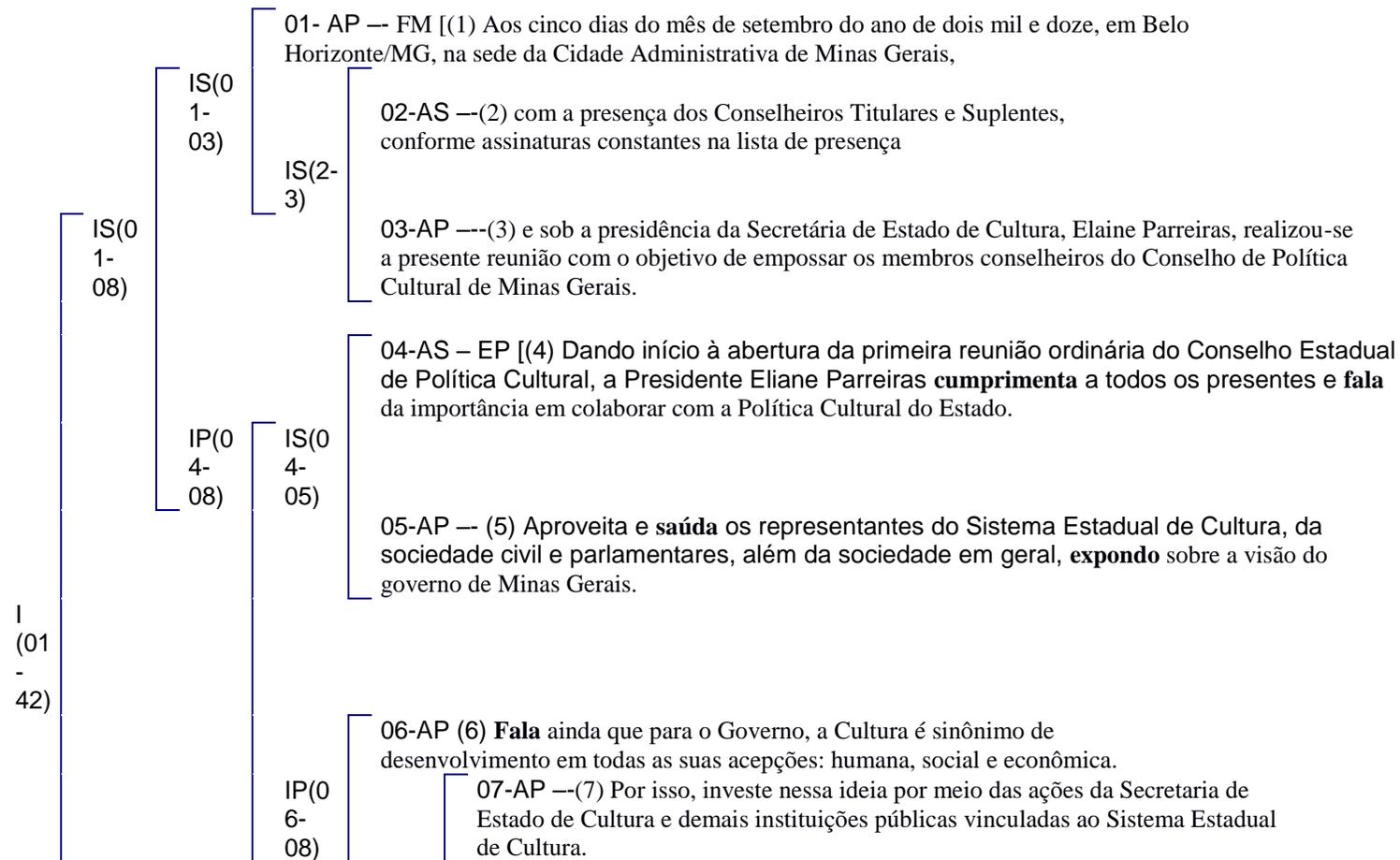
GV – Geralda Vieira (Conselheira)

FA – Felipe Amado (Cons. Superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura)

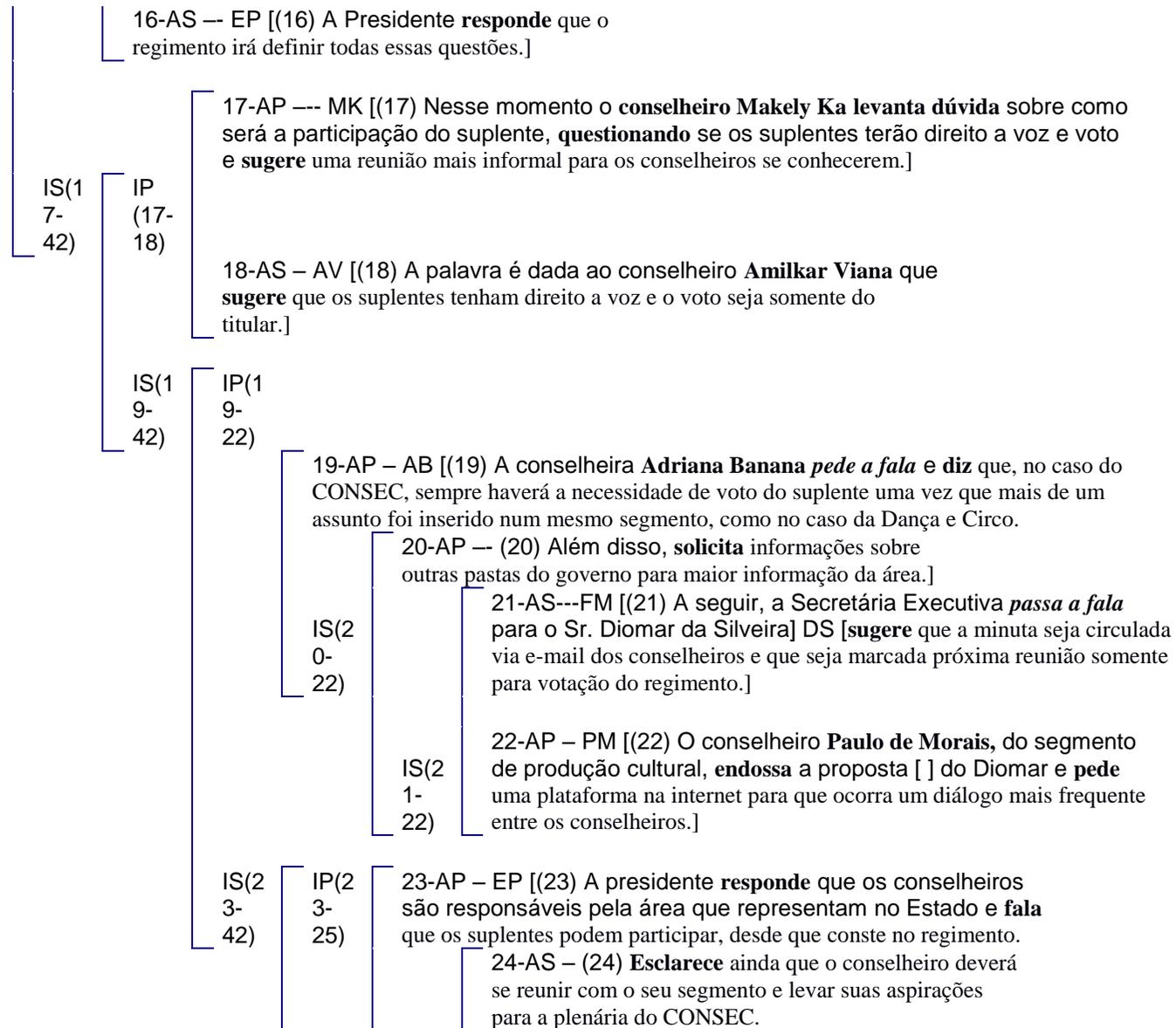
JC – Janaína Cunha (Cons. Superintendente de Ação Cultural)
BO – Bernardo de Oliveira
AM – Aníbal Macedo
JD – José D'Ángelo
SM – Sula Mavrudis
MK - Makely Ka
TM – Túlio Mourão
MA – Maria Andrada
AmM – Amílcar Martins
PM – Paulo de Moraes
?? – Discurso sem enunciador definido
CN – Clodoália Nobre
SB – Sérgio Borges
RR – Rubem dos Reis
DC – Damiana Campos (Convidada representante da Chapada Gaúcha)
RM – Roberto Mazuchi (Representante do SDTI)
DS – Diomar Silveira
AK – Amaure Klausing

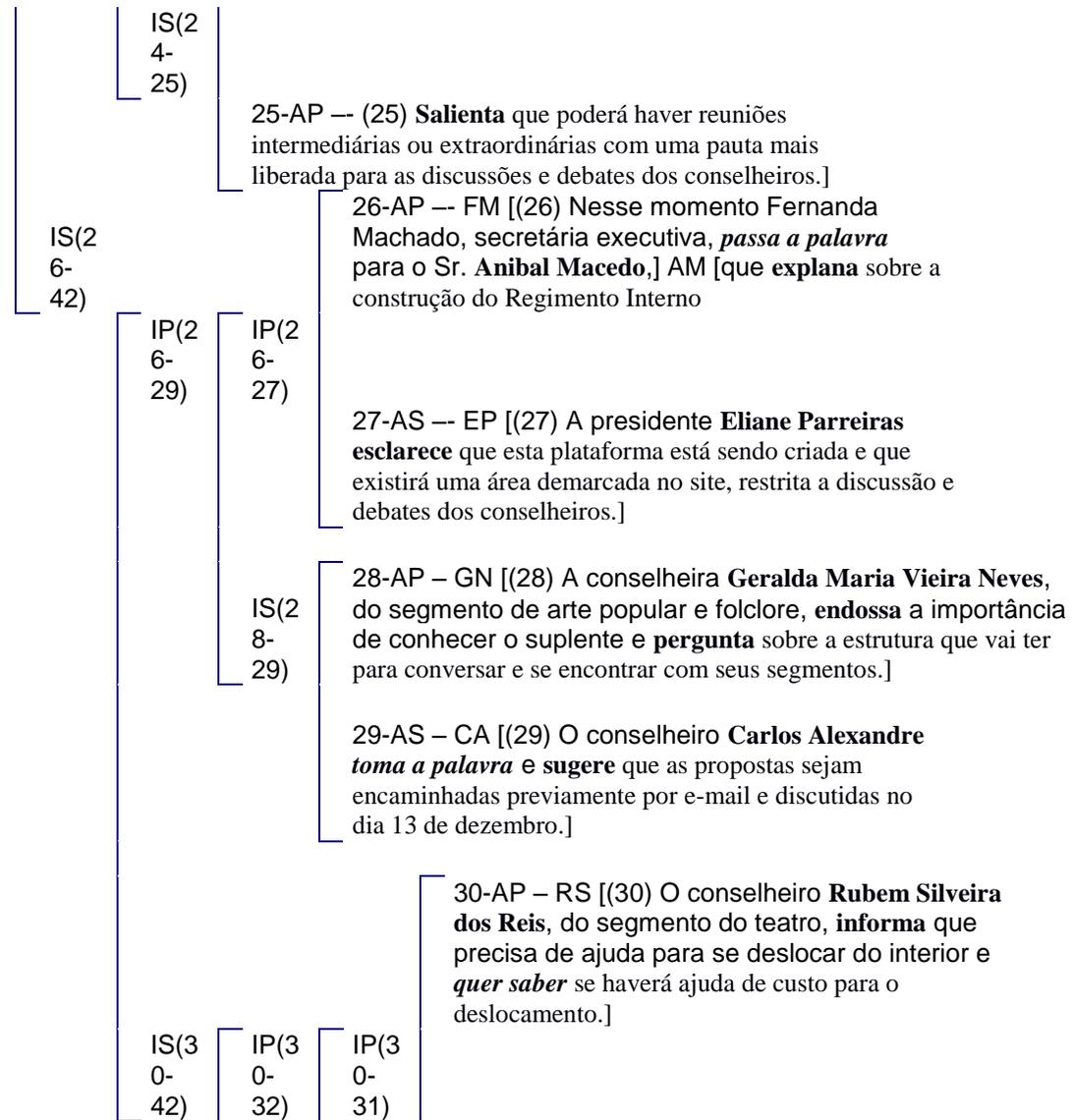
{ } – Discursos efetivos pertencentes ao nível mais interior

## APÊNDICE G - Análise Hierárquica da ata um



		IS(0 7- 08)	08-AS -- (8) Na oportunidade, <i>toma posse</i> como presidente do conselho e <i>dá a posse</i> a <b>Secretária Executiva Sra. Fernanda Machado.</b> ]
			09-AS---FM[(9) Neste momento, a Secretária Executiva inicia os trabalhos, confere o quórum presente <b>expõe</b> a pauta do dia: apresentação da lei delegada, o decreto de composição do CONSEEC, <b>fala</b> sobre um breve histórico do processo eleitoral, <b>expõe</b> a LEI DELEGADA nº 180 de 20/01/2011
IP (09- 42)	IP(0 9- 14)	IP(0 9- 10)	10-AP -- EP [(10) Ao final de sua fala, <i>passa a palavra</i> para a presidente Sra. Eliane Parreiras, que <i>ministra palestra</i> sobre Cultura e desenvolvimento, onde <b>expôs</b> sobre as competências do CONSEEC:
		IS(1 1- 14)	11-AS --[(11) A Presidente da Fundação Clovis Salgado <i>pede a palavra e convida</i> a todos para participarem do evento Noite Branca.]
		IP(1 1- 12)	12-AP -- FM [(12) A Secretária Executiva <i>retoma a palavra e fala</i> que o regimento interno poderá ser feito da seguinte maneira: ou enviando uma minuta para todos já lerem e colocarem suas observações
		IS(1 3- 14)	13-AS -- (13) Além disso, <b>propõe</b> que a próxima reunião seja feita no dia 13 de dezembro na cidade administrativa de Minas Gerais.]
			14-AP -- EP [(14) A presidente do CONSEEC <i>retoma a palavra, fala</i> que já existe uma minuta do regimento e que esta será encaminhada a todos por e-mail, para que na próxima reunião sejam discutidas apenas as observações de cada contribuição.]
	IS(1 5- 42)	IP(1 5- 16)	15-AP ---MR [(15) Neste momento, a <b>Conselheira Maria Magdalena Rodrigues da Silva pergunta</b> como será a convocação do suplente,





31-AS – FM/EP [(31) Tanto a Secretária executiva como a Presidente **informam** que isso já foi previsto em decreto estadual e que, para as próximas reuniões, já terão isso mais bem definido e organizado.]

32-AP – (32) Mas que primeiramente era necessária a posse dos membros.]

33-AS – EP [(33) Neste momento a Presidente **diz** que dará o apoio necessário para as Câmaras do interior funcionarem e assim facilitar o acesso dos conselheiros aos grupos do interior do Estado e que isso já foi previsto para o orçamento de 2013.]

IS(3  
3-  
42)

IP(3  
3-  
34)

34/35-AP – FM [(34) Neste momento a Secretária executiva **pede a palavra** para **dar os encaminhamentos** de ordem do dia e **faz a votação** para próxima reunião do CONSEC, que deverá ser dia 19 de outubro, devendo as demais reuniões do CONSEC

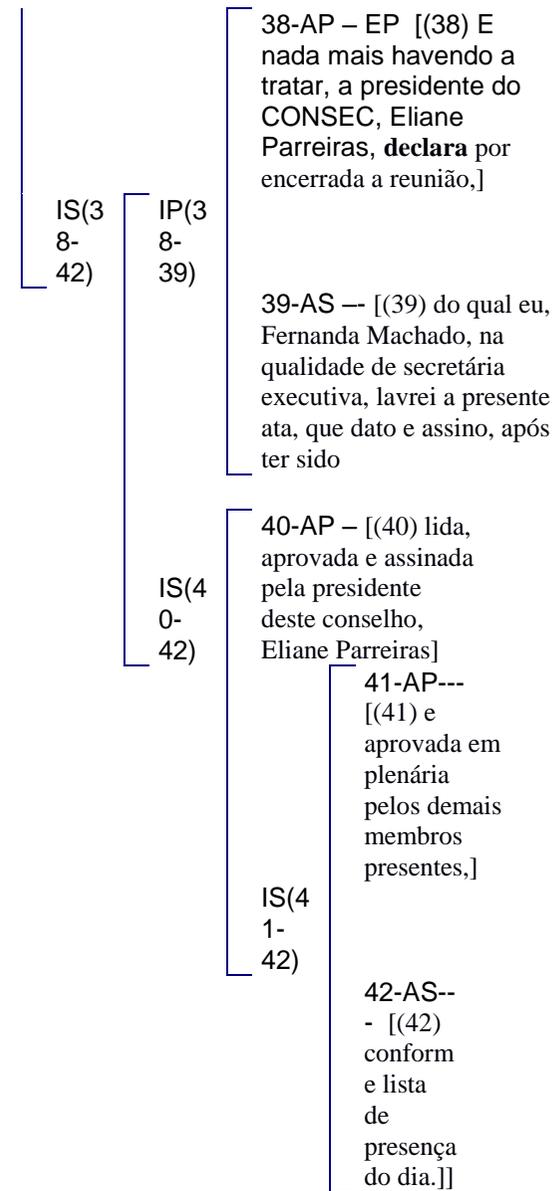
(35) **Informa** que a Secretaria enviará o regimento Interno por e-mail para apreciação dos conselheiros até a reunião do dia 13 de dezembro.]

36-AP – DS [(36) O conselheiro Diomar **pede a palavra** e **diz** que até a próxima reunião o suplente e o titular devem conversar para chegar num acordo do seu segmento.]

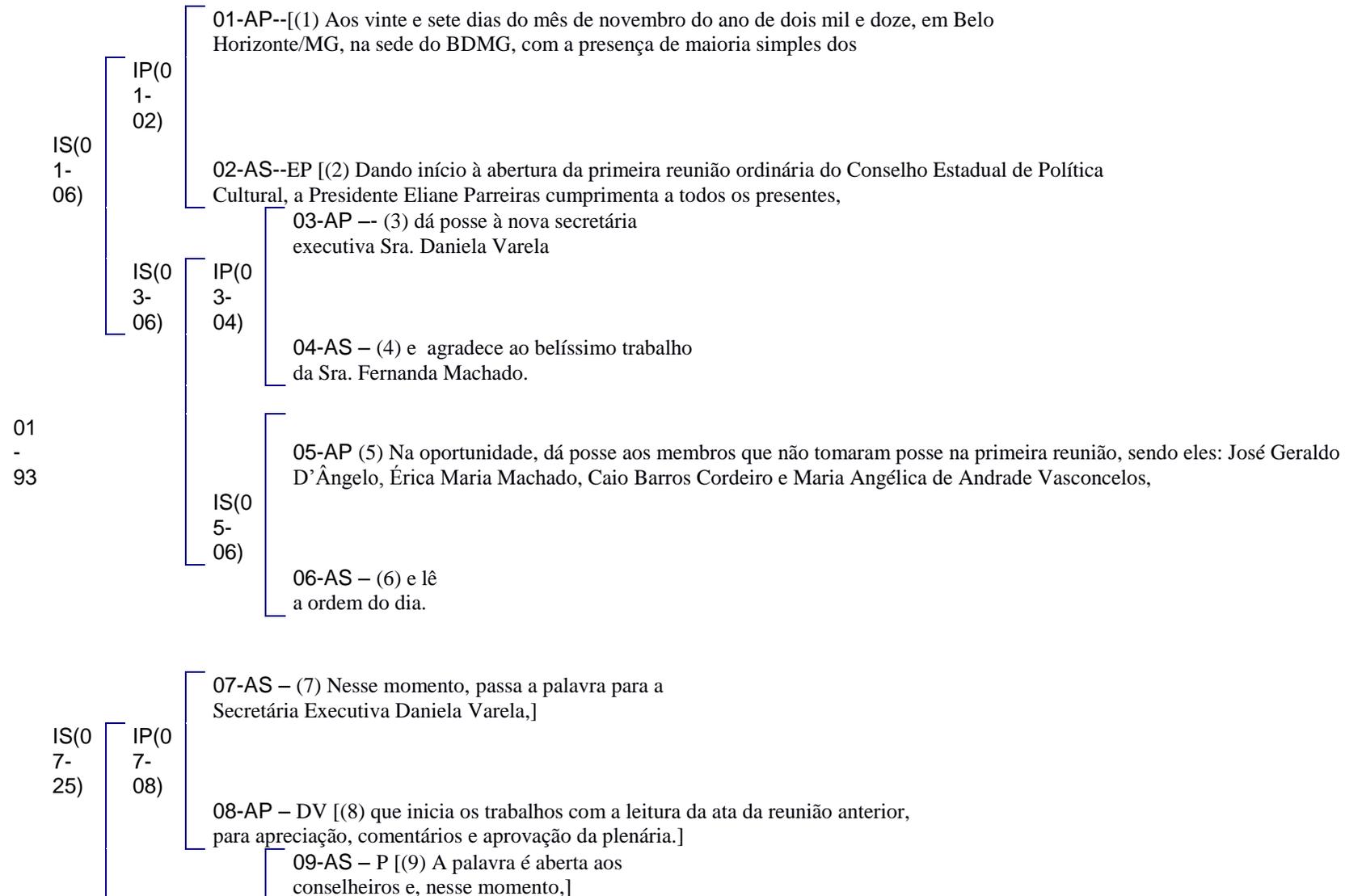
IS(3  
6-  
42)

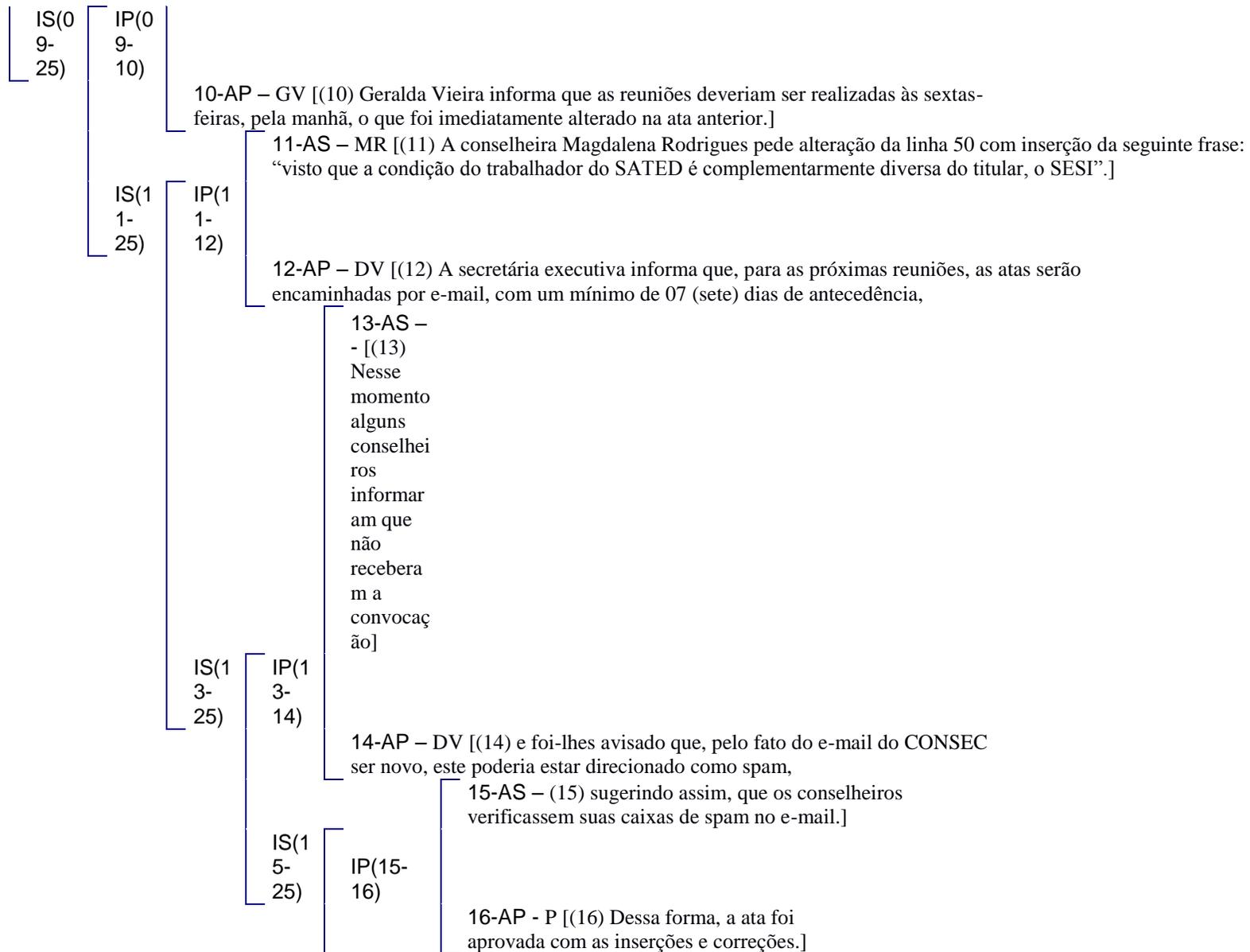
IP(3  
6-  
37)

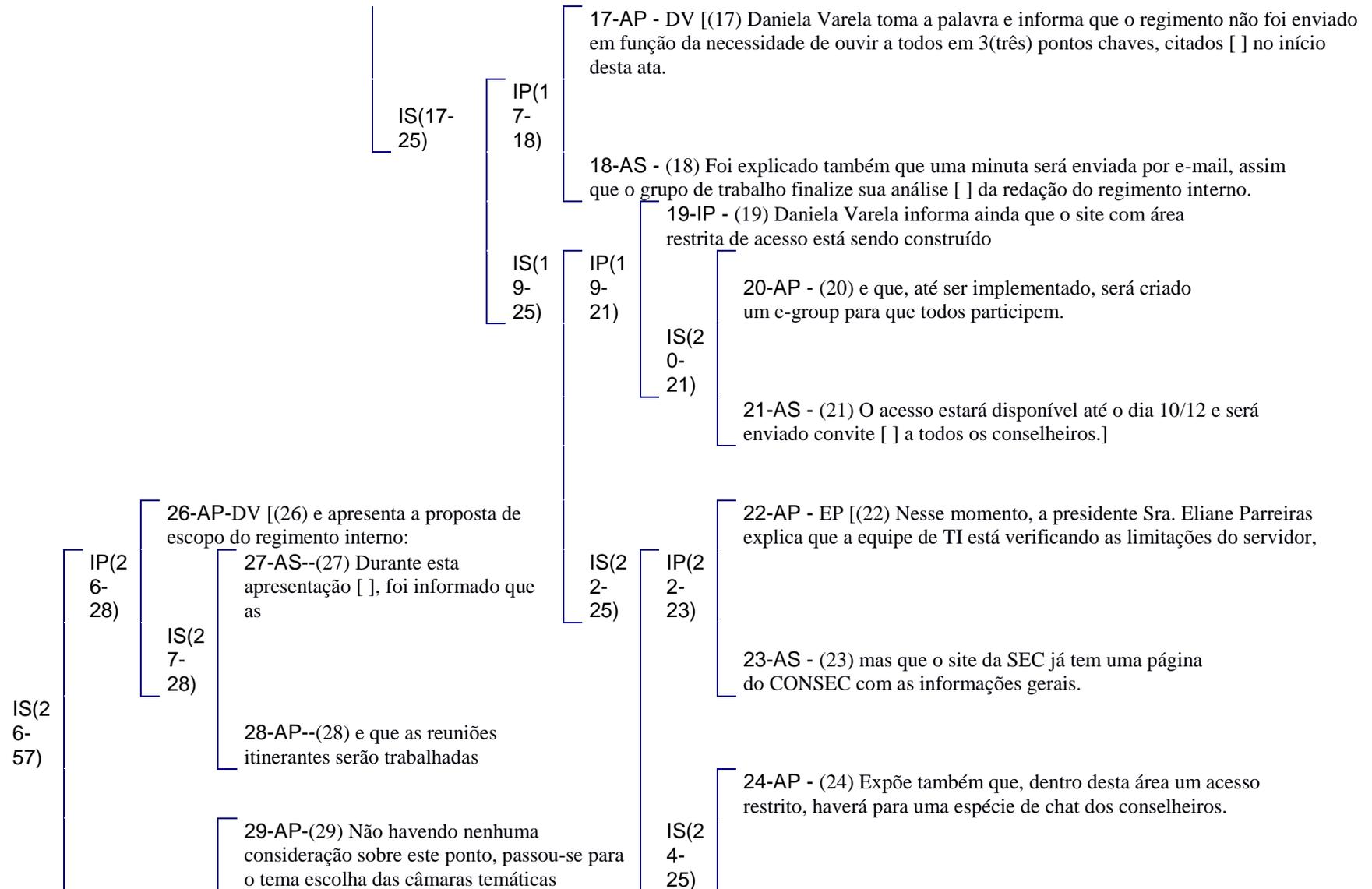
37-AS – FM [(37) Fernanda Machado **informa** ainda o e-mail do CONSEC – <mailto:consec@cultura.mg.gov.br>.]

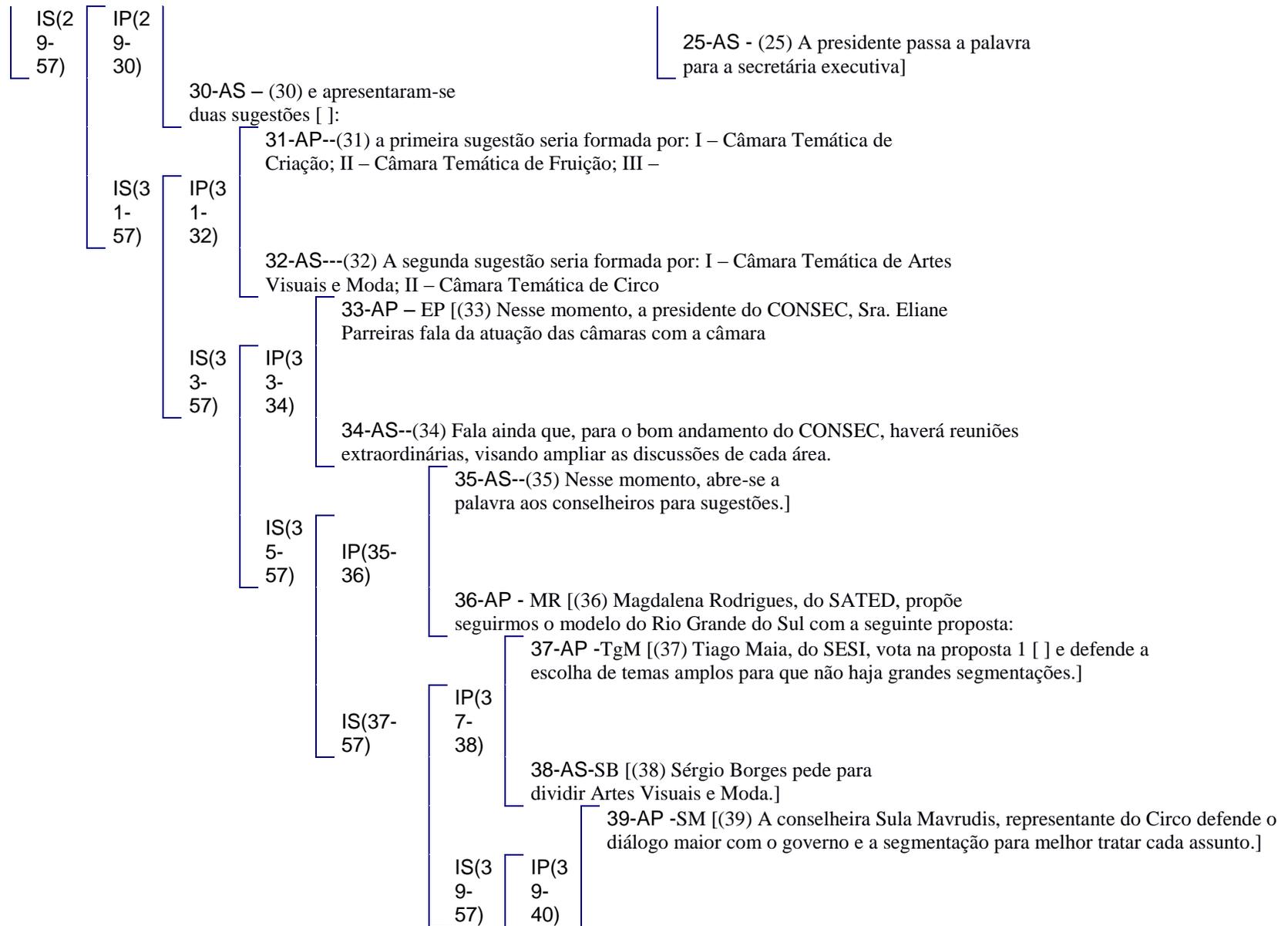


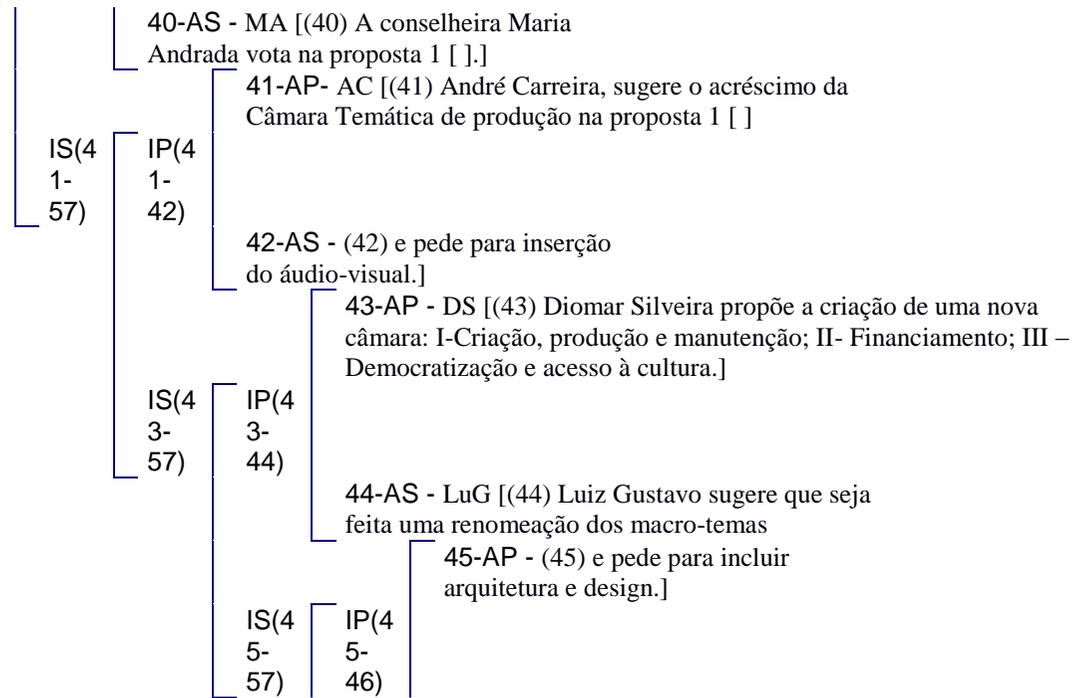
## APÊNDICE H - Análise hierárquica da ata dois

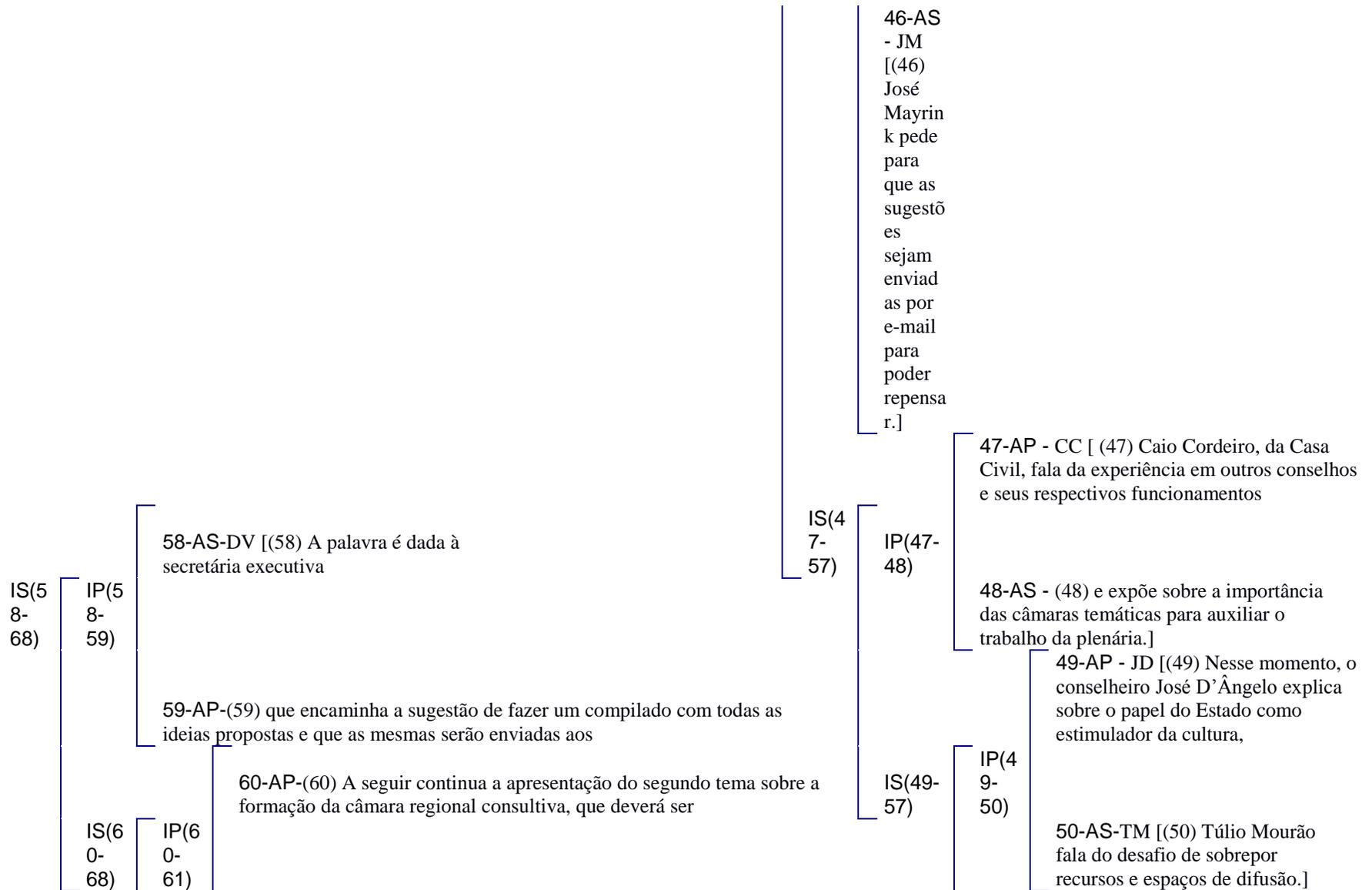


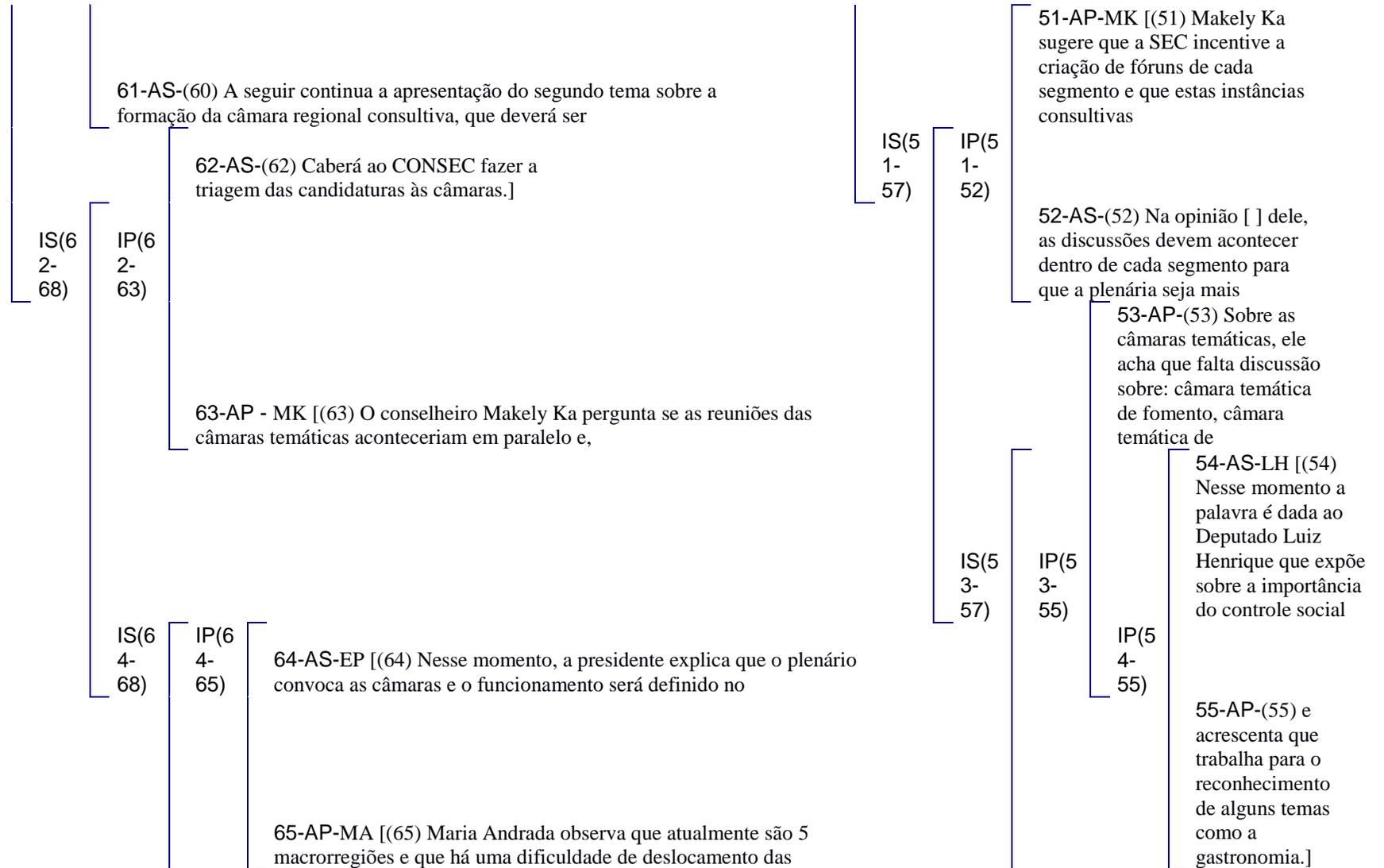


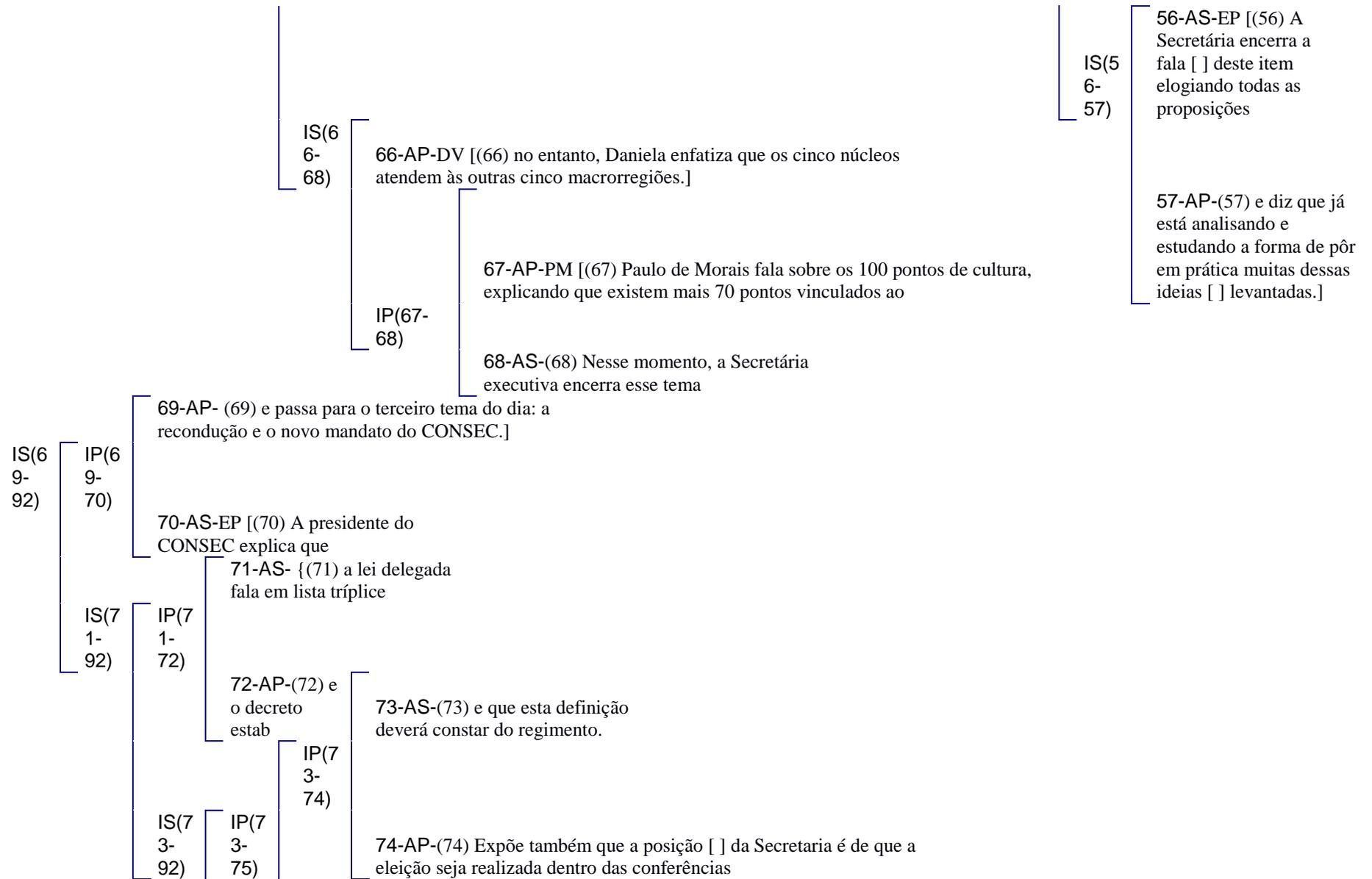


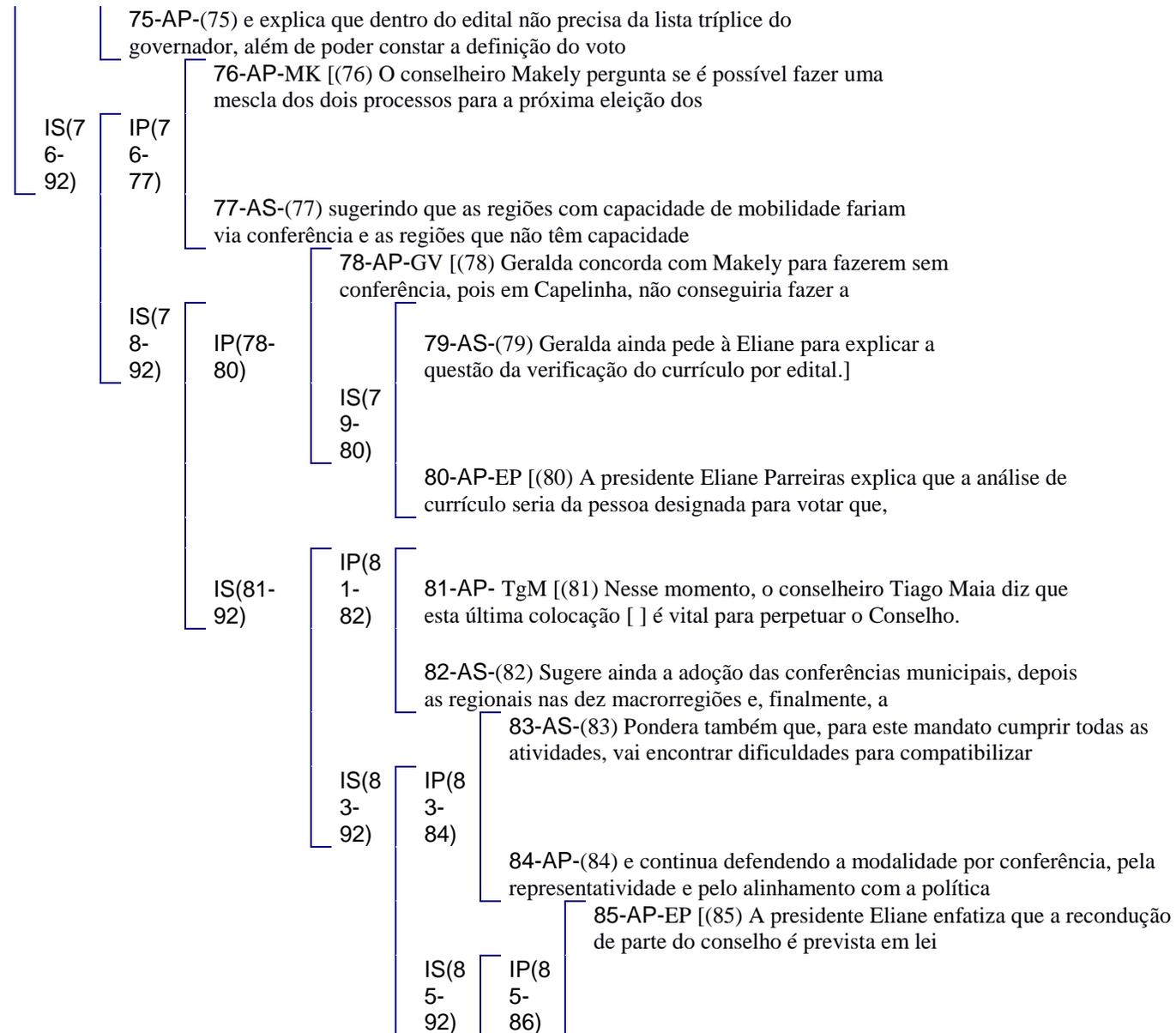


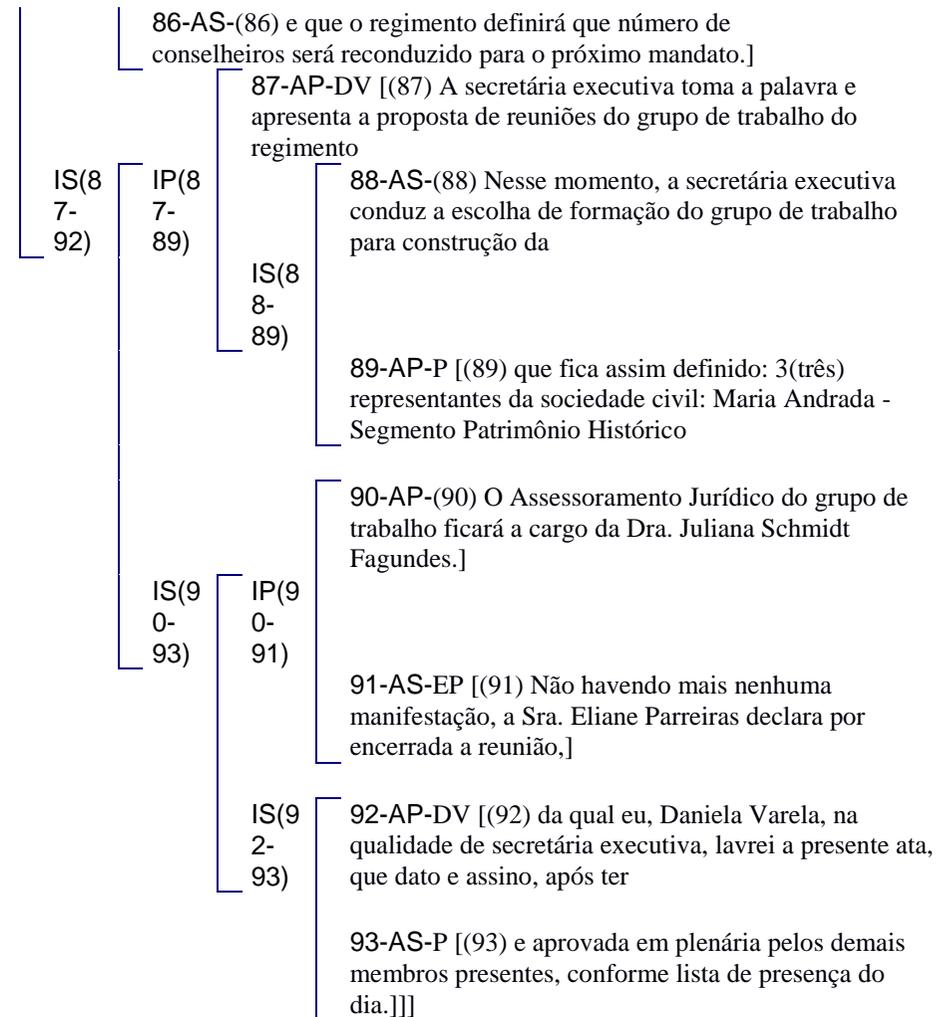




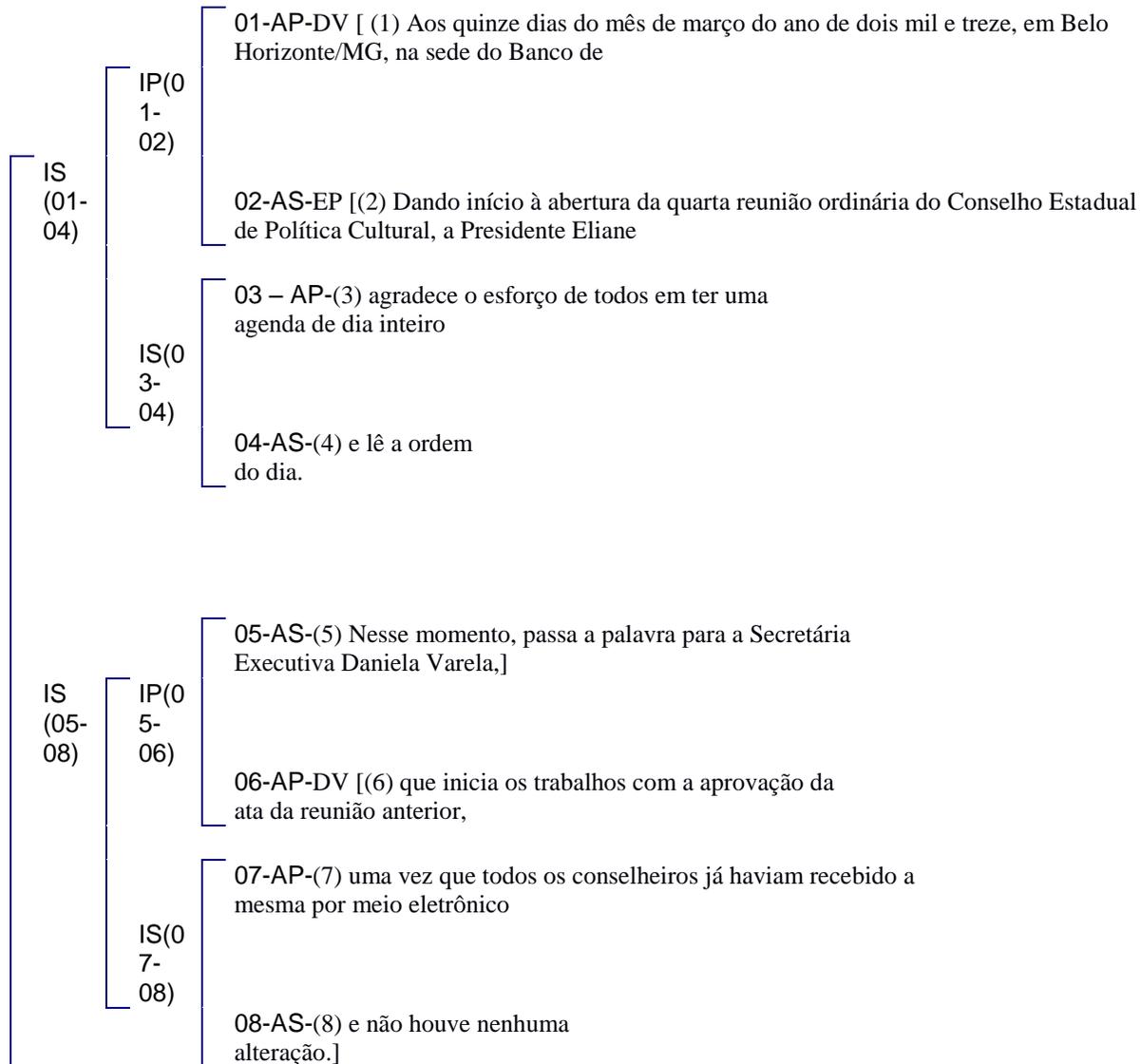


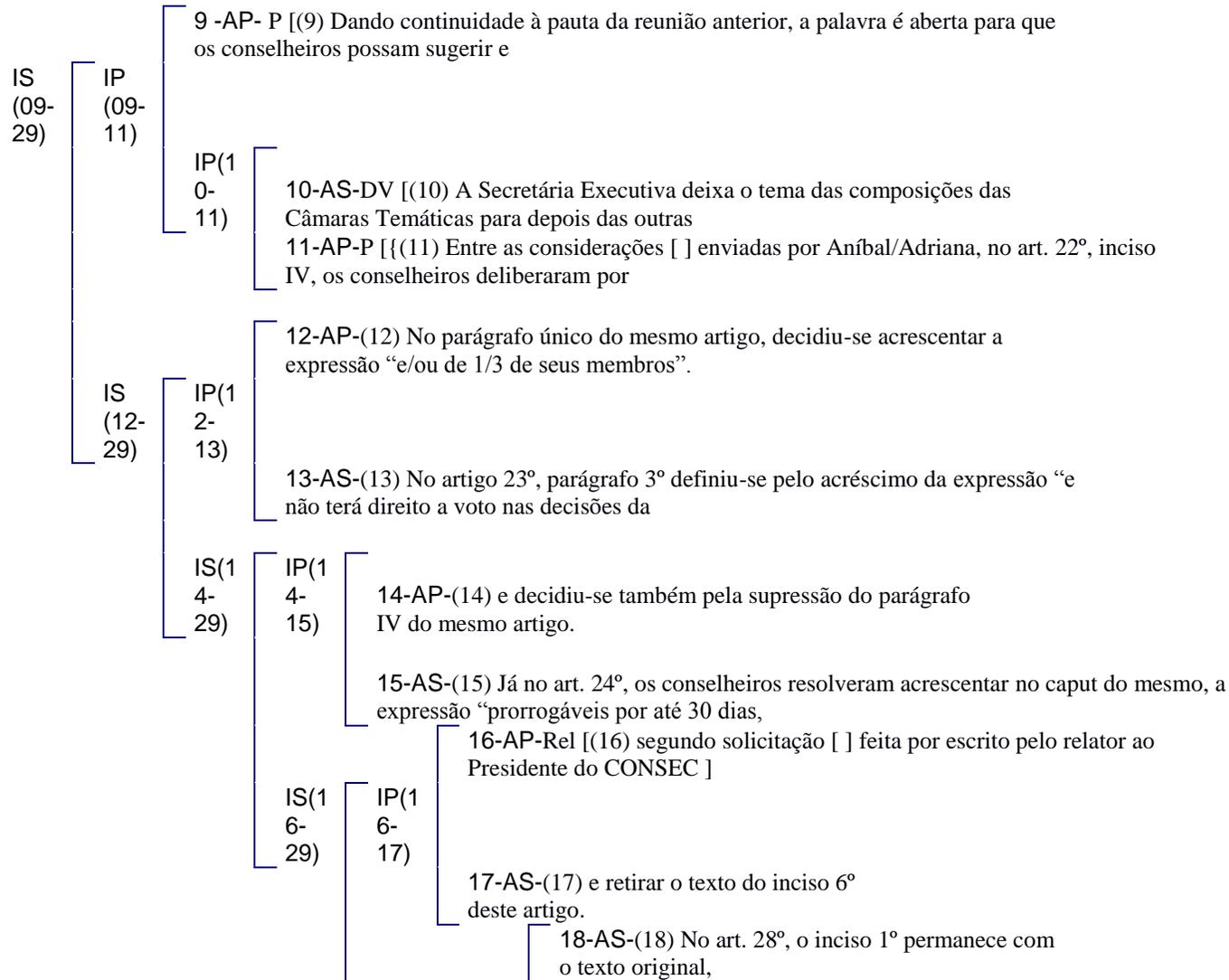


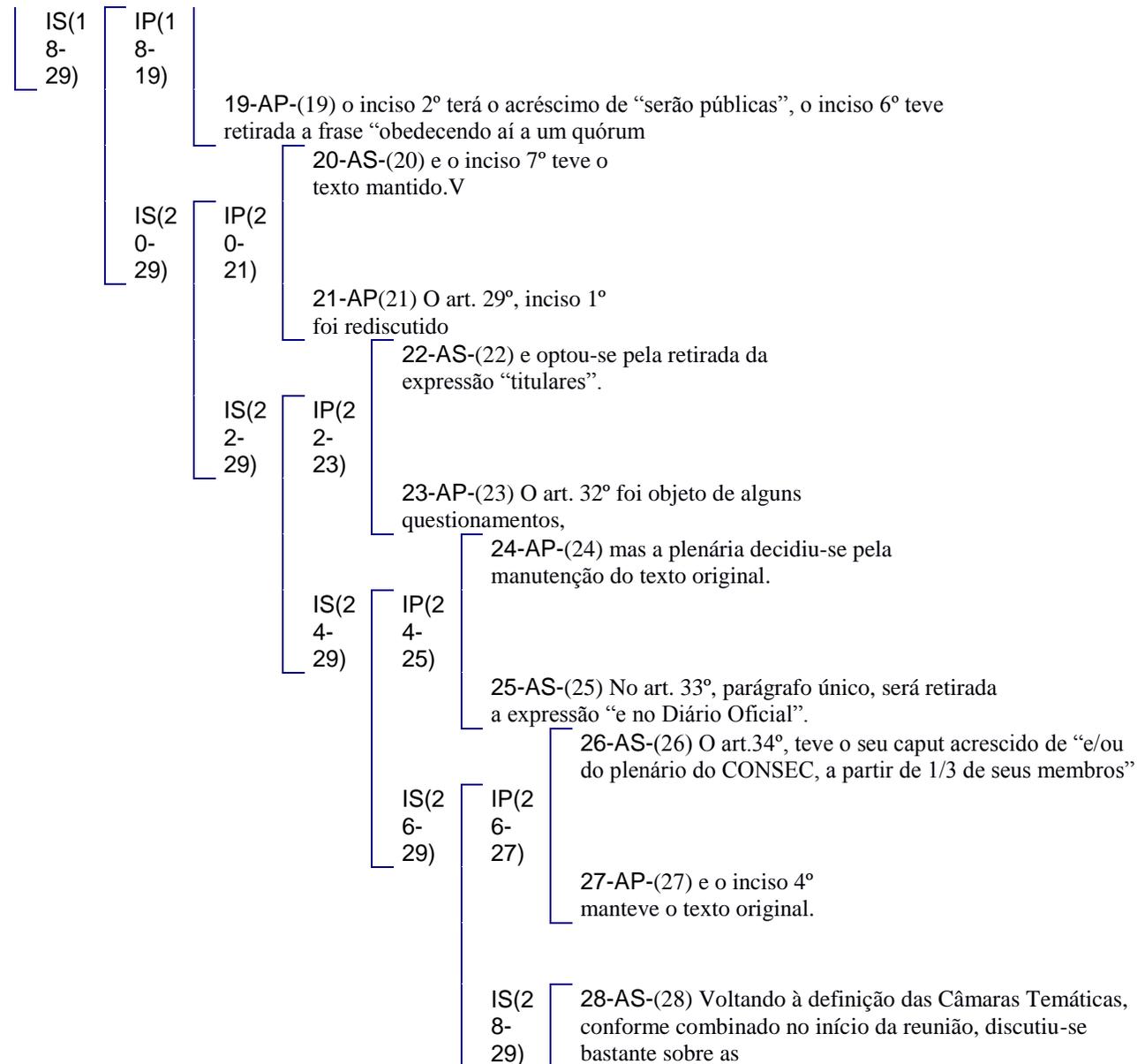


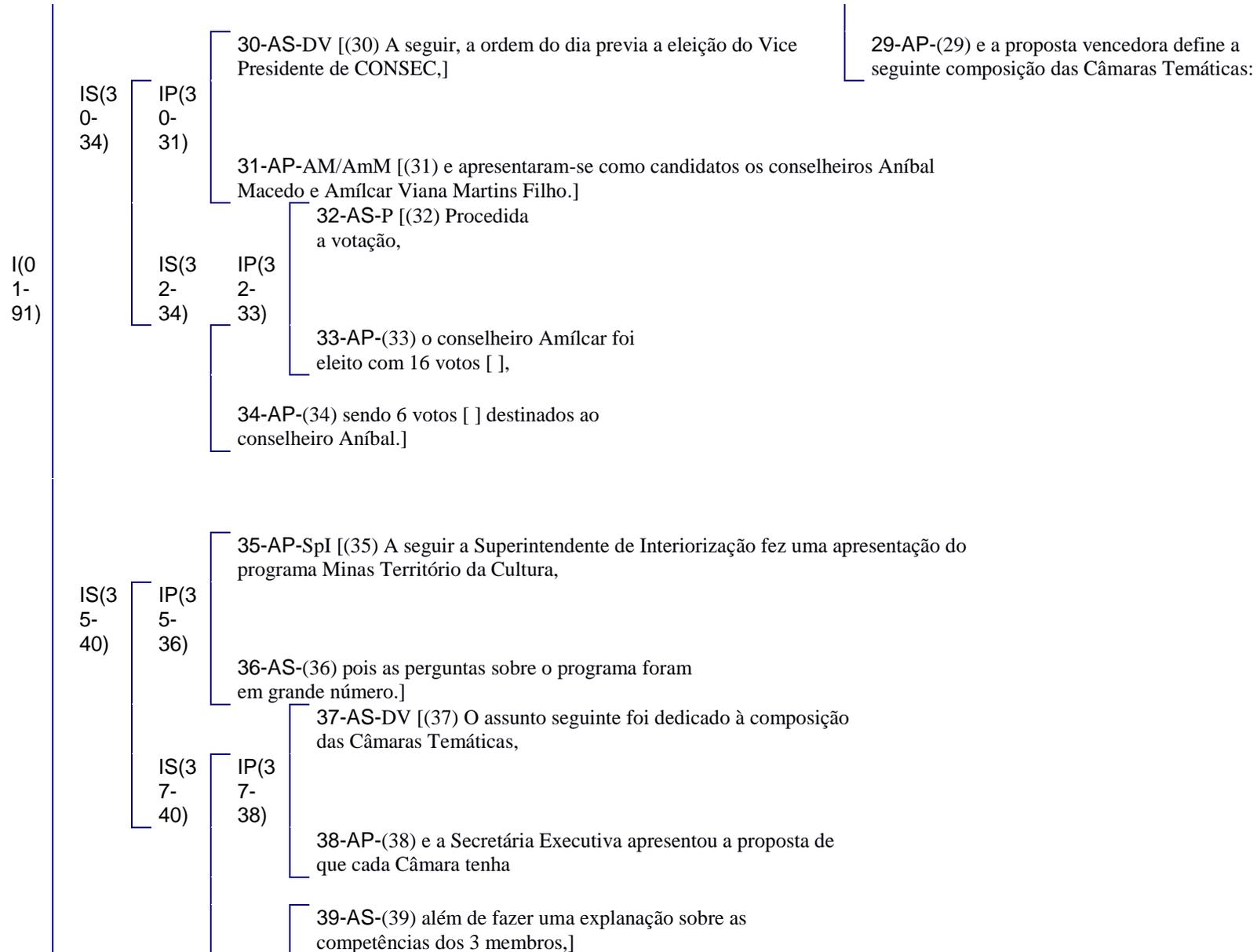


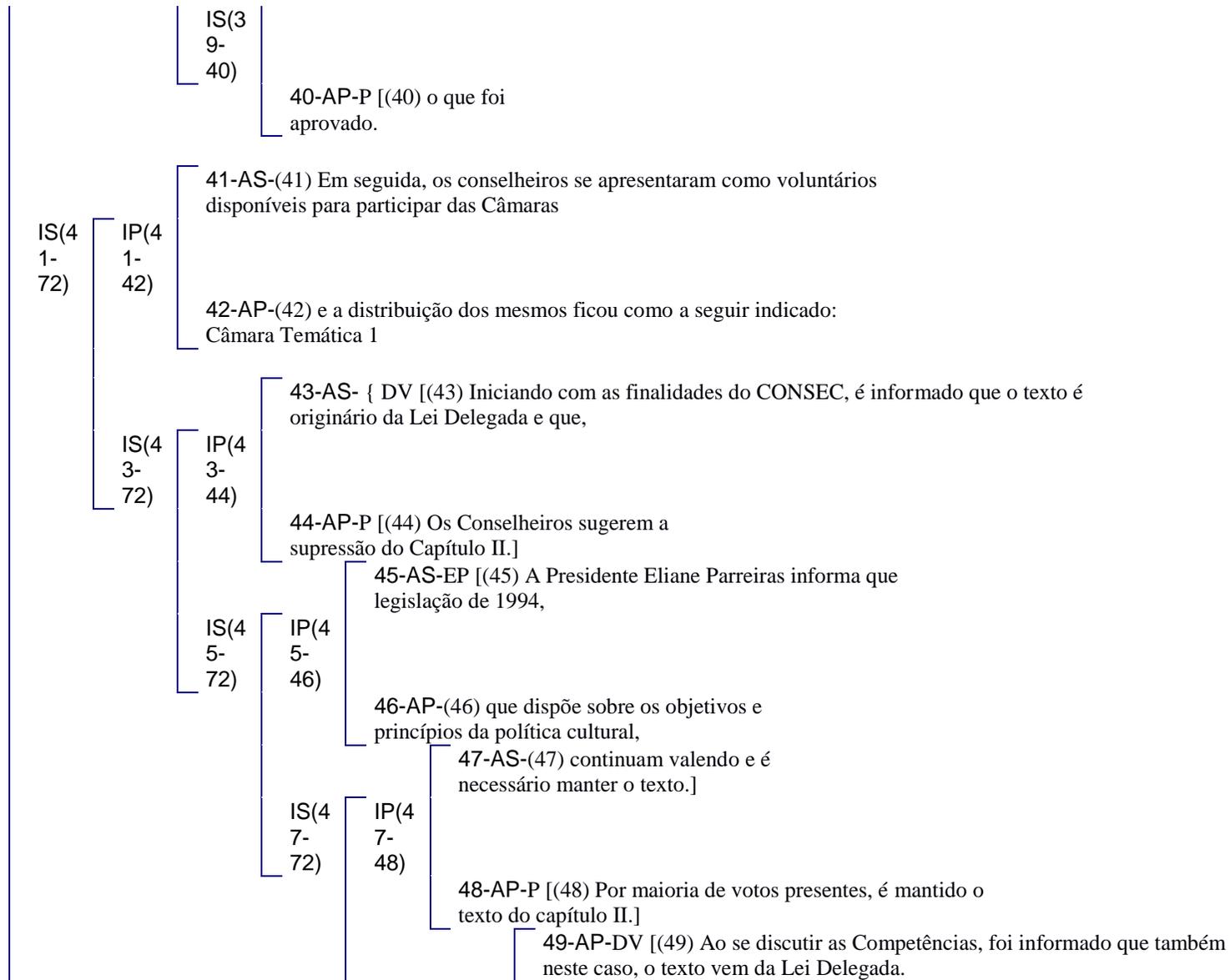
## APÊNDICE I - Análise hierárquica da ata três

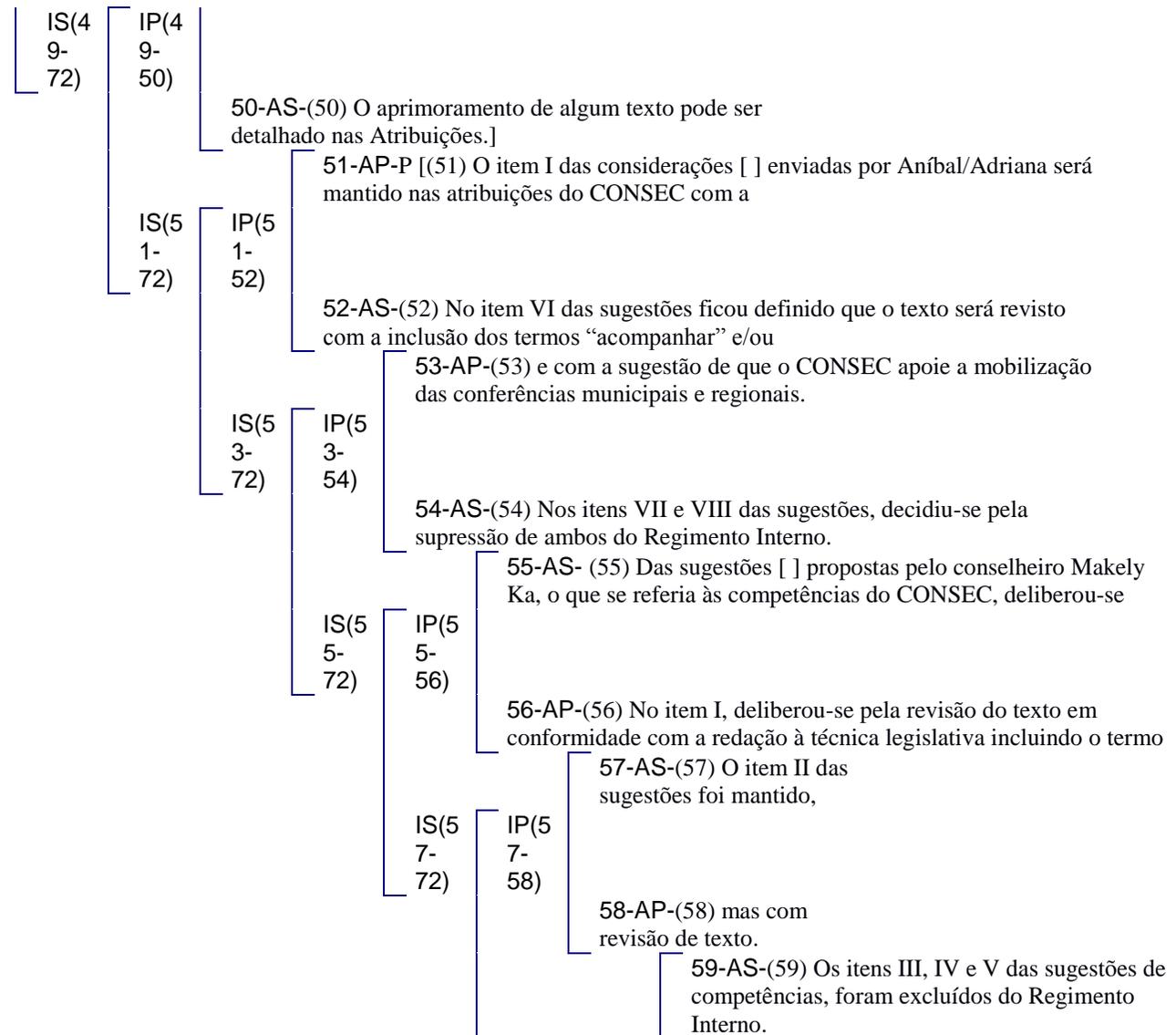


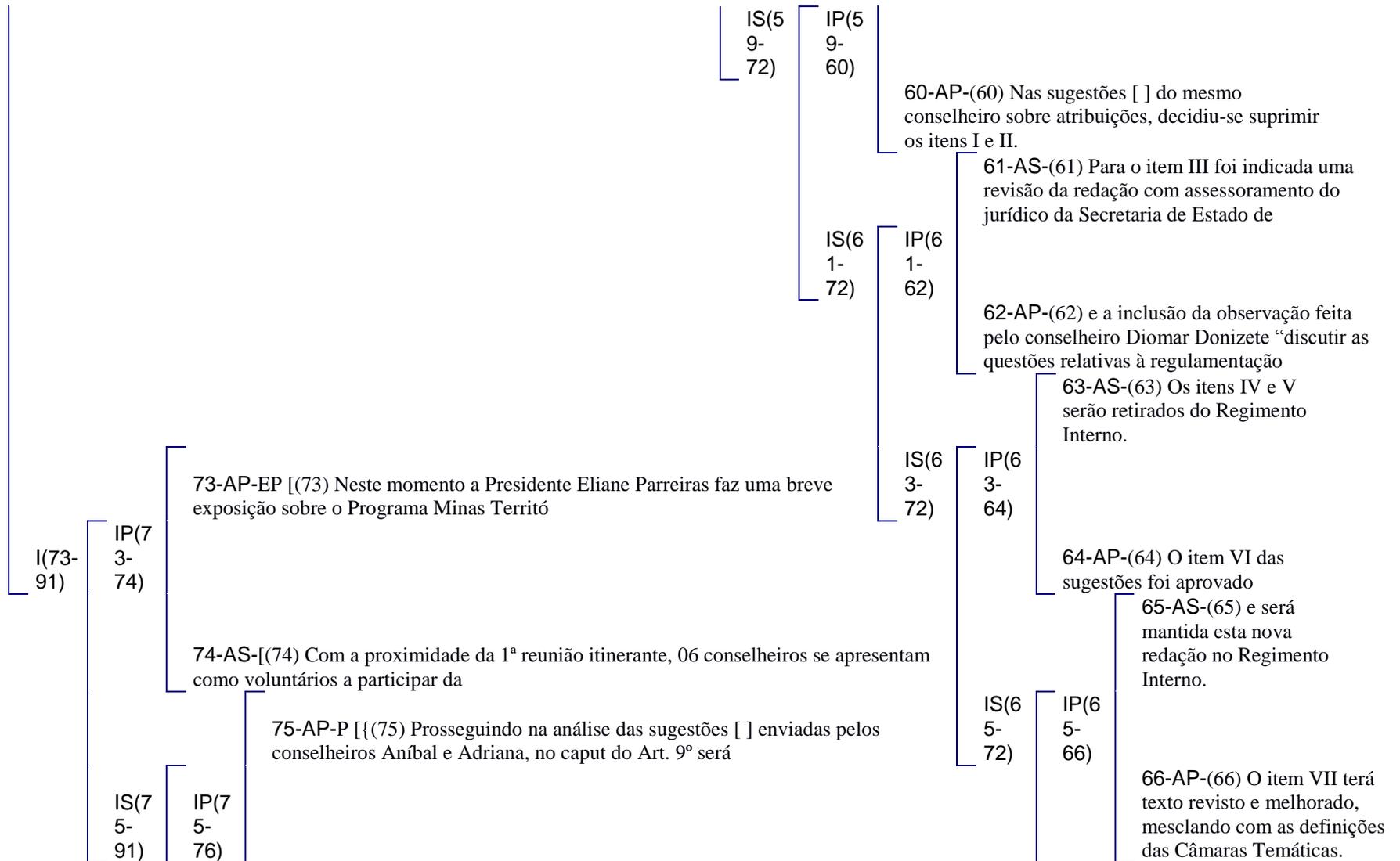


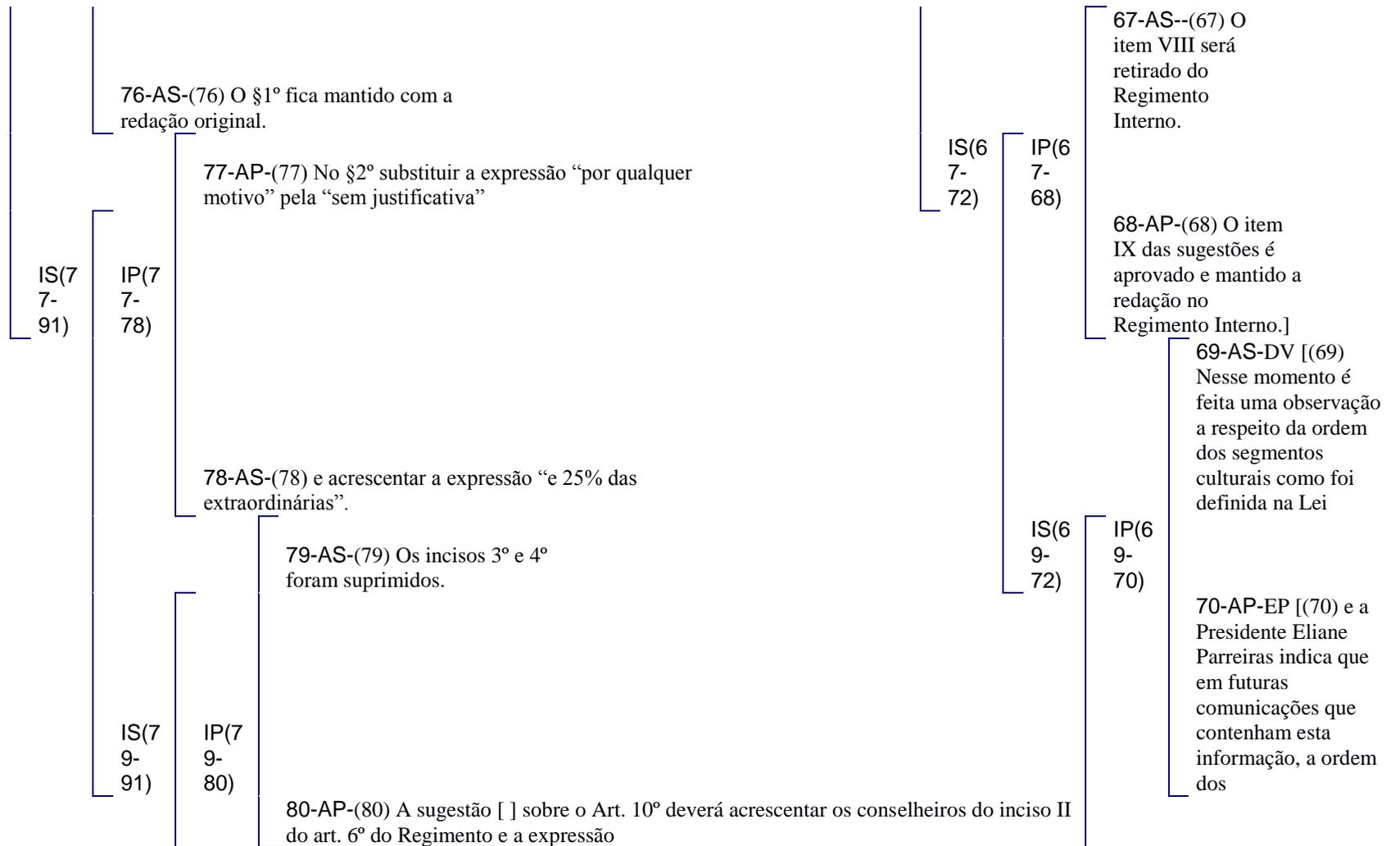


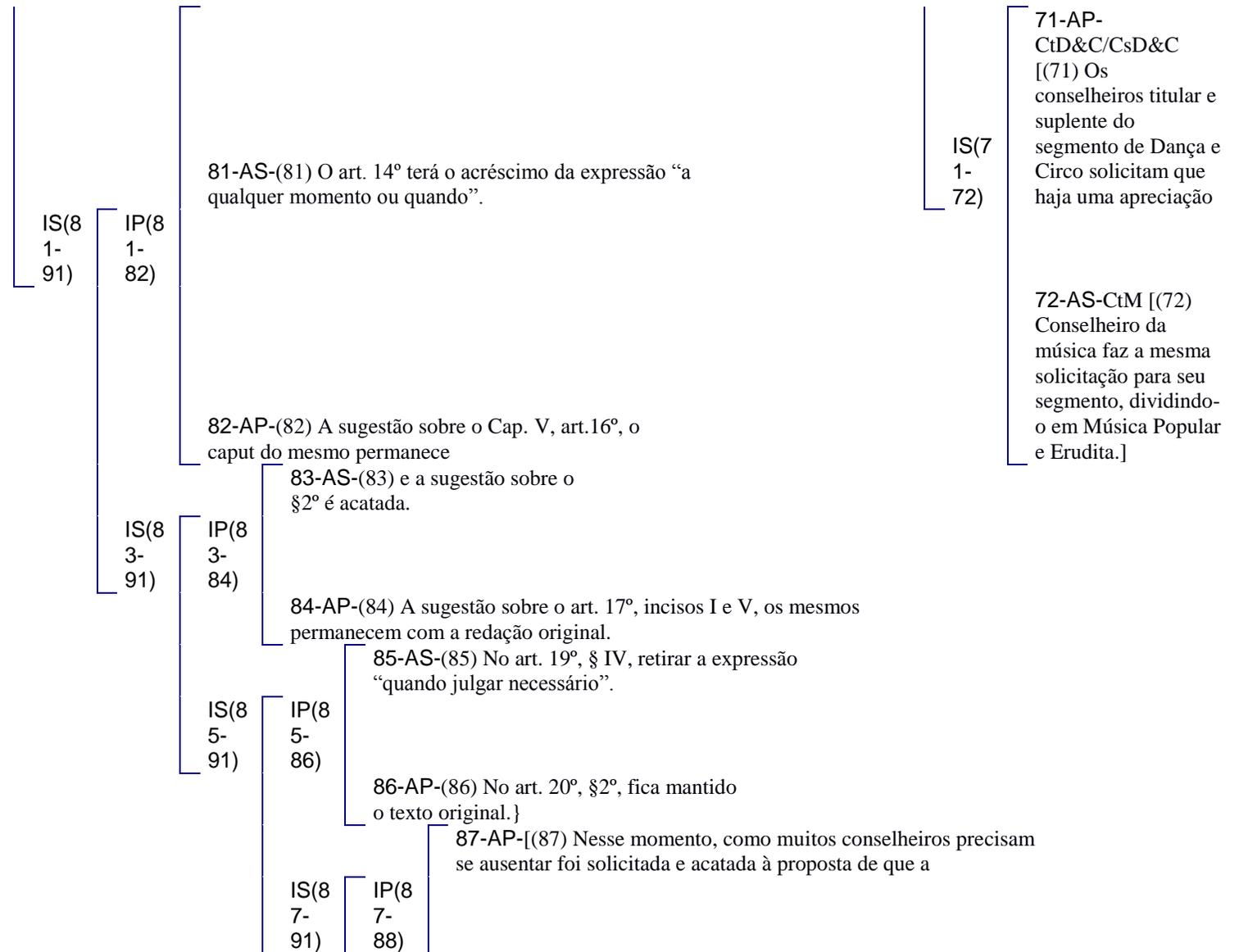












- IS(8  
9-  
91)
- 88-AS-EP [(88) Não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente do CONSEC, Sra. Eliane Parreiras declara por encerrada
- 89-AP-DV [(89) da qual eu, Daniela Varela, na qualidade de secretária executiva, lavrei a presente ata, que dato e assino,]
- 90-AP-EP [(90) após ter sido lida, aprovada e assinada pela presidente deste conselho, Eliane Parreiras,]
- IP(9  
0-  
91)
- 91-AS-P [(91) e aprovada em plenária pelos demais membros presentes, conforme lista de presença do dia.] ] ]